

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

KAREN MICHEL ESBER

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS VÍTIMAS PARA OS AUTORES DE
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Goiânia – GO

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Karen Michel Esber

Título do trabalho: As Representações Sociais sobre as Vítimas para os Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Karen Michel Esber

Data: 24 / 08 / 2016

Assinatura do (a) autor (a) ²

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

KAREN MICHEL ESBER

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS VÍTIMAS PARA OS AUTORES DE
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Telma Ferreira do Nascimento Durães.

Goiânia – GO

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Esber, Karen Michel

As Representações Sociais sobre as Vítimas para os Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes [manuscrito] / Karen Michel Esber. - 2016.

237 f.

Orientador: Profa. Dra. Telma Ferreira do Nascimento Durães.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2016.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, tabelas, lista de tabelas.

1. Autores de violência sexual. 2. Vítimas de violência sexual. 3. Criança e adolescente. 4. Sexualidade. 5. Ciências Sociais. I. Durães, Telma Ferreira do Nascimento, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE TESE DE DOUTORADO DE

KAREN MICHEL ESBER

Aos trinta dias do mês de março de 2015, às 14h30min, no miniauditório da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da tese da doutoranda **KAREN MICHEL ESBER**, intitulada "*As representações sociais sobre as vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 06/2015-PPGS, de 23 de março de 2015, pelos seguintes Professores/as Doutores/as: Telma Ferreira Nascimento Durães (Presidente/UFG), Dijaci David de Oliveira (UFG), Maria Luiza Rodrigues Souza (UFG), Sônia Margarida Gomes Sousa (PUC-GO), Maria Lúcia Vannuchi (UFU). Suplente: Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira (UFG). A doutoranda apresentou o trabalho, os/as examinadores/as a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 17 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos à doutoranda os seguintes resultados:

Aprovada () Reprovada

Dra. Telma Ferreira Nascimento Durães Telma F. N. Durães

Aprovada () Reprovada

Dr. Dijaci David de Oliveira Dijaci

Aprovada () Reprovada

Dra. Maria Luiza Rodrigues Souza Maria Luiza Rodrigues Souza

Aprovada () Reprovada

Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa Sônia M. Gomes Sousa

Aprovada () Reprovada

Dra. Maria Lúcia Vannuchi Maria Lúcia Vannuchi

Resultado Final Aprovada

Reaberta a sessão pública, a Presidenta da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrado a presente ata que vai assinada por mim, Cleito Pereira dos Santos, Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Cleito Pereira dos Santos Cleito Pereira dos Santos

Aos meus pais Michel e Olga, meus grandes amores, meus mestres, minha força, meu incentivo, minha pele mais fina. São, definitivamente meus maiores exemplos de vida, de amor, de honestidade e coerência, ou seja, meu tudo.

Aos meus amados irmãos Mahassen, Ziad e Salim, sangue do meu sangue, três personagens sempre fundamentais na minha história de vida. Amo demais. Never forget.

Aos meus sobrinhos Cybele, Michel, Izabela e Ana Luiza, que chamo de meus quatro amores. Vocês são fonte inesgotável de alegria, brincadeiras, sorrisos, beijos, abraços, conversas e cheiros no pescoço.

Ao meu namorado Antônio Neto, meu amor e companheiro que, dentre outros, cuidou de mim no período de produção da tese e tolerou a minha ausência.

AGRADECIMENTOS

À professora Telma Ferreira do Nascimento Durães, por sua dedicação no aprimoramento teórico-metodológico da pesquisa, por nossas longas conversas e pelo suporte a mim proporcionado.

Ao professor Dijaci David de Oliveira, que me estimulou a realizar a seleção do doutorado em Sociologia e participou da banca de qualificação e de defesa, enriquecendo o trabalho com suas valiosas contribuições.

À professora Maria Luiza Rodrigues Souza, pelas importantes ponderações realizadas nas bancas de qualificação e defesa.

À professora Maria Lúcia Vannuchi, que gentilmente concordou em participar da banca de defesa.

À professora Sônia Margarida Gomes de Sousa, minha orientadora de mestrado, com a qual tive o prazer de novamente dividir minhas inquietações intelectuais na banca de defesa desta tese.

Aos vinte e seis entrevistados da pesquisa, por terem concordado em expor suas histórias de vida em prol do conhecimento científico.

A toda a equipe de agentes prisionais e à direção administrativa da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, em especial ao Rodolfo Hidasi, que me deram todo o suporte que necessitei para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Aos meus queridos alunos colaboradores, sem os quais jamais conseguiria trabalhar com essa grande quantidade de dados empíricos: Nathana Sateles Monteiro, Jackeline Sousa, Lara Beatriz C. Almeida, Marielly Augusta Gouveia, Hellen Pires, Lucas Mateus Ribeiro Xavier, Anna Clara Amaral, Barbara Sul Santana Fleury, Aluany da Silva Luz, Tatiany Teotônio Borges, Renan Vinícius Ferreira Pimentel, Mariane Gritz Biondo, Erica Barros e Carlinda Braga.

Ao professor da Universidade Federal de Goiás, doutor Carlos Leão, que treinou dois alunos colaboradores para o manuseio do Programa SPSS para o lançamento dos dados dos AVS localizados pelo levantamento no Cartório.

Aos colegas de trabalho e de militância Maria Luiza Moura Oliveira, Mônica Barcellos Café e Rogério Araújo, do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, da PUC-Goiás, pela mesma disponibilidade de sempre.

Aos colegas do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, da PUC-Goiás, que se dedicaram à realização do levantamento dos quase mil e quinhentos prontuários institucionais no cartório da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães: Otilia Loth, Nilton Inácio do Nascimento, Florença Ávila de O. Costa, Antonina Maria Prado Lima, Patricia Estabile, Mônica Barcellos Café, Murillo Teles Moritto e Sônia Maria L. Rodrigues.

À Superintendente de Políticas de Ação Integral à Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, Dr^a. Mabel Del Socorro Cala de Rodriguez e à Coordenadora de Saúde no Sistema Prisional, minha querida Abemar Genovesi, que me proporcionaram as condições para a realização do curso de doutorado.

À colega de trabalho Valcilene Batista da Silva Coutinho, técnica da área de Atenção às Populações em Situação de Violência Sexual, da Secretaria de Estado da Saúde, por ter dividido comigo seus conhecimentos.

Ao colega de trabalho Adilson Rigues Gonçalves Júnior, que sempre foi tão disponível para contribuir com a organização dos áudios provenientes da pesquisa de campo.

A todas as pessoas que temporariamente foram meus braços, quando os meus próprios, adoecidos, não conseguiam mais digitar: Mahassen Esber, Lilian Correa da Silva, Luciana Machado Martins, Antônio Gomes de Oliveira Neto, Ziad Esber, Michel Cruvinel Esber, Cybele Cruvinel Esber, Andrea Rodrigues Soares, Erica Barros e Barbara Sul Santana Fleury. Sem vocês, nada feito.

À Maria Carolina Byron, por sua sagacidade, interesse e empenho no aprimoramento desta tese. Obrigada por não medir esforços.

À Iraci Ferreira de Araújo Jorge, por sua criteriosa e carinhosa revisão de português. Acertei no alvo quando te escolhi.

À minha amada irmã e segunda mãe, Mahassen Esber, uma das pessoas mais generosas que eu conheço. Considero-a coautora desse trabalho, pois além de meus braços, foi também minha cabeça e meu coração. Mostrando-me que não estava sozinha, me acalmou nas horas de desespero, de falta de sono e de dor física. Parabéns por sua imensa dedicação e empenho em me ajudar na finalização dessa tese.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural.
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que se ordena a desordem,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade de desumaniza...
Não digam nunca: Isso é natural.
A fim de que nada passe por ser imutável.
Sob o familiar, descubram o insólito.
Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.
Que tudo que seja dito ser habitual, cause inquietação.
Na regra é preciso descobrir o abuso.
E sempre que o abuso for encontrado,
É preciso encontrar o remédio.
Vocês, aprendam a ver, em lugar de olhar bobamente.
É preciso agir em vez de discutir.
Aí está o que uma vez conseguiu dominar o mundo.
Os povos acabaram vencendo.
Mas não cantem vitória antes do tempo.
Ainda está fecundo o ventre de onde surgiu a coisa imunda.

Bertolt Brecht (1898 – 1956)

RESUMO

O tema principal desta tese tem como centro a análise das representações sociais sobre as vítimas de violência sexual na concepção de vinte e seis autores de violência sexual (AVS) contra crianças e adolescentes, encarcerados na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães (POG), situada na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, Brasil. A metodologia da abordagem qualitativa conduz a tarefa investigativa e o amparo teórico busca os saberes das Ciências Sociais e da Teoria das Representações Sociais, que suscitam a reflexão para além do indivíduo, considerando os contextos conceitual, histórico, científico, midiático, jurídico e institucional. A apresentação dos entrevistados tem como fundamento duas perspectivas: a da instituição prisional, por meio da pesquisa documental nos prontuários dos AVS e a dos entrevistados, a partir de sessenta e um contatos pessoais “entrevistador-entrevistados”, mesclados pela conduta formal caracterizada pelo preenchimento do questionário padrão e pelos diálogos, tanto os propositadamente direcionados aos temas: história de vida, sexualidades (de si próprios e de suas vítimas), crianças e adolescentes, violência sexual praticada e sofrida, vítimas de violência sexual, dentre outros, como os momentos de estímulo às manifestações livres e narrativas dos AVS. O resultado das entrevistas evidenciou duas constantes entre os AVS, a partir do campo empírico: a maioria rotula como monstros, doentes ou anormais as pessoas que praticam violência sexual e as diferentes facetas entre negar e assumir a violência. Sob a ótica da autora deste documento, a análise das representações sociais dos AVS sobre as vítimas de violência sexual elegeu três unidades de significação: vítimas e vítimas de violência sexual, crianças/adolescentes e sexualidade (das vítimas e dos AVS). As principais conclusões indicam que os entrevistados reconhecem crianças e adolescentes que experimentam contato sexual com adultos na condição de vítimas, relação esta nomeada como uma violência e um ato moralmente condenável; elencam consequências maléficas da violência sexual para as vítimas e também para si próprios, evidenciando sua indissociabilidade; apresentam contradição entre não realizar distinção entre as categorias crianças e adolescentes (ambas representadas como imaturas biológica, psíquica e emocionalmente) e hierarquizar crimes a partir da categoria idade; nomeiam crianças e adolescentes em interação sexual com adultos como inocentes, sedutoras e coautoras, mas sempre vítimas; manifestam que o desejo sexual, quando existente, está direcionado apenas às vítimas das violências que cometeram, e não a outras crianças e adolescentes; demonstram cristalização dos lugares de autor e de vítima de violência a partir da categoria gênero; relatam diversas emoções negativas sobre si próprios

em relação à violência sexual praticada e às consequências provocadas nas vidas de suas vítimas, tais como arrependimento, nojo, raiva, culpa, vergonha, autoimagem de monstruosidade. Suas representações estão em consonância com os três conceitos parâmetros adotados e com aquelas produzidas e reproduzidas pelo senso comum, mídia, legislação, literatura especializada e discursos institucionais. Os achados evidenciados neste trabalho e a abordagem analítica empregada indagam a asserção de parte da literatura especializada internacional quanto ao fato de que os AVS não conseguem reconhecer as necessidades emocionais de suas vítimas, pois apresentariam déficits de empatia para com elas, explicando o problema sob um viés estritamente intrapsicológico. Finalizando, e com base em autores das áreas das Ciências Sociais, surge como necessário o exercício de uma nova interpretação que vincule entre a experiência individual e social dos AVS às teorias psicossociais dominantes, como forma de contribuir para o campo dos estudos brasileiros especializados sobre os AVS, como também proporcionar aos profissionais da área, a tranquilidade e o conhecimento mínimos para o trato, no campo jurídico, e para o tratamento, no campo da saúde física e mental dos AVS, aqui vistos para além dos estereótipos que lhes são imputados antes mesmo de serem julgados.

Palavras-chave: Autor de violência sexual. Vítima de violência sexual. Criança e adolescente. Sexualidade. Ciências Sociais.

ABSTRACT

The main theme of this thesis has its center in the analysis of social representations about the victims of sexual violence in the conception of twenty-six authors of sexual violence (AVS) against children and adolescents, imprisoned in Prison Coronel Odenir Guimarães (POG), in the city of Aparecida de Goiânia, State of Goiás, Brasil. The qualitative approach methodology leads the investigative task and the theoretical support searches the knowledge of Social Sciences and the Social Representation Theory, which rise the reflection beyond the individual, considering the conceptual, historical, scientific, media, legal and institutional contexts. The presentation of the interviewees is based on two perspectives: the prison institution, through documentary research in the records of the AVS and the interviewees from sixty-one personal contacts "interviewer-interviewees", mixed by the formal conduct characterized by the filling of the standard questionnaire and dialogues, both purposely targeted the themes: life history, sexualities (for themselves and their victims), children and adolescents, practiced and suffered sexual violence, victims of sexual violence, among others, like the moments of encouragement to free events and narratives of AVS. The result of the interviews showed two constants among AVS, from the empirical field: most categorize people who practice sexual violence as monsters, sick or abnormal and the different facets between denying and assuming the violence. From the perspective of the author of this document, the analysis of the AVS's social representations about the victims elected three units of meaning: victims and victims of sexual violence, children/adolescents and sexuality (of victims and AVS). The main findings indicate that respondents recognize children and adolescents who experience sexual contact with adults as victims, relation named as a violence and a morally reprehensible act; list harmful consequences of sexual violence for the victims and also for themselves, showing their inseparability; present contradiction between not distinguishing categories as children and adolescents (both represented as biological immature, mental and emotional) and rank crimes from age category; nominate children and adolescents in sexual interaction with adults as innocent, seductive and co-authors, but always victims; show that sexual desire, if any, is directed only to the victims of the violence they committed, and not to other children and adolescents; show crystallization of the role as an author and victim of violence from the gender category; report various negative emotions about themselves in relation to the sexual violence they practiced and the caused consequences in the lives of their victims, such as repentance, disgust, anger, guilt, shame, self-image of monstrosity. Their representations are similar with

the three concepts parameters adopted and with those produced and reproduced by common sense, media, law, literature and institutional discourses. The findings shown in this work and the analytical approach used inquire the assertion of part of the international literature on the fact that the AVS fail to recognize the emotional needs of their victims, because they would present empathy deficits toward them, explaining the problem in a strictly intrapsychological bias. Finally, and based on authors of the areas of Social Sciences, appears as necessary the exercise of a new interpretation that links between individual and social experience of AVS to the dominant psychosocial theories, as a contribution to the field of specialized Brazilian studies on the AVS, as well as provide professionals the minimum knowledge to the treatment in the legal field, and treatment in the field of physical and mental health of AVS, in here seen beyond the stereotypes that are charged on them before being on trial.

Keywords: Author of sexual violence. Victims of sexual violence. Child and adolescent. Sexuality. Social Sciences.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Dados gerais dos entrevistados obtidos por meio dos prontuários institucionais e das entrevistas.....	138
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AGSP	Agência Goiana do Sistema Prisional
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
APA	American Psychiatric Association
ATSA	Association for the Treatment of Sexual Abusers
AVS	Autores de Violência Sexual
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEARAS	Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual
CEDECA	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEPAJ	Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil
CEPSI	Centro de Estudos e Prática Psicológica
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
CNRVV	Centro de Referência às Vítimas de Violência
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COOJ	Centro de Observação e Orientação Juvenil
CP	Código Penal Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP	Casa de Prisão Provisória
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DEPAI	Delegacia de Apuração de Atos Infracionais
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes
ESCCA	Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
FMACA	Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente
IATSO	International Association for the Treatment of Sexual Offenders
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JIJ	Juizado da Infância e Juventude
LEP	Lei de Execução Penal
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
NECASA	Núcleo de Estudo e Coordenação para Saúde do Adolescente em Goiânia
NOTA	National Organisation for the Treatment of Abusers
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAISARI	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória
PNAISH	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
PNAISP	Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
POG	Penitenciária Coronel Odenir Guimarães
PROINVERT	Projeto Invertendo a Rota
PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SECT	Secretaria de Cidadania e Trabalho
SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SNAP	Rede de Sobreviventes de Abusados por Padres
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFG	Universidade Federal de Goiás
VIVA	Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – RECORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS ADOTADOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	35
1.1 O Programa Repropondo: Atendimento Psicoterapêutico a Autores de Violência Sexual	35
1.2 O Cumprimento das Formalidades Necessárias para a Realização da Pesquisa na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães - POG	40
1.3 Colaboradores da Pesquisa	41
1.4 Localização dos Condenados por Crimes Sexuais Contra Crianças e Adolescentes na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães - POG	42
1.5 Proposta Metodológica das Entrevistas	45
1.5.1 Adequações Metodológicas Realizadas a partir da Pesquisa Piloto	46
1.5.2 Temáticas Abordadas nas Entrevistas	48
1.5.3 Conformações à Peculiaridade do Campo Empírico	49
1.6 Transcrição, Categorização e Análise das Entrevistas	54
1.7 Considerações Teóricas e Metodológicas sobre as Representações Sociais	57
CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM BREVE PANORAMA	62
2.1 O Abuso e a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Conceituação e Características.....	62
2.2 Adultos, Crianças, Adolescentes e Sexualidades na História: Diferentes Representações	71
2.3 Os AVS e a Questão dos Déficits de Empatia pelas Vítimas: Recortes Conceituais nos Campos da Psicologia e das Ciências Sociais	82
2.4 A Mídia e a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Alguns Apontamentos	88
2.5 Marcos Legais para o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil.....	92
2.6 Políticas Públicas e Ações Não Governamentais de Atenção aos Autores de Violência Sexual no Brasil.....	96

CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PARA OS ENTREVISTADOS 108

3.1 Apresentação dos Entrevistados: Cenários Revelados a partir do Campo Empírico .109	
3.1.1 Uma Breve Análise da Apresentação dos Entrevistados	141
3.1.2 Pessoas que Praticam Violência Sexual na Perspectiva dos Entrevistados	148
3.1.3 Contradições entre o Negar e o Assumir a Violência Sexual: Diferentes Facetas.....	151
3.2 As Representações Sociais sobre Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual a partir das Três Unidades de Significação Propostas	157
3.2.1. As Vítimas e Vítimas de Violência Sexual: A Primeira Unidade de Significação	157
3.2.1.1 A Condição de Vítima: Crianças e Adolescentes que Experimentam Contato Sexual com Adultos na Visão dos Entrevistados.....	157
3.2.1.2 Conceito Geral de Vítima.....	161
3.2.1.3 As Vítimas de Violência Sexual na Visão dos Entrevistados: Consequências, Pensamentos, Sentimentos e Indissociabilidades.....	162
3.2.2 Crianças/Adolescentes e Sexualidades: Duas Unidades de Significação	170
3.2.2.1 Conceito Geral de Crianças	170
3.2.2.2 Conceito Geral de Adolescentes.....	172
3.2.2.3 A Não Distinção Entre Crianças e Adolescentes Versus A Hierarquização de Crimes: Pensando as Diferenças	173
3.2.2.4 Crianças e Adolescentes em Interação Sexual com Adultos: Inocentes, Sedutoras, Coautoras e Vítimas	176
3.2.2.5 Adultos em Interação Sexual com Crianças e Adolescentes: Problematizando a Questão do Desejo Sexual de AVS pelas Vítimas	186
CONCLUSÃO	194
REFERÊNCIAS	207
APÊNDICE A - Formulário de Levantamento de Informações via Prontuário.....	229
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	232
APÊNDICE C - Roteiro da Primeira Entrevista Narrativa	234
APÊNDICE D - Roteiro da Segunda Entrevista Narrativa	235
ANEXO A – Aprovação da Pesquisa pela Coordenadoria Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos de Execução Penal, da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal	236
ANEXO B – Aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás.....	237

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a análise da violência sexual contra crianças e adolescentes deve necessariamente referir-se à sua complexidade. As diversas categorias que a compõem (tais como violência, sexualidade, crianças, adolescentes, vítimas, autores de violência, crime, punição, saúde, doença e outras) relacionam-se transversalmente e possibilitam múltiplas conexões interpretativas, sujeitas a alterações de significados que estabelecem os limites sobre quais atos sexuais são socialmente aceitos ou legalmente sancionados. Em hipótese alguma, ela pode ser considerada um fenômeno do século XXI, conforme evidencia a história. Até o final do século XVIII, constavam dentre os pecados graves o estupro, o incesto, o adultério, a homossexualidade, dentre outros (FOUCAULT, 1988). O tema foi tratado pela Mitologia, Artes, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Psiquiatria, Literatura, História, Direito e Religião (CHARAM, 1997).

Na história mundial e brasileira, são inúmeros os exemplos de sociedades e épocas em que as práticas sexuais de adultos com crianças e adolescentes, que hoje nomeamos como violência sexual, eram habituais, toleradas ou silenciadas (CHARAM, 1997; DEL PRIORE, 1991; VIGARELLO, 1998). É bem conhecido o fato de que, na cultura grega clássica, os relacionamentos sexuais entre um rapaz e um mentor mais velho eram socialmente aceitos: “[...] o que para muitos é chocante, cruel e considerado grave desrespeito à inocência infanto-juvenil, noutras sociedades é conduta normal, método pedagógico ou ritual de iniciação no mundo adulto” (MOTT, 1991, p. 45). Contudo, tais relacionamentos eram limitados por noções de etiqueta concernentes ao processo de cortejamento, evidenciadas na profunda ansiedade a respeito da pederastia entre homens e meninos no direito clássico ateniense: “A figura ateniense do *kinaidos*, o homem que efetivamente gosta do papel passivo, é apresentado como uma “figura marcada”, um desvio tanto social quanto sexual” (KING, 1998, p. 46, grifo do autor). Na história do Brasil, o longo silêncio que atravessou décadas e calou gerações constituiu-se em uma forma de reação socialmente estabelecida à violência sexual:

No século XVI, inquisidores assinalavam o estupro de crianças. Meninos e meninas de seis, sete e oito anos eram violentados por adultos sem nenhum drama de consciência. Senhores sodomizavam moleques ou molecas escravas, padres faziam o mesmo aos seus coroinhas, e parentes e crianças da família participavam de uma ciranda maldita na qual um único pecado contava para a Igreja: o do desperdício do sêmen. Afinal, ele deveria ser usado exclusivamente para procriação. E era apenas esse crime que o inquisidor perseguia. O fato de ser cometido com pequenos passava despercebido. Era coisa secreta e o silêncio protegia os culpados (DEL PRIORE, 2011, p. 152).

Existia indignação social em relação a tais violências? Talvez sim, mas o silêncio de quase todas instituições sociais (como a igreja, a família, as empresas, as escolas, a polícia e as prisões) frente às violências ocorridas dentro e fora delas provocou, por consequência, reduzida disponibilidade das vítimas em tornar públicas suas experiências. Dentro das famílias, a violência sexual usualmente se estabelecia (e se estabelece até hoje) e a partir de um complô de silêncio, pois as vítimas podiam receber ameaças ou se sentir culpadas e envergonhadas, como se tivessem provocado aquela situação (FURNISS, 1993). O silêncio também era reforçado pelo medo das consequências intra e interpessoais da revelação, como o rompimento dos laços familiares, a possibilidade de ser culpabilizada pela violência que sofreu, a estigmatização social, o sofrimento individual e ainda a vergonha e a culpa, sentimentos amplamente descritos pela literatura (FURNISS, 1993; GABEL, 1997; SUÁREZ e BANDEIRA, 1999). A violência sexual por muito tempo fixou seu lugar no âmbito privado e em parte está ainda hoje, mesmo com todos os enfrentamentos públicos realizados com mais intensidade a partir das décadas de 1980 e 90.

Longe de ter sido superado, o silenciamento das famílias e das instituições sociais sobre a violência sexual ocorre até os dias de hoje. Tomo como exemplo a conduta da Igreja Católica, que só no ano de 2011 reconheceu publicamente os casos de violências sexuais cometidos por padres. Isso ocorreu após denúncia da Associação Rede de Sobreviventes de Abusados por Padres (SNAP) ao Tribunal Penal Internacional contra o papa Bento XVI e outros dirigentes, em um processo com dez mil páginas de documentação. Nele, acusou-os de crimes contra a humanidade e de que o Pontífice teria “tolerado e ocultado sistematicamente os crimes sexuais contra crianças em todo o mundo”. À época, Bento XVI expressou publicamente sua vergonha e pediu desculpas, apelando para a tolerância zero contra os pedófilos². Dois anos depois, já em 2013, seu sucessor, Papa Francisco, assinou um decreto reforçando a punição pelas violências sexuais contra crianças e adolescentes dentro da Igreja Católica. O Pontífice pediu atuação com determinação contra os abusos sexuais cometidos pelo clero³.

A despeito da reticência social, a violência sexual contra crianças e adolescentes foi alvo de preocupação pública e acadêmica em vários momentos da história, conforme evidencia Finkelhor (1979). O autor reflete que, apesar de parecer que a descoberta da violência sexual contra crianças e adolescentes ocorreu a partir dos anos 1970, ela tem sido um tema persistente

² Disponível em: <<http://toleranciacontentamento.blogspot.com.br/2011/09/vitimas-de-pedofilia-denunciam-papa.html>>. Acesso em 04 abr. 12.

³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/papa-francisco-reforma-codigo-penal-e-reforca-sancoes-contra-pedofilia.html>>. Acesso em: 11 nov. 14.

de moralistas por décadas. Ainda segundo a acepção do autor, aqueles que passaram a reconhecer publicamente a violência sexual no final do século XX foram os profissionais liberais e acadêmicos. De fato, é nessa época que a literatura começa a dar sinais de interesse pelo tema, a exemplo da obra psicanalítica de Caprio (1965), que se propôs a escrever sobre os problemas sexuais de seus pacientes, com base em cinco casos que envolviam relações sexuais de adultos com crianças, sendo quatro deles sobre as vítimas: 1- “Caso de paranoia envolvendo relações homossexuais entre pai e filho” (CAPRIO, 1965, p. 102); 2- “Homossexualidade num rapaz seduzido pela madrasta” (CAPRIO, 1965, p. 134); 3- “Frieza de uma mulher casada que, ainda na adolescência, fora engravidada pelo próprio pai” (CAPRIO, 1965, p. 196) ; 4- “Caso de esquizofrenia ligada a um incesto entre pai e filha” (CAPRIO, 1965, p. 216). O autor analisa ainda um caso sobre o autor da violência: “Caso de um pai que violou duas filhas (uma de 17 e outra de 16 anos)” (CAPRIO, 1965, p. 192). Pontua que os dois primeiros foram categorizados dentro do item *homossexualidade* e os três últimos na seção *incesto*.

No Brasil, é mais intensamente nos anos de 1980 e 1990 que começaram a surgir os alicerces para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, nas modalidades abuso e exploração sexual comercial (DEL PRIORE, 2011; FELIPE, 2006; LANDINI, J., 2005; LIBÓRIO, 2004; SANTOS, 2004). “As vozes daqueles que se levantavam em oposição à violência sexual contra crianças e adolescentes, escassas no registro histórico dos séculos passados, se transformaram em um enorme coro de protesto e indignação no início da década de 1990” (SANTOS e IPPÓLITO, 2011, p. 24). Isto ocorreu pois houve mudanças significativas em nosso cenário social e institucional, com o desenvolvimento de ações não governamentais e adoção de políticas públicas de enfrentamento à violência sexual. Como exemplo, pode-se citar a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e as profundas alterações nos instrumentos legais que regem a vida de crianças e adolescentes; a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal em 1993; o estabelecimento do dia dezoito de maio como o “Dia Nacional de Luta Contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”; a implantação, no ano de 2000, do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e seus respectivos Comitês Estaduais; a construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, a implantação do Programa Sentinela em diversos municípios no Brasil. Todas estas ações contribuíram para a redefinição do *locus* social de crianças e adolescentes, agora entendidos como sujeitos de direitos, que devem ser protegidos contra quaisquer tipos de violências, como discutirei no Capítulo 2. Além disto, os instrumentos

supramencionados provocaram também mudanças quanto à forma de reagir socialmente à violência:

Observa-se, nas últimas décadas, uma explosão discursiva em torno do tema, acompanhada da censura ao “silêncio”, entendido como “omissão” e “conivência”. Frente a essa nova tagarelice e ao aumento de denúncias, aparecem duas possibilidades de interpretação: uma mais pessimista, que acredita que estamos vivendo uma “epidemia” de “abusos sexuais” de crianças e outra mais otimista, que considera que a maior visibilidade não decorre do aumento repentino de atos, mas da ruptura do antigo “tabu do silêncio” (LOWENKRON, 2010, p. 11, grifo do autor).

Este movimento institucional foi requerido, proposto e fortalecido por profissionais liberais, juristas, políticos, pesquisadores e pessoas ligadas a Organizações Governamentais e militantes de direitos – por exemplo do movimento feminista e dos direitos de crianças e adolescentes –, que passaram a colocar este tema na pauta da agenda pública, por considerar tal violência como altamente avassaladora e catastrófica, necessitando, portanto, ser combatida com intensidade e permanência. Ela transitou assim do status de silenciada e invisível a alvo de preocupação pública e passou a ter destaque na mídia, na literatura científica e na legislação:

A partir da noção de “abuso sexual infantil”, tal qual formulada pelo movimento feminista nos Estados Unidos em meados da década de 1970 (HACKING, 1992), a violência sexual contra crianças foi denunciada como segredo da sociedade e da família patriarcais, associada às desigualdades de poder (entre homens e mulheres e adultos e crianças). Esse modelo de entendimento sobre o “abuso sexual infantil” foi apropriado e reformulado pelos movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças nos anos 1990, que complementaram a crítica feminista à dominação masculina com a ideia de dominação “adultocêntrica” (LOWENKRON, 2013, p. 57, grifo do autor).

Houve também maior exposição e discussão dos casos na mídia impressa ou televisiva, em jornais de notícias, jornais policiais, reportagens, documentários ou até mesmo depoimentos de pessoas famosas sobre suas próprias experiências. E isto tem ocorrido até os dias de hoje. Em 2012, a apresentadora de programas infantis Maria da Graça Meneghel (Xuxa) concedeu depoimento⁴ ao programa televisivo Fantástico, relatando ter sofrido, até os treze anos de idade, violências sexuais por parte de vários homens de seu convívio social íntimo. Ela disse nunca ter contado a ninguém porque se sentia mal, suja, acreditava que era ela quem estava errada, com vergonha e culpa. Narrou sobre sua dificuldade em denunciar quando criança, pois acreditava que seus pais não acreditariam nela: “Até hoje, eu ainda acho que foi por minha culpa. E a gente não pode pensar assim, porque a criança não tem culpa”. A apresentadora relatou que as

⁴ Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/1957658/>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

violências sofridas possivelmente provocaram, como consequência, dificuldades interpessoais nos seus relacionamentos amorosos com homens.

Nas décadas de 1980 e 90, houve também crescente interesse de pesquisadores brasileiros sobre o tema da violência sexual, manifesto pela ampliação de grupos de pesquisas e publicações. O foco de sua produção científica esteve majoritariamente ligado ao abuso sexual intrafamiliar (incesto) e ao extrafamiliar, apesar de já constarem algumas análises sobre a exploração⁵ sexual comercial de crianças e adolescentes (AZEVEDO e GUERRA, 1988, 1989; FALEIROS, V., 1996; LORENZI, 1987; SAFIOTTI, 1989). Os pesquisadores desta época buscavam revelar, em primeiro lugar, que a violência sexual existia como um fenômeno social e também que: “A problemática da vitimização sexual de crianças e adolescentes em família merece realmente a caracterização de problema impertinente e de tema maldito” (AZEVEDO e GUERRA, 1988, p. 2). Isso pode ser evidenciado pelos aspectos abordados na obra pioneira de Azevedo e Guerra (1988): a) o reconhecimento da existência do fenômeno⁶ e a insuficiência de dados referentes à vitimização sexual de crianças e adolescentes; b) conceituação e distinção entre os termos relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes: assalto sexual, ataque sexual, agressão sexual, violência sexual, maus tratos sexuais, perturbação sexual, exploração sexual, ofensa sexual, abuso e vitimização sexual; c) entendimento da violência sexual como um “desafio público a reclamar investigações e intervenções” (AZEVEDO e GUERRA, 1988, p. 37); d) categorização dos protagonistas da vitimização sexual, que indicou que 93,5% das vítimas eram do sexo feminino e 6,5% masculino, sendo a maior incidência na faixa etária de 7 a 10 anos e em vítimas de cor branca. Quanto aos agressores⁷, todos eram do sexo masculino. Em 69,3%, eram os pais biológicos, 29,8% padrastos, e em 0,6% dos casos, eram pais adotivos. Foi encontrada maior concentração de pessoas na faixa de 30 a 39 anos (44,6%) e de cor branca (58,3%).

Ressalto cinco implicações do estudo de Azevedo e Guerra (1988), bem como de outras pesquisas da literatura especializada da época (BASS e THORNTON, 1985; FINKELHOR, 1986; FURNISS, 1993; OKAMI, 1991): 1- a preocupação com a denúncia e caracterização da violência sexual (incidência, prevalência, perfil dos envolvidos, fatores de risco e sequelas da experiência para as vítimas); 2- a desmistificação da imagem do AVS como uma pessoa estranha ou desconhecida das vítimas, ficando agora comprovado cientificamente

⁵ Esta modalidade de violência sexual teve destaque na produção científica nacional com maior intensidade a partir dos anos 2000, quando houve uma ampliação quantitativa e qualitativa dos trabalhos científicos sobre a temática (Mello, 2010).

⁶ Esse é, inclusive, o nome do capítulo 2.

⁷ Ao longo de toda a presente tese, mesmo contestando as nomenclaturas originalmente empregadas por diversos autores citados, optei por mantê-los, objetivando ser o mais fidedigna possível.

e revelado publicamente que eles podem ser pessoas muito próximas a elas; 3- o reconhecimento dos homens como principais autores e das meninas como vítimas, o que fortaleceu a explicação feminista da violência sexual como uma relação de poder, em função das desigualdades de gênero e de idade (AZEVEDO e GUERRA, 1989; SAFIOTTI, 1989); 4- as vítimas entendidas como silenciadas e prejudicadas por consequências emocionais, por sentirem que o fato deveria permanecer em segredo, em razão da vergonha, culpa e medo do estigma; 5- o questionamento de alguns mitos relacionados à violência sexual, tais como:

O incesto é raro; o abuso sexual ocorre somente nas classes baixas, as vítimas de abuso sexual são meninas; o relato de crianças sobre o abuso sexual é fantástico; caso não haja dano físico, não existem efeitos prejudiciais; o comportamento sedutor da criança justifica o abuso sexual e a torna responsável; quando ocorre abuso sexual, não se deve abordar o assunto com a criança para que ele seja esquecido (ZAVASCHI et al., 1990 apud CHARAM, 1997, p. 196).

A literatura das décadas de 1980 e 90 evidencia o quanto era difícil para as vítimas romper a barreira do silêncio, pois poderiam ter de lidar com certo descrédito ao contar sobre sua experiência, como constatado a seguir:

Quais os motivos que levam as vítimas a abordarem raramente a sua experiência de vitimização como outras pessoas ou a permanecerem caladas sobre o fato pelo resto de suas vidas? Ao tentar discutir este assunto, a vítima pode enfrentar três tipos de reação por parte de seu interlocutor: 1. Não receber crédito, afirmando-se que ela fantasiou ou inventou a experiência; 2. Seu dano pode ser minimizado, ou seja, surge o discurso implícito de que não houve nenhum prejuízo e que é preferível esquecer o assunto; 3. Pode ser responsabilizada pelo crime, dizendo-se que a vítima estava pedindo para que isto ocorresse (AZEVEDO e GUERRA, 1988, p. 75).

Pouco apareceram na literatura desta época os personagens meninos vítimas e mulheres autoras de violência. No que diz respeito aos primeiros, Landini, T. (2006) analisou notícias de jornais do início e do fim do século XX e concluiu que, enquanto as meninas apareceram como vítimas nas primeiras décadas, os meninos começam a surgir somente no final do período. Quase trinta anos após a publicação da obra de Azevedo e Guerra (1988), arrisco afirmar que a dificuldade em identificar estes dois grupos é ainda presente em nossa sociedade. Caso os meninos sejam submetidos à violência sexual praticada por um homem adulto, isto é interpretado como uma degradação moral “associada a uma sobreposição de “perversidades”, uma vez que a relação é atravessada, simultaneamente, pelas noções de “pedofilia” e de “homossexualidade”, ambas entendidas como sendo perigosamente contagiosas” (LOWENKRON, 2012, p.127, grifo do autor). Sendo ele seu pai ou padrasto, isso é considerado ainda mais grave, pois trata-se de um duplo tabu (PINTO JUNIOR, 2005).

Como argumentarei no Capítulo 1, há também invisibilidade e silenciamento quanto às mulheres AVS nos discursos do senso comum, institucionais e da literatura especializada. Caso pratiquem violência contra meninos, esta interação pode, por vezes, nem mesmo ser considerada como uma violência, tendo em vista certo consenso social que estes deveriam aproveitar sexualmente tal experiência (WEST, 2000). É ainda mais difícil reconhecê-la quando as vítimas são meninas, o que não quer dizer que tais violências não existam, como já nos mostravam Bass e Thornton (1985) quando relataram o caso de uma avó que abusava sexualmente de sua neta. Ainda precisamos avançar nos processos que nos possibilitarão enxergar, discutir e combater as violências sexuais praticadas por mulheres.

A visibilidade que a violência sexual ganha nas décadas de 1980 e 90 e sua subsequente reprovação social não ocorreram somente no Brasil⁸, mas também em vários países do mundo. Apesar de ser ainda considerado como um segredo vergonhoso da esfera privada (MILLER, 1994), mulheres nos Estados Unidos passaram a frequentar programas de auditório para denunciar o que até então tinha sido mantido em silêncio: todos os detalhes de suas vivências na infância e adolescência eram contados ao público. Muitas relatavam sentimentos como vergonha, culpa, tristeza, desamparo, nojo, raiva, ódio, medo, dentre outros. Elas eram chamadas de sobreviventes (VALENTE, 2005). As vítimas não mais sofreriam individualmente, pois, a partir daí ela não era mais reconhecida apenas como um problema individual, mas sim uma causa coletiva (PRATT, 2009; SPENCER, D., 2009). Contudo, agora a experiência poderia ser proclamada pública, social e institucionalmente. Iniciava-se um processo de superação do medo, da indiferença, do descrédito e do silêncio. Além das anônimas, algumas mulheres famosas também decidiram publicizar suas experiências, como a apresentadora de televisão Oprah Winfrey⁹, que contou ter sido vítima de violência por diversas vezes em sua infância e adolescência.

Em 1985, Helen Bass e Louise Thornton publicaram o famoso livro chamado “Nunca Conte a Ninguém”, nos EUA. As autoras selecionaram manuscritos de mulheres adultas da América do Norte e da Europa que haviam sido vítimas de violência sexual em sua infância e que haviam mantido o fato em segredo até então. Dentre vários, pontuo quatro aspectos ressaltados pela obra: 1- a violência sexual poderia ser praticada por pessoas muito próximas das vítimas; 2- as sequelas para a saúde física e psicológica das vítimas eram graves e 3- as vítimas frequentemente mantinham a violência sofrida em segredo e silêncio; 4- a

⁸ Para uma revisão de como a violência sexual passou a fazer parte da agenda pública brasileira, ver Santos e Ippólito (2011).

⁹ Apresentadora, até 2011, do programa “The Oprah Winfrey Show” na televisão norte-americana, vencedor de diversos prêmios televisivos.

experiência, agora, poderia ser trazida a público e colocada em palavras. Para evidenciar o quanto os casos eram silenciados nessa época, Fátima Ali, diretora da revista NOVA, diz no prefácio do livro que, apesar de já ter feito muitas matérias, não se lembrava de que alguém tivesse contado alguma coisa parecida. Na apresentação da obra, Florence Rush refletiu que as vítimas de tais violências estavam fadadas ao silêncio, corriam o risco de não serem acreditadas, de terem seu dano minimizado ou até mesmo de serem responsabilizadas pelo crime (BASS e THORNTON, 1985).

Contudo, estudos das décadas de 1960 a 90 dividiram suas opiniões sobre as consequências da interação sexual de crianças/adolescentes com adultos. Alguns autores (BAKER e DUNCAN, 1985 apud OKAMI, 1991; CONDY et al., 1987 apud OKAMI, 1991; HAUGAARD e EMERY, 1989 apud OKAMI, 1991; KILPATRICK, 1986 apud OKAMI, 1991) entendiam que crianças e adolescentes consideravam tal interação como uma experiência positiva ou neutra, significando, pois, que elas não a representavam como um evento de violência. Uma segunda corrente de pensamento refutava radicalmente essa explicação, avaliando este tipo de contato como uma violência, um grande mal para as vítimas, que sofrem profundamente com suas consequências. Estas últimas eram tanto de natureza psíquica como social: dor, sofrimento, medo, vergonha, culpa, trauma, humilhação, ideação suicida ou suicídio, raiva, ódio, vingança, revolta, sentimento de impotência, isolamento social, comportamentos violentos, consumo de drogas e álcool, fobias, distúrbios do sono, mágoa, ansiedade, depressão, transtorno do stress pós-traumático, transtornos do humor, transtornos psicóticos e dificuldades sexuais na vida adulta, como: hipersexualização, homossexualidade, confusão entre a necessidade de afeto e de sexo, prostituição, dentre outras (ATKESON et al., 1982; CAPRIO, 1965; FINKELHOR, 1979, 1986; FORWARD e BUCK, 1989; FURNISS, 1993; ROTHBAUM et al., 1992; SPENCER, A., 1999). Há certo consenso de que as consequências poderiam se estender até a fase adulta:

Mulheres que foram violadas quando crianças, ou maltratadas na infância, frequentemente, ao se verem adultas, procuram ajuda médica por dor de cabeça, alterações do sono ou do apetite, ou dores abdominais e pélvicas, corrimento vaginal e sintomas dolorosos musculoesqueléticos. Pode haver, inclusive, depressão, ideia de suicídio, abuso de álcool e de drogas [...] as vítimas estão em alto risco para comportamento subsequente não refletido, promiscuidade sexual, abusos físico e sexual, ansiedade, depressão, baixa autoestima, abuso de álcool e drogas ou dependência, distúrbios do sono crônicos, distúrbio dissociativo, embotamento emocional, culpa, vergonha, estado permanente de alerta, ideação suicida e vários transtornos psiquiátricos (CHARAM, 1997, p. 13-14).

Autores desta época discutiam a magnitude dos danos causados nas vítimas e consideravam que, apesar da violência sexual ser um “problema profundo e esmagador tanto para o indivíduo quanto para a sociedade [...] não é, definitivamente, um beco sem saída. Os estragos não são irreparáveis. A autoestima e a dignidade podem ser definitivamente restauradas” (FORWARD e BUCK, 1989, p. 15). Contemporaneamente, há divergências sobre a extensão das consequências. Alguns autores entendem que, apesar de apresentarem sequelas, as vítimas são capazes de restabelecer suas vidas: “Interpretar a situação vivida ou aprofundar uma sensação de trauma na criança só contribui para aprisioná-la à experiência passada e arruinar sua vida presente, dificultando a superação da experiência negativa” (SANTOS, 2004, p. 137). Outros pesquisadores já apresentam uma visão mais pessimista das consequências para as vítimas: “As consequências, amplas, nefastas, afetam o relacionamento com outras pessoas e destas com a vítima; o prejuízo para a identidade pode ser incalculável e irreversível” (FIORELLI e MANGINI, 2011, p. 195).

Assim, grande parte da literatura brasileira sobre a violência sexual tem se focado nas vítimas. Os autores de violência sexual (AVS¹⁰), sejam homens ou mulheres, adolescentes ou adultos, ainda aparecem esparsamente como sujeitos de pesquisas, por se tratar de um personagem que provoca inúmeras reticências e sentimentos aversivos. Sobre eles, poder-se-ia perguntar: “Quem seria capaz de praticar violência sexual contra crianças ou adolescentes, seres humanos puros, inocentes, assexuados, indefesos, vulneráveis e atualmente merecedores de direitos?” As respostas usualmente são: um monstro, depravado, tarado, perigoso, não cidadão, irredimível, doente mental, psicopata, uma pessoa que não se arrependeria de seus atos, cuja única solução seria separá-lo do restante da comunidade. Eles se tornaram inimigos a serem perseguidos, personificados na figura do pedófilo, que desperta ódio, situa-se entre o criminoso e o patológico (LOWENKRON, 2011) e é considerado como o “novo monstro contemporâneo” (LOWENKRON, 2012, p. 2).

No Reino Unido, dois jornais escritos (*The News of the World* e *The Guardian*) propuseram a campanha *Name and Shame*¹¹, cuja intenção era divulgar fotografias, dados criminais e locais de residência de homens socialmente reconhecidos como pedófilos. Os *vigilante groups*¹² juntavam-se nas portas das casas de tais pessoas e contra elas praticavam diversas formas de violência. Houve relatos de perseguições e banimento da vida comunitária

¹⁰ Neste trabalho, optei por utilizar o termo *autores de violência sexual* (AVS), em contraposição às nomenclaturas *agressor*, *ofensor*, *violentador* e *abusador*, por entender que estes últimos estão carregados de uma forte carga de preconceitos.

¹¹ Nomear e envergonhar (tradução nossa). Campanhas populares feitas para publicizar alguém que fez algo errado.

¹² Grupos de vigilantes (tradução nossa) são compostos por pessoas que desempenham seus próprios atos de justiça (SPENCER, D., 2009).

local. Foi nesse mesmo período que se produziu a imagem social do pedófilo como sendo o mais perigoso ofensor de todos (SPENCER, D., 2009) e por diversas vezes instalou-se o que Marr (1998 apud CROSS, 2005) chamou de histeria pedófila. Esses tipos de prática trouxeram uma série de consequências sociais aos AVS, entendidos como “desviantes incuráveis que representam um perigo criminal *ad aeternum*, qualquer que seja seu status judicial, sua trajetória de reinserção e seu comportamento pós penal” (WACQUANT, 2003, p. 124). As consequências atingiram também a população em geral, uma vez que perseguir os AVS, “longe de tranquilizar, atíça o medo irracional das agressões sexuais” (WACQUANT, 2003, p. 134) e abre “radicalmente o caminho para a extensão sem limites dos dispositivos de vigilância punitiva das categorias sociais que inspiram medo e repugnância” (WACQUANT, 2003, p. 142). Cardia (2003) encontrou, em uma pesquisa com um mil e quarenta e um moradores de bairros do Rio de Janeiro, que socialmente desejamos aos AVS a mais dura punição. O estupro foi indicado como o crime mais grave e que deveria ter mais punição por 51,80% dos respondentes do grupo menos exposto à violência e por 57,80% do mais exposto. A pena de morte foi citada como punição a ser aplicada aos AVS em 25,20% e 45,80% dos casos, respectivamente.

Mas quem são os AVS? Usualmente considerados pelo senso comum e pela mídia como inimigos a serem combatidos e monstros a serem afastados da sociedade, entendo que há, no momento presente, profundo desconhecimento e ignorância sobre eles. Contribui para isso, além de outros fatores, as divergências quanto à sua explicação, caracterização, conceituação e classificação presentes na literatura especializada. Ao buscar pesquisas com os AVS para a sistematização e orientação da minha *práxis* profissional em trabalho anterior no Programa Repropondo¹³ (SANTOS et al., 2009) e também durante a produção de minha dissertação de mestrado com base no referencial teórico-metodológico da psicologia social (ESBER, 2008), realizei levantamentos bibliográficos que evidenciaram: 1- a literatura nacional é ainda escassa e recente e os AVS têm sido praticamente ignorados como sujeitos de pesquisas até bem recentemente; 2- a produção científica internacional sobre os AVS é quantitativamente maior do que a brasileira. Contudo, em meu entendimento, ela possui alguns problemas, tais como: foco nos processos intrapsíquicos e desconsideração do contexto social e institucional, tendência em desconsiderar a perspectiva dos AVS, o que acarreta uma “ausência da voz dos sujeitos” (ESBER, 2009, p. 34). Intitulei essa literatura de psicologizante, patologizante e classificatória (ESBER, 2005, 2009).

¹³ Apresentarei esta experiência profissional na seção 1.1.

No que diz respeito à literatura nacional, é predominantemente a partir do ano de 2000 que pesquisas começaram a ter como sujeitos os AVS, majoritariamente no campo da Psicologia. Estes estudos investigam características de personalidade, descrevem subjetividades, examinam perfis sócio demográficos, narram histórias de vida, avaliam resultados da aplicação de testes e/ou escalas psicológicas, de processos psicoterapêuticos e de programas de atendimento com os AVS, sejam eles adultos ou adolescentes. As abordagens teóricas adotadas são a psicologia social, o psicodrama, a psicanálise, a psicologia cultural e histórica, a teoria feminista e a teoria sistêmica (BARCELOS, 2015; CAFÉ e NASCIMENTO, 2012; CARVALHO, 2011; CARVALHO e SOUSA, 2007; COSTA, 2013; COSTA e COSTA, 2013; COSTA, F. et al., 2014; COSTA, L. et al., 2012; DEBONA, 2011; ESBER, 2000, 2005, 2007, 2008, 2009; FERRARI, 2004; FONSECA, 2012; FONSECA e MONTEIRO, 2013; JESUS, 2006; LODETTI, 2010; MARAFIGA, 2009; MARQUES, H., 2005; MELO, 2008; MOURA, 2012; MOURA e KOLLER, 2008; PASQUALINI-CASADO et al., 2008; PENSO et al., 2012; PINCOLINI e HUTZ, 2014; SANFELICE, 2010, 2011; SANTOS et al., 2009; SCORTEGAGNA e AMPARO, 2013; VECINA, 2002).

Já na Psiquiatria brasileira, alguns estudos investigam a relação entre a violência sexual e os diversos tipos de transtornos mentais: transtorno da preferência sexual, transtornos de personalidade e/ou transtornos relacionados ao uso e abuso de álcool e/ou outras drogas. Tais estudos usualmente tentam delinear de perfis e tipologias do que eles classificam como pedófilos, molestadores sexuais ou estupradores em série (BALTIERI, 2005; CASOY e RIGONATTI, 2006; MARSDEN, 2009; SERAFIM et al., 2009). A tipologia “molestador com psicopatia” (SERAFIM et al., 2009, p. 109) é proposta para se referir àqueles indivíduos que apresentam:

Crueldade na conduta sexual, centrada e modulada pela postura de indiferença à ideia do mal que comete, não expressando emoções quanto ao desvio nem ao fato de que o seu comportamento produz sofrimento. Sugere-se que esse tipo de agressor sexual experimenta o prazer não mais com o sexo, e sim com o sofrimento de sua vítima (SERAFIM et al., 2009, p. 109).

Este tipo de classificação diagnóstica baseia-se em manuais internacionais, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) (APA, 1994), documento de referência para profissionais dos mais diversos campos do conhecimento. A Associação Psiquiátrica Americana (American Psychiatric Association - APA) entende a pedofilia como uma categoria clínica, classificada como um transtorno mental da classe das parafilias. Em sua

quarta edição¹⁴, publicada em 1994, estabelece-se que, para a classificação de indivíduos como pedófilos, são necessárias duas condições básicas: idade mínima de dezesseis anos e ser pelo menos cinco anos mais velho que as crianças. Além disso, pelo período mínimo de seis meses, necessitam apresentar intensa e recorrentemente: atração, desejo, fantasias, impulsos ou comportamentos sexuais com uma ou mais crianças pré-púberes¹⁵, ou seja, aquelas que possuem 13 anos ou menos (APA, 1994). As práticas sexuais são pressupostas pela:

[...] atividade a despir e observar a criança, exhibir-se, masturbar-se na presença dela, ou tocá-la e afagá-la. Outros, entretanto, realizam felação ou cunilíngua ou penetram a vagina, boca ou ânus da criança com seus dedos, objetos estranhos ou pênis, utilizando variados graus de força para tal (APA, 1994, p. 500).

Dentre os critérios diagnósticos para a pedofilia, destaca-se que o transtorno deve provocar “sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo” (APA, 1994, p. 500). Pode ocorrer atração sexual por homens, mulheres ou pessoas de ambos os sexos, limitada ou não ao incesto ou ainda do tipo exclusivo (atração apenas por crianças) ou não-exclusivo.

Outro manual de referência para a Psiquiatria (e também para outros campos do saber, como a Psicologia) é a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 10)¹⁶, que se refere à pedofilia (CID F65.4) como um “transtorno da preferência sexual”. Para ser diagnosticada como tal, a pessoa deve apresentar “preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou do outro sexo, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade” (CID 10, p. 66). Segundo a acepção do manual, o pedófilo pode ser um homem ou uma mulher. Ponto que esta última é raramente nomeada como uma pedófila no discurso social brasileiro, pois ainda temos, enquanto sociedade, dificuldades em identificar mulheres como autoras de crimes sexuais, conforme será discutido na seção 1.4.

Em se falando de outros campos do saber científico além da Psicologia e da Psiquiatria, hegemônicas na literatura brasileira sobre os AVS, menciono ainda duas

¹⁴A APA publicou em 2013 a quinta edição do manual, o DSM-V. Nesta versão, de acordo com a página oficial da associação na internet, “O critério diagnóstico em última análise permaneceu o mesmo do DSM-IV TR. Apenas o nome da desordem mudou de pedofilia para “transtorno pedofílico” para manter a consistência com as outras listagens do capítulo” (tradução nossa). Disponível em: <<http://www.dsm5.org/Documents/Paraphilic%20Disorders%20Fact%20Sheet.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 14.

¹⁵ Considerando que o termo se refere a crianças com idade de até 13 anos, tanto o DSM-IV (1994), como também o DSM-V (2013) apresentam, em meu entendimento, uma lacuna na definição daqueles que possuem preferência ou praticam atos sexuais com adolescentes entre 13 a 17 anos. Apesar de popularmente existirem as expressões “efebofilia” ou “hebefilia”, elas não foram classificadas como transtornos mentais pelo manual.

¹⁶ O manual é organizado pela Organização Pan-americana da Saúde, em conjunto com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

publicações na área do Serviço Social (FREITAS, 2015; SCHMICKLER, 2006), outra na enfermagem (BARREIROS, 2009) e pontuo que nas Ciências Sociais os estudos sobre o AVS ainda são esparsos. Cito como exemplos as pesquisas teóricas e empíricas de Landini, T. (2003, 2004, 2006), Lowenkron (2007, 2010, 2011, 2012, 2014), Machado (2000), Nadai (2010), Oliveira, A. (2007, 2009, 2015), Rodrigues (2014), Suárez e Bandeira (1999). Dessa maneira, infiro tratar-se de um tema ainda não muito discutido neste campo científico:

[...] por ter adquirido contornos específicos enquanto fenômeno social somente nas últimas décadas, a “pedofilia” permanece um tema tabu e silencioso entre os cientistas sociais, necessitando ainda de propostas teóricas e metodológicas que possam aprofundar e complexificar o entendimento do fenômeno (LOWENKRON, 2014, p. 251, grifo do autor).

Estudos sobre os AVS no campo das Ciências Sociais poderiam auxiliar na discussão sobre como as sensibilidades sociais são deslocadas, os sujeitos fabricados, as coletividades reorganizadas e os prazeres difundidos e fixados (LOWENKRON, 2013, 2014). Além disso, tais ciências também se propõem a rupturas com os tipos de explicação que se pautam na biologização do humano, como por exemplo a Psiquiatria e a Neurociência¹⁷ (RUSSO, 2004). Apesar de entender que vivemos em uma cultura que explica personalidades, capacidades, paixões e forças que mobilizam os homens em termos biológicos (ROSE, 2000), as Ciências Sociais criticam sistemas de classificação psiquiátrica como o DSM, no tocante ao “aumento impressionante do número de transtornos de gênero e de sexualidade” (RUSSO, 2004, p. 104).

Sem ignorar o componente biológico da sexualidade humana, as Ciências Sociais entendem que as relações no erotismo perpassam por construções sócio-históricas de categorias, como: gênero, idade, classe social e raça (DUARTE, 2004; FÍGARI, 2009; FÍGARI e DÍAZ-BENÍTEZ, 2009; GREGORI, 2008; MACHADO, 1998; PISCITELLI et al., 2004; RUSSO, 2004; SARTI, 2005; SARTI et al., 2006). Parker (1991), antropólogo, sociólogo e sexólogo, considera que há, no mínimo, quatro subsistemas sobre a sexualidade arraigados na sociedade brasileira: 1- a hierarquia de gênero que se situa no contexto de uma ordem social patriarcal e sustenta um complexo sistema de dominações simbólicas; 2- o discurso científico sobre a sexualidade, que se propõe a trazer a “verdade” sobre os corpos e mapear as “anormalidades” sexuais; 3- o moralismo religioso cristão, que imprime ênfase no pecado e na culpa e, por fim, 4- a ideologia do erótico, que enfatiza os prazeres que os corpos oferecem.

¹⁷ Para uma revisão de estudos que se propõem a analisar a conexão entre a violência sexual e problemas neurológicos, ver Maia et al. (2012).

Ocorre que, em um contexto geral, as ciências humanas e sociais brasileiras historicamente vêm se omitindo quanto a pesquisar e ouvir os AVS, em parte por ser um tema muito doloroso e ríspido. De fato, considero que empreender em uma aproximação face a face (GOFFMAN, 2011) com os AVS é difícil, sejam eles pais, padrastos ou desconhecidos. Usualmente, não queremos escutar o que têm a dizer aqueles que estupraram, morderam, bateram, ameaçaram ou mataram crianças ou adolescentes. Muito menos aqueles que falam sobre o desejo sexual por crianças e adolescentes. Tampouco buscamos nos aproximar cientificamente daqueles que pagam para ter sexo ou aliciam crianças para fins de exploração sexual. Não falamos também sobre as mulheres AVS e sobre os adolescentes AVS. Há predominantemente intensa repulsa a essas pessoas, uma vez que seus comportamentos geralmente provocam nojo, repugnância e asco, pois:

Dentre outros efeitos possíveis (excitação, indiferença, choque, horror, pena, ódio, indignação, etc.), cenas de “violência sexual contra crianças” (“reais” ou “fictícias”), ao representarem o inimaginável e o indizível, são capazes de violentar simbolicamente o espectador [...] (LOWENKRON, 2013, p. 56-57, grifo do autor).

Nesse trabalho, com certeza, ao me propor a escutá-los, deixando emergir suas perspectivas de vidas e de mundo, percorri lugares obscuros da vida social, nos quais poucos de nós queremos transitar. Mas entendo que essa aproximação é imprescindível, pois não se pode conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes sem analisar suas diversas facetas ou sem entender, em toda sua complexidade, as tensões e contradições de um de seus personagens principais: os AVS. Nessa medida, o presente trabalho marca importante contribuição para o campo da literatura brasileira sobre os AVS, levando-se em consideração que ela é ainda incipiente e que são inúmeros os aspectos obscuros sobre eles, como por exemplo: seus pensamentos e sentimentos sobre as violências que cometeram e sobre suas vítimas, as maneiras pelas quais vivenciam sua própria sexualidade e a de suas vítimas, se sentem desejo sexual por suas vítimas, se foram eles próprios vítimas de abuso sexual em sua infância e se isto tem relação com a violência sexual praticada, se o uso de drogas teria influência em seus atos, se eles também cometem outros tipos de crimes ou somente a violência sexual, dentre outros. Na medida do possível, buscarei abarcar alguns desses temas no Capítulo 3.

Julgo que pesquisar AVS é importante tendo em vista que, enquanto não os conhecemos, nos contentamos em apenas rotular, classificar e colocá-los no lugar de doentes, inumanos e de monstros, cuja “solução” seria a cadeia. Considero que isso ajuda muito pouco no próprio enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (como discutirei

na seção 2.6), retroalimentando-a perversamente em nossa sociedade e potencializando as possibilidades que mais crianças, adolescentes e mulheres sejam vítimas de violências sexuais, em uma proporção que tem sido cada vez mais publicizada, em níveis que considero alarmantes. Entretanto, para além de uma perspectiva pessimista, é possível reconhecer que cada vez mais pesquisadores começam a se atentar ao tema – o que não acontecia há quinze anos, quando iniciei minhas pesquisas com os AVS – e observar que uma feliz, sutil e paulatina mudança pode estar acontecendo. Sorte das vítimas em potencial.

Direcionando a reflexão à literatura internacional empírica, teórica, clínica e forense sobre os AVS (chamados de sexual offenders¹⁸), ponto que ela começou a surgir com mais proeminência a partir das décadas de 1980 e 1990 (portanto, no mínimo, vinte anos antes do Brasil). Neste período, pesquisadores constatavam que os AVS raramente incorporavam a perspectiva das vítimas em seus relatos, quando solicitados a descrever as violências sexuais praticadas. Ao contrário, eles forneciam um conjunto de explicações como: as vítimas mereceram ou gostaram do abuso, não foram machucadas pela ofensa, são sexualmente provocativas, crianças e adolescentes seduzem homens adultos, o abuso foi uma experiência agradável para a vítima (ABEL et al., 1984, apud HANSON, 2003; GIACOPASSI e DULL, 1986; SNOWDON, 1984, apud HANSON, 2003). Estas narrativas foram amplamente interpretadas como problemas intrapsíquicos dos AVS, como as chamadas distorções cognitivas. Sustentadas por autores adeptos de uma das abordagens da Psicologia intitulada cognitivo-comportamental, hegemônica neste campo até os dias de hoje, essas concepções são ainda presentes. De acordo com esta perspectiva, os AVS apresentam um conjunto de crenças distorcidas ou teorias implícitas sobre os contatos sexuais de crianças com adultos, que por erro de suas cognições lhes possibilitariam negar, minimizar, racionalizar, justificar, desculpar-se pelo seu comportamento sexualmente violento e/ou ainda culpabilizar a vítima (BORN, 2005; GANNON et al., 2007; HORLEY, 2000; MIHAILIDES et al., 2004; SCHNEIDER e WRIGHT, 2004; STEVENS, 2001; WARD, 2000; WEBSTER, 2002). No próprio DSM-IV, também publicado na década de 90, está presente a ideia de que os AVS entenderiam que as experiências sexuais seriam prazerosas para as vítimas:

Essas atividades são geralmente explicadas com desculpas ou racionalizações de que possuem "valor educativo" para a criança, de que esta obtém "prazer sexual" com os atos praticados, ou de que a criança foi "sexualmente provocante" - temas comuns também na pornografia pedófila (APA, 1994, p. 500, grifo do autor).

¹⁸ Ofensores sexuais (tradução nossa).

Outro tipo de explicação proposto pela abordagem supramencionada, também com centralidade no campo intrapsíquico, defende que os AVS possuiriam déficits de empatia¹⁹, o que prejudicaria sua capacidade de reconhecer ou se solidarizar com os sentimentos e o sofrimento de suas vítimas. Assim, eles imporiam suas necessidades sexuais, independentemente das consequências de seus atos para com as últimas (MARSHALL et al., 1995; PITHERS, 1999; WEBSTER et al., 2005). Sem buscar o objetivo de questionar teórica ou metodologicamente a teoria dos déficits de empatia, lançarei luz a esse debate, utilizando-me dos conceitos de socialização de Berger e Berger (1978) e da discussão sobre o tema das emoções promovida por Jaggar (1997), autores das Ciências Sociais que vinculam a experiência individual à experiência social, o que nos faz necessariamente reportar ao tipo de sociedade que constrói esses indivíduos, refutando qualquer tipo de explicação estritamente intrapsicológica.

O objetivo geral da presente tese é responder a seguinte pergunta: quais são as representações sociais de AVS sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual? Para tanto, foi feita uma pesquisa documental nos prontuários institucionais dos condenados, com base em um formulário elaborado para tal fim. Outro procedimento metodológico constituiu-se na realização de sessenta e uma entrevistas com vinte e seis homens condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes, que cumprem pena na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães²⁰ (POG). Utilizei-me da proposta das entrevistas narrativas de Jovchelovitch e Bauer (2002), a partir de roteiros (apêndices C e D) previamente formulados para atender aos objetivos investigativos propostos. Para a análise de suas falas, optei pela abordagem qualitativa e elegi três unidades de significação que, apesar de didaticamente distintas, a todo momento se fundiram e se entrelaçaram: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes e 3- sexualidade (das vítimas e dos AVS). Comparei os elementos conceituais evidenciados em suas falas nessas unidades com os três seguintes conceitos parâmetros adotados: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes; 3- sexualidade. A minha hipótese é que as representações dos entrevistados sobre vítimas não diferem daquelas hegemonicamente apresentadas pelo senso comum, mídia, literatura especializada, legislação e discursos institucionais.

¹⁹ Este tema será abordado na seção 2.3.

²⁰ Trata-se de uma das cinco penitenciárias situadas no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia. É o local de maior concentração de presos no Estado de Goiás, totalizando aproximadamente cinco mil. O Complexo é composto pelas seguintes Unidades: 1) Penitenciária Coronel Odenir Guimarães – POG: regime fechado masculino; 2) Casa de Prisão Provisória (CPP): sexo masculino e feminino; 3) Colônia Industrial e Agrícola do Estado de Goiás: regime semiaberto; 4) Penitenciária Feminina Consuelo Nasser; 5) Núcleo de Custódia: unidade de segurança máxima, sexo masculino. Disponível em: <<http://www.sapejus.go.gov.br/diretriz-geral/historico-da-secretaria/historico-da-agencia.html>>. Acesso em 14 set. 14.

O primeiro capítulo tem o título: “Recortes teóricos e metodológicos adotados para a realização da pesquisa”. Inicia-se com a descrição de minha experiência profissional anterior à presente tese e de algumas inquietações teóricas que advieram dela, quando estive na coordenação do Programa Repropondo²¹: atendimento psicoterapêutico a autores de violência sexual. Depois, busco elucidar a trajetória teórica e metodológica por mim empreendida para a efetivação da presente pesquisa, contemplando os seguintes temas: o cumprimento das formalidades necessárias para a realização da pesquisa na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães – POG; os colaboradores desta pesquisa; o trabalho de localização dos condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães – POG; a proposta metodológica das entrevistas e as adequações realizadas a partir da peculiaridade do campo empírico; a transcrição, categorização e análise das entrevistas; considerações teóricas e metodológicas sobre as representações sociais, quando perpasso pela perspectiva sociológica clássica das representações coletivas de Émile Durkheim e pela Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici.

No segundo capítulo, nomeado “Violência sexual contra crianças e adolescentes: um breve panorama”, abordo a revisão de seis assuntos que considero de especial relevância para a presente discussão: 1- o abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: conceituação e características; 2- adultos, crianças, adolescentes e sexualidade na história: diferentes representações; 3- os AVS e a questão dos déficits de empatia pelas vítimas: recortes conceituais nos campos da Psicologia e das Ciências Sociais; 4- a mídia e a violência sexual contra crianças e adolescentes: alguns apontamentos; 5- marcos legais para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil; 6- políticas públicas e ações não governamentais de atenção aos autores de violência sexual no Brasil. Dessa maneira, percorro o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir dos prismas conceitual, histórico, científico, midiático, jurídico e institucional, que possibilitaram discutir as maneiras pelas quais as representações sociais são produzidas e reproduzidas na sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, intitulado “As representações sociais sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual para os entrevistados”, proponho evidenciar as representações sociais que os entrevistados apresentam sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Para tanto, divido suas narrativas em dois eixos: no primeiro, procedo uma apresentação geral dos entrevistados (evidenciando tanto as perspectivas dos próprios

²¹ Constitui-se no primeiro programa de atendimento psicoterapêutico aos AVS no Brasil sistematizado em forma de pesquisa (SANTOS et al, 2009).

entrevistados, como também da instituição prisional e do arcabouço penal) e teço considerações sobre cenários que foram revelados espontaneamente a partir do campo empírico, tais como suas representações e sentimentos sobre pessoas que praticam violência sexual e as diferentes facetas entre assumir e negar a violência. No segundo, analiso as representações sociais dos entrevistados sobre crianças e adolescentes vítimas de violência sexual para a partir das três unidades de significação propostas: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes; 3- sexualidade (das vítimas e dos AVS). As três serão apresentadas em duas categorizações centrais: 1- as vítimas e vítimas de violência sexual: a primeira unidade de significação (seção 3.2.1); 2- crianças/adolescentes e sexualidades: duas unidades de significação (seção 3.2.2).

Na conclusão, retomo elementos importantes examinados ao longo do trabalho e formulo algumas considerações mais abrangentes que possam conectar os diferentes domínios de análise delineados nos três Capítulos. Na sequência, resgato a discussão sobre os resultados acerca da investigação empírica quanto às representações sociais dos AVS sobre crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, concluindo que são similares àquelas apresentadas pelo senso comum, mídia, legislação, literatura especializada e discursos institucionais. Dessa forma, reitera-se a premissa das Ciências Sociais em entender as biografias individuais conectadas às biografias sociais, problematizando a explicação estritamente intrapsicológica de que eles seriam mentalmente doentes, monstruosos, psiquicamente anormais, que possuiriam distorções cognitivas e/ou déficits de empatia para com suas vítimas, algumas dessas concepções defendidas inclusive por parte significativa da literatura especializada.

CAPÍTULO 1 – RECORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS ADOTADOS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

As inquietações teóricas que me conduziram à realização dessa tese tiveram início antes do curso de doutorado, quando atuei como psicóloga, coordenadora e supervisora do *Programa Repondo: atendimento psicoterapêutico a autores de violência sexual*, desenvolvido pela PUC-Goiás entre os anos de 2004 a 2011, na cidade de Goiânia. Iniciarei esse capítulo discorrendo sobre essa experiência de trabalho (seção 1.1). Em seguida, empenhar-me-ei na descrição da trajetória teórica e metodológica percorrida para a realização da pesquisa empírica, contemplando os seguintes temas: cumprimento das formalidades necessárias para a realização da pesquisa na POG (seção 1.2); colaboradores da pesquisa (seção 1.3); localização dos condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes na POG (seção 1.4); proposta metodológica das entrevistas (seção 1.5); transcrição, categorização e análise das entrevistas (seção 1.6); considerações teóricas e metodológicas sobre as representações sociais (seção 1.7).

Assim, entendo ser possível evidenciar a complexidade e as particularidades necessárias para um estudo desse porte: no âmbito de uma penitenciária, com pessoas que cometeram um dos crimes mais passíveis de punição e retaliação, conhecidas como “fazer justiça”, praticadas pelos próprios reclusos condenados por violência sexual contra crianças e adolescentes; abordando um tema socialmente silenciado, condenável e suscetível a sentimentos hostis; tratando de um assunto sobre o qual os próprios entrevistados manifestam vergonha e reticências em expressar. Apesar de todas essas dificuldades, evidencio ao longo de toda essa tese que foi possível manter com eles encontros de diálogo e interação, a partir dos quais interpreto que as revelações sobre as violências praticadas e sobre as vítimas se deram em contradições entre o negar e o assumir (seção 3.1.3). Dessa forma, realço um dos temas que considero atualmente um dos mais obscuros da literatura especializada sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes: o AVS.

1.1 O PROGRAMA REPONDO: ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO A AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Entre os anos de 2000 a 2011, atuei como psicóloga no Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ), da PUC-Goiás, um dos pontos de atenção da Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência da cidade de Goiânia.

Criado em 1983, o Centro é uma unidade da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), que nasceu como uma contraproposta ao modelo institucional do extinto Centro de Observação e Orientação Juvenil (COOJ)²² – uma instituição para os então intitulados menores infratores no Estado de Goiás. Em seu primeiro projeto de atuação, o CEPAJ “defendeu a desinstitucionalização dos adolescentes internados, comprometeu-se e envolveu-se na construção de um atendimento em meio aberto, passando a receber os “menores delinquentes” do COOJ encaminhados pelo Juizado de Menores” (OLIVEIRA, M., 2005, p. 5, grifo do autor). Em 1998, o CEPAJ buscou o desenvolvimento de ações relacionadas às crianças, aos adolescentes e às famílias envolvidas em situação de violência física, sexual e psicológica, sendo profícuo em produções científicas sobre o tema (CAFÉ, 2004; CAFÉ e NASCIMENTO, 2012; ESBER, 2000, 2005, 2007, 2009; JESUS, 2006; LIBÓRIO e SOUZA, 2004; MELO, 2008; OLIVEIRA, M., 2005; OLIVEIRA e SOUSA, 2007; SANTOS, 2007; SANTOS e ARAÚJO, 2009; SANTOS e SOUSA, 2008; SANTOS et al, 2009; SOUSA e RIZZINI, 2001).

No ano de 2004, os casos de exploração sexual comercial ainda eram esparsamente atendidos pelo CEPAJ e pelas unidades que compunham a Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência de Goiânia. Naquela época, a equipe considerou a necessidade de fortalecer as ações de enfrentamento a tal violência em Goiânia e na região metropolitana, bem como propor, em um formato inédito no Brasil, atendimento psicoterapêutico e pesquisas com os AVS. Submeteu, então, um projeto de pesquisa-ação à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), intitulado “Ações de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil em Goiânia e Região Metropolitana, Projeto Invertendo a Rota” (PROINVERT). Aquela instituição concedeu apoio financeiro para os dois primeiros anos de sua execução, entre 2004 e 2006, por meio de convênio firmado com a Prefeitura de Goiânia, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) e o Fundo Municipal de Apoio à Criança e ao Adolescente (FMACA).

O principal objetivo do PROINVERT foi desenvolver metodologias de trabalho que subsidiassem a implantação, no estado de Goiás, do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (BRASIL, 2013a). Inicialmente, o Projeto foi composto por sete subprogramas: 1) Educação Social nas Rotas; 2) Tecendo a Rede da Cidadania – Capacitação de Recursos Humanos; 3) Rota da Cidadania – Educação, Saúde, Assistência, Profissionalização; 4) Rompendo o Ciclo da Impunidade – Responsabilização de Pessoas que Cometem Crimes Sexuais; 5) Repondo – Atendimento Psicoterapêutico a Autores de

²² Em 2009, o diretor Lourival Belém Jr. produziu um documentário sobre o COOJ intitulado: “Recordações de um presídio de meninos”.

Violência Sexual; 6) Comunicação Social e Monitoramento da Mídia; e 7) Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento de Metodologias de Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Goiás.

Por tratar-se de um projeto de pesquisa-ação, o PROINVERT publicou diversos livros, dentre eles: 1) “(Re)Descobrimos as faces da violência sexual contra crianças e adolescentes” (OLIVEIRA e SOUSA, 2007); 2) “Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico” (SANTOS et al., 2009); 3) “AUTORES de violência sexual contra crianças e adolescentes²³” (ESBER, 2009); 4) “A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais” (LIBÓRIO e SOUSA, 2004); 5) “O Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-juvenil: Uma análise de situação” (SANTOS, 2007); 6) “O Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-juvenil: Metodologia de trabalho e intervenção” (SANTOS e ARAÚJO, 2009) e 7) “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Pesquisas com documentos de domínio público” (SANTOS e SOUSA, 2008).

Coordenei, entre 2004 e 2011, o “Programa Repropondo: atendimento psicoterapêutico a autores de violência sexual contra crianças e adolescentes”, que desenvolveu cinco principais frentes de trabalho: 1) atendimento psicoterapêutico individual a adultos AVS sentenciados; 2) atendimento psicoterapêutico individual e familiar a adolescentes AVS; 3) formação de um grupo terapêutico²⁴ para pessoas que têm preferência sexual por crianças e adolescentes em meio aberto; 4) formação do “Grupo reflexivo sobre o atendimento de autores de violência sexual” composto por profissionais e instituições de diversas áreas do conhecimento, para reflexão sobre as ações desenvolvidas no programa e 5) capacitação de

²³ Meus sinceros agradecimentos à equipe do CEPAJ por permitir transformar a minha dissertação de mestrado em livro.

²⁴ Considero importante explicitar aqui a trajetória metodológica empreendida para a realização desta ação. Após diversas tentativas frustradas de constituição deste grupo, a equipe do Programa veiculou anúncios em duas rádios locais, convidando pessoas que tinham preferência sexual por crianças e adolescentes a receberem atendimento psicoterapêutico gratuito. A vinheta oferecia um número de telefone para que os interessados pudessem entrar em contato. Apesar das inúmeras ligações recebidas, apenas seis homens compareceram para a entrevista inicial de triagem. Destes, três possuíam tal preferência. Todos solicitaram psicoterapia individual, em vez de grupal, o que foi atendido. Para tanto, foi utilizado o espaço físico do Centro de Estudos e Prática Psicológica (CEPSI), clínica escola pertencente à PUC-Goiás. Por ser uma ação realizada em meio aberto, à época, busquei estabelecer uma parceria institucional junto ao Conselho Regional de Psicologia, com o objetivo de compartilhar institucionalmente os dilemas em que estaríamos envolvidos caso nos deparássemos com qualquer pessoa que relatasse ter cometido ou estar praticando violência sexual contra alguma criança ou adolescente, sem que tivesse sido realizada a denúncia jurídica dos seus atos; ou ainda caso as vítimas estivessem em condição de vulnerabilidade à violência sexual. O dilema ético diria respeito à necessidade de formalização de denúncia e a proteção da vítima – previstos tanto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), como também no próprio Código de Ética Profissional da Psicologia – *versus* a possibilidade de quebra de uma relação de ajuda psicológica a um indivíduo que raramente busca esse tipo de intervenção, exatamente pelo receio da denúncia por parte do profissional. Dada a importância desse tipo de atendimento, o Conselho colocou-se à disposição para assessorar os profissionais que atuavam no Programa com quaisquer questões que se fizessem necessárias. Contudo, até o momento em que deixei a coordenação do Programa, em 2011, não fiz o registro de qualquer pessoa atendida que estivesse vivenciando tais condições, apesar da declarada preferência sexual ou atração sexual por crianças ou adolescentes. Isso claramente indica que podem existir pessoas que, apesar de possuírem tal preferência, não chegam a praticar atos de violência sexual. Todas as frentes de trabalho propostas pelo Programa Repropondo já foram descritas em publicação anterior (SANTOS et al, 2009).

profissionais de diversas áreas para o trabalho com os AVS, especialmente os da rede de atenção a crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência, da cidade de Goiânia. A descrição e avaliação dessas ações foram publicadas no livro: “Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico” (SANTOS et al., 2009).

Para que as três primeiras frentes de trabalho pudessem ser desenvolvidas, a coordenação do programa realizou parcerias com a Agência Goiana do Sistema Prisional²⁵ (AGSP), Juizado da Infância e Juventude (JIJ), Secretaria de Cidadania e Trabalho (SECT) (responsável pelo Centro de Internação de Adolescentes), Secretaria Municipal de Assistência Social de Goiânia (SEMAS), Núcleo de Estudo e Coordenação para Saúde do Adolescente em Goiânia (NECASA) do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG), Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (DEPAI), Conselhos Tutelares (CT), Ministério Público (MP) e Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

Após finalização da parceria financeira com a Petrobrás e dados o pioneirismo, a inovação metodológica e a importância de continuação desse trabalho, o CEPAJ firmou outro convênio²⁶, dessa vez com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). Foram financiadas as seguintes ações: a) fortalecimento e consolidação da Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência na Cidade de Goiânia; b) realização de campanhas educativas de combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes²⁷ (ESCCA), voltadas para taxistas, mototaxistas, caminhoneiros, frentistas de postos de gasolina, proprietários de hotéis, motéis, bares e similares; c) continuidade do desenvolvimento de ações do Programa Repondo.

Ao mesmo tempo em que findava o convênio com a SEDH/PR, o Projeto participou do Concurso “Prêmio FINEP de Inovação 2009”, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Ele foi classificado em primeira colocação da região Centro-Oeste na categoria “Tecnologia Social”. Após recebimento de incentivo financeiro do MCT, o CEPAJ desenvolveu a terceira etapa do projeto, entre 2011 e 2012, a qual não tive o prazer de participar.

Indubitavelmente, diversos posicionamentos ficaram bastante claros e foram sendo construídos na trajetória de quinze anos em que venho atuando com os AVS, seja como pesquisadora independente ou ainda nos onze anos em que trabalhei como psicóloga no CEPAJ,

²⁵ Atual Superintendência Executiva de Administração Penitenciária, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

²⁶ Convênio nº 159/2005 – SEDH/PR, firmado entre a União, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), e a Sociedade Goiana de Cultura / Universidade Católica de Goiás – UCG / Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil – CEPAJ.

²⁷ A campanha teve o slogan “Exploração sexual: neste jogo, criança sempre perde. Favorecer a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime”.

sendo sete na coordenação do Programa Repropondo e nos atendimentos psicoterapêuticos com os AVS: 1- há profundo desconhecimento social e científico sobre os AVS e suas subjetividades. No senso comum, são indiscriminadamente classificados como mentalmente perturbados, loucos e monstros, concepções estas continuamente reforçadas pela mídia (conforme será abordado na seção 2.4). A produção científica ainda não consegue desobscurecer tais julgamentos à população, uma vez que os estudos nacionais são ainda escassos e precários, enquanto que a literatura internacional, apesar de abundante, é alvo de diversas críticas, já relacionadas em trabalho anterior (ESBER, 2009); 2- os AVS formam um segmento heterogêneo, que não pode ser reduzido a um perfil psiquiátrico ou psicológico determinado, como o de pedófilo ou psicopata, pois nem todos preenchem os critérios clínicos para tal. Ademais, os indivíduos são completamente diferentes em suas histórias de vida, sexualidades, motivações para cometer a violência sexual e sentimentos sobre ela, formas de representar e relacionar-se com as vítimas, duração da violência, uso de violência física e ameaças, presença ou ausência de desejo sexual, dentre outras inúmeras características ainda praticamente desconhecidas e pouco discutidas; 3- são quase inexistentes os programas de atendimento psicoterapêutico aos AVS no Brasil, seja dentro ou fora das prisões, pois existem resistências para sua implantação nos níveis individual, interpessoal e institucional, conforme discutirei na seção 2.6; 4- tais programas deveriam ser considerados como componentes imprescindíveis ao conjunto de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Contudo, são usualmente entendidos como intervenções excludentes a estas, restando aos AVS ações meramente punitivas e reconhecidamente ineficazes, como a prisão. Desta forma, os principais responsáveis pela violência sexual são negligenciados enquanto possíveis sujeitos de intervenções terapêuticas no campo da saúde mental que, em última instância, teriam o objetivo de reduzir as reincidências; 5- para a análise e a discussão sobre os AVS, são imprescindíveis as contribuições de vários domínios do saber científico, como a Medicina, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, pois o tema é bastante complexo para ser analisado por apenas uma abordagem.

A proposta inicial do Programa Repropondo foi construir um diálogo e realizar inserção nas mais diversas políticas públicas (Saúde, Assistência Social e Administração Penitenciária), de forma de que a metodologia desenvolvida no decorrer de sua execução fosse incorporada por elas após encerradas suas atividades, já que se tratava de um programa com financiamento por tempo determinado, ou seja, com início, meio e fim. Contudo, após seu término, nenhuma das instituições parceiras deu prosseguimento às ações e o cenário de atenção aos AVS em Goiás voltou a ser apenas o encarceramento, falsamente percebido como uma

medida eficaz contra a violência. É reconhecidamente sabido que as prisões apenas segregam, prejudicam e degradam os seres humanos que nela vivem. Não se pode esperar que voltem melhores do que entraram e muito menos “recuperados”. Devemos lembrar que estarão afastados apenas por um período de tempo (que parece ser longo, mas é curto), pois muito brevemente voltarão à mesma sociedade da qual saíram, podendo novamente conviver com suas famílias, com suas próprias vítimas, com outras crianças e adolescentes ou ainda constituir novas famílias. Lamentavelmente, não discutimos seu retorno, nem no senso comum, nem na mídia e nem na literatura especializada. Utilizamos-nos de uma confortável retórica de que somente a punição é suficiente. E sofreremos as consequências desta quase que completa ignorância sobre quem de fato são os AVS e sobre o que fazer com eles.

1.2 O CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES NECESSÁRIAS PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA PENITENCIÁRIA CORONEL ODENIR GUIMARÃES – POG

Uma vez tendo atuado como psicoterapeuta e pesquisadora do Programa Repondo desde 2004 na POG e nunca tendo tido dificuldades de acesso aos AVS, a escolha da Penitenciária como campo empírico do meu trabalho deu-se de maneira natural e lógica. Todos os entrevistados da pesquisa estão, pois, formalmente condenados por crimes relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes, privados de liberdade em regime fechado, em uma instituição total, que seria “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1961, p. 11). É um estabelecimento que precisa manter rígido controle com o mundo exterior e a entrada no mesmo significa ter que cumprir etapas, regras e protocolos.

A primeira formalidade para meu acesso à penitenciária foi a submissão de projeto de pesquisa à apreciação da Coordenadoria Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos de Execução Penal, da então Agência Goiana do Sistema de Execução Penal. A autorização daquele departamento encontra-se no anexo A. Após formalmente aceito, o projeto foi também autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFG (anexo B).

Esse campo de pesquisa foi eleito por apresentar vantagens metodológicas ao aglomerar em um mesmo local praticantes de diversos crimes:

Como primeira vantagem, provavelmente não existe nenhum meio mais rápido de acumular uma amostra grande. Nenhum outro lugar tem tantos desviantes cujo desvio é publicamente conhecido e que, portanto, poderiam tanto falar com você quanto não.

Além disso, algumas atividades ocorrem de modo tão privativo e solitário, que os sujeitos não poderiam ser encontrados de outra maneira (BECKER, 1999, p. 156).

Esse tipo de vantagem faz ainda mais sentido para os AVS contra crianças e adolescentes, uma vez que o acesso a tais indivíduos em meio aberto torna-se mais difícil²⁸, pois eles cometem crimes circundados por um clima social de segredo, silêncio, vergonha e culpa. São pessoas que têm lugar clandestino na sociedade, cujo clamor é por punição, pois os conceitua como monstros, posição esta que os próprios AVS assumem para si mesmos ou para pessoas que cometem violência sexual, conforme discutirei na seção 3.1.2.

1.3 COLABORADORES DA PESQUISA

Esta pesquisa somente foi possível porque recebi a contribuição de diversas pessoas, que se dispuseram voluntariamente com seu tempo, trabalho e conhecimento. Isto foi fundamental para que eu pudesse trabalhar com o grande quantitativo de dados empíricos obtidos. Considero essas pessoas como colaboradores do presente trabalho: a) estudantes do curso de graduação em Psicologia da PUC-Goiás e b) profissionais do CEPAJ que atuavam no Programa Repropondo no ano de 2011, quando do levantamento de informações via prontuário.

A seleção de alunos colaboradores se deu por meio da divulgação de vagas para participação em pesquisa nos murais do Departamento de Psicologia da PUC-GO e também para alunos do curso de graduação em Ciências Sociais e Jornalismo, estes últimos da UFG. Um total de quatorze acadêmicos do curso de Psicologia manifestaram interesse em participar da pesquisa e não houve adesão dos discentes dos demais cursos. Seu trabalho consistiu em: a) realizar levantamento nos prontuários institucionais dos presos, no cartório da POG no mês de abril de 2011; b) preencher um formulário (apêndice A) com informações sociodemográficas dos AVS identificados pelo levantamento; c) inserir os dados²⁹ dos referidos formulários no Programa Pacote Estatístico SPSS/IBM, versão 20.0; d) transcrever as sessenta e uma entrevistas realizadas pela pesquisadora.

Semanalmente, esses alunos e eu nos reuníamos com o objetivo de trocar informações sobre o andamento dos trabalhos relacionados à pesquisa. Como uma maneira de compensá-los pelos trabalhos realizados, propus-me a contribuir para a sua formação acadêmica, realizando, nestes encontros, discussões sobre aspectos diversos provindos das

²⁸ Mas não impossível, conforme evidenciou a experiência do Programa Repropondo.

²⁹ Infelizmente, não houve tempo hábil para realizar a análise referente a esse procedimento metodológico.

entrevistas, teorizações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e sobre outros assuntos de interesse do grupo. O total de horas dedicadas à pesquisa foi relatado em um certificado, assinado por mim e pela professora orientadora.

Também colaboraram para o presente trabalho profissionais do Programa Repropondo que selecionavam os AVS para lhes oferecer atendimento psicoterapêutico na realização de sua última fase, em 2011. Assim, eles realizariam um levantamento³⁰ nos prontuários institucionais, com o objetivo de localizá-los dentro do universo de homens encarcerados. Coincidentemente, foi nesta mesma época que a presente pesquisa demandaria busca similar. Decidimos atuar em conjunto, de maneira que o mesmo trabalho se propusesse a servir para as duas finalidades. O levantamento foi realizado por profissionais do CEPAJ e alunos voluntários, que se revezavam semanalmente para realizar o trabalho, com o suporte logístico do CEPAJ. Na próxima seção, descreverei os procedimentos metodológicos para a realização do levantamento supramencionado.

1.4 LOCALIZAÇÃO DOS CONDENADOS POR CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PENITENCIÁRIA CORONEL ODENIR GUIMARÃES - POG

Depois de cumpridas todas as formalidades necessárias para a autorização de minha entrada semanal na Penitenciária, deparei-me com o problema de como proceder para localizar, dentro do universo de homens que estavam em regime fechado, aqueles que cumpriam pena por crimes sexuais contra crianças e adolescentes, potenciais sujeitos da pesquisa, uma vez que a Direção Administrativa da POG informou não dispor da relação dos presos por tipo de crime cometido, existindo apenas uma lista geral com os nomes de todos os detentos e sua localização por ala e cela. Assim, uma das maneiras de identificá-los seria a partir de uma pesquisa em cada um dos mil quatrocentos e trinta e oito prontuários institucionais dos presos, arquivados no Cartório da Penitenciária, em abril de 2011.

O levantamento por formulário (apêndice A) consistiu em uma pesquisa documental nos prontuários institucionais dos presos, com o objetivo de organizar, sistematizar e homogeneizar informações provenientes de diversos documentos originalmente heterogêneos e sem fins de pesquisa: denúncias do MP, sentenças judiciais, relatórios administrativos sobre a vida carcerária, pareceres técnicos produzidos por profissionais vinculados à instituição e outros. Os formulários possuíam informações sobre os dados sociodemográficos e criminais dos indivíduos, como: escolaridade, idade, estado civil, tipo de crime, idade da vítima,

³⁰ Os procedimentos metodológicos adotados para a realização do levantamento estão descritos na seção 1.4.

proximidade social entre vítima e autor da violência, dados gerais sobre a violência sexual cometida e sobre as vítimas.

A pesquisa documental teve início em abril de 2011 e término em junho de 2011, com duração de quase dois meses. Ela indicou a presença de cinquenta e três homens condenados por crimes relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes, qualificados pelo antigo crime de atentado violento ao pudor³¹, estupro³² ou estupro de vulnerável³³. Não foram localizados casos de condenações por favorecimento da ESCCA. Deste total, vinte e seis aceitaram participar da pesquisa. Quanto aos demais, alguns deles não concordaram em conceder entrevistas, um havia fugido da penitenciária e outros já tinham realizado progressão para o regime semiaberto, quando da tentativa de contato.

O levantamento sobre a existência de mulheres sentenciadas por crimes relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes conduziu-me à direção da Penitenciária Feminina Consuelo Nasser. Por se tratar de uma unidade pequena, com um quantitativo de aproximadamente sessenta mulheres presas, a direção prontamente conseguiu nomear duas que ali cumpriam pena, sem a necessidade de um levantamento mais elaborado. Minha entrada naquela penitenciária para a tentativa de entrevista com as reclusas somente foi concedida após apresentação do projeto de pesquisa e da autorização da Coordenadoria Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos de Execução Penal. Uma das mulheres concordou em compor o estudo, tendo sido realizada com ela uma entrevista, sendo que a segunda não aceitou participar. Considerando que a primeira entrevistada seria a única pessoa do sexo feminino da presente amostra e que isso colocaria em risco a garantia do anonimato e do sigilo em relação às informações prestadas, tomei a difícil decisão metodológica de excluí-la da presente análise, apesar de entender que pesquisar mulheres que praticam violência sexual enriqueceria o teor da pesquisa. Assim, tem-se que o sexo masculino compõe a população total desse estudo.

Não encontrei produções científicas nacionais que se propusessem a investigar mulheres AVS, o que leva a concluir que o personagem feminino nesse tema é praticamente ignorado. Contudo, algumas pesquisas voltadas para a definição de perfis sociodemográficos indicam um índice de até 3% de casos em que a violência sexual é cometida por mulheres

³¹ Por terem sido condenados antes de 2009, alguns entrevistados ainda foram enquadrados no tipo penal “atentado violento ao pudor”, que vigorou no Brasil entre os anos de 1940 e 2009, quando foi criado pelo Código Penal Brasileiro (CP) e revogado pela Lei 12.015/2009, respectivamente. Este era caracterizado por qualquer ato sexual diverso da conjunção carnal (sexo vaginal) em meninas, ou qualquer ato sexual incluindo o sexo anal em meninos.

³² De acordo com a Lei número 12.015, de 7 de agosto de 2009, o estupro é qualificado pelo artigo 213: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

³³ O estupro de vulnerável está previsto no artigo 217-A da Lei número 12.015, de 7 de agosto de 2009: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”.

(HABIGZANG et al., 2005; SILVA e SILVA, 2005). Apesar de quantitativamente inexpressiva, ela não pode ser considerada inexistente, menos importante, menos grave ou menos danosa do que aquela praticada por homens. Em estudo anterior, constatei que um AVS relatou ter sofrido na infância violências sexuais por parte da tia e da cunhada. De acordo com sua concepção, estas trouxeram consequências para a vivência de sua própria sexualidade, como a hipersexualização e a prática de violências sexuais (ESBER, 2009). Argumento que a violência sexual cometida por mulheres é subnotificada, pois ainda enfrentamos, enquanto sociedade brasileira, dificuldades em identificar, falar, denunciar, condenar e pesquisar mulheres AVS. Evidência disto é que os termos “agressora sexual”, “abusadora sexual”, “pedófila” ou “ofensora sexual” são quase ausentes nos discursos institucionais, do senso comum, da mídia e da literatura especializada.

Apesar de toda a dificuldade em pautar o tema no campo científico, social e governamental brasileiros, ele definitivamente merece consideração, pois as mulheres AVS existem e podem, além de abusar sexualmente, também machucar, torturar e até mesmo matar crianças e adolescentes. Isto é evidenciado por uma considerável parcela da literatura internacional (FORWARD e BUCK, 1989; MATHEWS et al., 1989; NATHAN e WARD, 2001; SARREL e MASTERS, 1982; SPENCER, A., 1999; VANDIVER, 2006) e também por meio de documentários e filmes³⁴, muitos deles descrevendo histórias verídicas de mulheres que, sozinhas ou em coautoria com homens, cometeram violência sexual contra crianças ou adolescentes.

Por hora, contento-me em pesquisar apenas homens AVS, sem que isso signifique ignorar que a violência sexual pode também ser cometida por mulheres. Contudo, ponto que precisamos nos questionar sobre os significados sociais da invisibilidade, do silenciamento e do obscurecimento sobre o tema da mulher AVS. Em meu entendimento, isto se dá em função da essencialização e da naturalização do lugar da mulher como cuidadora, protetora e dócil, qualificativos estes incompatíveis com a monstrosidade socialmente necessária para o reconhecimento de um homem que comete tal tipo de violência no imaginário social. Contudo, trata-se apenas de uma hipótese, que é, sem dúvida, um importante objeto de estudo para futuras pesquisas.

³⁴ Como exemplos, cito o filme britânico “Notas sobre um Escândalo”, lançado em 2006, que narra a estória de uma professora que se envolve sexualmente com um aluno adolescente. Já “Karla: Paixão Assassina” se refere à história verídica de Paul Bernardo e Karla Leanne Homolka que estupraram e assassinaram diversas adolescentes, dentre elas a irmã de Karla. Há também uma série de documentários que retratam a vida de Myra Hindley e de seu namorado Ian Brady Hindley, um serial killer inglês. Em parceria ambos cometeram estupros e assassinatos de cinco crianças pequenas.

1.5 PROPOSTA METODOLÓGICA DAS ENTREVISTAS

Após formalizadas com a administração da penitenciária as questões relacionadas à escolta prisional e ao espaço físico para a realização da pesquisa empírica, semanalmente adentrei à POG entre os meses de março de 2012 e abril de 2013. O prolongado tempo da pesquisa de campo se deu em função de quatro motivos principais: 1) a grande quantidade de entrevistados (vinte e seis); 2) o tempo de duração de cada entrevista (de uma a duas horas); 3) a realização mais de uma entrevista com alguns dos AVS, totalizando sessenta e uma; 4) o longo tempo de espera entre a saída de um entrevistado e a chegada do próximo, em razão das rotinas administrativas da instituição para o deslocamento dos presos.

Ao entrar às dependências da POG com uma lista com os nomes dos cinquenta e três homens indicados pelo levantamento, eu os repassava a um agente prisional disponível, que buscava sua localização por Ala e Cela na lista geral de presos. Após localizados os alvos das entrevistas no dia, o agente prisional solicitava aos monitores de Ala³⁵ as providências para a realização dos procedimentos de segurança e do encaminhamento à sala de entrevistas, onde eu os aguardava.

Por questões internas à administração da penitenciária, as entrevistas ocorreram em dois locais distintos durante o período da pesquisa de campo: inicialmente em uma das salas da Coordenação Administrativa da POG e posteriormente em uma sala da Unidade de Saúde, que funciona dentro da Unidade Prisional. Em ambos os casos, ficavam no recinto somente pesquisadora e pesquisado, com escolta prisional do lado de fora, de maneira a garantir o sigilo e a confidencialidade de suas afirmações, bem como sua integridade física, pois a prisão é um local usualmente hostil para os AVS, como será abordado nas seções 1.5.3 e 3.1.3.

No primeiro contato com cada indivíduo em potencial, realizei inicialmente minha apresentação pessoal e os objetivos da pesquisa. Mostrei os dois livros sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, um de minha autoria (ESBER, 2009) e outro em coautoria (SANTOS et al., 2009), ambos produtos de estudos anteriores com AVS presos. Ao fazer isso, a intenção era de dar credibilidade à pesquisa ora proposta e aumentar sua adesão às entrevistas. Todos os que aceitaram participar foram esclarecidos sobre os procedimentos e aspectos gerais do processo de pesquisa, tais como: 1) realização de entrevistas individuais e gravadas, com o gravador sempre colocado em cima da mesa, ligado e desligado em suas presenças; 2) as transcrições das entrevistas seriam feitas por algumas colaboradoras; 3) seriam cumpridas as

³⁵ Os monitores são presos que fazem a conexão entre as necessidades administrativas e os demais reeducandos.

obrigações éticas em resguardar a identidade dos participantes, utilizando-se nomes fictícios. 4) a posterior divulgação e publicação dos dados obtidos, por meio da produção da tese, de artigos científicos ou livros. Os entrevistados foram todos solicitados a proceder com a autorização formal de sua participação, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B). Cumpridas todas estas formalidades, dava-se início às entrevistas propriamente ditas. Três aspectos sobre elas serão destacados a seguir: as adequações metodológicas realizadas a partir da pesquisa piloto (seção 1.5.1), as temáticas abordadas nas entrevistas (seção 1.5.2) e as conformações à peculiaridade do campo empírico (seção 1.5.3).

1.5.1 ADEQUAÇÕES METODOLÓGICAS REALIZADAS A PARTIR DA PESQUISA PILOTO

As primeiras quatro entrevistas foram consideradas como pesquisa piloto, procedimento metodológico sugerido por Flick (2002), com a função de indicar a necessidade de ajustes metodológicos às entrevistas ou ao conteúdo de seu roteiro, bem como avaliar a adequação da proposta de acessar, por meio das entrevistas narrativas, as representações sociais dos AVS sobre as vítimas. Optei por um roteiro que, para além de constituir um instrumento que prescrevesse perguntas rígidas para as entrevistas, funcionou como o tópico guia de Gaskell (2002), um referencial para a discussão que tem a função de orientar o entrevistador quanto a garantir o alcance dos objetivos da pesquisa.

Uma das adequações metodológicas realizadas a partir da pesquisa piloto sobreveio do fato de que apenas um dos quatro entrevistados assumiu ter cometido a violência sexual à qual foi condenado. Os outros três negaram por completo sua autoria ou ocorrência, refutando assim ter vítimas, o que inviabilizou questionamentos sobre elas. Orientadora e orientanda decidiram adotar a seguinte postura metodológica nas entrevistas subsequentes: para os casos de negação, realizar-se-iam perguntas sobre situações hipotéticas de violências sexuais praticadas por adultos, sendo uma contra crianças e outra contra adolescentes. Não mais se trataria das vítimas constantes nos prontuários institucionais, pois nunca se constituiu como objetivo do presente trabalho confrontar os entrevistados acerca da veracidade de suas afirmações. Quando os entrevistados assumiam, as perguntas eram relacionadas às suas próprias vítimas e às violências sexuais praticadas. Com o objetivo de evidenciar estes dois diferentes contextos em que suas respostas foram dadas, optei por utilizar as terminologias “negadores” e “assumentes”. Contudo, conforme evidenciarei na seção 3.1.3, reconheço que

estas categorias não podem ser entendidas de maneira dicotômica, pois existem diversas facetas entre as duas polaridades.

Do total de vinte e seis entrevistados para a presente pesquisa, onze são assumentes: Adriano, Amarildo, Cristiano, Emílio, Jonas, Marcelo, Nilton, Paulo, Ricardo, Ronaldo e Sérgio. Os negadores³⁶ são os quinze: Anderson, Armando, Bruno, César, Danilo, Fabiano, Fábio, Guilherme, João, Leandro³⁷, Luiz, Matheus, Mauro, Renato e Samuel. Em termos quantitativos, encontrei um índice de 57% de negadores, portanto. Hegemonicamente, os negadores alegaram ser trabalhadores, que tiveram infâncias e adolescências felizes e vidas “estruturadas”. Afirmaram que as razões que os levaram à indevida condenação consistiram em mentiras, complôs ou armações de suas ex-companheiras ou de suas próprias vítimas, bem como o atraso no pagamento da pensão alimentícia dos filhos. Este tipo de alegação é similar àquelas encontradas na pesquisa de Habigzang et al (2005):

Os principais argumentos foram negação de violência (56,3%), calúnia da mãe por vingança, raiva, desavenças com o agressor (17,2%), parentes e amigos induziram a vítima a denunciar para o retirar de casa ou por detestarem o agressor (14,1%), calúnia da vítima para não se submeter às ordens e regras do agressor (10,9%), responsabiliza a vítima pela violência (10,9%), responsabiliza outras pessoas pela violência sexual (19,9%), mal entendido (6,3%) e atribui os sintomas da violência ao afastamento da mãe do lar (3,1%) (HABIGZANG et al., 2005, p. 345).

As decisões metodológicas citadas acima basearam-se na literatura especializada, que amplamente reconhece a existência de negadores dentre os AVS (MARSHALL et al., 2001; MARSHALL et al., 2005; SCHNEIDER e WRIGHT, 2004; STALANS et al., 2002 apud STALANS, 2004) e em minha experiência prévia com este público, quando da atuação do Programa Repondo, descrito na seção 1.1. Além disso, foi levada em consideração a escolha metodológica pela utilização das entrevistas narrativas, que não se propõem a ser cópias da realidade (FLICK, 2002; JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002). Ao contrário, preconizam que o pesquisador deve se afastar da busca de pressupostos “verdadeiros” e buscar expressões do ponto de vista dos indivíduos.

[...] é crucial levar em consideração a dimensão expressiva de toda peça narrativa, independentemente de sua referência ao que acontece na realidade. De fato, as próprias narrativas, mesmo quando produzem distorção, são parte de um mundo de fatos; elas são factuais como narrativas e assim devem ser consideradas (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p.109).

³⁶ Mesmo que neguem as violências sexuais, no presente trabalho também os nomeio como AVS, pois foram condenados pela justiça por terem praticado crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

³⁷ Leandro nega que tenha cometido a violência sexual contra a filha de sua amante, mas assume tê-la assassinado. Portanto, categorizo-o como negador da violência sexual.

O roteiro de entrevistas foi também reformulado, com vistas a garantir harmonização com o objetivo geral da presente pesquisa, que é estudar como os entrevistados representam crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Findadas as adequações metodológicas no roteiro das entrevistas a partir da experiência piloto, passei a abordar o universo dos demais AVS relacionados no levantamento realizado no Cartório da Penitenciária, conforme será evidenciado na próxima seção.

1.5.2 TEMÁTICAS ABORDADAS NAS ENTREVISTAS

As temáticas abordadas nas entrevistas foram escolhidas de forma a possibilitar o levantamento de subsídios para examinar mais profundamente três unidades de significação que considero essenciais para a investigação das representações sociais sobre as vítimas para os AVS, questão central do presente trabalho: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes; 3- sexualidade (das vítimas e dos AVS). Apesar de realizar esta separação didática, assinalo que a todo momento estas três unidades se misturaram, se entrelaçaram, se esbarraram, se aproximaram e se afastaram, não podendo ser entendidas de maneira dissociada. A opção pela inclusão da terceira unidade de significação justificou-se pela importância de conhecer as maneiras pelas quais os AVS vivenciam e constroem significados sobre sua própria sexualidade (ESBER, 2007) e sobre a sexualidade de suas vítimas, dois temas pouco abordados na produção científica atual. Para tanto, foram debatidos assuntos como: desejo sexual por crianças e adolescentes³⁸, como são nomeadas por eles as interações sexuais de adultos com crianças e adolescentes: violência sexual ou contato sexual aceitável; possibilidade das vítimas gostarem de tal situação ou se elas poderiam seduzir homens adultos, dentre outros questionamentos.

Com os negadores, foi realizada uma única entrevista, composta por duas grandes temáticas: 1- sua própria biografia³⁹, desde a infância até a fase adulta e 2- crianças e adolescentes em uma situação hipotética de violência sexual praticada por adultos. Já com os assumentes, foram propostas no mínimo três entrevistas, cujas temáticas, dentre outras, foram: 1- sua própria biografia, desde a infância até a fase adulta; 2- a violência sexual que praticaram; 3- suas próprias vítimas e 4- sua biografia sexual. Busquei também abrir um espaço de diálogo

³⁸ Com os assumentes, abordei o desejo sexual por próprias vítimas e no caso dos negadores, se homens hipotéticos poderiam senti-lo.

³⁹ A construção das biografias dos entrevistados deu-se a partir do entendimento de que “histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam”. (SCHÜTZE, 1992 apud JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002, p.104)

para a emergência de outros temas que os entrevistados iam revelando no decorrer das próprias entrevistas, tais como o uso de drogas, o cometimento de outros tipos de crimes, vivências no presídio e outros.

Com os assuntos⁴⁰, foi também proposto que escrevessem cartas destinadas às suas vítimas, nas quais eles expressassem o que gostariam de falar, seus sentimentos e pensamentos sobre elas. Solicitei que eles não registrassem nomes reais, fossem seus próprios ou das vítimas, de maneira que pudessem de fato redigir o que desejassem, sem a preocupação de serem identificados. Obtive cinco delas e seu conteúdo será analisado e trabalhado em publicações posteriores. Entendo que todas essas temáticas permitiram acessar elementos para apreender as representações sociais dos entrevistados sobre as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

1.5.3 CONFORMAÇÕES À PECULIARIDADE DO CAMPO EMPÍRICO

A entrevista é uma “estranha situação” (GASKELL, 2002, p.74), na qual duas pessoas completamente desconhecidas passam a manter uma conversação sobre um assunto qualquer. Por si só, isto pode causar algum tipo de constrangimento que coloque entrevistados e entrevistadores em uma posição defensiva. Este efeito embaraçoso se potencializa quando: 1- o assunto em pauta é a violência sexual contra crianças e adolescentes; 2- o entrevistado é um AVS condenado pela justiça, recluso em uma prisão; 3- o pesquisador – ou qualquer outro profissional que venha a desenvolver um trabalho com os AVS – experimenta sentimentos de raiva e repulsa (MARQUES, M., 2006), reações vinculadas com a ideia da monstruosidade, ampla e continuamente reforçadas pelo senso comum, pelas instituições e até mesmo pelo discurso científico. As repostas a tais sentimentos podem dificultar a fluidez do diálogo e reforçar rótulos, estigmas, silêncios, vergonha, culpa e julgamentos morais ou religiosos. Assim, torna-se difícil para os AVS assumir que cometeram a violência, sentiram prazer sexual ou que têm fantasias ou preferência sexual por crianças, em um contato face a face⁴¹ (GOFFMAN, 2011) com um entrevistador desconhecido, pois:

[...] não apenas os *atos*, mas também os *discursos* são vistos como “cruéis”, sugerindo que o problema não consiste só em fazer tais coisas, mas em dizer que faz. Nesse sentido, discursos são interpretados *como se* fossem atos de “violência” e como

⁴⁰ Os negadores não participaram desta atividade, pois, ao contradizerem a versão judicial que os levou à prisão e afirmar que não cometeram a violência, também não poderiam ter produzido vítimas ou escrever cartas a elas.

⁴¹ Essa interação é conceituada pelo autor como “a classe de eventos que ocorre durante a copresença e por causa da copresença” (GOFFMAN, 2011, p. 9).

“indícios” de *monstruosidade e periculosidade*, associados ao risco de passar da *fantasia ao ato* (LOWENKRON, 2013, p. 53, grifos do autor).

A pesquisa empírica evidenciou que os próprios entrevistados também acabam por construir ideias bem parecidas acerca de si mesmos, utilizando-se dos mesmos tipos de julgamento moral, o que acaba por dificultar sua disponibilidade em falar sobre o assunto, como se pode constatar na fala de Ricardo⁴²:

Ricardo: Pra falar a verdade, eu não gosto de conversar sobre esse assunto [estupro da enteada]. //⁴³ Eu acho que perdi a cabeça, foi só isso. Coisa que não precisava acontecer, aconteceu e acabou acontecendo. É um trem que eu daria tudo para esquecer e nunca mais falar nisso, sabe? Nunca mais.

Karen: Dificil falar?

Ricardo: Não tem, não tem, não tem como falar. Não tem como falar. É uma coisa que, se você for olhar lá dentro, não tem lógica, não tem sentido, nada, nada. Eu não gosto nem de tocar no assunto. // É complicado. Você deve estar pensando: “Esse cara é um doido”, mas você tá certa, tá coberta de razão. Qualquer outro que pensar isso, eu dou razão⁴⁴.

Nilton, outro entrevistado, apesar de ter assumido na primeira entrevista que havia cometido um estupro, também demonstrou uma postura defensiva e dificuldades em falar sobre a violência sexual praticada. Ele respondeu com monossílabos a praticamente todas as perguntas durante as três primeiras entrevistas e, ao final da última, eu disse a ele: “Sinto que nestes três encontros, você não quis se abrir muito comigo. E sinto também que você tem muito a falar”. Após encerrada a entrevista, já quando caminhávamos pelo corredor da penitenciária, ele me perguntou: “A senhora acha que eu sou um monstro, não é?”. Eu respondi: “Não. Você não é um monstro. Mas o que você fez é considerado pela sociedade como uma monstruosidade”. Questionei se era esse o motivo de seu retraimento e ele acenou que sim. Indaguei se ele queria participar de outras entrevistas. Contudo, eu somente sustentaria a proposta se ele decidisse compartilhar mais abertamente seus sentimentos e pensamentos. Ele aceitou e realizei com ele mais dois encontros, nos quais, de fato, exprimiu-se com mais receptividade aos temas. Assim, avalio que necessitava formar uma compreensão do tipo de julgamento que eu realizava sobre ele para sentir-se confortavelmente. Avalio que sua atitude pode ter relação com um processo amplamente descrito pela literatura especializada denominado prisionalização, que consiste em hipervigilância, desconfiança interpessoal,

⁴² Procederei com a apresentação de todos os entrevistados no Capítulo 3. Contudo, destaco que Ricardo estuprou a enteada e realizou tentativa de homicídio contra a ex-esposa no mesmo dia.

⁴³ Esse símbolo significa que as duas partes da fala não ocorreram em sequência na narrativa dos entrevistados, mas que foram colocadas juntas, para fins de análise.

⁴⁴ Para preservar a noção da cultura e do linguajar dos entrevistados, mantive o texto original obtido.

alienação, distanciamento psicológico, retraimento social, sensação diminuída de autoestima e valor pessoal, reações de estresse pós-traumático para as dores da prisão, dentre outras (HANEY, 2001). Ademais:

Seguramente, desconfianças, astúcias e idiossincrasias fazem parte do universo cultural carcerário. Não podem dele ser excluídos senão às custas de deformação do real. Creio, contudo, que ao pesquisador cabe penetrar nesse universo, compreendendo-o criticamente, isto é, descrevendo-o, analisando-o e descobrindo seu “segredo”, sua razão de ser, seu modo de funcionamento e realização, as relações que o contém (ADORNO, 1991, p. 14, grifo do autor).

Nas narrativas de outros entrevistados, também foi possível identificar recorrentes constrangimentos, silêncios, gaguejos, estranhamentos e ambiguidades, mesmo dentre os que falaram mais abertamente sobre a violência sexual que praticaram, como se pode avaliar nas seguintes falas:

Paulo⁴⁵: Mas você fica me olhando. Às vezes, me dá vontade de contar pra uma pessoa, mas eu fico com vergonha, sabe?

Karen: Você não conta?

Paulo: Não conto pra ninguém, a primeira pessoa é você. Eu to arrependido, né? A gente fica com vergonha, né? Isso é um crime muito bárbaro, um crime muito difícil na sociedade. É um crime muito assim ... sem perdão.

Ronaldo⁴⁶: É igual eu tô falando pra senhora, tem hora que eu fico desgostado desse trem. Eu não gosto nem de tocar no assunto desse trem. Eu vou falar pra senhora, é uma coisa que me dá uma revolta. Eu mesmo aqui nessa cadeia, já pensei em me matar.

Considerando que estes indivíduos estão reclusos em uma penitenciária, um ambiente usualmente hostil para eles (ESBER, 2009; JESUS, 2006), negar, não falar ou expressar-se pouco sobre os crimes sexuais que cometeram pode constituir-se em estratégias de sobrevivência nas prisões, onde a identidade de “bom sujeito” deve ser sustentada. (SCHMICKLER, 2006). Indubitavelmente, seu comportamento e discurso são influenciados pelo contexto social e institucional no qual estão inseridos. É também comum a recusa dos AVS em participar desse tipo de pesquisa⁴⁷, uma vez que, ao aceitarem, poderiam tornar públicas suas identidades, caso fossem ainda desconhecidas, sendo este mais um fator que poderia colocá-lo em risco.

Numa cadeia, um homem preso por estupro logo compreende que conduzir-se de forma aceitável para as leis internas da casa só vai lhe facilitar a vida. Na verdade, não lhe

⁴⁵ Paulo praticou violência sexual contra um menino desconhecido de cinco anos.

⁴⁶ Ronaldo cometeu violência sexual contra seu filho, uma criança de dez anos.

⁴⁷ É comum também que não concordem em participar de programas de atendimento psicoterapêutico nas prisões, conforme constatado na experiência do Programa Repropondo, descrita na seção 1.1. Apesar disso, foi completamente possível que obtivéssemos adesão de vários AVS, como descrito em publicação anterior (SANTOS et al., 2009).

resta outra escolha. Por isso, atitudes cordatas acabam sendo a tônica do comportamento dos estupradores e uma das características do seu perfil (SCHMICKLER, 2006, p.164).

Sem pretender me deter aos processos de organização e estruturação das regras gerais de convivência dentro da Penitenciária, cabe pontuar que há, em grande parte dos presídios brasileiros (e também fora deles), ampla aceitação e até mesmo o estímulo e desejo que os AVS sejam estuprados, assim como fizeram com suas vítimas. São denominados “Jack”⁴⁸ e também submetidos a diversas formas de humilhação, violências físicas, sexuais e até mesmo tentativas ou consumação de homicídios. Nesta pesquisa, presenciei vários relatos dessas violências, pelos próprios entrevistados, agentes prisionais e demais profissionais da instituição. Isso também foi constatado em trabalhos anteriores (ESBER, 2005, 2008, 2009; SANTOS et al., 2009). Diversos entrevistados narraram ter sofrido ou presenciado os mais variados tipos de violências no ambiente da prisão, dentre elas a violência sexual, conforme pode ser contatado nas narrativas abaixo e será também discutido na seção 3.1.3:

Fabiano⁴⁹: Acontece, acontece sim. Têm muitos aí que acontece e é coisa terrível. A pessoa pega é cabo de vassoura, coloca no órgão da outra pessoa, né? Machuca a pessoa toda, acontece coisa horrorosa aqui dentro. // Chega uma pessoa que fez com [abusou de] uma criança, ou com um “de menor”. Dependendo do ato de covardia que ele fez, os presos vão fazer a mesma coisa que aquela pessoa fez. Acontece muito aqui dentro da cadeia esse tipo de coisa, espancamento. Teve nego aqui de cabeça cortada⁵⁰, já cortaram foi cabeça dos outros aqui por causa disso.

Guilherme⁵¹: [...] Eu não gosto de contar esse caso [violência sexual sofrida na prisão]. É um caso que eu fico muito triste, marca a gente, entendeu? Eu sofri violência, entendeu? Aqui dentro da cadeia, entendeu? // Essa cadeia aqui não, a outra, a outra. Acho que foi assim que eu fiquei assustado da cadeia, entendeu? Fiquei traumatizado com a cadeia. Até hoje.

Karen: Violência sexual?

Guilherme: Foi sim. Nem me pergunta que eu não gosto nem de falar disso. Isso acaba com o meu dia.

Karen: Você foi estuprado aqui?

Paulo⁵²: Nossa doutora, não toca nesse assunto não, eu fico tão assim chateado, eu fico chateado, sentido [silêncio]. Fui sim. Lá na CPP⁵³. Me batiam, me davam choque, me deu paulada, os presos quase me matou, pulou no pátio com uma faca.

⁴⁸ Esse termo é utilizado pelos presos para se referir aos AVS na cadeia. Faz referência ao personagem “Jack, o estripador”, que matava e mutilava suas vítimas, todas elas mulheres.

⁴⁹ Fabiano foi condenado por praticar violência sexual contra a enteada, acusação a qual ele nega.

⁵⁰ Os relatos de assassinatos de AVS presos também foram realizados por outras pessoas dentro da penitenciária, como os próprios profissionais e também os outros presos, a exemplo de César, também entrevistado pela presente pesquisa (conforme será evidenciado na seção 3.2.2.4).

⁵¹ Guilherme foi condenado por ter cometido abuso sexual contra a filha de sete anos de idade, mas nega tê-lo feito.

⁵² Paulo praticou violência sexual contra um menino desconhecido de cinco anos.

⁵³ Uma das cinco unidades penitenciárias do Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia.

Os AVS constituem-se como um dos principais públicos-alvo de violências sexuais nas prisões brasileiras (SILVA, E., 1997). Longe de serem fatos desconhecidos pelas instituições que teriam a obrigação de resguardar o bem-estar de seus tutelados, estupro e estupradores são de conhecimento generalizado entre juízes, promotores, policiais e secretários da administração de penitenciárias. Contudo, não são por eles formalmente reconhecidos (MARQUES JÚNIOR, 2007). Este tipo de prática é reiteradamente desejada e incentivada pela população em geral, cujo clamor por vingança é abertamente pronunciado. Esta condescendência das instituições e da sociedade em geral obscurecem o fato que estas situações também se caracterizam como crimes de estupro, previstos no artigo 213 do CP, tais quais aqueles que os levaram à prisão.

Esta perversa cultura institucional, sem dúvida, imprime uma peculiaridade ao campo empírico que necessitou ser considerada durante as entrevistas. Busquei estabelecer com os entrevistados, na medida do possível, “[...] uma relação de confiança e segurança” (GASKELL, 2002, p.74). Para tanto, garanti que estivessem presentes na sala de entrevista somente pesquisador e entrevistado, de forma a proporcionar sigilo quanto à sua identidade e às informações ali expostas. Também deixei claro que eles tinham total liberdade para se negar a responder o que não queriam ou ainda para interromper a entrevista a qualquer momento. Busquei também estabelecer um clima de descontração, apesar da rispidez inerente aos temas abordados nas entrevistas.

Outra estratégia igualmente importante para amenizar os efeitos da singularidade do campo empírico foi o uso metodologia qualitativa de pesquisa, por meio de entrevistas de narrativa, que se propõe abrir um espaço de discussão e diálogo com os pesquisados. Esta metodologia possibilitou-me compreender e mapear o mundo dos entrevistados desde suas próprias perspectivas e foi:

O ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2002, p. 65).

Concordo com Fanton (2011), quando afirma que são cinco as características principais de toda narrativa: 1- é temporal, uma representação de eventos passados a partir de uma perspectiva atual; 2- é social, pois o discurso do entrevistado/entrevistador ocorre em uma situação social que irá influenciar o modo de narração do indivíduo (deve-se considerar, neste

caso, a situação de encarceramento dos entrevistados) 3- evidencia o significado dado às experiências, situações passadas e da vida do narrador; 4- possui uma propriedade subjetiva: a biografia é única e singular; 5- a narração é realizada a partir da linguagem cotidiana do indivíduo, do que lhe é familiar, tendo, pois, um aspecto linguístico. Essa caracterização auxiliou na elaboração das entrevistas de narrativas utilizadas na pesquisa.

Assim, a proposta metodológica da presente pesquisa, apesar de previamente planejada em suas etapas, teve de ser construída e reconstruída no decorrer de sua execução, dadas as peculiaridades com as quais o pesquisador se depara quando seu campo empírico é uma penitenciária e o assunto a ser tratado é a violência sexual contra crianças e adolescentes, um dos temas mais intoleráveis, constrangedores, discriminados, perigosos e passíveis de punição nestes espaços.

1.6 TRANSCRIÇÃO, CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As transcrições das gravações do total de sessenta e uma entrevistas ficaram a cargo de um grupo dos alunos colaboradores, conforme já descrito na seção 1.3. Cada aluno recebia um arquivo com o áudio da entrevista e o transcrevia para um arquivo com formato de texto. Assim que entregues, ambos eram repassados a um segundo colaborador, para revisão de conteúdo e de português. Posteriormente, as transcrições foram submetidas a uma terceira correção, que ficou sob minha responsabilidade. Os nomes reais de todos os entrevistados foram trocados por fictícios, bem como qualquer outro dado que pudesse identificá-los, garantindo o sigilo quanto às informações prestadas.

A grande quantidade de dados provenientes da pesquisa empírica trouxe não somente a riqueza, variedade e complexidade de informações como um produto, mas também o desafio “[...] de como analisá-los sistematicamente e, então, apresentar suas conclusões de modo tal que convença outros cientistas de sua validade” (BECKER, 1999, p. 48). De acordo com o embasamento da Teoria das Representações Sociais (a ser discutida na seção 1.7), a análise das entrevistas foi realizada a partir das seguintes etapas: 1 – categorização a partir de unidades de significação; 2 – adoção ou construção de conceitos parâmetros; 3- análise das representações dos indivíduos relacionando suas falas com os conceitos teóricos apresentados e com a literatura especializada.

A primeira categorização possibilitou agrupar os seguintes temas: 1- dados sociodemográficos (idade, escolaridade, etc.); 2- violência sexual à qual foram condenados, incluindo o fato de serem assentes ou negadores; 3- biografia; 4- crianças; 5- adolescentes;

6- sexualidade de crianças e adolescentes; 7- vítimas (no geral) e vítimas de violência sexual; 8- consequências da violência sexual para as vítimas e, por fim, 9- sexualidade de AVS. Para esta última, foram categorizados: 1- educação sexual na infância ou adolescência; 2- vivência da sexualidade na infância; 3- vivência da sexualidade na adolescência; 4- ocorrência de violência sexual em suas próprias biografias; 5- vivência da sexualidade na fase adulta; 6- orientação sexual; 7- sexualidade conjugal⁵⁴; 8- interações sexuais (e se estas são nomeadas como violências sexuais) de adultos com crianças e adolescentes; 9- desejo sexual de adultos por crianças e adolescentes; 10- violência sexual sofrida na cadeia.

Nas caracterizações seguintes, busquei refinar a análise dessa primeira, identificando “temas com conteúdo comum” e as “funções desses temas” (GASKELL, 2002, p.85). Procurei examinar tensões, contradições, expressões, discursos, modos de interação, entre outras tantas particularidades do campo empírico. Procedendo dessa maneira, esforcei-me para evidenciar padrões que fornecessem subsídios para a compreensão de suas representações sociais sobre as vítimas de violência sexual. Busquei apreciar as falas dos entrevistados para além do aparente, incluindo tanto o que foi dito, como também o que não foi dito, a partir de minhas “intuições criativas” (GASKELL, 2002, p. 76).

As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas. [...] O pesquisador qualitativo quer entender diferentes ambientes sociais no espaço social, tipificando estratos sociais e funções, ou combinações deles, juntamente com representações específicas (BAUER e AARTS, 2002, p.57).

Para a análise das entrevistas a ser realizada ao longo do Capítulo 3, compararei as representações sociais reveladas pelas categorizações acima com três conceitos parâmetros adotados neste trabalho: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes; 3- sexualidade. Na abordagem do primeiro conceito parâmetro, temos que vítimas são indivíduos ou grupos que sofrem algum tipo de violência, física ou não, em uma relação de poder que fere preceitos morais e éticos guias de determinada sociedade, independentemente de seu consentimento. Segundo Holstein e Miller (1990), as vítimas foram submetidas a tratamento nocivo, injusto e são julgadas como não responsáveis pela interação estabelecida. As definições sobre o que é ser vítima são mutáveis e dependem de uma série de fatores sócio-históricos, como a ideologia da vitimização, os discursos políticos, os programas de auditório, os debates

⁵⁴ Julguei importante abordar a o tema da sexualidade conjugal, pois diversos entrevistados eram casados com mulheres, com as quais constituíram famílias, conforme mostra o índice de casados (n=16; 61,5%) explicitado na seção 3.1.

promovidos por estudos científicos, organizações não governamentais e movimentos sociais (BEST, 1997). Vítimas de violência sexual, sendo crianças ou adolescentes, são as pessoas abaixo de dezoito anos envolvidas em atos sexuais com adultos, seja nas modalidades abuso ou exploração sexual comercial⁵⁵. Em hipótese alguma, elas poderão ser responsabilizadas por tais interações, mesmo que haja oferta de sexo por parte delas, como é usualmente o caso das meninas ou meninos em situação de exploração sexual. Considero violência sexual contra crianças e adolescentes as tipificações estabelecidas pelo CP e pelo ECA. No Brasil, a prática sexual com crianças e adolescentes é considerada inaceitável do ponto de vista das representações sociais e dos sistemas jurídico e legal.

O segundo conceito parâmetro é o de crianças e adolescentes. Utilizo-me das concepções do ECA, pois este documento sintetiza um conjunto de discussões, concepções e ações que ocorreram no seio da sociedade civil, como será evidenciado na seção 2.5. O texto do ECA, em seu Art. 2º, assim define: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Em seu artigo 15º, versa que: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas [sic] em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990). No Art. 17º, pressupõe que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, 1990).

Por último, proponho a adoção de um terceiro conceito parâmetro (sobre sexualidade) que faça referência tanto ao indivíduo como também ao contexto social:

[...] a sexualidade não trata apenas das atividades sexuais, da genitália, das fantasias, dos desejos sexuais ou dos comportamentos dos sujeitos, mas também trata da personalidade, do sentimento, da sensação, dos limites, do pensar, do sentir, das convenções, do conhecer-se e das conexões sociais (PASINI, 2009, p. 244).

Assim, em conformidade com as contribuições teóricas de autores da Sociologia como Elias (1994) e Giddens (1993), afirmo que as formas de manifestar a sexualidade diferenciam-se histórica e culturalmente. Como qualquer outra atividade humana, é construída socialmente e orientada pelos padrões morais e culturais de cada sociedade, sendo que o que é

⁵⁵ Ambas as modalidades serão caracterizadas na seção 2.1 do presente trabalho.

apropriado, permitido, inadequado ou inaceitável é determinado pelas representações sociais dominantes em cada país, região, grupo social e época histórica.

1.7 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representações sociais foi originalmente inaugurado no campo teórico da Sociologia por Émile Durkheim, quando propôs o termo *representações coletivas*, a partir do estudo de religiões de povos primitivos, em seu livro “As formas elementares da vida religiosa”, publicado em 1912. Na acepção do autor, a organização central das representações coletivas provém da sociedade, que exerce efeitos coercitivos sobre indivíduos e grupos. São concepções de mundo e sintetizam o que os homens pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca. É uma forma de conhecimento socialmente produzida, resultado de esforço coletivo. Elas são parcialmente autônomas, independentes, têm uma vida própria e uma existência exterior aos indivíduos, emancipando-se assim das representações individuais. É a sociedade que pensa ou exprime os sentimentos de seus membros. Desta forma, elas conservam a marca da realidade social na qual são geradas e possuem uma vida, uma existência em si mesmas.

Para Durkheim (1996), as representações coletivas são mais permanentes e resistentes à mudança do que as individuais. Elas são independentes e exteriores aos indivíduos, embora se produzam nas relações entre eles e traduzam a maneira como o grupo pensa nas suas relações com os objetos que o afetam:

[...] Há, portanto, entre essas duas espécies de representações toda a distância que separa o individual do social, e não se pode mais derivar as segundas das primeiras, como tampouco se pode deduzir a sociedade do indivíduo, o todo da parte, o complexo do simples. A sociedade é uma realidade *sui generis*; tem suas características próprias que não se encontram, ou que não se encontram da mesma forma, no resto do universo. As representações que a exprimem têm, portanto, um conteúdo completamente distinto das representações puramente individuais, e podemos estar certos de antemão de que as primeiras acrescentam algo às segundas (DURKHEIM, 1996, p. 23).

O conceito de representação coletiva implica a compreensão da dualidade da natureza humana contida na relação indivíduo/sociedade, pois é fruto da associação entre os homens, resultante de sua natureza dupla, onde a sociedade desempenha papel determinante, soberano e coercitivo ao indivíduo. É a natureza da sociedade – e não a de indivíduos particulares – que se deve considerar para entender as representações coletivas (DURKHEIM, 1984b). Apesar de entender a supremacia do coletivo sobre o individual, o autor não deixa de reconhecer a importância desse último:

Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo, se consciências particulares não existirem. Mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que as consciências particulares estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinadas maneiras; é desta combinação que resulta a vida social [...]. Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais dão origem a um novo ser, psíquico se quisermos, mas que constitui individualidade própria de um novo gênero (DURKHEIM, 1984b, p. 198).

O autor faz referências às representações coletivas em diversas de suas obras. Em “Sobre a Divisão do Trabalho Social” (1984), fala da capacidade de criar laços sociais solidários entre os indivíduos ou, simplesmente, de criar solidariedade. Em “As Regras do Método Sociológico” (1984b), as representações funcionam (ou podem funcionar) como regras de conduta e são exemplos dela: mitos, lendas populares, tradições, concepções religiosas e crenças morais. Na obra “O Suicídio” (1982), o autor indica que as representações coletivas possuem uma natureza diferente daquela que tem o indivíduo.

Serge Moscovici (1928 - Atual), precursor da teoria das representações sociais no campo da Psicologia, resgata a ideia de Durkheim abandonando, contudo, o termo representações coletivas. O trabalho que inaugura sua *Teoria das Representações Sociais* foi um estudo realizado na França intitulado: “La Psychanalyse: Son image et son public⁵⁶”, de 1961. Neste, ele pesquisa as maneiras pelas quais a população francesa se apropria da teoria psicanalítica de Sigmund Freud e evidencia que as representações sociais sobre ela construídas podem modificar comportamentos e alterar a visão dos indivíduos em relação ao mundo⁵⁷, tornando-se componentes do cotidiano social e criando uma “nova” linguagem.

Perrusi (1995 apud XAVIER, 2002), indica que as principais modificações que Moscovici realizou do conceito durkheimiano de representações coletivas foram:

a) primeiro, retirou do conceito de Durkheim o peso da ontologia social, mudando o seu campo de aplicação, agora situado a meio caminho entre o social e o psicológico; b) inscreveu no conceito uma consistência cognitiva bastante acentuada; c) delimitou especificamente o seu campo de ação, ou seja, o cotidiano; e d) especificou a representação como uma forma de conhecimento particular, relacionado com o senso comum, com a interação social e com a socialização (XAVIER, 2002, p. 22).

As representações sociais são teorias da vida diária, servem para organizá-la e são internalizadas pelos indivíduos que representam. “Nossas ideias, nossas representações são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades

⁵⁶ Obra traduzida para o português como “A Representação Social da Psicanálise”, em 1977.

⁵⁷ Quando deixa evidente a conexão entre as representações e as práticas sociais, o autor apresenta semelhança com o pensamento de Durkheim. Para o último, as representações coletivas mantêm ou refazem os estados mentais dos grupos humanos (DURKHEIM, 1996).

às quais pertencemos” (MOSCOVICI, 2003, p. 221). Com isso, o autor pretende marcar um rompimento com o dualismo indivíduo/sociedade da perspectiva Durkheimiana e demarcar que, apesar das representações sociais circularem nos dois campos, há predominância do social sobre o individual:

O indivíduo sofre a pressão das representações dominantes na sociedade e é nesse meio que pensa e exprime seus sentimentos. Essas representações diferem de acordo com a sociedade em que nascem e são moldadas. Portanto, cada tipo de sociedade é distinto e corresponde a um tipo de sociedade, às instituições e às práticas que lhe são próprias (MOSCOVICI, 2001, p. 49).

No processo de representar o mundo, os indivíduos vão construindo o que o autor intitula “teorias implícitas”, que orientam suas condutas: “As pessoas têm tendência a resistir aos fatos e aos conhecimentos que não se coadunam com suas teorias implícitas” (MOSCOVICI, 1985, p. 14). A importância deste conceito se dá na medida em que “a informação que nos chega do mundo exterior é trabalhada não pela realidade neutra, mas por teorias e pré-concepções implícitas, e que estas, por sua vez, trabalham o mundo para nós” (MOSCOVICI, 1985, p. 19).

Moscovici (1985) indica que “na vida mental, muito além do que simples reações de nossos sentidos, tudo é necessariamente social por natureza” (MOSCOVICI, 1985, p. 28). Os indivíduos não são entendidos somente como receptores ou duplicadores de representações e informações, mas sim como parte ativa do processo de representar, em suas interações cotidianas, construindo-as, modificando-as e desempenhando papel ativo e dinâmico nessa relação. Talvez esse seja o motivo principal pelo qual o autor advoga que as representações sociais devem ser estudadas no campo da psicologia social (MOSCOVICI, 1985). Assim, ele diferenciou-se da concepção estritamente sociológica de Durkheim – as representações como entidades explicativas absolutas, irreduzíveis a qualquer análise – e também se afastou da visão estritamente psicológica do conceito, propondo uma visão psicossociológica, de acordo com a qual as representações sociais têm natureza plástica, móvel e circulante. O conceito de representações sociais se localiza no limite entre a Psicologia e a Sociologia, sendo tanto o indivíduo como a sociedade implicados em sua construção (BRITO e CATRIB, 2004; JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2001).

Assim, a Teoria das Representações Sociais de Moscovici se constituiu num modelo que critica o caráter individualizante de grande parte da pesquisa em psicologia social na América do Norte (FARR, 1994) e também agrega ao debate sociológico o papel ativo dos indivíduos que a constituem.

Reinserir a outrora recorrente questão das crenças e dos valores nos dispositivos disponíveis à explicação sociológica, por meio da Teoria das Representações Sociais, significa, igualmente, reinserir a discussão acerca do papel e do lugar da subjetividade na teoria, em sua relação com o também requisito da objetividade, como condição para a produção de conhecimento válido e relevante para a compreensão sociológica (PORTO, 2010, p. 64).

As representações são simbólicas e “[...] se comunicam entre si, elas se combinam e se separam, introduzem uma quantidade de novos termos e novas práticas no uso cotidiano e ‘espontâneo’” (MOSCOVICI, 2003, p. 200, grifo do autor). Elas funcionam como teorias coletivas sobre o real, uma estrutura de implicações possíveis dos valores e das ideias compartilhadas por grupos, sendo “partilhadas por um grande número de pessoas, transmitidas de uma geração à seguinte e impostas a cada um de nós sem o nosso consentimento consciente” (MOSCOVICI, 2001, p. 20). Sempre fazem alusão a um referencial de pensamento preexistente em formas de crenças, ideologias, conhecimento – arrisco afirmar que aqui poder-se-ia incluir o conhecimento científico. Cada novo fenômeno que os indivíduos devem incorporar aos seus esquemas explicativos passará a ser familiar e aceitável.

Ao me apropriar da Teoria das Representações Sociais para discutir a violência sexual contra crianças e adolescentes, também tomo por base as reflexões de Porto (2006) que discute sociologicamente a violência na sociedade contemporânea, utilizando-se da teoria das representações sociais. Para a autora, quando se opta por utilizar esta perspectiva analítica:

[...] subjetividade e objetividade são assumidas, tanto uma quanto a outra como componentes fundamentais desta forma de relação social. Interrogado o componente objetividade, violência seria o que os números e as estatísticas assinalam como tal, fazendo ressaltar o caráter “inegável” da realidade do fenômeno. Por outro lado, pensada de um ponto de vista subjetivo, violência precisaria considerar, igualmente, o que diferentes indivíduos e sociedades reputam (representam) como violência. Representação que poderia, em última instância, interferir na própria realidade da violência, reforçando a necessidade de uma estratégia de análise que se interroge sobre as relações objetividade/subjetividade enquanto componentes que participam da definição do fenômeno da violência e interferem nas práticas e nas representações que diferentes grupos elaboram de tais práticas (PORTO, 2006, p. 264, grifo do autor).

Em que implicam essas reflexões quando voltamos nossa atenção à pergunta central dessa tese: “Quais as representações sexuais sobre as vítimas para autores de violência sexual contra crianças e adolescentes?”. Entendo que o referencial da Teoria das Representações Sociais e o percurso metodológico descritos no presente Capítulo possibilitam, dentre outras vantagens, conduzir ao campo de análise os indivíduos que cometem violências sexuais em estreita relação com o contexto histórico, social, institucional e legal, o que discutirei no

Capítulo 2. Dessa forma, distancio-me de explicações estritamente individuais e intrapsicológicas ou exclusivamente sociais, que pouco fazem referência ao indivíduo, inscrevendo os AVS como indivíduos ativos, participantes, produtores e reprodutores do contexto social em que vivem. Para tanto, optei por ter como ponto de partida as vozes dos próprios AVS, como será evidenciado no Capítulo 3.

CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM BREVE PANORAMA

O presente capítulo tem como proposta tecer considerações teóricas concernentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, considerando sua complexidade nos campos histórico, social, psicológico, jurídico e institucional. Para tanto, realizo uma apresentação de seis temas que considero de especial relevância, por contextualizarem as maneiras pelas quais, enquanto sociedade, atualmente representamos os AVS, as violências que praticam e as vítimas: 1- o abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: conceituação e características; 2- adultos, crianças, adolescentes e sexualidade na história: diferentes representações; 3- os AVS e a questão dos déficits de empatia pelas vítimas: recortes conceituais nos campos da Psicologia e das Ciências Sociais; 4- a mídia e a violência sexual contra crianças e adolescentes: alguns apontamentos; 5- marcos legais para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil; 6- políticas públicas e ações não governamentais de atenção aos autores de violência sexual no Brasil.

2.1 O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A violência sexual contra crianças e adolescentes é usualmente dividida em duas modalidades: o abuso sexual (intra ou extrafamiliar) e a exploração sexual comercial. O primeiro é conceituado por:

[...] qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como *voyeurismo*, assédio e exibicionismo (HABIGZANG et al, 2005, p.341).

Dentre as duas modalidades, é o abuso sexual intrafamiliar que tem provocado o maior número de estudos, atenção e interesse por parte da comunidade científica, bem como pelas ações governamentais e não-governamentais. Ele tem sido considerado uma das piores formas de violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que “[...] é a inocência que é traumaticamente atraída no incesto” (FORWARD e BUCK, 1989, p. 30). É entendido como altamente devastador, pois provoca profundas marcas em suas vítimas, desfazendo-se a confiança da criança ou adolescente em um protagonista que, ao contrário, deveria protegê-las:

O incesto é mais comum do que se possa imaginar. Embora se manifeste de formas muito diferenciadas, sua ocorrência é alvo de críticas e/ou punições na quase totalidade das sociedades conhecidas em razão do tabu que o interdita e que procura restringir os relacionamentos sexuais. O incesto é um tabu considerado universal, e sua transgressão também o é (SCHMICKLER, 2006, p. 17).

Caso o abuso sexual intrafamiliar inicie-se quando as crianças são ainda bem pequenas⁵⁸ e ocorra por um período de tempo prolongado, ele passa a fazer parte da vida familiar, dando a falsa sensação de que todos os atos sexuais configuram um padrão de normalidade, que vai se anunciando de diferentes maneiras, consolidando-se em pequenos hábitos do cotidiano por meio de códigos, sinais e mensagens. Assim, não são necessárias ameaças explícitas às vítimas, conforme indicado nos estudos de Phelan (1995), que constatou que apenas cinco, dos quarenta pais estudados, relataram ter assim procedido, dizendo às crianças que eles iriam para a cadeia, se divorciariam de suas mães ou que as famílias perderiam suas casas. Há ainda, nesses casos, o emprego de menos força física e, conseqüentemente, menos ferimentos às vítimas, o que talvez indique algum grau de solicitude paterna (RICE e HARRIS, 2002) ou uma tentativa de manter a violência em segredo (ESBER, 2009).

Diversas pesquisas dedicadas ao estudo do abuso sexual entendem que as conseqüências para as vítimas situam-se nos âmbitos psicológico, psiquiátrico e da sexualidade. Dentre estas, as psíquicas têm ganhado especial atenção: “As conseqüências psicológicas do abuso sexual são as predominantes; o profundo efeito sobre o psiquismo manifesta-se em mudanças comportamentais e em diversos tipos de transtornos mentais, de leves a graves” (FIORELLI e MANGINI, 2011, p. 195). Lowenkron (2014), autora do campo das Ciências Sociais, indica que existe em nossa sociedade:

[...] um processo de psicologização das vítimas de crimes sexuais, portanto de uma patologização de seus efeitos: o trauma, dano de longo prazo, a dor interior, as conseqüências disruptivas para o desenvolvimento da criança. A patologização da figura do criminoso sexual, portanto a psicologização das causas do crime (LOWENKRON, 2014, p. 245).

Usualmente, os estudos apresentam quase que unanimidade quanto às repercussões negativas para a saúde mental e sexual das vítimas: sofrimento psíquico, medo, trauma, vergonha, raiva, ódio, consumo de álcool e outras drogas, transtornos mentais diversos e dificuldades na vivência futura da sexualidade, vingança, revolta, sentimento de impotência,

⁵⁸ Em trabalho anterior, analisei o relato de um pai que praticou violência sexual contra as duas filhas por um longo período de tempo. Ao ser questionado sobre como havia sido o início dos abusos, ele afirmou que a filha tinha por volta de três anos e, ao deitar-se na cama com ele e a esposa, “já ia mexendo nas partes que não podia” (ESBER, 2009, p. 167).

isolamento social, comportamentos violentos, mágoa, depressão e culpa (ATKESON et al., 1982; CHARAM, 1997; FINKELHOR, 1979, 1986; FORWARD e BUCK, 1989; FURNISS, 1993; GABEL, 1997; ROTHBAUM et al., 1992; SERAFIM et al., 2009; SPENCER, A., 1999). As consequências para a sexualidade das vítimas são relacionadas desde que as primeiras pesquisas sobre a violência sexual começaram a surgir (CAPRIO, 1965; CHARAM, 1997; FORWARD e BUCK, 1989; GRUNDLACH, 1977). Caprio (1965) analisa as consequências à sexualidade de uma paciente que foi sexualmente violentada pelo pai e que cometeu aborto, levada pela própria mãe:

É obvio que a incapacidade orgásmica desta doente representa o sintoma-consequência de um trauma psíquico [...] Sua frieza sexual pode ser interpretada como punição auto-inflingida, por haver permitido efetivar-se a violação incestuosa. Já havia deixado que o pai numerosas vezes lhe acariciasse as partes sexuais, antes de realizar plenamente a cópula com ela. Encontra escapamento para seu componente sadístico em fantasias de querer matar o pai, bem como outras de análogo desejo de morte (CAPRIO, 1965, p. 204).

O desenvolvimento de condutas homossexuais subsequentes à violência era uma preocupação de autores do final do século XX, época em que diversas sociedades levaram a violência sexual ao debate público: “O problema do incesto é de grande importância, dado que se inter-relaciona com a homossexualidade e, inconscientemente, está na raiz de muitas dificuldades heterossexuais, como a impotência e a frigidez” (CAPRIO, 1965, p. 190); ou ainda: “Elas jamais se permitirão um verdadeiro envolvimento com um homem. E seu horror de si mesmas tende a projetar-se como hostilidade, o que dificulta muito sua amizade com outras mulheres” (FORWARD e BUCK, 1989, p. 33); também: “O choque do estupro pode causar na vítima uma aversão permanente às relações sexuais, com reações histéricas diante de qualquer ato ou atitude de um homem, interpretado como tendo conotação sexual” (CHARAM, 1997, p. 161).

Excetuando-se Caprio (1965), cujos casos clínicos fazem referência a meninos vítimas e mulheres autoras de violência, os demais pesquisadores, nos trechos acima, especificam as consequências para a sexualidade das meninas vítimas de homens AVS. Tal característica também se fez presente nas narrativas dos entrevistados, conforme será mostrado nas seções 3.2.1.1, 3.2.1.3 e 3.2.2.4. Não é objetivo da presente tese aprofundar na complexidade do debate da categoria gênero na violência sexual, contudo, faz-se mister, mostrar que esta categoria perpassa tanto as narrativas dos homens que a praticam, como também os enunciados da própria literatura especializada. “A visibilidade do fenômeno da violência é, assim, recortada por gênero, correspondendo às identidades sociais de homens e mulheres construídas em relações sociais” (SARTI et al., 2006, p. 174).

Avalio que a compreensão de que existam consequências para a sexualidade das vítimas se faz ainda bastante presente nos dias atuais: “A pessoa pode enfrentar dificuldades de ajustamento sexual (repulsa ao contato íntimo com pessoas de outro sexo; derivação para a homossexualidade; repulsa à prática de relações sexuais)” (FIORELLI e MANGINI, 2011, p. 195); ou ainda: “Entre as inúmeras disfunções no campo da sexualidade, acentuam-se o medo da intimidade, a negação do relacionamento sexual, a perda da motivação sexual e a insatisfação com a prática sexual” (FIORELLI e MANGINI, 2011, p. 196).

Ainda discutindo sobre a sexualidade das vítimas, alguns autores (FINKELHOR, 1979; FORWARD e BUCK, 1989; OKAMI, 1991) entendem que as formas pelas quais crianças e adolescentes reagem sexualmente aos atos sexuais praticados por adultos podem ser as mais diversas, como medo, nojo, rejeição, raiva e também prazer sexual:

[...] muitas vezes, a vítima gosta das carícias incestuosas – elas podem representar a única manifestação de afeto que ela jamais conheceu [...]. Em outros casos, porém, a vítima sente dor, medo e repugnância [...] Seja qual for a razão, a vítima se encerra num mundo de segredo – um mundo de vergonha, desespero e culpa –, onde se sente isolada de todas as pessoas (FORWARD e BUCK, 1989, p. 32).

Finkelhor (1979) realizou pesquisa com setecentos e noventa e seis pessoas de todas as idades, sendo quinhentas e trinta mulheres e duzentos e quarenta e seis homens. Constatou um baixo – mas existente – índice de 8% de respondentes que relataram ter sentido prazer sexual durante as experiências sexuais com adultos. Para o autor, isto não significa que estes teriam gostado ou não sofreriam danos advindos da experiência. Similarmente, Okami (1991) pesquisou pessoas que relataram experiências sexuais intergeracionais durante a infância ou adolescência, sendo trinta e sete homens e vinte e seis mulheres. Algumas classificaram-nas como positivas e não referiram danos a ela relacionados, indicando o prazer, o desejo ou a satisfação sexual como importantes aspectos desta experiência. Para estes casos, foi constatada ausência do uso da violência física. Contrariamente, outros pesquisados consideraram o contato sexual com adultos a partir de um componente de coação e trauma, traduzido por uma experiência negativa e abusiva, nomeada como violência sexual. Quase 80% desses últimos tinham maior grau de proximidade com os seus AVS, o que indicou que as violências praticadas por pessoas mais próximas são majoritariamente entendidas como aversivas.

Pesquisas brasileiras ainda se silenciam quanto à discussão sobre o possível prazer sexual de crianças e/ou adolescentes, a partir da estimulação sexual inevitavelmente realizada por um adulto no decorrer da violência sexual, como toques, masturbação ou sexo oral, usualmente perpetrados sem o uso de força física. Encontrei referência a esta possibilidade no

site oficial da Childhood Brasil, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que trabalha para influenciar a agenda de proteção da infância e adolescência:

No caso de ter experimentado prazer físico, excitação ou intimidade emocional com o abuso, a criança provavelmente se sente confusa, o que a impedirá de falar. A fim de manter o ato em segredo, o abusador joga com o medo, a vergonha ou a culpa de sua vítima. Vale ressaltar que não existem situações nas quais uma criança seja responsável por qualquer interação sexual com um adolescente ou um adulto⁵⁹.

Entretanto, entender que crianças podem sentir prazer não significa minimizar os efeitos negativos da violência sexual. Ela pode provocar diversos tipos de consequências como as listadas acima e as vítimas acabam sendo condicionadas e acostumadas ao padrão de relacionamento abusivo, tornando-se apáticas, tendo suprimida sua capacidade de pensar criticamente e identificar tais contatos sexuais como violência, ou ainda de revelar o que ocorre a alguém. Contribui para isso o fato de que, nas famílias, tem-se historicamente vivenciado uma lógica hierárquica de obediência e silêncio dos filhos em relação aos pais, aos adultos e à educação familiar imposta: “O silêncio estava presente como condição necessária à boa educação não só de mulheres, mas também das crianças, não lhes cabendo, em hipótese alguma, ostentar qualquer visibilidade” (SUBIRATS, 1986 apud FELIPE, 2000, p. 120). A violência solidifica, assim, seu lugar no âmbito privado e doméstico, acarretando o silêncio das vítimas, provocando um crescendo na sua vulnerabilidade. Isto tem sido ligado ao excesso de autoridade parental dentro da família, relacionado por importantes estudiosos da literatura especializada (FINKELHOR, 1986) e por pesquisadores de uma perspectiva feminista que interpretam a violência sexual a partir da categoria de gênero (AZEVEDO e GUERRA, 1988, 1989; SAFIOTTI, 1989) como um elemento contextual importante que facilitaria homens a cometer a violência. Lamentavelmente, isso não se diluiu até os dias de hoje, apesar dos avanços sociais que buscam garantir direitos de mulheres, crianças e adolescentes e reposicionar seus lugares dentro da família e da sociedade. Ainda somos machistas, racistas e sexistas.

São diversos os motivos que contribuem para o silenciamento das vítimas: pensar que podem ser desacreditadas ou que pode haver uma defesa ao autor da violência, sendo elas próprias punidas e culpabilizadas pela interação sexual; o receio de que a situação permaneça mantida no silêncio, mesmo após a revelação; o medo de que a família possa se desintegrar e inúmeros outros. Para o caso das adolescentes, esse sentimento é potencializado, uma vez que

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 15.

podem ser elas as acusadas e culpabilizadas por ter sexualmente seduzido seus pais, os companheiros de suas mães, tios ou outros.

Dentre todos os protagonistas da violência sexual, o pai incestuoso é o ofensor mais incompreendido (FORWARD e BUCK, 1989). Ele reúne, em si, diversos tipos de contradições que confundem as vítimas, as famílias e a sociedade, pois: 1- borra as fronteiras entre duas facetas da paternidade entendidas como incompatíveis e antagônicas: a da proteção e a da violência; 2- apesar de praticar a violência sexual – atos usualmente entendidos como inumanos e monstruosos – são usualmente pessoas agradáveis, educadas e de um bom relacionamento interpessoal, sustentando identidades de bons sujeitos, trabalhadores, pais de família, respeitadores das leis e cumpridores de uma aparente moral e ética nas relações (FIORELLI e MANGINI, 2011; FORWARD e BUCK, 1989; SCHMICKLER, 2006); 3- a posição do adulto e de sua sexualidade na violência sexual intrafamiliar é paradoxalmente infantil e imatura (PERONE e NANNINI, 2002). Todas essas três contradições acabam por confundir as vítimas, inverter as barreiras intergeracionais (SCHMICKLER, 2006) e os papéis familiares, bem como estabelecer relações pseudo-igualitárias. Estas características podem ser constatadas na fala de Jonas⁶⁰, entrevistado da presente pesquisa:

Jonas: Eu conversava, pedia perdão a ela. [Ela falava]: “Ó papai, o senhor sabe que não é lícito. Tem a mamãe”. [E eu respondia]: “Ó minha filha, me perdoa porque eu fui cair [abusar] de novo”. Sempre eu conversava: “Eu não vou fazer mais não vou, não vou. Vou tentar de novo”. O que acontece? Em casa era uma maravilha, um brinco. Como se diz, era uma paz: “Ó papai, eu estou achando tão bom pela atitude”. Não gosto nem de me lembrar. Ela me dava conselho. Minha filha me dava conselho! Passava aquela temporada boa com a minha família. Aí, quando é fé, parece que desmoronava tudo. Parece que ficava cego, parece que nada era ilícito não... Parece que não era o Jonas. Tem hora que eu penso isso aí. Será que era o Jonas, será que minha mente sumia? Será o que acontecia? Mas estava sabendo que era errado. // Sentia aquela: “Não pode, não pode, não pode. Isso aí é um absurdo.” Eu fiquei assim de uma forma que eu era uma pessoa que não sabia o que era bom e o que era ruim, ali minha mente estava trancada, eu só pensava só nisso.

Note-se que Jonas praticou a violência sexual contra sua filha por um tempo prolongado⁶¹, em plena consciência da ilicitude de seus atos. Esta mesma característica também foi encontrada em um pai AVS estudado em pesquisa anterior (ESBER, 2009), Renato, que desejou não mais praticar a violência mesmo quando ela ainda estava em curso. Da mesma forma, Phelan (1995) encontrou que vinte e nove, dos quarenta pais AVS em seu estudo, caracterizaram seu comportamento como inadequado do ponto de vista moral, conjugal ou

⁶⁰ Todos os participantes da pesquisa serão apresentados na seção 3.1.

⁶¹ Para fins da presente análise, considerar-se-á violência prolongada qualquer situação que tenha ocorrido por mais de uma vez com a mesma vítima.

jurídico. Eles também entendiam as consequências sociais de seus atos, caso fossem descobertos. Isso também foi constatado nas narrativas evidenciadas ao longo de toda a análise empreendida no Capítulo 3: não lhes faltam a internalização dos valores e das normas da sociedade no que diz respeito à ilicitude dos atos que praticam. Eles possuem também amplo conhecimento sobre as consequências malélicas da violência sexual para as vítimas.

No que diz respeito ao papel das mães, ele é no mínimo enigmático e complexo, como evidenciam Café (2004), Narvaz (2005), Perone e Nannini (2002) e Suárez e Bandeira (1999). Elas podem ser totalmente alheias à violência sexual que ocorre dentro de suas casas; há aquelas que percebem a violência, mas que não tomam nenhum tipo de atitude para proteger suas filhas, manifestando permissividade e silenciamento, apesar de não participarem ativamente da interação abusiva (ESBER, 2009; HABIGZANG et al., 2005); existem ainda situações em que elas participam ativamente da violência sexual (HABIGZANG et al., 2005). Como já discutido na seção 1.4, os personagens mulheres autoras de violência sexual e mães incestuosas são ainda quase que inexplorados e intactos na sociedade brasileira.

Findada essa breve reflexão sobre a modalidade de violência sexual intitulada abuso sexual contra crianças e adolescentes, passo a discorrer sobre um outro tipo de violência sexual: a ESCCA. Essa prática é marcada pela intermediação financeira entre crianças e adolescentes e seus “clientes” e é caracterizada como:

[...] uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. [...] constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão (ECPAT, 2002 apud LIBÓRIO, 2004, p. 22).

A ESCCA pode ser subdividida em quatro modalidades, com diferentes particularidades (FALEIROS, E., 2004; LIBÓRIO, 2004): 1- a prostituição é uma atividade na qual qualquer ato sexual é negociado em troca de pagamento, seja ele monetário, em roupas, drogas ou outros; 2- o turismo sexual consiste no comércio do sexo que ocorre principalmente em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros; 3- a pornografia é caracterizada pela produção, exibição (divulgação), distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico e, por fim; 4- o tráfico de pessoas foi conceituado pela Assembleia das Nações Unidas (2000) como o:

[...] recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega

ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Existe pouco reconhecimento social da ESCCA como uma violência que produz consequências para suas vítimas na mesma dimensão que o abuso sexual (FALEIROS, E., 2004). Ao contrário, existe certo consenso social de que as meninas e meninos envolvidos com a ESCCA, ao terem tido relacionamentos sexuais prévios, consentirem ou até mesmo oferecerem o sexo para adultos, não mais poderiam ser consideradas como vítimas, pois já teriam perdido a inocência e a assexualidade, conforme estudos de Cerqueira-Santos et al. (2008) e Morais et al. (2007).

Entretanto, estudiosos da ESCCA têm defendido que isso não descaracterizaria tal relação como abusiva, dadas as diferenças desenvolvimentais, sociais, econômicas e culturais entre os envolvidos (LIBÓRIO, 2004; SANTOS, 2004; SANTOS e SOUZA, 2008). Nesta mesma direção, a End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes (ECPAT⁶²) explicita “os riscos implicados na saúde dos explorados sexualmente e enfatiza os severos prejuízos psicológicos em longo prazo sofridos por essas pessoas, como a diminuição de sua autoestima e abalos no sentimento de confiança em outros indivíduos” (ECPAT, 2002 apud LIBÓRIO, 2004, p. 33). Isso se dá porque a ESCCA reúne, em si mesma, diversos tipos de violência:

A violência estrutural (em cujo interior encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis do mercado), a violência social (expressa nas dimensões de gênero, raça/etnia e geracional) a violência interpessoal (presente nas relações interpessoais, tanto intra como extrafamiliares, aspectos psicológicos (a construção da identidade e o processo de vulnerabilização), sendo entendidos dentro do contexto da adolescência/sexualidade/violência e violação de direitos (LIBÓRIO, 2004, p. 26).

É no sentido de reiterar a ESCCA como uma violência que alguns autores têm criticado o termo “prostituição infanto-juvenil”, pois ele se refere às práticas sexuais de mulheres ou homens adultos e implica a possibilidade de opção voluntária por tal modo de vida. Para o caso das crianças e dos adolescentes, a expressão ocultaria a natureza do comportamento sexualmente abusivo (LIBÓRIO, 2004; SANTOS, 2004).

Por passar uma ideia de que as crianças, e especialmente as adolescentes, têm alguma autonomia para decidir se querem ou não se prostituir, que são sujeitos de uma relação crivada pela “dominação-exploração”, seja de classe, de gênero, comercial ou sexual. Como se pudessem decidir livremente, sem outras injunções, sem o caráter de violência, aqui inclusive sexual, o seu destino. A adolescente é assim considerada porque está

⁶² Pelo fim da prostituição de crianças, pornografia de crianças e tráfico de crianças para propósitos sexuais (tradução nossa).

numa fase de transição, de mudanças, de amadurecimento físico-emocional e sexual (SANTOS, 2004, p. 242, grifo do autor).

Para demarcar claramente o *locus* da menina envolvida com a ESCCA como vítima, Libório (2004) sugere a substituição da expressão “prostituição” por “adolescente prostituído(a)”. Outro termo empregado para estes casos é “adolescente explorado”, que:

[...] é utilizado pela militância no lugar dos termos “prostituição” e “pornografia” para enfatizar a condição passiva das crianças ou adolescentes que se envolvem nessas atividades, diferenciando-a, radicalmente, da prostituição e pornografia adultas, ao negar qualquer dimensão de escolha. O objetivo é se opor à visão, classificada pelos militantes dos direitos da criança como “tradicional” e “conservadora”, que responsabiliza a criança e, principalmente, a adolescente, a partir de uma acusação moral de “promiscuidade”, assumindo como voluntária a condição de prostituição das jovens (LOWENKRON, 2010, p. 17, grifos do autor).

Um personagem ainda quase que inexistente nas discussões científicas, do senso comum e da mídia sobre a ESCCA é o cliente, a pessoa que paga para fazer sexo com crianças e adolescentes. Os estudos brasileiros ainda são escassos, conforme evidenciado por Cerqueira-Santos et al. (2008). Encontrei apenas dois títulos que se propuseram a discutir sobre os clientes, sendo um deles focado nos clientes ou não clientes (MORAIS et al., 2007). Os autores investigaram os condicionantes da exploração sexual de crianças e adolescentes a partir da percepção de duzentos e trinta e nove caminhoneiros. O segundo estudo foi realizado por Cerqueira-Santos et al. (2008), que analisaram comparativamente dois grupos de caminhoneiros, classificados como “clientes” e “não clientes” da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Apesar de sua invisibilidade social, o cliente da ESCCA obviamente tem papel “fundamental para a manutenção do comércio sexual com crianças e adolescentes e a consequente sustentação das redes de aliciadores, traficantes e agenciadores/cafetões da ESCCA” (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2008, p. 453). Se não houvesse a procura, a oferta seria inexistente. Já os aliciadores da ESCCA são personagens ainda mais desconhecidos, científica e socialmente. Desconheço estudos nacionais que os tenham como sujeitos, tornando-o outro assunto ainda ignorado na violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para finalizar, pontuo que os estudos supramencionados entendem que qualquer criança e adolescente envolvidos em atos sexuais com adultos são consideradas vítimas de violência sexual e, em hipótese alguma poderão ser responsabilizadas por tal interação. Apresento o mesmo tipo de compreensão, expressa no conceito parâmetro de vítimas de violência sexual, qualificado na seção 1.6.

2.2 ADULTOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SEXUALIDADE NA HISTÓRIA: DIFERENTES REPRESENTAÇÕES

A atual preocupação em preservar crianças, adolescentes e suas sexualidades de qualquer risco ou violência nem sempre existiu ao longo da história da humanidade. Ela é proveniente de diversas mudanças estruturais, legais e paradigmáticas, ocorridas mais intensamente no Brasil e no mundo a partir do final do século XX, como evidenciarei adiante. Desde então, as sociedades de diversos países passaram a representar crianças e adolescentes como merecedores de atenção, carinho, esforço e proteção (MEYER, 2007), que devem ser livres de quaisquer tipos de violação de direitos.

Recorro às obras de Ariès (1960), Foucault (1988) e de outros autores, cujo principal legado foi a desnaturalização da sexualidade, para evidenciar que nem sempre as práticas sexuais de adultos com crianças e adolescentes foram entendidas como violências sexuais e que “novas regras de decência” (FOUCAULT, 1988, p. 21) se sucedem continuamente governando o sexo ao longo da história. Os autores mostraram que são numerosas as maneiras pelas quais foram concebidas a sexualidade e as interações sexuais entre adultos e crianças/adolescentes, bem como os dois principais protagonistas daquilo que atualmente se nomeia como violência sexual: os autores e as vítimas.

Ariès (1960), historiador francês, ao evidenciar como se deram as alterações de significado sobre a infância e sua sexualidade na Europa ocidental, argumentou que a criança foi representada na iconografia de maneiras diferenciadas ao longo da história: como adultos em miniatura no século XI, anjos no século XIII e seres sagrados⁶³ até o século XVI. Mesmo assim, contudo, coexistiram práticas e permissividades sexuais entre elas e os adultos até o início do século XVII, quando eram corriqueiros tanto a exposição, como o toque dos genitais: “Essa prática familiar de associar crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum” (ARIÈS, 1960, p. 77). Até o século XVI, a família era composta por pais, filhos, genros, noras, servidores, escravos e amas que dormiam juntos, despiam-se, faziam sexo e circulavam em seminudez ou nudez. Assim,

Essa ausência de reserva diante das crianças, esse hábito de associá-las a brincadeiras que giravam em torno de temas sexuais para nós é surpreendente: é fácil imaginar o que diria um psicanalista moderno sobre essa liberdade de linguagem, e mais ainda, essa audácia de gestos e esses contatos físicos. Este psicanalista, porém, estaria errado. A atitude diante da sexualidade, e sem dúvida a própria sexualidade, variam de acordo com o meio, e, por conseguinte, segundo as épocas e as mentalidades (ARIÈS, 1960, p. 78).

⁶³ Por meio das imagens do Menino Jesus e de Nossa Senhora Menina.

Contudo, a interdição desses comportamentos sexuais entre crianças e adultos ocorria quando elas adentravam na idade adolescente:

[...] com consciência limpa e publicamente, gestos e contatos físicos que só passavam a ser proibidos quando a criança atingia a puberdade, ou seja, praticamente, o mundo dos adultos. Isso acontecia por duas razões. Primeiro, porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se. Segundo, porque ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas nas práticas de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse (ARIES, 1960, p. 80).

Quando ocorreram, no final do século XVI, alterações nos sentimentos sobre família, conjugalidade, sobrevivência dos filhos e espaço privado, a ideia do despudor e imoralidade das crianças foi contraposta pela concepção de inocência e pureza infantil. À época, duas características tornaram-se significativas: 1- o cerceamento das práticas sexuais de adultos com crianças e 2- a consolidação da ideia da criança como um ser dessexualizado e assexuado. Com isso, a sexualidade genital de crianças passou a ser compreendida como um desvio do processo de amadurecimento do corpo infantil. A Medicina do século XVII foi ratificando tal concepção, na medida em que supunha que a sexualidade em crianças provocaria a “[...] esterilidade, a impotência, a frigidez, a incapacidade de sentir prazer, a anestesia dos sentidos.” (FOUCAULT, 1988, p.143), pois “A sexualidade precoce foi considerada como ameaça epidêmica que corre o risco de comprometer não somente a saúde futura dos adultos, mas o futuro da sociedade e de toda a espécie.” (FOUCAULT, 1988, p.137). Assim,

Alguns historiadores têm mostrado que a dessexualização da criança é fenômeno recente na história ocidental, e que até meados do século XVII, meninos e meninas – inclusive nos palácios reais – viam, falavam, ouviam e agiam com mais soltura em matéria de sexo do que seus sucessores do período vitoriano (MOTT, 1991, p. 45).

Também contribuiu para a dessexualização de crianças a propagação do catolicismo que, a partir do século XVIII, reafirmou a imagem da criança como um ser inocente, assexuado, puro e livre dos pecados do sexo, processo esse nomeado como sacralização da criança por Zelizer (1985 apud MEYER, 2007). Foi naquele mesmo século que se vivenciou uma preocupação em relação ao “sexo do colegial” (FOUCAULT, 1988, p. 30), quando médicos, pedagogos, e professores voltaram-se para os seus alunos com o objetivo de tecer advertências, pareceres e observações: “A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos

institucionais e estratégias discursivas” (FOUCAULT, 1988, p. 32), expressos na própria arquitetura e nos regulamentos de exercício disciplinar da instituição colegial. Segundo Foucault (1988), a pedagogização do sexo da criança foi um dos quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos de saber e poder sobre o sexo no século XVIII. Ela se consistiu em uma:

[...] dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou dois séculos no Ocidente (FOUCAULT, 1988, p. 99, grifos do autor).

Direcionando a análise às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual, Finkelhor (1979) indica a existência das seguintes teorias ao longo da história: 1- teoria da criança que atua sexualmente, que prevê que estas encorajam os adultos a sexualmente aproximar-se delas pela sedução; 2- teoria da criança sem defesa, que alega que estas tendem a colaborar em sua vitimização por falhar em tomar ações de autoproteção e não tomar providências para parar com os abusos, quando aproximadas por adultos. Assim, a “[...] ideia que crianças são responsáveis por sua própria sedução tem estado no centro de quase todos os escritos sobre o abuso sexual desde que o tópico foi inicialmente abordado” (FINKELHOR, 1979, p. 24). Bender e Blau (1937), por exemplo, pesquisaram um grupo de dezesseis crianças admitidas em um hospital de Nova York, com idades entre cinco a doze anos, depois de sofrerem violência sexual. Destas, sete “mostraram menos evidência de medo, ansiedade, culpa ou trauma psíquico do que poderia ser esperado” (BENDER e BLAU, 1937, p. 510). A partir disto, os autores consideraram “[...] a possibilidade de que a criança pode ter sido a verdadeira sedutora, ao invés daquela inocentemente seduzida” (BENDER e BLAU, 1937, p. 514).

Finkelhor (1979) contesta o tipo de teorização que culpabiliza as vítimas, avaliando que, felizmente nos últimos anos, como resultado de uma consciência coletiva levantada pelo movimento feminista quanto ao estupro, os investigadores têm estado mais cautelosos. Entretanto, longe de termos superado tal tipo de concepção, a culpabilização das vítimas está presente até os dias de hoje nos discursos do senso comum, da mídia, de instituições sociais e também de pesquisadores, conforme será evidenciado adiante.

Proponho que as categorias crianças, adolescentes, adultos, sexualidades, autores e vítimas de violência sexual sejam entendidas a partir da premissa de que houve, no Brasil,

normalização de práticas sexuais anteriormente condenáveis – como a masturbação, pornografia e o adultério – e criminalização de outras, como a violência sexual (DUARTE, 2004). Assim, é possível afirmar que percorremos um caminho histórico no qual significados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes foram construídos e reconstruídos:

Construo esses quatro eixos a partir da identificação dos seguintes deslocamentos históricos nas formas de entender a “violência sexual”: i) da violência física à violência moral; ii) da ameaça à honra das famílias à violência contra a pessoa; iii) da ênfase no gênero à ênfase na geração; iv) dos atos criminosos aos indivíduos perigosos. Sugiro que esses quatro deslocamentos articulados fazem aparecer uma nova ideia de violência que se situa entre o crime e a perversão sexual (a pedofilia), uma nova vítima privilegiada (a criança abusada), um novo efeito (o trauma e a desestabilização psíquica) e um novo personagem ou um novo nome para aquele que protagoniza esse tipo de “ataque” (o pedófilo) (LOWENKRON, 2014, p. 233, grifo do autor).

Entretanto, desde o tempo do Brasil Colônia, violências físicas, sexuais, abandono e negligência foram a grande tônica da história da infância. Apesar de que o “sentimento de valorização da criança enquanto um ser cheio de graça e vulnerabilidade corrente na Europa estava presente no coração dos jesuítas, que entendiam o pequeno indígena como ‘um inocente ... mui elegante e formoso’” (DEL PRIORE, 1991, p. 13, grifo do autor), seus vícios e pecados eram enfrentados com açoites e castigos corporais. Era assim que elas eram catequisadas, educadas e disciplinadas:

O desprezo, o desrespeito e a violência contra a infância sempre muito presentes na história da civilização humana, embora muitas vezes camuflados por confortáveis fantasias que aliviavam a culpa dos adultos, que maltratavam a criança em nome de Deus ou por outra justificativa disciplinadora. Aos pais, durante muitos e muitos séculos, até passado muito próximo, foi permitido bater e aplicar em seus filhos qualquer sorte de castigo ou punição, mas na Antiguidade este poder era absoluto, defendido e difundido entre todas as classes sociais, de uma maneira inquestionável, até mesmo pela igreja da época (RIZZO, 2006, p. 22).

Assim, as relações entre adultos e crianças e/ou pais e filhos brasileiros estiveram historicamente permeadas por compreensões autoritárias sobre socialização e educação, baseadas na aplicação de castigos físicos e nas mais diversas formas de violência, acrescidos da impunidade dos vitimizadores (FALEIROS e CAMPOS, 2000). Foi somente no final do século XIX que, de acordo com Felipe e Guizzo (2003), iniciou-se no Brasil um movimento criação de leis que visassem garantir sua proteção e bem-estar. Isto provocou, dentre outros, maior controle de sua sexualidade:

Passou-se, então, da indiferença para com os abusos e práticas sexuais envolvendo crianças, durante vários séculos, à vigilância constante da sexualidade infantil, bem

como de outras sexualidades, vistas a partir de então como potencialmente doentias e perigosas (FELIPE e GUIZZO, 2003, p. 123).

O século XX foi determinante para o avanço na garantia de direitos de crianças e adolescentes e para sua proteção contra as mais distintas formas de violência, dentre elas a sexual. A partir da década de 1940, discursos médicos, psicológicos e pedagógicos se focaram na ideia de que a criança possuía características especiais, próprias de sua idade (FELIPE, 2000). Visando controlar quaisquer manifestações de prazer que pudessem despertar o interesse erótico de crianças e adolescentes, toda sua educação buscava esconder contato direto com qualquer material que despertasse nelas a curiosidade ao sexo, pois era entendida por estudiosos da época “como preocupante e perigosa, devendo ser submetida a um rigoroso controle e vigilância desde os primeiros anos de vida” (FELIPE, 2000, p. 124).

Ao fim do século XX, a partir de reivindicações da sociedade civil brasileira, novos paradigmas sobre crianças e adolescentes foram estabelecidos pelo ECA (BRASIL, 1990) e por outros instrumentos legais, como será debatido na seção 2.5. Agora, suas sexualidades deveriam ser salvaguardadas, dada sua condição de “pessoas em desenvolvimento” (BRASIL, 1990, Art. 6º). Uma das principais preocupações relacionadas à sexualidade referiu-se ao uso e à exploração sexual de crianças, em suas mais diversas formas: pornografia, prostituição, estupro e incesto (LANDINI, T., 2000), pois “Os casos multiplicados de abuso sexual exporiam publicamente o que antes era segredo: a destruição da inocência” (DEL PRIORE, 2011, p. 155). Socialmente, passa-se a interpretar que, ao impor uma sexualidade à qual a criança ou adolescente não estariam físicas ou emocionalmente preparadas, a violência sexual constituir-se-ia no fim da infância (MEYER, 2007), ou na traição da inocência (FORWARD e BUCK, 1989), pois:

Crianças são estruturalmente dependentes e imaturas, precisando de proteção, cuidado e atenção dos pais. Não são capazes de compreender plenamente situações sexuais e não têm condições de consentir com discernimento sobre sua participação em experiências propostas por adultos (SCHMICKLER, 2006, p. 84).

Produzido agora este consenso social brasileiro sobre a vulnerabilidade, inocência, pureza e ingenuidade sexual de crianças e adolescentes, coloca-se a violência sexual como um dos crimes de maior atrocidade que se poderia cometer contra elas (LOWENKRON, 2010). Contudo, a sociedade brasileira por diversas vezes oscilou entre as polaridades inocência sexual e de erotização de crianças, tanto na história (DEL PRIORE, 2011), como também atualmente, pois vivenciamos contradições entre:

[...] criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora. São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados (FELIPE, 2006, p. 216).

Em última instância, a erotização de crianças e adolescentes as retrata como sexualmente sedutoras de homens adultos, em um movimento de culpabilização das vítimas pela violência sexual sofrida. Como evidenciado por Lowenkron (2011), o estereótipo das meninas sedutoras aparece nos discursos de instituições de grande importância para a sociedade brasileira, como o Senado Federal que, entre 2008 e 2010, conduziu a CPI da Pedofilia⁶⁴. A autora supracitada constatou que, em alguns momentos, a vítima passou a ser acusada de sedução ou até mesmo de cumplicidade, principalmente por não ter denunciado a violência assim que começou a ocorrer. Este tipo de concepção teve robustez, no Brasil, no mínimo desde a década de 90 e, mesmo que em menor intensidade, faz-se presente até os dias atuais. Isto pode ser observado pela análise de Lowenkron (2007) sobre os discursos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de um caso de abuso sexual ocorrido em 1996⁶⁵. O réu era um homem de vinte e quatro anos, inocentado pelo STF, mas condenado nas duas instâncias do Tribunal de Justiça de Minas Gerais por cometer estupro contra uma menina de doze anos. Alguns ministros desconstruíram “a menoridade da menina ao descaracterizar, no caso, a pureza, a inocência e a vulnerabilidade associadas à imagem infantil, *locus* privilegiado da menoridade” (LOWENKRON, 2007, p. 729). Outros buscaram garantir proteção à criança “[...] apesar de sua experiência sexual anterior e aparência física precoce” (LOWENKRON, 2007, p. 729). Alguns deles argumentaram que o acusado “[...] não poderia prever a menoridade da vítima, porque ela tinha aparência e conduta de pessoa madura, não era mais virgem ou inocente, mas experiente e promíscua” (LOWENKRON, 2007, p. 725). Pesquisadores da mesma época do julgamento manifestavam-se contrariamente ao tipo de representação social vigente que culpabilizava as vítimas de violência sexual: “Quem não conhece a versão de que a vítima é a culpada? Foi preciso muito esforço para explicar que uma criança de dois anos, ou uma mulher de oitenta e cinco não seduzem seus estupradores” (AZEVEDO e GUERRA, 1988, p. 10); ou

⁶⁴ Essa CPI foi presidida pelo Senador Magno Malta, cujo relatório é público e encontra-se disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/RELATORIOFinalCPIPEDOFILIA.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2011.

⁶⁵ Observe-se que o julgamento aconteceu apenas seis anos depois da promulgação do ECA (BRASIL, 1990), instrumento legal que auxiliou na redefinição do *locus* de crianças e adolescentes na sociedade brasileira e no reconhecimento da violência sexual como um crime que deve ser combatido, conforme será debatido na seção 2.5.

ainda: “Em ocorrências de vitimização sexual, a criança é sempre VÍTIMA e não poderá jamais transformada em RÉ” (AZEVEDO e GUERRA, 1988, p. 12, grifo das autoras).

Direcionando a análise para a culpabilização de crianças e adolescentes na exploração sexual comercial, cito o exemplo do julgamento ocorrido em 2012, vinte e dois anos após a promulgação do ECA. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) inocentou um homem acusado de ter estuprado três crianças de doze anos, com o argumento de que elas já haviam praticado outros tipos de atividades sexuais e que já se prostituíam, antes de se relacionar sexualmente com o réu. O STJ entendeu que nem todos os casos de relação sexual com menores de catorze anos poderiam ser considerados como estupro. Isso provocou, à época, revolta e manifestação pública de diversas entidades importantes no contexto brasileiro e mundial, tais como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Governo Federal e a Organização das Nações Unidas (ONU). O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a ministra da SEDH/PR, Maria do Rosário, divulgaram nota de repúdio à decisão do STJ, classificando seu entendimento como inaceitável. A ONU também afirmou que a decisão “abre um precedente perigoso e discrimina as vítimas com base em sua idade e gênero⁶⁶”. Estas contradições na forma de compreender o papel das crianças e adolescentes em interação sexual com adultos evidenciam que, em uma mesma época, as representações sociais podem ser conflitantes e até contrárias, apresentando tensões e contradições no processo de sua construção.

O tipo de discurso que justifica a culpabilização de crianças e adolescentes vítimas da ESCCA não se faz presente apenas institucionalmente, mas também no senso comum. Sob os argumentos de que elas precisam de dinheiro, gostam de sexo, têm prazer sexual ou já estão acostumadas a manter relacionamentos sexuais, oitenta e cinco (36,8%) dos duzentos e trinta e nove caminhoneiros pesquisados por Moraes et al. (2007), afirmam já ter tido relações sexuais com as crianças e adolescentes. Utilizando-se desta mesma amostragem, Cerqueira-Santos et al. (2008) asseveram que:

[...] muitos que são clientes da ESCA podem acreditar que a relação entre eles e as crianças e adolescentes é meramente comercial, e que a criança com a qual se relacionam possui um *status* menor do que as crianças que não se envolvem com esse tipo de atividade (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2008, p. 448).

Outro ponto que pretendo me ater diz respeito às maneiras pelas quais as sexualidades de AVS foram sendo compreendidas ao longo da história, entendendo que nesse

⁶⁶ Informações retiradas do site: <<http://tnonline.com.br/noticias/politica/4,123186,05,04,onu-critica-decisao-do-stf-sobre-estupro-de-criancas.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 14.

processo as concepções sobre a sexualidade das vítimas também têm papel importante, pois: “As reações públicas a pedófilos derivam diretamente de concepções contemporâneas do delineamento entre infância e adultez e sobre sexualidade e assexualidade” (KLEINHANS, 2002, p. 234). O século XIX foi determinante nesse processo, pois testemunhou uma ascensão dos escritos sexológicos e o desenvolvimento de controles “[...] judiciário e médico das perversões em nome de uma proteção geral da sociedade e da raça” (FOUCAULT, 1988, p.115). Ambos se preocupavam majoritariamente com as sexualidades classificadas como anormais, patológicas, pervertidas ou periféricas (FOUCAULT, 1988; MOSSE, 1998; PORTER e TEICH, 1998) e com a sexualidade dos loucos, dos criminosos e de crianças. Neste período, houve uma “nova caça às sexualidades periféricas” (FOUCAULT, 1988, p. 43) e o sexo passou do domínio da culpa e do pecado para o regime do normal/saúde e patológico. Isso se deu por meio da *scientia sexualis*, discurso científico sobre o sexo que tinha como referencial de base a Medicina e que se dedicou ao estudo das perversões sexuais “[...] que passam a ser “coisa” médica ou medicalizável” (FOUCAULT, 1988, p. 44, grifo do autor). Tal ciência:

[...] referia-se sobretudo à suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Era, também, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas (FOUCAULT, 1988, p. 53).

Os desvios e instintos sexuais foram caracterizados a partir da “[...] análise clínica de todas as formas de anomalias que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias” (FOUCAULT, 1988, p.100), que o autor chamou de “psiquiatrização das perversões” (FOUCAULT, 1988, p.144). A família burguesa foi “o primeiro lugar de psiquiatrização do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 114) e ela foi alertada sobre suas possíveis patologias, criando-se, por consequência, a necessidade de vigiar o sexo, o que provocou uma cisão entre adultos e crianças e também entre meninos e meninas, cujas regras concentravam-se na sexualidade infantil. Este mesmo processo demorou a ocorrer nas famílias de camadas populares, que “escaparam, por muito tempo, ao dispositivo de ‘sexualidade’” (FOUCAULT, 1988, p.114, grifo do autor). Em suas palavras:

[...] numa sociedade como a nossa, onde a família é o foco mais ativo da sexualidade e onde são, sem dúvida, as exigências desta última que mantém e prolongam sua existência, o incesto, por motivos inteiramente diferentes, e de modo inteiramente diverso, ocupa um lugar central; é continuamente solicitado e recusado, objeto de obsessão e de apelo, mistério temido e segredo indispensável. Aparece como altamente interdito na família, na medida em que representa o dispositivo de aliança; mas é, também, algo continuamente requerido para que a família seja realmente um foco

permanente de incitação à sexualidade (FOUCAULT, 1988, p.103).

Um dos nomes mais expressivos na Psiquiatria forense alemã do século XIX foi Richard von Krafft-Ebing (1840-1902), que realizou a primeira classificação médica sobre os distúrbios sexuais, em seu famoso livro *Psychopathia Sexualis*, em 1886. Na décima segunda edição⁶⁷ (KRAFFT-EBING, s.d.), o autor propôs que alguns indivíduos podem padecer de uma “disposição mórbida, uma perversão psicosexual, que pode no presente ser chamada de pedofilia erótica” (KRAFFT-EBING, s.d., p. 555). Na seção “Sexualidade Patológica em seus Aspectos Legais” (KRAFFT-EBING, s.d., p. 489), o autor discute casos de homens e mulheres que praticam “Violação de Indivíduos abaixo da Idade de Quatorze” (KRAFFT-EBING, s.d., p. 552). Ele divide as pessoas que assim procedem em duas tipologias: casos não-psicopatológicos e casos psicopatológicos. Os primeiros apresentam três subespecialidades: 1- “libertinos que experimentaram todos os prazeres sexuais normais e anormais com mulheres” (KRAFFT-EBING, s.d., p. 552); 2- “homens jovens que têm medo de mulheres adultas ou são desconfiados de sua própria virilidade” (KRAFFT-EBING, s.d., p. 553); 3- “uma grande porcentagem dos casos é representada por meninas servas lascivas, governantas e babás, para não falar de parentes mulheres, que abusam de meninos pequenos os quais lhes foram confiados cuidados” (KRAFFT-EBING, s.d., p. 553). No que diz respeito aos casos psicopatológicos, o autor descreve quatro pacientes e cita como exemplos a “demência senil [...], alcoolismo crônico, paralisia, debilidade mental devido à epilepsia, machucados na cabeça e apoplexia, sífilis cerebral” (KRAFFT-EBING, s.d., p. 552). Para os que praticam violências sexuais contra crianças e adolescentes, o autor recomendou tratamento em sanatórios específicos para tal finalidade, e não em prisões. A teoria de Krafft-Ebing, segundo Hauser (1998), já estabelecia um diálogo entre a Medicina e a Psicologia, lançando mão de conceitos como *psicologicamente insatisfeito* e *orgia psicológica*:

[...] essa mudança em direção à psicologia era apenas parte de um desenvolvimento mais abrangente no campo das ciências sexuais. O sexo havia se deslocado do corpo físico para a “alma” e não se localizava mais na genitália, mas no cérebro (HAUSER, 1998, p. 252, grifo do autor).

A Psicologia, por sua vez, também influenciou os estudos da sexualidade humana no século XIX. A Teoria Psicanalítica de Sigmund Freud (1856-1939) teve indiscutível influência mundial para o tema, bem como os estudos de seus sucessores. Na obra “A Etiologia da Histeria”, de 1896, ele elaborou a Teoria da Sedução, abandonada no ano seguinte, de acordo

⁶⁷ Disponível em <<https://ia801408.us.archive.org/26/items/psychopathiasexu00krafuoft/psychopathiasexu00krafuoft.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

com a qual as neuroses de suas pacientes histéricas eram provenientes das relações incestuosas às quais elas haviam sido submetidas, produto da sedução e do trauma. Foi quando nasceram as bases para o conceito de Complexo de Édipo⁶⁸ que, sendo a regra e não a exceção, transformou os impulsos incestuosos em uma ameaça às famílias. Diversos outros conceitos evidenciam como a sexualidade foi um tema que perpassou toda sua obra: etiologia sexual das doenças nervosas, pulsão sexual, fases do desenvolvimento psicosexual, sexualidade infantil, dentre outros. A psicanálise não teve como foco as perversões ou os desvios sexuais em si. Entretanto, Freud nomeou a sexualidade, mesmo que com fronteiras inespecíficas, tornou-a um aspecto crucial e central do ser humano, deu ênfase na interioridade do sujeito e contribuiu para o alargamento da concepção de sexualidade, que saiu do espectro das práticas para alcançar a vida mental (RUSSO, 2004).

O pensamento científico do século XIX, pois, consolidou a ideia de que os AVS são desviantes e perversos sexuais, pessoas com sérias perturbações mentais, motivadas por fatores internos (biológicos ou psicológicos) que estariam fora de seu controle e portadoras de uma conduta doentia e irreversível. Meu argumento é de que estas concepções até hoje influenciam as maneiras como socialmente representamos os AVS. Longe de abranger apenas as ciências médicas, as consequências deste tipo de explicação biologicista se estenderam a todo o âmbito das ciências humanas e sociais: “Na segunda metade do século XIX, as teorias de hereditariedade se tornaram um discurso proeminente não apenas na medicina e na psiquiatria, mas também na antropologia, biologia, sociologia e criminologia” (RIMKE e HUNT, 2002, p. 73). Apesar de argumentar contra um monopólio médico do conhecimento sobre a sexualidade, Crawford (1998) evidencia que tal discurso influenciou a teologia, o direito e o conhecimento popular.

Diversas teorias sobre os AVS foram propostas e desconsideradas ao longo da história. Finkelhor (1979) elenca quatro delas: 1- teoria do abusador como um degenerado, influenciada pelos estudos de Krafft-Ebing (1886), esse tipo de concepção não durou por muito tempo, pois não era sustentada pelas evidências, quando estudos das décadas de 1950, 60 e 70 comprovavam que apenas uma pequena porção de ofensores sexuais eram psicóticos, senis ou mentalmente retardados; 2- a teoria das mães sedutoras, de base psicanalítica, que defende que estas despertariam a ansiedade incestuosa dos molestadores sexuais de crianças; 3- a teoria da fixação sexual, segundo a qual os ofensores tiveram em suas infâncias estímulos negativos ou positivos, que respectivamente os condicionariam à resposta sexual ou os levariam a uma

⁶⁸ O conceito diz respeito ao conjunto de desejos sexuais, amorosos ou hostis, que meninos experimentam em relação às suas mães.

repetição compulsiva dessa situação original; 4- as teorias da diversidade de ofensores sexuais contra crianças, que indicam que a minoria de abusadores sexuais encarcerados são pedófilos, com interesse primário em crianças. Os demais apresentam outras raízes motivacionais para a violência, como: uma oportunidade incomum, estresse, frustração por outras questões sexuais, necessidade por proximidade ou por agressão, medo dos adultos e da sexualidade adulta ou álcool, dentre outros.

Em síntese, espero ter conseguido evidenciar que a análise da violência sexual contra crianças e adolescentes na atualidade não pode prescindir da discussão sócio-histórica sobre as categorias que a compõem: sexualidade, adultos, crianças, adolescentes, autores e vítimas. Há de considerar o processo de continuamente estabelecer e reestabelecer o que é normal e anormal, o que é permitido ou proibido em cada sociedade em um período determinado:

A sexualidade de um sujeito não é previamente ou naturalmente estabelecida e de forma alguma está fixa em um corpo, em uma maneira de ser e de expressar. Por tudo isso, ela só adquirirá significado quando compreendida sob um determinado contexto cultural e histórico, a partir de uma situação específica, a partir dos sentidos ali elaborados (PASINI, 2009, p. 244).

Sendo assim, as categorias explicitadas acima não podem ser consideradas como estáveis ou homogêneas (mas sim variáveis e flexíveis) ou interpretadas de maneira naturalizada, em conformidade com o que defendem estudiosos da sexualidade humana no campo da história e das Ciências Sociais (CRAWFORD, 1998; DEL PRIORE, 2011; FÍGARI e DÍAZ BENITEZ, 2009; GREGORI, 2008). De acordo com Gregori (2008), há uma tensa relação entre prazer e perigo na definição do que intitula “limites da sexualidade”:

Tais limites indicam, de fato, um processo social bastante complexo relativo à ampliação ou restrição de normatividades sexuais, em particular, sobre a criação de âmbitos de maior tolerância e os novos limites que vão sendo impostos, bem como situações em que aquilo que é considerado abusivo passa a ser qualificado como normal. A maior contribuição da antropologia tem sido a de apontar que essa fronteira é montada, considerando a multiplicidade de sociedades e de culturas, por hierarquias, mas também pela negociação de sentidos e significados que resultam na expansão, restrição ou deslocamento das práticas sexuais concebidas como aceitáveis ou “normais” e aquelas que são tomadas como objeto de perseguição, discriminação, cuidados médicos ou punição criminal (GREGORI, 2008, p. 576, grifo do autor).

É relevante, pois, pensar em que ponto estamos neste processo sócio-histórico e como atualmente concebemos e enfrentamos a questão da violência sexual, enquanto sociedade brasileira. Avalio que, mesmo após todas as conquistas sociais do final do século XX para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes (que asseguraram que quaisquer tipos de

interações sexuais entre adultos e crianças sejam moral e criminalmente condenáveis (conforme discutido ao longo de todo o presente capítulo), cotidianamente presenciamos que as crianças são vítimas das mais diversas formas de violência. Não se pode ainda ser tão otimista, pois vivemos atuais (e antigos) paradoxos: silêncio e debate público; tolerância e intransigência; erotização e dessexualização; permissividade e condenação, culpabilização e desculpabilização, temas falados e ocultos, dentre outros.

2.3 OS AVS E A QUESTÃO DOS DÉFICITS DE EMPATIA PELAS VÍTIMAS: RECORTES CONCEITUAIS NOS CAMPOS DA PSICOLOGIA E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Quando tomamos o tipo de relacionamento que se estabelece entre os AVS e suas vítimas como objeto de análise, poder-se-ia perguntar: o que os faz usar crianças e adolescentes para sua gratificação sexual? Sentem desejo sexual por elas? Importam-se com o seu sofrimento? Ou é exatamente isto que lhes provoca prazer e excitação sexual? Faltam-lhes adequado entendimento das necessidades psicológicas, desenvolvimentais e emocionais de crianças e adolescentes? Percebem que as machucam e causam-lhes mal? Compreendem a magnitude dos danos provocados nas vítimas ou o que elas teriam possivelmente vivenciado a partir da violência sexual? Conseguem empatizar com suas vítimas? Como as representam? Como interagem com elas?, dentre outras inúmeras indagações, cujas respostas ainda são obscuras, em meu entendimento.

A literatura internacional propensa a responder tais questionamentos é majoritariamente baseada em uma abordagem intitulada Psicologia cognitivo-comportamental, calcada na defesa de que os AVS praticam violência sexual por possuírem déficits psicológicos das mais diversas ordens: deficiência geral no reconhecimento das emoções dos outros (HUDSON et al., 1993), sistema de regulação emocional disfuncional (WARD, 2003), déficits de competência emocional (WARD e BEECH, 2006), menor capacidade em reconhecer o desconforto das crianças nas descrições de interações sexuais entre elas e adultos, quando comparados com os não AVS (BECKETT et al, 1994; STERMAC e SEGAL, 1989), ou ainda:

[...] falha em incorporar outros fatores-chaves relacionados à ofensa sexual. Fatores como percepções sociais incorretas, distorções cognitivas, déficits em intimidade interpessoal, regulação de habilidades emocionais não adaptativas e outras deficiências sócio-cognitivas são pensadas como uma contribuição para o comportamento sexualmente agressivo (COVELL e SCALORA, 2002, p. 251, tradução nossa).

Dentre todos os fatores psicológicos comumente associados aos AVS, a abordagem psicológica supramencionada dá grande ênfase ao chamado déficit de empatia, usualmente

vinculado com um comportamento social e sexual disfuncional e destrutivo (BLAKE e GANNON, 2008; BROWN et al., 2012; MARSHALL et al., 1995; SIMONS et al., 2002; TIERNEY e MCCABE, 2001). Implícita ou explicitamente, diversos autores presumem que a ausência de empatia para com suas vítimas possui papel fundante na violência sexual contra crianças e adolescentes, expressa em afirmações como: “[...] é fundamental que estes homens percebam a dor e os danos que eles infligiram às suas crianças” (PHELAN, 1995, p. 20).

Este tipo de compreensão, que tem um vultoso quantitativo de adeptos, estudos e publicações no âmbito da literatura internacional especializada, tipicamente assume que: 1- os AVS difeririam em níveis de empatia dos não-ofensores ou dos ofensores não-sexuais, o que os tornaria profundamente equivocados sobre as experiências de suas vítimas; 2- existiria uma relação diretamente proporcional entre os déficits de empatia e o cometimento de ofensas sexuais; 3- tratamentos psicoterapêuticos, ao aumentar neles a apreciação do sofrimento e dor da vítima, os ensinariam a ter empatia e reduziriam as possibilidades de novas incidências. Ocorre que nenhuma de tais premissas recebeu suporte teórico e empírico convincente e são alvos de diversos tipos de críticas, por parte da Psicologia clínica e jurídica, que classificam esse tipo de entendimento sobre o AVS como intuitivamente apelativo (WARD et al., 2000; GEER et al., 2000), contraditório e falho (BARNETT e MANN, 2013) ou com uma fraca base de evidência (WARD e DURRANT, 2013).

A literatura sobre o tema realmente se mostra bastante controversa. Barnett e Mann (2013) e Hanson (2003), por exemplo, afirmam que não há correlação entre os déficits de empatia e a incidência/reincidência sexual. Geer et al. (2000) sustentam que pesquisas não indicam inquestionavelmente que falta empatia aos ofensores sexuais, não havendo diferenças significativas entre ofensores e não ofensores. Hayashino et al. (1995) e Langevin et al. (1988) advogam que não há diferenças nos níveis de empatia global nos AVS, quando comparados com outros grupos de pessoas. Abel et al. (1989) encontraram que falta empatia aos ofensores sexuais somente em relação a um certo grupo de pessoas (por exemplo: todas as crianças, mulheres ou adolescentes).

Outros autores têm defendido que os AVS possuem capacidade de entendimento empático sobre as consequências das suas ações para os outros, mas que o risco para a ofensa sexual se torna elevado na presença de precursores específicos e situacionais que podem prejudicar a habilidade de empatizar no momento singular da ofensa, como: estados emocionais negativos, falta de motivação, desejo sexual intenso ou álcool e drogas (GROTH, 1983; MARSHALL e ECCLES, 1998; MARSHALL et al., 2001; PITHERS, 1999; WARD e KEENAN, 1999). Assim, entende-se que “[...] os déficits de empatia não deveriam ser

contextualizados como a causa da ofensa, mas melhor entendidos como um sintoma de uma ou mais das disposições estáveis que têm sido estabelecidas como fatores de risco para a ofensa” (BARNETT e MANN, 2013, p. 27, tradução nossa).

Críticas adicionais provêm do fato que o conceito de empatia tem sido usualmente discutido pelo viés de explicações cognitivistas, que usualmente utiliza duas dicotomias, entendidas de maneira desconectada: 1- presente ou ausente nos indivíduos; 2- componentes cognitivo e emocional da empatia (BARNETT e MANN, 2013; HANSON, 2003; WARD e DURRANT, 2013). Outras discordâncias dizem respeito ao fato de que a pesquisa empírica tem sugerido que a empatia não tem por base um propósito ético ou valorativo, não sendo condição suficiente para que os AVS coloquem os interesses de outras pessoas acima dos seus ou para estabelecer comportamentos interpessoais morais ou pró-sociais (BARNETT e MANN, 2012; OXLEY, 2011; WARD e DURRANT, 2013). Inversamente, as pessoas poderiam comportar-se moral e altruisticamente sem sentir emoções empáticas:

Além disso, as pessoas podem agir de forma moral por causa de seu compromisso pessoal com certas normas éticas ou devido à previsão de consequências negativas, as quais elas querem evitar, ao invés de se comportarem dessa maneira por serem empáticas (WARD e DURRANT, 2013, p. 67, tradução nossa).

Inseridas no próprio campo da ciência psicológica, como a psicologia social, outras correntes contribuem também com reprovações adicionais. Esta abordagem contrapõe-se à ideia de que o homem pode ser compreendido apenas no âmbito intrapsíquico ou cognitivo, em separado da análise de seu contexto histórico e social. Auburn e Lea (2003), por exemplo, defendem que o discurso dos AVS se situa no domínio da ação social e não como expressão de distorções cognitivas de uma “mente criminoso” (AUBURN e LEA, 2003, p. 282). Para esses autores, os AVS apresentam uma retórica com o objetivo de construir uma posição moral e uma narrativa plausível para a ofensa, não podendo isto ser interpretado como uma incompetência cognitiva individual. Tendo por base o referencial teórico metodológico da psicologia social, contestei em minha dissertação de mestrado (ESBER, 2008) o tipo de explicação que considera que os AVS possuem déficits de empatia, quando concluí que os pesquisados demonstraram ser capazes de entender como suas vítimas se sentiam. Entretanto, isso não foi suficiente para impedi-los de cometer as violências sexuais aqui relatadas. As narrativas dos três entrevistados permitiram-me concluir que há:

[...] necessidade de atentar para as formas como esses sujeitos contextualizam suas violências, seus sentimentos e seus pensamentos, ao invés de tentar atribuir “defeitos” às suas cognições ou empatia. Não se deve também elencar fatores únicos na etiologia

da violência sexual, evitando simplificações teóricas, com uma dimensão fatalista da explicação do fenômeno (ESBER, 2009, p. 195, grifo do autor).

Não é objetivo da presente tese discutir se os AVS possuem ou não possuem déficits de empatia, muito menos enfrentar em profundidade os preceitos teórico-metodológicos dessa teoria. Contudo, em sendo meu foco entender as representações sociais dos AVS sobre suas vítimas, avaliei ser necessário lançar luz a esse debate, por considerar que a literatura internacional hegemônica e as prescrições defendidas por ela produzem e reproduzem concepções sobre os AVS que circulam também nos âmbitos institucional, científico, legal, da mídia e do senso comum. Dessa maneira, elas influenciam as formas pelas quais construímos representações sociais sobre os AVS e sobre as maneiras pelas quais eles supostamente entenderiam, se relacionariam ou se sentiriam em relação às suas vítimas. Interpretá-los como deficientes em empatia pelo viés cognitivista, em minha avaliação, pode ajudar a consolidar o fortalecimento das ideias de que os AVS são psicologicamente anormais, com mentes deficitárias que os facilitariam à prática de violências. Alertado para as maneiras pelas quais isso socialmente abre possibilidades para reiterar, em última instância, classificações de que eles são diferentes, monstros ou anormais. Em meu entendimento, esse tipo de concepção precisa ser superado, de maneira que possamos olhar aos AVS de forma menos fantasiosa e mais real, buscando soluções possíveis para a prevenção de violências sexuais em nossa sociedade.

As falsas dicotomias entre normais/anormais e com empatia/sem empatia são refutadas na análise das narrativas dos entrevistados, conforme evidenciarei no Capítulo 3. Por ora, ressalto que, apesar de ter me deparado com homens que, de fato, não se importaram com as experiências de suas vítimas, não se incomodaram com os danos que provocaram nelas e não se arrependeram pelas violências praticadas (podendo dessa maneira até mesmo ser entendidos como não-empáticos), observei que felizmente a grande maioria deles não é assim. Os demais, além de experimentarem as mais diversas formas de emoções negativas sobre si próprios em relação à violência sexual praticada e às consequências provocadas na vida de suas vítimas (como arrependimento, nojo, raiva, culpa, vergonha, autoimagem de monstruosidade e vontade de pedir perdão às vítimas), conseguem também – pelo menos *a posteriori* – pensar, narrar e elencar consequências para elas, que podem ser psicológicas e para sua sexualidade futura. Elencam sentimentos negativos e emoções que elas poderiam possivelmente manifestar a partir da violência sexual, como a raiva, o ódio e a mágoa, pois entendem que elas caracterizariam a violência como um evento inesquecível e indelével. Os AVS consideram que as vítimas não desejaram e não gostaram da violência sexual sofrida e assim condenam moralmente tais atos e os nomeiam como crimes de violência sexual, nos quais crianças e adolescentes são vítimas.

Assim, suas concepções estão em consonância com o que é consensual e presente nos mais diversos discursos sociais brasileiros sobre as vítimas de violência sexual na mídia, nas instituições, no senso comum e na literatura, nos parâmetros do que tem sido discutido ao longo do presente Capítulo.

Voltando à questão da empatia, ressalto que se trata de um conceito do campo da ciência psicológica, não aparecendo como um objeto de análise para as Ciências Sociais. Dentre as possibilidades de contribuição que estas últimas apresentam para esse debate, escolho a contraposição ao tipo de explicação que realiza uma cisão entre os indivíduos e a sociedade, atendo-se apenas ao primeiro e a seus processos intrapsíquicos, desconsiderando seu contexto social e histórico. Para tanto, tomo por base as reflexões de Berger e Berger (1978) sobre o conceito de socialização, cujo condutor principal é a linguagem e implica que as biografias individuais estão submetidas às biografias sociais e aos valores da sociedade. Ela se “[...] constitui parte essencial do processo de humanização integral e plena realização do potencial do indivíduo. A socialização é um processo de iniciação num mundo social, em suas formas de interação e nos seus numerosos significados” (BERGER e BERGER, 1978, p. 205). Segundo os autores, ela é constituída pela história das relações dos indivíduos com as pessoas, cujos padrões são socialmente impostos. Entretanto, ela não é um processo unilateral no qual o indivíduo é passivo ao que ocorre, mas sim, comporta-se de forma ativa, resistindo à socialização e dela participando.

Recorro ainda a Jaggar (1997), filósofa feminista, quando discute o tema das emoções. Para a autora, elas são compostas por uma ampla gama de fenômenos e o acesso a elas (sendo nossas próprias emoções ou as dos outros) é mediado pelos discursos da cultura, não podendo ser entendidas como respostas instintivas ou determinadas pela constituição biológica dos seres humanos. Ela critica a cisão artificial entre emoção e pensamento realizada pelas explicações cognitivistas, que entendem que existiria um componente afetivo e uma cognição que supostamente o interpretaria – que é o caso da explicação da Psicologia cognitivo comportamental em relação aos déficits de empatia e às distorções cognitivas. Contrariamente, propõe que a emoção é construída socialmente, pois está em íntima conexão com os valores sociais que perpassam por distinções de raça, classe e gênero. Ela é um reflexo de tudo o que a cultura define aos indivíduos serem respostas apropriadas a determinadas situações:

Outros aspectos da construção social da emoção são revelados através da reflexão sobre sua estrutura intencional. Se as emoções envolvem necessariamente julgamentos, requerem obviamente conceitos que possam ser vistos como maneiras socialmente construídas de organizar e compreender o mundo (JAGGAR, 1997, p.164).

A autora propõe ainda que até mesmo emoções aparentemente universais podem variar de uma cultura para outra, como é o caso da raiva e do amor. Dessa maneira, assim como no conceito de socialização de Berger e Berger (1978), vincula-se a experiência individual à experiência social, obedecendo-se a valores dominantes implícitos. Entretanto, nesse processo os indivíduos não são apenas passivos, mas sim possuem papel ativo:

As emoções são, pois, vistas erradamente como respostas necessariamente passivas ou involuntárias ao mundo. Em vez disso, são trajetórias através das quais nos engajamos ativamente e até construímos o mundo. Elas têm tanto aspectos mentais como físicos, que se condicionam mutuamente. Em alguns casos, são escolhidas, mas, em outros, são involuntárias; pressupõem uma linguagem e uma ordem social. Podem ser atribuídas às chamadas “pessoas integrais”, engajadas na atividade contínua na vida social (JAGGAR, 1997, p. 166).

Em se trazendo a discussão para o campo da violência sexual contra crianças e adolescentes, destaco que ainda temos dificuldades em discutir as emoções em três campos: o primeiro são as emoções individualmente experimentadas pelos AVS, que acabam por se revelar determinantes para a prática da violência sexual, como por exemplo: o desejo sexual por crianças e adolescentes, a raiva manifesta na forma de violência sexual e o “impulso do momento” (expressão utilizada por alguns deles), como será evidenciado mais detalhadamente na seção 3.2.2.5. São emoções não convencionalmente aceitáveis e alvo de intensa repulsa social – por isso majoritariamente mantida em segredo pelos que as experienciam. O segundo diz respeito às emoções que os AVS relataram sentir no momento atual, após terem praticado a violência e terem sofrido as consequências dos atos que cometeram: arrependimento, nojo de si próprios, raiva, culpa, vergonha e vontade de pedir perdão às vítimas. O terceiro é concernente às emoções que socialmente sentimos em relação aos AVS e aos atos que cometem, tais como raiva, nojo, repulsa e asco (emoções essas que eles próprios também sentem). Apesar de compreensível, entendo que elas contribuem para o nosso afastamento e distanciamento em relação aos indivíduos AVS – principais responsáveis pela manutenção da violência sexual em nosso país – e às discussões que socialmente precisamos realizar sobre esse tema. Em última instância, isso provoca desconhecimento e ignorância sobre quem são os AVS. Em não se conhecendo, também não saberemos o que fazer com eles. E continuaremos achando (ou querendo acreditar) que a prisão resolverá um problema que é eminentemente do campo das emoções e das relações humanas.

2.4 A MÍDIA E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ALGUNS APONTAMENTOS

É a partir da segunda metade da década de 1990 que a população brasileira entra em contato com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio da mídia, seja televisiva, rádio, jornal, impressa, virtual ou internet⁶⁹. À época, ela foi nomeada como pedofilia e entendida como um problema relacionado à pornografia infantil (LANDINI, T., 2006), em meu entendimento ampla e equivocadamente. Neste processo de publicização da violência sexual, os AVS, principais protagonistas desta relação, passam a atrair considerável atenção da mídia, do governo e do público em geral, identificados como um grande risco para as crianças (MEYER, 2007).

Quando veicula notícias sobre a violência sexual, a mídia apresenta diversos problemas, dos quais destaco seis, alguns deles identificados por estudiosos como Felipe (2012), Landini, T. (2003), Landini e Zanatta (2012) e: 1- imprecisão conceitual; 2- falta de cuidado na veiculação das informações; 3- patologização, psicologização e psiquiatrização dos AVS; 4- demonização dos AVS; 5- descrições dos AVS a partir de sua classe social; 6- erotização de crianças e adolescentes.

O primeiro diz respeito ao que intitulo imprecisão conceitual. Trata-se do emprego de conceitos e utilização de nomenclaturas equivocadas quando da veiculação de notícias, conforme evidenciado pela literatura especializada: “Além de ser utilizado como sinônimo de abuso sexual e pornografia infantil, o termo pedofilia é também usado como sinônimo de estupro” (LANDINI, T., 2003, p. 278). Cito como exemplo o uso comum, indiscriminado e equivocado do termo pedófilo, para se referir a todos aqueles que praticam violência sexual contra crianças ou adolescentes: “Por isso, acredito que seja relevante discutir os efeitos de nomear, entender, regular e combater o ‘problema’ da ‘violência sexual contra crianças’ enquanto ‘pedofilia’” (LOWENKRON, 2013, p. 59, grifo do autor).

Um segundo problema, identificado por Landini e Zanatta (2012), diz respeito à falta de cuidado na veiculação das informações sobre a violência sexual na mídia. Os autores analisaram as notícias do caso de uma menina de seis anos que foi sequestrada e encontrada

⁶⁹ A internet e as novas tecnologias abrem espaço para os AVS integrarem uma rede que troca mensagens, vídeos e fotos de pornografia infantil entre usuários do mundo todo. Oliveira, A. (2009), cientista social, realizou um estudo no qual constatou novas formas de organizações sociais que defendem o que chamam de ativismo pedófilo, em sites sobre pedofilia. Os que assim o fazem se intitulam *boylovers* (amantes de meninos), pessoas que permanecem fora do campo da criminalidade, uma vez que não chegam a praticar o ato sexual com crianças. Todavia, eles reivindicam a expressão do desejo sexual por crianças e programas de tratamentos terapêuticos que lhes favoreçam o controle de seus impulsos sexuais. Reafirmam-se no campo das patologias e diferenciam-se dos “pedófilos verdadeiros”, aqueles que efetivamente desenvolvem práticas sexuais intergeracionais. Dessa maneira, por meio de uma política do “politicamente correto”, realizam uma tentativa de renegociar o “abjeto” das relações entre adultos e crianças, colocando-as como no campo da normalidade e reivindicando “também uma desvinculação da associação do conceito de “pedofilia” à doença e ao crime” (OLIVEIRA, A., 2009, p. 469, grifo do autor).

quase morta. O acusado era um homem que já havia cumprido pena por ter cometido violência sexual contra sua filha, quando ela tinha quatro anos. Em sua casa, a polícia havia encontrado um caderno com endereços de crianças, bonecas, calcinhas e vídeos. A própria vítima, em depoimento, negou que qualquer tipo de violência sexual tivesse ocorrido. Apesar disso, as manchetes dos jornais utilizaram-se dos termos acusado de estuprar, estuprador, preso depois de estuprar, pedófilo, menina estuprada, dentre outros. “Há maneiras diversas de chamar a atenção para a notícia, mas o foco é o mesmo: o estupro (ou possível estupro) de uma menina” (LANDINI e ZANATTA, 2012, p. 76). Os autores utilizam-se do conceito de pânico moral⁷⁰ proposto por Jenkins (1998 apud LANDINI e ZANATTA, 2012) para reportar-se ao que ocorre nos dias atuais no Brasil:

Estamos em um momento em que há um *pânico moral* em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes o que não significa que esse tipo de violência não exista ou que sua ocorrência não seja grave. A violência sexual contra crianças e adolescentes existe e suas consequências são muito graves. Contudo, é preciso cuidado ao noticiar esses casos. Além de buscar a maior fidedignidade possível no relato do caso, é preciso também cuidado quando trata-se de reportagens que busquem esclarecer números, mecanismos de funcionamento, formas de envolvimento, perfis da vítima e do agressor, etc. (LANDINI e ZANATTA, 2012, p. 79).

Intitulo o terceiro problema de patologização, psicologização e psiquiatrização dos AVS na mídia. Refiro-me ao tipo de imagem que se produz e reproduz sobre este personagem, usualmente relacionado a nomenclaturas como pedófilos, loucos⁷¹, psicopatas, com transtornos mentais graves, compulsivos, monstros, governados por necessidades sexuais incontroláveis, especialistas⁷², irrecuperáveis e incapazes de se beneficiar em um tratamento psicoterapêutico. Ao fazer isto, a mídia não pondera os achados das pesquisas científicas que têm encontrado exatamente o contrário. Alguns pesquisadores (BARKER e MORGAN, 1993 apud SPENCER, A., 1999) mostram que menos de 8% dos AVS encarcerados possuem uma doença psiquiátrica. Mesmo para estes casos, segundo os autores, resta ainda a dúvida se cometeram a violência porque são mentalmente doentes ou se seriam ofensores sexuais mesmo sem a manifestação da doença. Um outro viés dessa discussão diz respeito ao fato de que o AVS:

⁷⁰ Para Gayle Rubin (1984), o conceito de pânico moral está relacionado a um sentimento de insegurança e incerteza, experimentado em outras esferas da vida, que não a sexual. Foi vivenciado na sociedade norte-americana em relação à pornografia e o abuso sexual de crianças.

⁷¹ Reforçada inclusive por autores da literatura especializada, como Caprio (1965), que analisou o caso de um AVS, que considerou ser um “indivíduo definitivamente psicótico, que deveria ser confinado em uma casa de saúde para doentes mentais” (CAPRIO, 1965, p. 192).

⁷² Alguns autores como Smallbone e Wortley (2004) têm se empenhado em investigar se os AVS são “especialistas” ou “generalistas”. O primeiro termo se refere ao fato de eles cometerem apenas a violência sexual e o segundo significa que eles praticariam também outros tipos de crimes, além do primeiro. Para uma revisão, ver Esber (2009).

[...] não é definido a partir da doença mental de que é portador, e sim a partir dos atos que pratica no cenário do crime. Isto é, o doente mental não é definido em si mesmo, mas pelo crime praticado. Seja por debilidade mental, por impulso agressivo ou qualquer outra razão, o que se acentua é a brutalidade do ato. O crime é caracterizado como algo tão brutal e distante, que o seu autor só poderia se situar fora dos padrões de normalidade. Neste imaginário, a doença mental aparece como uma forma de retirar do agressor o atributo de humano, condição necessária para conceber a prática do crime sexual. A partir desta concepção, a causalidade é invertida: não é a doença mental que conduz a cometer o crime, é a realização do crime que faz das pessoas doentes mentais⁷³ (SUÁREZ et al., 1995, p. 12).

O quarto problema diz respeito à demonização dos AVS pela mídia. Vivarta (2003), em pesquisa para a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), constatou que, em 7,8% das matérias de quarenta e nove jornais brasileiros, os acusados de crimes sexuais eram referidos por termos como: monstro, besta, animalesco, adulto desequilibrado, psicopata, maníaco e tarado. Tais qualificativos obviamente repercutem nas concepções do senso comum, conforme mostra Fígari (2009), que encontrou que o incesto era descrito pelas pessoas pesquisadas por nomenclaturas como: “bizarro, aberração, repugnante, porcaria, coisa de animais que não raciocinam, horroroso, vergonhoso, triste, asco, abominável, bestial, horrível, reprovável” (FÍGARI, 2009, p. 437). Esse tipo de nomeação os coloca em uma posição de não cidadão, uma vida sem valor, desprovida de direitos legais ou políticos, uma alma depravada (SPENCER, D., 2009), de alguém que perdeu a capacidade de controlar seus impulsos (FORWARD e BUCK, 1989) e que, por isso, não merece estar na sociedade em liberdade. Assim, a mídia acaba por contribuir para reiterar sentimentos negativos e de vingança por parte da população, de maneira que se alimente a defesa e o clamor social para que lhes sejam imputadas as mais cruéis punições, dentre elas: castigos físicos, sexuais e morais, castração, mutilação, tortura, sofrer o mesmo ato que cometeu, segregação e prisão. Esses sentimentos da população em relação aos AVS foram constatados na pesquisa de Suárez et al. (1995), que aplicaram duzentos e quarenta e três questionários e concluíram que:

[...] no imaginário dessas pessoas, o agressor sexual deve ser não apenas punido, mas desterrado, sendo a expressão máxima a própria morte. Os mecanismos legais de isolamento social mais radicais são os que com maior frequência são sugeridos. Entretanto, pensamos que dentro do imaginário que constrói o crime sexual e seu castigo, a legalidade da punição não é relevante. Com efeito, muitos respondentes sugerem a aplicação de punições que não estão contempladas no Código Penal Brasileiro, como no caso da pena de morte e da prisão perpétua. O que parece altamente relevante é que nesse imaginário não há espaço para a impunidade, e o desterro é visto como a única forma de solução eficaz (SUÁREZ et al., 1995, p. 19).

⁷³ No original: Seja por debilidade mental, por impulso agressivo ou qualquer outra razão, o que se acentua é a brutalidade do ato.

Um quinto problema refere-se às diferenças nas maneiras pelas quais a mídia retrata e classifica os AVS, a partir de sua classe socioeconômica. Landini, T. (2003), ao analisar as maneiras pelas quais um jornal de grande circulação (*Folha de S. Paulo*), no período de 1994 a 1999, retratou a pessoa que comete a violência sexual, encontrou que:

A narrativa da violência sexual é permeada por alguns conceitos como classe ou violência/doença. [...], há uma separação bastante clara entre o crime cometido por uma pessoa de classe baixa e outra de classe média ou alta. No caso da pedofilia, atribuída a pessoas das classes mais abastadas, há ainda uma conexão com a doença mental (LANDINI, T., 2003, p. 281).

Esta característica da mídia expressa um tipo de classificação que não é recente. Lanteri-Laura (1994 apud JÚNIOR, 2009) evidencia que no século XIX, os chamados desviantes sexuais eram divididos entre perversos e pervertidos. Os primeiros eram indivíduos com bens materiais, capacidades intelectuais e sobrenome reconhecido. A eles, eram esperados compaixão e esforços médicos e jurídicos para o livramento da prisão. Os segundos eram pessoas sem posses, marginais, com uma vida desregrada. As respostas sociais a eles eram de rigor e desprezo, sendo seu destino os manicômios judiciários e as prisões.

Um sexto aspecto a ser ressaltado sobre a mídia diz respeito à erotização de crianças e adolescentes. O ambiente multimídia (cinema, TV, jornais, outdoors, internet, jogos, etc.) e a maciça publicidade dos produtos infanto-juvenis são artefatos que acabam por adultizar, erotizar e expor os corpos e sexualidades de crianças e adolescentes. Isto ocorre com maior intensidade para o caso das meninas, que são heterossexualizadas como parte de sua feminilidade, reforçando-se ideais de um corpo bonito, com apelo sexual e práticas de embelezamento (FELIPE, 2012; FELIPE e GUIZZO, 2003; NJAINE, 2006; MEYER, 2007). Cito como exemplos alguns programas apresentados há pouco tempo em canais de grande audiência no Brasil, nos quais crianças participaram de um concurso mirim para a escolha da melhor dançarina de músicas de teor altamente erotizantes, tanto nas letras, como nas coreografias dos seus autores, como é o caso da música *Na Boquinha da Garrafa* e outras:

Muitas crianças brasileiras, por ignorância ou negligência parental, são precocemente sexualizadas: meninas exibem unhas pintadas, salto altos, roupa justa inspirada naquela das animadoras de programas infantis, maquilagens de brinquedo. Houve época em que dançavam não mais o “atirei o pau no gato”, e sim “na boquinha da garrafa” (DEL PRIORE, 2011, p. 226, grifo do autor).

As adolescentes são retratadas como pessoas que vivenciam uma fase na qual a sexualidade é naturalmente despertada e vivenciada, podendo até mesmo agir de maneira sexualmente provocativa. A música é um dos artefatos que espetaculariza a sexualidade de

crianças e adolescentes (FELIPE, 2006). Cito como exemplo a canção “Que é isso novinha⁷⁴?”, que retrata a imagem de uma adolescente que convida um homem adulto a realizar diversas práticas sexuais. No clipe, este último se escandaliza com a precocidade, iniciativa e maturidade sexual da menina.

A imagem dominante no discurso midiático e no senso comum é de que os jovens “de hoje” possuem uma vida sexual e afetiva completamente desregrada, na qual predominam os relacionamentos efêmeros, sem nenhum tipo de vínculo e comprometimento (KNAUTH, 2011, p. 2, grifo do autor).

Observa-se que na sociedade brasileira, a imagem da erotização borra fronteiras com a da inocência, que produzem “[...] um sujeito menina que se compõe num misto de inocência, pureza, sensualidade, sedução e erotização” (DORNELES, 2010, p. 189). Todas essas categorias se entrelaçam nos discursos sociais, não podendo ser entendidas separadamente. Ressalto que essas mesmas contradições também se manifestaram nas narrativas dos entrevistados da presente pesquisa, conforme será apresentado na seção 3.2.2.4.

Todos os apontamentos indicados para a discussão da violência sexual na mídia são necessários na medida em que os meios de comunicação produzem e reproduzem categorias e sensibilidades sociais sobre a violência sexual, o que acaba por redefinir, renegociar e deslocar as fronteiras entre o que se pode considerar como aceitável e não aceitável, prescrevendo maneiras institucionalizadas de interpretar e reagir a ela (LOWENKRON, 2007, 2014). Entendo que não se trata de uma mídia educativa, pois ao mesmo tempo que revela, denuncia e populariza a violência sexual contra crianças e adolescentes na sociedade brasileira, contraditoriamente banaliza e erotiza essas últimas, difundindo imagens irreais, preconceituosas, enganosas e imaginárias sobre elas e também sobre os AVS. Assim, os seis problemas supramencionados facilitam a precariedade e inconsistência das informações apresentadas à população, o que acaba por dar espaço e vazão ao preconceito, ao discurso do ódio e à violência, afrontando direitos humanos fundamentais, potencializando a obscuridade sobre o tema da violência sexual e dificultando seu enfrentamento.

2.5 MARCOS LEGAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Os documentos legais e todo o aparato jurídico relacionados à proteção de crianças e adolescentes são, conforme nomeia Foucault (1988), saberes-poderes. Assim, eles criam e

⁷⁴ Música veiculada na mídia no ano de 2012.

recriam representações sociais sobre a violência sexual e seus protagonistas nos discursos sociais do senso comum, da mídia, religiosos, médicos, psicológicos, antropológicos, sociológicos, de militantes dos direitos de crianças e adolescentes e outros. Considero ter especial relevância para a presente discussão a Constituição Federativa do Brasil de 1988, o CP de 1940 e o ECA de 1990, os quais teço considerações a seguir.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, afirma a condição de crianças e adolescentes como cidadãos: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

O Código Penal é outro instrumento legal de especial importância para o debate da violência sexual. Em sua versão de 1890, o objetivo era preservar a virgindade e a inocência de meninas e moças. A violação produzida pela violência tinha centralidade na “honra⁷⁵” das famílias, e não nas vítimas individualmente. À época, a punibilidade ao agente da violência era extinta caso, após sua descoberta, ele se casasse com a vítima, garantindo a honra da família para a menina. Vale ressaltar que essa premissa vigorou na Lei brasileira até o ano de 2002. Nela, a violência sexual esteve marcada por um recorte de gênero no qual a vítima é do sexo feminino e o autor da violência do masculino.

Quando da reformulação do referido Código, em 1940, a violência sexual passou a ser prevista no capítulo “dos crimes contra a liberdade sexual”, no título “dos crimes contra os costumes”. Longe de ser apenas uma alteração de nomes, tais mudanças também trouxeram consigo ressignificações acerca do próprio fenômeno da violência sexual: “No novo modelo fundado nos direitos de “liberdade individual”, o estupro deixa de ser um roubo ou um ultraje e passa a ser uma ameaça contra o corpo íntimo e privado” (LOWENKRON, 2014, p. 239, grifo do autor). Assim, o Código Penal deslocou significados sobre o tipo de violação produzida pela violência sexual. Passou-se da centralidade na “honra das famílias” para a “liberdade sexual” das vítimas.

Na linguagem da honra/vergonha, o escrutínio recaía sobre a pessoa ofendida, enquanto que, na linguagem do sofrimento, a indignação coletiva e os efeitos degradantes da denúncia recaem sobre a figura do “agressor”, especialmente, quando a “vítima” é menor de idade. Portanto, não se trata de preservar o silêncio para “esconder a vergonha”, que é da ordem do escrutínio público, mas de colocar o “sofrimento em

⁷⁵ A par da questão da honra, esta parecia não construir a ideia do horror pecaminoso das relações incestuosas presente nos séculos XVI e XVII (MACHADO, 1998).

palavras” para “superar o trauma”, que é da ordem da interioridade, e para responsabilizar o culpado, deslocando para ele os efeitos da violência a partir da denúncia (BOLTANSKI, 1993 apud LOWENKRON, 2010, p. 13, grifo do autor).

Outro aspecto que gostaria de mencionar sobre o Código Penal é que o crime de estupro era, até o ano de 2009, caracterizado, em seu art. 213, pela seguinte redação: “Constranger **mulher** à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” (BRASIL, 1940, grifo nosso). Note-se que aqui está subtendido que apenas o homem seria o agente ativo do estupro e a mulher o passivo. Um homem jamais poderia ser estuproado. Para os casos em que ele fosse penetrado analmente à força, o crime era legalmente categorizado como “Atentado violento ao pudor”, previsto no art. 214 do referido Código até o ano de 2009, que consistia em constranger alguém⁷⁶, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

Em 2009, o Código Penal sofreu nova reformulação, quando a Lei de número 12.015, de 12 de agosto de 2009, alterou a própria nomeação do crime. Agora, a violência sexual é classificada como um crime contra a dignidade sexual. A Lei revogou os artigos 214 (atentado violento ao pudor) e 224 (presunção da violência) e acrescentou ao texto, dentre outros, o Art. 217-A, que caracteriza o “estupro de vulnerável”, com pena de reclusão de oito a quinze anos e assim descrito: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (quatorze) anos” (BRASIL, 2009a). Prevê também o Art. 218-A: “Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem” (BRASIL, 2009a).

Algumas implicações provenientes dessas mudanças são: a) nomeia-se como estuproador aquela pessoa que realize qualquer ato sexual com uma criança menor de quatorze anos, mesmo que não sejam aqueles que usualmente consideramos como estupro, a exemplos da masturbação ou do sexo oral; b) transforma a vítima do extinto atentado violento ao pudor em vítima do crime de estupro de vulnerável, caso tenha menos de quatorze anos; c) torna indiferente, para a caracterização do delito, tanto o sexo da vítima, como também do AVS. Assim, todas estas alterações de significado produziram diferenças na maneira de entender o crime de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Outro documento jurídico que provocou alterações nas representações sociais sobre crianças e adolescentes – e consequentemente nos diferentes tipos de violência praticados contra elas – foi o ECA. Sua aprovação se deu em 1990, após intensa mobilização da sociedade civil, composta por setores como ONG’s, movimentos sociais, operadores de direitos, igrejas e

⁷⁶ Note-se que o termo “alguém” implica a possibilidade da vítima ser também do sexo masculino.

instituições governamentais (NUNES, 2009). Advogava-se a substituição do tipo de concepção que regia a vida de crianças e adolescentes no antigo Código de Menores de 1979, que preconizava a doutrina da situação irregular e regulava as “infâncias consideradas “erradas” (infratoras, abandonadas etc.)” (LOWENKRON, 2014, p. 243, grifo do autor).

Em contraposição, o ECA inaugura a concepção de que crianças e adolescentes estão em condição peculiar de “pessoas em desenvolvimento” (BRASIL, 1990, Art. 6º), e que se constituem ainda em “sujeitos de direitos civis, humanos e sociais” (BRASIL, 1990, Art. 15º). Agora, devem estar a salvo de quaisquer formas de violências, pois são entendidos como pessoas que demandam por atenção e cuidados, conforme previsto no Art. 18º: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, Art. 18º). Deveriam também ter suas sexualidades protegidas e tuteladas, pois “Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum” (BRASIL, 1990, Art. 130º). Foi a partir dessa mudança de paradigmas que a sociedade brasileira “criou as bases para o surgimento de um sentimento de intolerância em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes” (IPPÓLITO e SANTOS, 2004, p. 13). Entramos então, no Brasil, na “Era de Direitos” na qual estes sujeitos são dotados de agência, protagonistas de sua história, seres ativos e independentes (NUNES, 2009, grifo do autor).

Essa breve cronologia dos dispositivos jurídicos e legais que marcaram a história da infância e adolescência brasileiras nos indica que houve profundas alterações nas maneiras de entender a violência sexual contra crianças e adolescentes, seus autores e suas consequências para as vítimas. Contudo, estas não são necessariamente positivas ou caminham para a garantia dos direitos dos envolvidos. A sociedade brasileira oscila também para épocas em que se observa um recrudescimento das práticas, normas e representações sobre os personagens crianças e adolescentes – como é o caso da redução da maioridade penal. A legislação e as práticas jurídicas dela decorrentes indubitavelmente criam certas versões do mundo, na medida em que enfatizam ou contestam determinados aspectos relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes. Mas elas não estão sozinhas:

Apesar de este ocupar um lugar central no processo de produção e regulação desse emaranhado, outros saberes, como a psiquiatria, e instituições sociais, como os meios de comunicação de massa, desempenham também um papel fundamental na produção, na reprodução, na transformação e na divulgação dessas classificações (LOWENKRON, 2014, p. 233).

Por fim, pontuo que, amparada pelas reformulações na legislação, a sociedade brasileira passa de uma postura de silenciamento a uma visibilidade intensa da violência sexual nas últimas décadas. É quando, segundo Lowenkron (2010), empreende-se uma tentativa de ampliação do conhecimento, proliferação de categorias, reconhecimento de novas modalidades e facetas da violência sexual e formulação de novas estratégias de enfrentamento. Diversas instituições e atores sociais passaram a desenvolver ações governamentais ou não-governamentais de atenção à violência sexual. É disto que tratarei na próxima seção.

2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL

No Brasil, a quais serviços públicos podem recorrer adolescentes ou adultos que desejam ajuda psicológica por cometerem ou por terem cometido violência sexual contra crianças e adolescentes? E quanto àqueles que (ainda) não praticaram tal violência, mas que sentem atração, preferência ou desejo sexual por crianças e adolescentes? Como evidenciarei nesta seção, ainda são tímidas e quase inexistentes as iniciativas brasileiras governamentais e não governamentais, nas comunidades ou nas prisões, que se propõem a oferecer atenção especializada a estes dois grupos de pessoas, ao contrário do que ocorre internacionalmente.

Um dos poucos documentos institucionais que menciona a necessidade de inserir os AVS nas políticas públicas brasileiras é o *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil* (BRASIL, 2013a). Elaborado em 2000 pelo governo federal, ONGs e organismos internacionais e reformulado em 2013 pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes⁷⁷, prevê tanto o fortalecimento da responsabilização jurídica/legal/penal dos AVS, como também a oferta de atendimento especializado, conforme indicado no eixo “Atenção”:

Garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, assim como assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual, respeitando as diversidades de condição étnico-racial, gênero, religião cultura, orientação sexual, etc. (BRASIL, 2013a, p. 31).

Dentre os indicadores de monitoramento desse eixo, estão: VIII “Número de programas e serviços que atendem, acompanham e dão suporte a pessoas que cometem abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes”; IX “Número de municípios e DF que

⁷⁷ O Comitê é constituído por “uma rede de ONGs, representantes de setores governamentais e cooperação internacional com o objetivo de criar um espaço de debate para monitorar programas e políticas atuantes nessa área e fomentar a mobilização regional e juvenil, além de reunir um número sempre maior de instituições parceiras” (SANTOS e IPPÓLITO, 2011, p.31).

estruturaram programas, serviços e ações, com pactuação de fluxos voltados ao atendimento à criança e ao adolescente em situação de abuso e/ou exploração sexual, bem como à pessoa que comete abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes; X “Número de metodologias nacionais e internacionais adaptadas e/ou disseminadas com foco no atendimento a adolescente em situação de abuso e/ou exploração sexual e suas famílias e à pessoa que comete tais violências” (BRASIL, 2013a, p. 32). Desconheço documentos que se propõem a analisar tais indicadores e evidenciar, por meio de dados, a real situação dos programas de atendimento no Brasil.

Na contramão do que é sugerido pelo Plano supracitado, as três esferas governamentais brasileiras (União, Estados e Municípios) têm majoritariamente e historicamente tratado os AVS e as violências que praticam como questões concernentes à polícia, à segurança pública, aos sistemas judiciário, penal e socioeducativo⁷⁸. Trata-se do modelo de “intervenção punitiva primária” (FURNISS, 1993, p. 64), fundamentado exclusivamente nos paradigmas do encarceramento e da exclusão. Entretanto, a instituição chamada prisão tem historicamente demonstrado sua falência, pois produz a delinquência, acentua a reincidência (FOUCAULT, 1977) e provoca diversas mudanças negativas duradouras na vida social e interpessoal dos indivíduos a ela submetidos. Dentre elas, consequências psicológicas como por exemplo o processo descrito como prisionalização, prisonização ou institucionalização, que consiste na forma como os reclusos assimilam a cultura prisional e são negativamente moldados e transformados por ela, modificando suas subjetividades. Em última instância, isto pode servir como um impeditivo para o ajustamento dos indivíduos pós-prisão (BITENCOURT, 2004; HANEY, 2001), o que significa que se falha na concretização da proposta ressocializadora da “[...] harmônica integração social do condenado”, prevista no primeiro artigo da Lei de Execução Penal (LEP) (BRASIL, 1984).

Acrescentem-se as consequências psíquicas malélicas de serem os AVS o principal público-alvo dos mais distintos tipos de violências, que podem inclusive culminar com assassinatos, o que torna a cadeia um ambiente potencialmente ainda mais hostil, conforme será discutido na seção 3.1.3. Em iniciativas pioneiras e com o objetivo de prevenir que os AVS sofram violências nesses espaços, dois presídios brasileiros os separaram em alas específicas: a Penitenciária Doutor Antônio de Souza Neto, que fica em Sorocaba (São Paulo) e o Presídio

⁷⁸ Este é direcionado aos adolescentes que praticam atos infracionais, dentre eles a violência sexual. Ao contrário do que popularmente se pensa, tais adolescentes podem sofrer sanções que implicam o cumprimento de medidas socioeducativas como liberdade assistida, semiliberdade ou privação de liberdade em Centros de Internação de Adolescentes, pelo período de até três anos, conforme preconizado pelo ECA (BRASIL, 1990) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2006).

do Vale do Guaporé (Porto Velho). A primeira é uma unidade prisional específica para os AVS desde abril de 2002. Em 2012, passou a integrar o Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Sorocaba⁷⁹, evidenciando uma lógica que tornam complementares (e não excludentes, como na maior parte dos municípios do Brasil) ações de atendimento aos AVS e às vítimas. O segundo presídio possui um pavilhão para abrigar os AVS separadamente dos demais detentos⁸⁰, formatação que possibilita o desenvolvimento de ações psicossociais e de saúde (incluindo-se a saúde mental, pois oferece atendimento psicológico e psiquiátrico). Cito ainda a penitenciária da PAPUDA, no Distrito Federal, que mantém um programa de atendimento psicológico em grupo aos presos condenados por violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação institucional conduzida por profissionais que atuam nas equipes do próprio presídio. Não encontrei publicações científicas sobre esta experiência, que conheci na oficina⁸¹ “Debatendo o Atendimento ao Autor de Violência Sexual e a Violência no Contexto das Redes Sociais e das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação”, na cidade de Brasília.

Diferentemente das experiências supramencionadas, no cotidiano de maior parte das prisões brasileiras, os condenados por crimes sexuais são alocados juntamente com outros presos, o que acaba por colocá-los em condição de vulnerabilidade a violências. São também escassas as ações no âmbito da assistência social, da saúde (inclusive mental) e da educação, todos previstos no artigo 5º da LEP (BRASIL, 1984), contrapondo-se ao que recomenda a literatura especializada, que pontua que ações meramente punitivas têm sido comprovadamente insuficientes para coibir reincidências de violência sexual em AVS (BROWN, 2005). Assim, argumento que acabamos por não resolver o problema, mas sim postergá-lo. Essa afirmação faz sentido quando consideramos que alguns entrevistados da presente pesquisa mantiveram a convivência com as próprias vítimas e com as famílias que anteriormente vitimizaram mesmo ainda presos, ou resgataram-na logo após saírem em semiliberdade, conforme será evidenciado nas narrativas de César e Amarildo (itens 3.2.2.1 e 3.1, respectivamente). Há de considerar também o fato de que, mesmo que isso não ocorra, eles poderão se relacionar com vítimas em potencial, pois logo estarão livres para conviver com quantas crianças e adolescentes desejarem.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.gazetadevotorantim.com.br/noticia/14011/dia-de-combate-a-violencia-sexual-contracrianças-e-adolescentes-sera-lebrado-em-sorocaba.html>>. Acesso em: 20 maio 15.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.newsrondonia.com.br/noticias/governo+inaugura+novo+modelo+de+penitenciaria/14282>>. Acesso em: 20 maio 15.

⁸¹ O evento ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro de 2015 e foi coordenado pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) do Rio de Janeiro, pelo o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e pela Rede ECPAT Brasil, com apoio do CONANDA e da SEDH/PR.

Direcionando a reflexão para as políticas públicas aos AVS em meio aberto, observa-se que os serviços governamentais especializados no atendimento à violência sexual (seja na Assistência Social ou na Saúde) usualmente se centram nas vítimas e famílias, excluindo o AVS como seu público-alvo. No âmbito da política pública de Assistência Social, a atenção às pessoas em situação de violência sexual se dá em unidades chamadas Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que:

[...] é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em lócus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (BRASIL, 2011a, p. 23).

Nos CREAS, o *Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos* (PAEFI) presta atendimento a “Pessoas e famílias que sofrem algum tipo de violação de direito, como violência física e/ou psicológica, negligência, violência sexual (abuso e/ou exploração sexual), adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outras⁸²”. Demarco três considerações acerca do público-alvo do PAEFI: 1- o termo *sofrem* dá a entender que os AVS estão excluídos de tais ações; 2- a terminologia *famílias* poderia abrir espaço para a interpretação de que os AVS também deveriam ser atendidos, pois são majoritariamente constituintes das mesmas: pais biológicos, padrastos, pais adotivos (HABIGZANG et al., 2005), avós, irmãos, tios, primos e outros; 3- ter como público os *adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou sob medidas de proteção* significa que os CREAS deveriam oferecer atenção psicossocial àqueles que praticam violência sexual, sejam eles integrantes das famílias das vítimas ou não.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) produz anualmente Censos sobre os CREAS, avaliando diversos de seus aspectos. O último foi publicado em 2015 e refere-se aos dados de 2014 (BRASIL, 2015). Contudo, é apenas na edição CENSO SUAS 2009: CREAS (BRASIL, 2011b) que aparecem informações sobre os serviços destinados aos “agressores de violência intrafamiliar” (BRASIL, 2011b, p. 139), termo que abarca os autores de todas as formas de violência (tais como: física, psicológica e negligência) e não somente a sexual. À época do levantamento, o Brasil totalizava mil e duzentos CREAS (sendo mil, cento e quarenta e nove Municipais e cinquenta e um Regionais), distribuídos em mil e noventa e nove municípios brasileiros. O Censo indicou que trinta e um, dos cinquenta e

⁸² Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>>. Acesso em: 22 jun. 15.

um CREAS Regionais (60,8%), ofereciam atendimentos (não especificando quais tipos) a agressores de violência intrafamiliar nos *Serviços de Proteção Social Especial às Crianças e às Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias*. Apesar de parecer alta, deve-se entender com cautela a porcentagem constatada, uma vez que pode se tratar de uma minoria de serviços, já que não há estatística similar nos outros mil, cento e quarenta e nove CREAS Municipais. Mesmo existindo estas tímidas (mas extremamente positivas) iniciativas, observa-se o problema da ausência de diretrizes de atuação com tal público nos documentos produzidos pelo MDS, como o manual que estabelece orientações técnicas de atuação nos CREAS (BRASIL, 2011a) e a Política Nacional de Assistência Social/PNAS (BRASIL, 2004a).

O Conselho Federal de Psicologia, instituição externa ao MDS, reconhecendo os psicólogos como participantes da equipe multiprofissional dos CREAS, publicou um documento que estabelece referências para sua atuação em tais unidades. Dedicou um item para tratar do “atendimento aos autores de agressões sexuais” (BRASIL, 2009c, p. 71) e defende que:

A incorporação do atendimento aos autores de agressões sexuais se torna indispensável ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de violência sexual, principalmente pelo fato de todo o trabalho ter sido planejado considerando a centralidade na família, em especial por ser esse um direito da criança ou do adolescente violado (BRASIL, 2009c, p. 71).

Em minha pesquisa bibliográfica, constatei escassez de produções científicas sobre os atendimentos aos AVS nos CREAS, estudos estes que poderiam fornecer subsídios para a necessária divulgação, fortalecimento e amadurecimento teórico-metodológico deste tipo de proposta no Brasil. Encontrei o estudo de Lima (2013), que documenta o desenvolvimento de ações psicossociais com AVS em uma unidade do CREAS da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Os atendimentos ocorreram tanto em uma abordagem individual, como também grupal. O “Grupo de Autores” teve como participantes pessoas acusadas de cometer abuso sexual contra crianças e adolescentes. Pontua que este foi um trabalho coordenado por uma psicóloga voluntária do CREAS, não sendo, portanto, uma rotina da equipe que atua no serviço ou uma diretriz estabelecida pela política pública municipal de assistência social. Avaliando as ações desenvolvidas, o autor indica alguns problemas enfrentados e a fragilidade da proposta institucional:

A parceria com o CREAS, atualmente, dá-se apenas na cessão do espaço para funcionamento das reuniões. A equipe do órgão, ou pelo menos parte dela, realizava

atendimentos individuais a acusados de abuso sexual, encaminhando-os para o atendimento em grupo. Os atendimentos individuais eram realizados com apoio de alguns estagiários contratados pelo CREAS, alunos de serviço social e psicologia. Mas, atualmente não há profissionais da instituição que deem suporte ao Grupo e poucos tem sido os encaminhamentos feitos pela equipe do CREAS ao Grupo de Autores. Não existe uma abordagem continuada – um feedback – entre profissionais do CREAS e a equipe que trabalha no Grupo (LIMA, 2013, p.85).

Localizei também a publicação de Pinto Junior et al. (2015), que analisaram dados de duzentos e dez prontuários de um CREAS do município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Sua pesquisa abrangeu dados sociodemográficos das vítimas e dos agressores, bem como informações sobre os tipos de atendimentos e encaminhamentos realizados. Englobando não somente os AVS, mas também os autores de violência física, psicológica e negligência, os pesquisadores encontraram que, em 58,1% dos casos, eles eram do sexo masculino e em 41,9% do feminino, majoritariamente na faixa etária de 31 a 40 anos, sendo pais, mães, padrastos e madrastas. Em 40% das situações de violência, havia concomitante uso de álcool ou drogas ilícitas. Como medidas de intervenção adotadas, foram realizados encaminhamentos para: justiça criminal, tratamento psicológico/psiquiátrico, atendimento psicossocial ou nenhum.

Direcionando a análise à política pública de Saúde, pesquisadores têm demonstrado que o tema da violência ganha destaque e consolida-se neste campo a partir do final dos anos 90 (MINAYO e SOUZA, 1999). Contudo, as autoras pontuam que neste processo houve grandes resistências que, em meu entendimento, vivenciamos até os dias de hoje:

[...] nunca um tema provocou tantas reticências para sua inclusão como o impacto da violência no setor. As razões são muitas. Algumas vêm do próprio âmbito onde historicamente o fenômeno tem sido tratado, o terreno do direito criminal e da segurança pública (MINAYO e SOUZA, 1999, p. 8).

São recentes as portarias que regulam a notificação e a atenção às pessoas em situação de violência sexual no setor saúde. Foi a portaria n. 1.968 MS/GM de 26 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001a) que primeiramente regulamentou a notificação obrigatória para profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) que identificassem maus tratos contra crianças e adolescentes, dentre eles a modalidade de abuso sexual. Dez anos depois, a Portaria n. 104/2011 (BRASIL, 2011c) estabeleceu que o profissional de saúde deve realizar a notificação universal, ou seja, em todos os serviços de saúde, sem exceção. A Portaria n. 1.271, de 2014 (BRASIL, 2014a) manteve a notificação compulsória e propôs a notificação compulsória imediata (notificação compulsória realizada em até 24 horas) em casos de tentativa de suicídio e violência sexual.

As informações providas das notificações de violência são organizadas pelo Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA), criado em 2006 pelo Ministério da Saúde (MS), que “[...] tem como objetivo descrever o perfil dos atendimentos por violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) em unidades de referência definidas pelas secretarias municipais e estaduais de saúde [...]” (BRASIL, 2009b, p. 20). Em última instância, a atuação do VIVA promove uma facilitação nas três esferas de gestão do SUS (nos âmbitos federal, estadual e municipal), em relação à definição de prioridades no estabelecimento de políticas públicas de saúde, por meio do perfil epidemiológico deste tipo de agravo.

No que diz respeito à assistência à saúde de pessoas em situação de violência sexual no SUS, os diversos documentos legais (Portarias, Leis, Decretos) que a regulamentam estão centrados nas vítimas, praticamente ignorando a figura do AVS. São exemplos o documento intitulado *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica* (BRASIL, 2012), elaborado em 1999 e reformulado em 2012; o decreto nº. 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do SUS (BRASIL, 2013b); a Portaria 528, de 01 de abril de 2013, que define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do SUS (BRASIL, 2013c); a Lei nº 12.845, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual (BRASIL, 2013d) e ainda a Portaria nº. 485 de 01 de abril de 2014, que redefine o funcionamento dos Serviços de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do SUS (BRASIL, 2014b).

Os AVS, sejam eles adultos ou adolescentes, não são considerados como público-alvo de diversas políticas de Saúde que, em meu entendimento, poderiam contemplá-los: Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) (BRASIL, 2014c), Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) (BRASIL, 2009b), Política Nacional de Saúde Mental (BRASIL, 2001b), Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) (BRASIL, 2004b), Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (BRASIL, 2011d) e outras. Quanto aos AVS, os documentos apenas os mencionam vagamente, quando não os ignoram: “É imprescindível a sensibilização de gestores e gerentes de saúde, no sentido de propiciar condições para que os profissionais de saúde possam oferecer atenção integral às vítimas e às suas famílias, como também aos **agressores**” (BRASIL, 1999, p. 22, grifo nosso).

Três considerações podem ser tecidas a partir dos documentos supramencionados: 1- tanto a notificação como a organização da assistência à saúde para pessoas em situação de violência sexual no SUS são recentes; 2- os AVS são personagens quase inexistentes nos documentos e Políticas de Saúde que poderiam contemplá-los; 3- o termo *pessoas em situação de violência sexual* utilizado em diversas portarias do MS poderia, em uma interpretação otimista, possibilitar a inclusão dos AVS no cuidado em saúde, mas como isto não está claro nos documentos, eles deixam de receber a atenção requerida e necessária.

Até onde tenho conhecimento, o único programa governamental no campo da saúde especificamente destinado a disponibilizar assistência à saúde mental aos AVS no Brasil localiza-se na cidade de Brasília e intitula-se *Serviço de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Autora de Violência Sexual (PAV Alecrim)*. Oferecido à população pela Secretaria da Saúde do Governo do Distrito Federal, tem por objetivo principal a prevenção de reincidências, a partir de uma abordagem responsabilizante⁸³. Inaugurado em 2013, desenvolve ações de atendimento psicológico, psiquiátrico e social aos AVS. Desconheço publicações científicas sobre esta experiência, à qual tive acesso por meio da oficina⁸⁴: “Debatendo o Atendimento ao Autor de Violência Sexual e a Violência no Contexto das Redes Sociais e das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação”, na cidade de Brasília.

Direcionando a reflexão aos programas brasileiros de atendimento aos AVS em Organizações não Governamentais ou em Centros Universitários, além do Programa Repropondo (descrito no Capítulo 1), cito também outros dois que considero de especial importância: 1- o Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (CEARAS), ligado à Universidade de São Paulo, que “lida com questões referentes ao incesto⁸⁵”; 2- o Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) – do Instituto Sedes Sapientiae, que desenvolve ações de combate à violência doméstica⁸⁶. Ambos realizam atendimentos a famílias incestuosas, incluindo os AVS. São publicações⁸⁷ advindas destes Centros: Cohen e Gobbetti (2006), Ferrari (2004), Gobbetti (2000, 2006), Gobbetti e Cohen (2001), Moura et al. (2008), Vecina e Ferrari (2002).

Considerando esse breve panorama, entendo que o Brasil tem andado na contramão de países como os Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e outros, pois estes têm

⁸³ Disponível em: <<http://www.df.gov.br/noticias/item/8351-sa%C3%BAde-inaugura-programa-para-atender-autores-de-viol%C3%A2ncia-sexual.html>>. Acesso em: 10 abr. 14.

⁸⁴ O evento ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro de 2015 e foi coordenado pelo CEDECA do Rio de Janeiro, pelo o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e pela Rede ECPAT Brasil, com apoio do CONANDA e da SEDH/PR.

⁸⁵ Disponível em: <http://www.usp.br/cearas/>>. Acesso em 08 maio 14.

⁸⁶ Para mais informações, ver: <http://sedes.org.br/site/centros-sedes/cnrvv-centro-de-referencia-as-vitimas-de-violencia/>

⁸⁷ Para mais publicações, ver <http://sedes.org.br/site/publicacoes/> e <http://www.usp.br/cearas/>

associado políticas de responsabilização criminal com políticas de atenção à saúde mental dos AVS, bem como produzido uma vasta gama de literatura⁸⁸, cujo conteúdo embasa e fortalece propostas de ações sobre este intrincado tema. Nestes países, os programas psicoterapêuticos destinados aos AVS constituem-se como parte das rotinas governamentais nas prisões, nos hospitais e nas comunidades e seus objetivos finais visam a redução das reincidências de violência sexual, conforme se pode observar nas revisões de Brown (2005) e Spencer, A. (1999). Os países citados têm conseguido seu intento, pois diversas pesquisas constataam que AVS submetidos a atendimentos psicoterapêuticos reincidem menos do que os excluídos do cuidado mencionado.

Marshall e Barbaree (1988), por exemplo, compararam AVS participantes e não participantes de atendimentos psicoterapêuticos: para os primeiros (n=68), as taxas de reincidência foram de 13.2% e para os segundos (n=58), o índice foi de 34.5%, o que nos dá um significativo diferencial de quase o triplo. Similarmente, os achados de McGrath et al. (2003) indicam uma redução das reincidências sexuais da ordem de seis vezes para os AVS que completaram o tratamento psicoterapêutico, em se comparando com os sujeitos que negaram, abandonaram ou foram excluídos dele. Freeman-Longo e Knopp (1992) encontraram uma redução de cinquenta por cento na reincidência para homens tratados com psicoterapia, em comparação com não tratados, em seis anos de follow-up. Looman et al. (2000) estudaram três mil AVS encarcerados e indicaram que os não-tratados tiveram um índice de reofensas de 51.7%, enquanto que os tratados totalizaram 23.6%. Apesar dos números serem díspares, há claramente uma convergência para a redução de reincidências de violência sexual pós atendimento psicoterapêutico. Este é, definitivamente, o argumento central que justifica a necessidade e importância de implantação e implementação deste tipo de serviço nos sistemas de saúde e de assistência social ofertados à sociedade brasileira.

Além de pesquisas comprovando a redução de reincidências, a existência de Programas internacionais de atendimento psicoterapêutico aos AVS é também corroborada pelo trabalho de associações que advogam um movimento pró-dignidade quanto ao atendimento psicoterapêutico de ofensores sexuais, fundadas ainda nas décadas de 1980 e 90⁸⁹. Menciono a *International Association for the Treatment of Sexual Offenders*⁹⁰ (IATSO), criada em 1998 durante a realização da V Conferência Internacional de Tratamento de Agressores Sexuais, em Caracas, na Venezuela. A associação tem por objetivos: 1- organizar a conferência bianual

⁸⁸ Para uma revisão, ver Esber (2009).

⁸⁹ Época em que o Brasil e diversos outros países do mundo passam ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

⁹⁰ Associação Internacional para o Tratamento de Ofensores Sexuais (tradução nossa).

sobre o tratamento de ofensores sexuais; 2- fomentar conferências locais, nacionais, regionais e internacionais; 3- manter atualizado um guia de padrões para o tratamento de ofensores sexuais; 4- defender um tratamento humano, digno, abrangente, ético e efetivo para os agressores sexuais em todo o mundo. A IATSO publica uma revista eletrônica chamada *Sexual Offender Treatment*⁹¹, que reúne artigos de pesquisadores de diversos países do mundo. Outra instituição importante para a área é a norte americana *Association for the Treatment of Sexual Abusers*⁹² (ATSA). Criada em 1984 com o objetivo de desenvolver pesquisas e facilitar a troca de informações entre os profissionais que trabalham com os AVS, concebe o tratamento psicoterapêutico a quem pratica a violência sexual como uma forma de prevenção e eliminação deste tipo de violência e consequentemente de proteção da comunidade, evidenciada por seu slogan: “Making Society Safer⁹³”. A associação publica a revista *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*⁹⁴ e realiza conferências anuais. Outra associação criada com essa mesma preocupação é a *National Organisation for the Treatment of Abusers*⁹⁵ (NOTA). Inaugurada na Inglaterra em 1991, produz tanto o *NOTA News* (um boletim informativo regular, com artigos, informações, notícias e revisões de livros), como também a revista *Journal of Sexual Aggression*⁹⁶.

Assim, há pelo menos trinta anos, outros países já têm encontrado certa concordância quanto à necessidade e importância de oferecer atendimento psicoterapêutico aos AVS nas comunidades e nas prisões. Ao levar em conta o que foi discutido na presente seção, percebe-se que o Brasil ainda está à margem deste processo, pois esse é ainda um tópico que necessita de avanços e amadurecimentos teóricos e metodológicos, uma vez que o atendimento aos AVS “[...] é, sem dúvida, um dos aspectos das intervenções na área do abuso sexual contra crianças e adolescentes mais povoado por resistências, esquivas, visões estereotipadas e, porque não dizer, tabus” (MIYAHARA, 2011, p. 181).

Pressuponho que existam no mínimo três níveis de dificuldades para a inserção dos AVS nas políticas públicas brasileiras: 1- individual, pois conforme constatou Miyahara (2011), os profissionais que atuam nos serviços podem experimentar inseguranças, medos, ameaças, angústias, valores morais, repulsa e raiva em relação aos AVS; 2- interpessoal, pois os profissionais podem não se sentir técnica ou emocionalmente capacitados para desenvolver tais ações (MIYAHARA, 2011), talvez porque tais atendimentos pouco fazem (ou nunca fizeram)

⁹¹ Disponível pelo site: <http://www.sexual-offender-treatment.org/>

⁹² Associação para o Tratamento de Abusadores Sexuais (tradução nossa).

⁹³ Tornando a Sociedade Mais Segura (tradução nossa).

⁹⁴ Abuso Sexual: Uma Revista de Pesquisa e Tratamento (tradução nossa).

⁹⁵ Organização Nacional para o Tratamento de Abusadores (tradução nossa).

⁹⁶ Revista de Agressão Sexual (tradução nossa).

parte das rotinas de trabalho das equipes; 3- institucional, pois os AVS são ausentes enquanto público-alvo de diretrizes explícitas nos documentos que regem a Execução Penal, o Sistema Socioeducativo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o SUS.

Entretanto, percebo que felizmente uma mudança de paradigmas está se dando paulatinamente. O estudo de Miyahara (2011) constata que profissionais que trabalham em um serviço de referência ao atendimento à violência sexual contra crianças e adolescentes em um município da região metropolitana da Grande São Paulo “já conseguem vencer a barreira para o atendimento do abusador quando este é um adolescente, ressaltando assim a dimensão do investimento terapêutico como profilaxia à proliferação do comportamento abusivo na vida adulta” (MIYAHARA, 2011, p. 189). Em relação ao atendimento dos agressores⁹⁷ sexuais adultos, os entrevistados:

[...] transitaram da raiva e rechaço que “expulsavam o pai abusador” a um olhar que podia entender sua presença como um pedido de ajuda, de inclusão. E que tal inclusão na verdade, não significaria um transportar-se para o outro pólo de uma dicotomia estereotipada entre agressores, que merecem ser extirpados, e vítimas, que precisam ser protegidas. Muito pelo contrário, a inserção deste pai nos atendimentos pode ser vista pelos próprios profissionais, como mais uma atitude de cuidado com a criança e sua família (MIYAHARA, 2011, p. 204).

Apesar dos entraves manifestos pelos profissionais, o fato é que a demanda por tais serviços existe, de acordo com alguns estudos. Pessoas que sentem desejo sexual por crianças, mas que não praticaram violência sexual reivindicam atendimento psicoterapêutico, como uma maneira de controlar de seus impulsos (OLIVEIRA, A., 2009). Homens que sentem preferência sexual por crianças e adolescentes e que estão na comunidade voluntariamente buscaram atendimento psicoterapêutico quando oferecido pelo Programa Repropondo, já descrito na seção 1.1, como uma maneira de prevenir que venham a praticar violências sexuais (SANTOS et al., 2009). Homens adultos encarcerados e adolescentes privados de liberdade (e que, portanto, já haviam praticado violência sexual) tanto aceitaram participar de atendimentos psicoterapêuticos, como também realizaram avaliação positiva de tais ações (SANTOS et al., 2009). Assim, é possível que a busca por ajuda profissional ocorra antes, durante ou depois de praticarem a violência sexual, sendo então tais intervenções possíveis e necessárias no âmbito da prevenção primária, secundária e terciária, conforme conceituação de Ippólito e Santos (2004).

A responsabilização penal de AVS é necessária e essencial para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, pois os atos que praticam constituem-se de

⁹⁷ Termo utilizado pela autora.

crimes e devem ser legalmente punidos como tais. Entretanto, sugiro que consigamos, o mais brevemente possível, superar o reducionismo da penalização jurídica, uma vez que o tema requer também uma abordagem governamental e não-governamental na qual um novo paradigma de atenção fosse oferecido: a associação entre a penalização de suas condutas e a adoção de ações de caráter psicossocial e psicoterapêutico. Mas ainda temos de percorrer um considerável caminho para que isso aconteça. E aqui, retomo a pergunta realizada no começo da seção: a quais serviços públicos eles atualmente poderiam recorrer?

Para finalizar o presente Capítulo, ressalto que percorri os seguintes temas, a seguir resumidos: 1- a conceituação e caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes, revelando as maneiras pelas quais atualmente a entendemos (seção 2.1); 2- evidenciei as diferentes maneiras pelas quais adultos, crianças e adolescentes e sexualidades foram interpretados na história (seção 2.2); 3- problematizei a asserção, defendida por parte da literatura psicológica, que os AVS possuem déficits de empatia pelas vítimas e ofereci conceituações do campo das Ciências Sociais no que tange à socialização e às emoções, em contraposição àquele modelo explicativo (seção 2.3); 4- dediquei parte da reflexão sobre a mídia e violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como os problemas por ela apresentados, que acabam por acarretar o obscurecimento do tema para a população (seção 2.4); 5- revi alguns marcos legais para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, por entender que eles são elementos essenciais na construção e reconstrução de representações sociais (seção 2.5); 6 - percorri, por último, as políticas públicas e ações não governamentais de atenção aos autores de violência sexual no Brasil, contextualizando as maneiras pelas quais algumas instituições governamentais e não governamentais se situam em relação aos AVS (seção 2.6).

Dessa maneira, percorri a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir dos prismas conceitual, histórico, científico, midiático, jurídico e institucional, evidenciando a complexidade necessária para sua análise – que deve transcender (mas não desconsiderar) o campo individual.

CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PARA OS ENTREVISTADOS

O presente capítulo se propõe a evidenciar as representações sociais que vinte e seis homens condenados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes apresentam sobre as vítimas de violência sexual. Para fins didáticos, agrupo o que pôde ser apreendido a partir de suas narrativas em dois grandes eixos. O primeiro, exposto ao longo de toda a seção 3.1, diz respeito à apresentação geral dos entrevistados e aos cenários revelados a partir do campo empírico, com base em duas perspectivas: 1- dos próprios entrevistados, com suporte nos dados colhidos nas sessenta e uma entrevistas nas quais percorro temas como suas infâncias, adolescências, famílias de origem, sexualidade, uso de drogas, violência sexual praticada e sofrida, vítimas, demais crimes, vivências na prisão e outros; 2- da instituição prisional e do arcabouço penal (que indubitavelmente produzem, reproduzem e fazem circular representações sociais sobre os AVS, sobre os crimes que os levaram à privação de liberdade, sobre suas vítimas e outros), possível a partir da pesquisa documental⁹⁸ realizada em seus prontuários institucionais⁹⁹. Para o exame desse primeiro eixo, proponho as três seguintes vertentes: 1- uma breve análise da apresentação dos entrevistados (seção 3.1.1); 2- pessoas que praticam violência sexual na perspectiva dos entrevistados (seção 3.1.2); 3- contradições entre o negar e o assumir a violência sexual: diferentes facetas (seção 3.1.3). Ressalto que essas duas últimas emergiram espontaneamente de suas narrativas, não tendo sido levadas como um elemento de investigação ao campo empírico *a priori*.

No segundo eixo (seção 3.2), discutirei as representações sociais dos entrevistados sobre crianças e adolescentes vítimas de violência sexual sob o prisma das três unidades de significação propostas¹⁰⁰: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes; 3- sexualidade (das vítimas e dos AVS), que serão apresentadas em duas categorizações centrais: 1- as vítimas e vítimas de violência sexual: a primeira unidade de significação (seção 3.2.1); 2- crianças/adolescentes e sexualidades: duas unidades de significação (seção 3.2.2). Depois, comparo tais representações com os três conceitos parâmetros adotados.

⁹⁸ Descrita na seção 1.4.

⁹⁹ Na medida do possível, busquei reproduzir os termos ou frases coletadas nos formulários preenchidos por pesquisadores colaboradores (caracterizados na seção 1.3).

¹⁰⁰ Conforme já anteriormente explicitado na seção 1.5.2.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS: CENÁRIOS REVELADOS A PARTIR DO CAMPO EMPÍRICO

ADRIANO¹⁰¹

a. Dados obtidos na entrevista

Adriano, quarenta e seis anos, primeira fase do ensino fundamental, em união estável, um filho, operador de máquinas. Cometeu violência contra duas adolescentes (ambas com doze anos) e uma criança (de onze anos), sendo todas desconhecidas e em episódios isolados com cada uma. Não relata outros tipos de crimes ou uso de drogas, mas refere-se ao fato de ter tomado “umas cervejas” antes de praticar a violência sexual. Está preso há quinze anos.

Criado com seus oito irmãos, seu pai e sua mãe em um sítio, considera que sua infância foi boa e que brincou muito. Neste período, nega ter sido vítima de violência sexual. Sofreu violência física por parte dos pais, mas considera que tais práticas faziam parte da educação familiar: “É alguma arte que a gente fazia, como se diz, é a educação do pai, creio que já passei por isso, meu pai é muito bom assim, minha mãe, mas uma varada eu creio que eu levava né, é o modo dos pais educar a gente na roça”. Aos doze anos, o pai se separou de sua mãe, época em que parou de estudar. Aos dezoito, começou a namorar. “A gente foi conhecer mulher, tinha que ser pago, né? Na zona, né?”.

Assume ter praticado as três violências sexuais pelas quais foi condenado, mas fala principalmente de uma delas. Ao fazer isso, por vezes dá a impressão que teve apenas uma vítima, o que não é verdade. Afirma que esta situação foi uma armação de sua ex-esposa e seu de ex-patrão, uma vez que a adolescente se ofereceu sexualmente a ele, em troca de dinheiro. “Não peguei ela à força. Ela quis deitar comigo, se ofereceu. Eu penso que foi meu patrão que fez isso. A minha mulher tava com o meu patrão, sabe?”. Fala que, à época, não sabia que relacionar-se sexualmente com adolescentes em troca de dinheiro era crime.

Adriano foi o único entrevistado preso por envolvimento com a ESCCA, modalidade de violência sexual já conceituada na seção 2.1. Busca desconstruir as consequências negativas da violência sexual que praticou contra sua vítima, pois utiliza-se de quatro tipos de argumentos: 1 – “Eu não sou estuprador”; 2 - “Pensei que ela já era acostumada, era prostituta, né?; 3 – “Eu ofereci o dinheiro e ela aceitou”; 4 – “Ela que deu em cima de mim”.

¹⁰¹ Os nomes reais de todos os entrevistados e de suas vítimas foram substituídos por fictícios, conforme já descrito na seção 1.6.

Apesar disso, ainda assim concebe a categoria idade como uma interdição para os relacionamentos sexuais entre adultos e adolescentes e também reconhece a adolescente como sua vítima, conforme evidenciarei na seção 3.2.1.1.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Adriano foi condenado por ter cometido atentado violento ao pudor contra uma criança e duas adolescentes, em três diferentes ocasiões. A exata idade das vítimas não foi coletada pelos pesquisadores que preencheram o formulário. Na primeira situação, consta que sua esposa buscou a vítima em sua casa com o intuito de que ela trabalhasse como doméstica. Chegando lá, ele cometeu a violência contra a adolescente, com a ajuda¹⁰² da esposa. Na segunda ocorrência, a esposa de Adriano solicitou à mãe da vítima que a deixasse pernoitar em sua casa, pois seu marido estava viajando¹⁰³. Contudo, Adriano estava em casa e cometeu violência contra a criança por três noites. Da terceira descrição, não constam detalhes, tendo sido registrado apenas tratar-se de uma “situação semelhante à anterior”. No prontuário pesquisado, o denunciante não foi informado.

AMARILDO

a. Dados obtidos na entrevista

Amarildo, cinquenta anos, primeira fase do ensino fundamental, casado, três filhos, pedreiro. Considera sua infância e adolescência como boas, já que nega ter sofrido qualquer tipo de violência neste período e relata que brincava muito: “Quase assim não tinha serviço pesado pra fazer e meu pai sempre deixava a gente muito bem à vontade. Preocupava com a gente em não fazer coisa errada, fazer arte, esses ‘trem’, desobedecer eles”. Quando veio para Goiânia, aproximadamente aos treze anos, morou na casa da tia e começou a trabalhar em uma firma grande.

Não descreve uso de drogas. Está preso há um ano. Foi condenado por ter cometido violência sexual contra a filha e a enteada, crimes que assume. Relata que as vítimas tinham aproximadamente sete e oito anos quando as violências se iniciaram. Não sabe precisar por

¹⁰² O Formulário de Levantamento de Informações Via Prontuário preenchido por pesquisadores colaboradores não detalha o tipo de ajuda oferecida pela esposa.

¹⁰³ Note-se a participação da ex-esposa na segunda violência sexual praticada por Adriano, quando ela propositadamente mentiu para a mãe da vítima, afirmando que seu ex-marido não estava em casa. Em todas as três entrevistas realizadas com Adriano, ele não fez referência a qualquer tipo sanção penal que sua ex-esposa possa ter sofrido.

quanto tempo ocorreram, mas nega que tenham tido a duração de seis anos, conforme consta em seu prontuário institucional. Ao longo das entrevistas, evidencia uma contradição entre afirmar que as violências foram episódios isolados com cada uma delas e entre mostrar que elas aconteceram mais de uma vez¹⁰⁴, conforme trecho abaixo:

Até que um dia eu falei: “Não posso fazer isso, não posso!” E parei. // Eu tinha isso, eu tinha essas ideias que aquilo ali [violência sexual] não era certo, só que eu não sei o porquê que falhou. Tanto é que eu cheguei a um ponto de falar: “Não dá mais” Eu parei, porque eu quis parar mesmo. Isso não faz bem. Isso não está certo. Aí eu parei, eu acho que é por aí.

Praticou masturbação e sexo oral em ambas. Quando questionado se ele considerava o que fez como uma violência, assim se manifesta: “Se eu falar pra senhora que não, eu tô mentindo, né? Porque eu acho que, de uma forma ou de outra, era um abuso. Só de ver, de tocar, é abuso. Então, eu considero que é um abuso sim”.

Informa não ter cometido qualquer tipo de crime além da violência sexual: “Nunca matei ninguém, nunca roubei de ninguém. Briga, muito menos”. À época das entrevistas, Amarildo tinha acabado de sair do regime fechado, em progressão para o semiaberto¹⁰⁵. Neste mesmo período, voltou a conviver com a família e a enteada que vitimizou. Contou que pediu novamente sua ex-esposa em casamento e que a mesma aceitou. Quando questionado sobre como ele imagina que seria sua vida de volta à família, assim se manifesta:

A Marta (enteada/vítima) hoje está com vinte e três anos, né? Mora com a mãe dela, não se casou ainda, está estudando. Então, ela me trata de uma forma que nem meus filhos mesmo me tratam assim. Eles não me consideram tanto igual ela. Ela fala pra todo mundo que eu que sou o pai dela. Então, às vezes eu fico pensando porque aquilo aconteceu, né? Nem eu sei explicar porque tinha acontecido aquilo. Hoje, eu fico olhando ela e é ruim ficar lembrando daquilo que aconteceu [violência sexual]. Mas a gente nem fala de nada disso, nem ela nem a mãe dela”.

Note-se que Amarildo explicita o silêncio como uma das formas pelas quais a família lida com o que ocorreu, sendo essa uma característica comum em famílias incestuosas (FURNISS, 1993; GABEL, 1997). Relata arrependimento, culpa e vergonha pela violência sexual praticada, tanto em relação à sua família, como também à sua vítima, sentimentos comuns em AVS (ESBER, 2009; HANSON, 2003; MARSHALL et al., 2005).

¹⁰⁴ Trata-se aqui das diferentes facetas entre o assumir e o negar, o que será discutido na seção 3.1.3.

¹⁰⁵ As entrevistas com Amarildo ocorreram nas dependências da Colônia Industrial e Agrícola do Estado de Goiás: regime semiaberto do Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Amarildo constrangeu tanto sua filha quanto sua enteada à prática de violência sexual. Segundo apurado nos autos, a primeira foi molestada desde os quatro anos de idade, mas não especifica quando foi o término. A violência sexual contra a enteada (que tinha entre oito e nove anos quando se iniciou) teria durado aproximadamente seis anos. Não se identificou o denunciante.

ANDERSON

a. Dados obtidos nas entrevistas

Anderson, cinquenta e dois anos, ensino fundamental incompleto, casado, trabalhava como pedreiro antes de ser preso. Está preso há dois anos e quatro meses. Não relata uso de drogas ou a ocorrência de outros crimes, mas narra que já atirou em pessoas, em legítima defesa. Pai de cinco filhos, sendo quatro mulheres e um homem, relata pouca convivência com os mesmos. Foi acusado de cometer violência sexual contra duas filhas, de oito e quatorze anos. Ele nega ter praticado tais atos, afirmando: “Sou inocente, mas não tenho raiva da minha filha mais velha. // Prova disso é que foi constatado por exame que ela era virgem”. Quando questionado sobre os motivos pelos quais suas filhas o teriam acusado indevidamente, diz que um dia bateu nela pois estava junto com alguns amigos que fumavam maconha. Eis sua narrativa:

Isso aí foi uma taca que eu dei na minha menina, porque ela tava com um rapazinho novo, mexendo com droga. Ela não tava mexendo, tava junto com os caras e eu peguei ela no flagrante. Aí, eu dei um tapa na bunda dela que ela chegou a fazer xixi na roupa. Aí, ela pegou e jurou que ia acabar com a minha vida por causa disso. Aí, ela pegou e me acusou que eu tinha mexido com ela e com a outra menina minha.

Quando questionado sobre o fato de sua filha mais nova também declarado ter sido abusada por ele, Anderson responde: “A segunda, eu não sei nem porquê que ela fez isso, porque eu nunca vi, ela era pequena. Ela [filha mais velha] pôs a outra no meio, de certo pra incrementar mesmo, né?”. Seu caso foi noticiado na mídia televisiva e Anderson relata que nessa época pensou até mesmo em cometer suicídio. Por isso, sofreu diversos tipos de violências na prisão: psicológica e física. “Quando eu cheguei aqui, achei que não ia estar vivo até hoje”. Nega ter sofrido violência sexual na prisão.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O denunciado cometeu o crime de atentado violento ao pudor contra duas de suas três filhas. A mais velha começou a ser abusada por volta dos oito anos de idade e, aos catorze anos, denunciou o pai. Na ocasião, a outra filha também contou que sofria os mesmos abusos. Não consta por quanto tempo a segunda vítima foi abusada. As próprias meninas foram as denunciantes e alegaram que as violências duraram aproximadamente cinco anos.

ARMANDO

a. Dados obtidos na entrevista

Armando, quarenta e seis anos, ensino fundamental completo, casado, pai de cinco filhos, três com a primeira esposa e duas com a segunda. Exercia a profissão de agente de segurança antes da prisão. Não faz uso de drogas ilícitas. Viveu sua infância e adolescência “na roça”. Não relata ter sofrido violência intrafamiliar nesse período:

Meus pais nunca foram violentos comigo, minha mãe também nunca foi violenta comigo. Super pai e super mãe. Os irmãos, todos também tranquilos. Tudo trabalhador. Pessoal que morava na roça, mas pessoal tudo ralador. Minhas irmãs, eu. Então assim, nunca fui violentado. Meus irmãos também nunca, nenhum deles foi violentado, nem minhas irmãs. Minha família é uma família pobre, mas é uma família bem estruturadinha.

Foi condenado por ter cometido violência sexual contra sua enteada por três anos, que tinha sete à época do início, crime que não assume ter praticado.

Quando aconteceu isso [falsa acusação] comigo, eu fiquei chateado demais, porque eu vivia num ciclo de amizade muito assim, só com pessoas boas. Pessoas que me conhecem, sabem que eu jamais ia cometer aquele ato. [...] Então, eu nunca fiz. Nossa! Eu tenho a maior bronca disso aí, doutora. Eu vejo isso aí contra a mulher, briga, também, violência sobre a mulher, marido bater em mulher, furar a mulher, matar a mulher. Eu sou contra isso. Radical.

Está preso há três anos. Diz não ter praticado outros crimes.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Armando cometeu abuso contra sua enteada desde que esta tinha sete anos de idade, quando convivia maritalmente com sua mãe e dois irmãos. Quando ficava sozinho com a vítima em casa, beijava-lhe a boca, tirava seu short, calcinha, e também a própria roupa. Passava o pênis em sua vagina, fazendo carícias íntimas. Um dia, a mãe chegou em casa e viu o acusado

saindo do quarto da filha. Na ocasião, ela questionou a criança, que revelou estar sofrendo abuso sexual. A mãe procedeu à denúncia e Armando foi preso em flagrante.

BRUNO

a. Dados obtidos na entrevista

Bruno, quarenta e sete anos, primeira fase do ensino fundamental, solteiro, trabalhava na construção civil e como comerciante antes da prisão. Na infância, trabalhou na roça: “Não tinha tempo nem pra estudar. Meu pai e minha mãe era muito seguro com a gente, tinha que prestar atenção nas coisas de casa primeiro, né?” Relata convivência familiar harmônica, sem qualquer tipo de violência física e sexual. Também não sofreu violência sexual extrafamiliar. Dos doze aos dezesseis anos, trabalhou como engraxate e vendedor de salgados, para complementar a renda familiar. Casou-se aos dezessete com a sua segunda namorada e teve seus seis filhos. Após separação, relacionou-se com a mulher que o acusou de cometer violência sexual contra sua filha, uma adolescente de doze anos, pelo no período de dois anos. Nega ter cometido este ou outro tipo de crime. Está preso há quatro anos e não relata uso de drogas.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

No formulário preenchido, constam apenas os seguintes dados: “O autor do crime era ex-amante da mãe da vítima”.

CÉSAR

a. Dados obtidos na entrevista

César, cinquenta e oito anos, ensino médio incompleto, casado, uma filha. Foi acusado de cometer violência sexual contra sua neta, de seis anos. De acordo com a denúncia realizada pelo pai da criança, a violência ocorreu pelo período de dois anos. Contudo, César nega ter cometido tal crime. Estudou até o segundo ano e exerceu a profissão de gráfico. Está preso há quatro anos. Cometeu diversos crimes de furto a supermercados. Relata nunca ter praticado homicídios. Sua mãe faleceu no parto e nunca conheceu seu pai biológico, então foi adotado por um casal, sobre os quais relata:

Minha mãe adotiva bebia demais e me batia demais. Ela enchia a cara e punha eu para sair com ela pra pedir esmola, sem precisão, porque meu pai toda vida trabalhou e sustentou a família, esse que me criou. Mas ela bebia demais, mijava no meio da rua, pedia dinheiro pros outros. É nesse sentido que eu falo que minha vida não foi muito boa. Depois que ela sumiu, minha vida melhorou.

Conta ter tido uma infância satisfatória com seu pai adotivo, que morreu quando ele tinha doze anos:

De criança, foi muito boa, porque meu pai tinha maior carinho comigo. Eu estudava em colégio bom, tinha coisa boa, tinha roupa boa. Até os treze anos, nunca tirei [furtei] nada de ninguém, nunca fiz nada de errado. Ia pra igreja todo domingo, jogava minha bolinha. Essa era minha infância.

Após a morte do pai, a irmã adotiva passou a se responsabilizar por seus cuidados. Conheceu a atual esposa quando tinha treze anos: “Logo, eu conheci minha mulher. Quem me criou para o resto da vida foi minha mulher”. Começou a praticar furtos com aproximadamente catorze anos e passou por diversas internações no COOJ. Não relata uso de drogas.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Consta no levantamento apenas que: “Cesar cometeu abuso sexual contra sua neta por dois anos”.

CRISTIANO

a. Dados obtidos na entrevista

Cristiano, trinta e dois anos, primeira fase do ensino fundamental, ajudante de pedreiro, solteiro, um filho. Está preso há 14 anos. Relata uma infância ruim. Até os oito anos, morou com seu avô e tia paternos, mas nunca chegou a conhecer seu pai biológico, pois sua mãe era profissional do sexo e teve um relacionamento rápido com seu pai. Durante toda a sua infância e parte da adolescência, frequentava o “puteiro¹⁰⁶” e se lembra que algumas vezes sentiu medo quando: “Eu via uns trem lá, mulher sentada no colo de homem, os caras querendo agarrar minha mãe, entendeu? Eu vi uns trem lá, não gosto também nem de lembrar”. Relata não ter tido oportunidade brincar, uma vez que começou a trabalhar com nove anos de idade. Foi nessa época que Cristiano voltou a morar com sua mãe, padrasto e irmãos, ocasião na qual sofreu violência física, principalmente por parte do padrasto:

¹⁰⁶ Segundo as palavras do próprio entrevistado.

Mudava o clima, tudo. Ele chegava xingando, bravo, entendeu? Qualquer coisinha, batia na gente. Ele já me bateu muito, mas eu não tinha raiva dele não. Eu gostava dele ainda, você acredita? Eu gostava dele demais. Eu aprendi a chamar ele de pai. Forçado, entendeu? Forçado, mas aprendi.

Nessa mesma época, fugiu de casa várias vezes e morou na rua. Foi nela que começou a praticar diversos furtos e abusar de drogas ilícitas como roupinol, loló, cola e maconha. “Ah, eu fazia um monte de trem, roubava, pegava os bonés em ônibus, bastava um boné só, entendeu? Só pra fazer isso, só pra fazer o mal feito, entendeu? Aí pegava os trem, roubava tudo, começava a cheirar cola”. Sobre a sua experiência de ter morado na rua, assim se manifesta: “A rua é assim: eu tô na rua, ninguém manda em mim, entendeu? É eu mesmo”.

Depois, passou a realizar crimes nas ruas. Aos doze anos, quando cometeu seu primeiro assalto, foi pego pela polícia pela primeira vez e preso em uma delegacia para adolescentes. Quanto à sua adolescência, diz que “não foi boa e nem ruim também”, época a partir da qual não mais parou de cometer crimes com armas de fogo e enfrentar a polícia: “Dava tiro neles [policiais] no rumo deles também, tava nem aí pra eles não”. Foi preso várias vezes por assalto. Permaneceu na rua até sua prisão atual. Lá, conheceu o crack, droga que tem usado há catorze anos.

Quanto à violência sexual motivo da sua condenação, relata que no dia em questão, tinha feito uso de bebida alcoólica e “pedras¹⁰⁷”, junto com dois conhecidos. Ao perceberem que o dinheiro para a droga havia acabado, entraram em uma residência para cometer um assalto onde morava uma adolescente de treze anos com sua família. Ela foi estuprada primeiramente por um dos seus colegas e depois por ele: “Não estava nem pensando nisso¹⁰⁸ não, entendeu? Aí, um molequinho lá foi e deu a ideia [de estuprar]. E nossa! Eu me arrependo até hoje desse trem, isso não podia ter acontecido não. Nunca também pensei que ela tinha treze anos, entendeu? Ela é uma mulher já grande”.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O autor, juntamente com seu parceiro, praticou assalto na casa dos tios da vítima. Os dois cometeram violência sexual contra a adolescente, portando uma arma de fogo calibre 38 e ameaçando a vítima no momento do ato. O crime foi cometido quando Cristiano estava foragido do Sistema Prisional pelo crime de assalto. Não se obteve o nome do denunciante.

¹⁰⁷ Nome utilizado para referir-se à uma droga de efeito alucinógeno chamada crack.

¹⁰⁸ Aqui, Cristiano sustenta um posicionamento de que a violência sexual teria sido consequência de um ato repentino, como será discutido na seção 3.2.2.5.

DANILO

a. Dados obtidos na entrevista

Danilo, cinquenta anos, primeira fase do ensino fundamental, casado, pedreiro, cinco filhos. Foi acusado de ter cometido violência sexual contra duas crianças desconhecidas, uma de sete e outra de onze anos, ambas do sexo feminino, em duas situações diferentes. Alega não ter cometido tais violências. Está preso há três anos.

No que diz respeito à sua história de vida, não conheceu seu pai e foi criado apenas com a mãe e o padrasto, que faleceram no final de sua adolescência. Danilo se viu sozinho, juntamente com seus irmãos. Não relata uso de drogas. Afirma ter cometido aproximadamente cinco homicídios, sendo um deles dentro da própria cadeia, quando outro preso o acusou de ser um estuprador¹⁰⁹. Diz não se arrepender de nenhum desses crimes: “Não, porque pra mim, eles tinham que ter morrido mais cedo”.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

As duas crianças transitavam por uma estrada, quando foram abordadas por Danilo, juntamente com seu irmão. A violência ocorreu num matagal, próximo à rodovia. As duas sofreram violência sexual (vaginal e anal), foram mordidas, tinham lesões corporais, hematomas e golpes de coronhada na cabeça. As meninas foram encontradas na rua, ensanguentadas e com dificuldade de andar. O autor negou todas as acusações. Atribuiu o crime ao irmão, que confessou parte das acusações. O denunciante não foi informado.

EMÍLIO

a. Dados obtidos na entrevista

Emílio, vinte e nove anos, analfabeto, solteiro, auxiliar de serviços gerais, sem filhos. Morou por pouco tempo com seu pai na infância. Foi criado por um casal adotivo, que por ele “começou a sentir um amor, eles tratou eu bem. Eu também cuidava dos trem certinho pra eles, eles passou a gostar de mim, a mesma coisa de ser um filho dele”. Aos dezessete anos, saiu de casa e se mudou para outra cidade para trabalhar, a convite de seu tio. Oscila em classificar sua infância e adolescência como péssimas e felizes. “Péssima, tipo assim, em alguns

¹⁰⁹ Note-se que, assim como os AVS podem ser vítimas de toda sorte de violências nas prisões, conforme já descrito nas seções 1.5.3 e 3.1.3, eles também podem praticar tais tipos de violências na cadeia, como uma forma de sobrevivência.

momentos, foi péssima. Em outros foi uma maravilha. Teve os momentos de sofrimento e os momentos de alegria também”. Quanto aos momentos felizes, relata brincadeiras e passeios com sua mãe nos cafezais próximos à sua casa. Aos quinze anos de idade, quando sua mãe faleceu, teve que morar com seu pai, que na época já tinha setenta anos de idade. Considera tal momento de sua vida como infeliz. Diz não ter sofrido nenhum tipo de violência na infância, fosse ela física, psicológica ou sexual.

Sobre a violência sexual à qual foi condenado, afirma que estava em uma festa, juntamente com o pai do adolescente e diversas outras pessoas. Na ocasião, todos faziam uso de álcool. Diz que, no decorrer do evento, o filho de seu amigo, de quatorze anos insinuou-se sexualmente para ele diversas vezes. Após beber muito, ele foi para um dos quartos e dormiu, mas acordou com o garoto pegando em seu pênis, momento em que ele o afastou. Foi quando o primo do adolescente viu a cena e correu até o pai da vítima para contar o que estava acontecendo. Assim, não nega que o contato sexual tenha ocorrido, mas sim sua intencionalidade por tal interação, culpabilizando a vítima. Quanto aos outros tipos de crime, relata que já realizou uma tentativa de homicídio. Narra intenso abuso de álcool na idade adulta. Está preso há dois anos.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O autor morava no mesmo lote do adolescente, que era surdo-mudo. Levou-o até a sua casa, onde o trancou. Lá, rasgou sua bermuda, enfiou o dedo em seu ânus e obrigou-o à prática de sexo oral. Os vizinhos desconfiaram e chamaram o pai do adolescente, que arrombou a porta, flagrou a situação e chamou a polícia.

FABIANO

a. Dados obtidos na entrevista

Fabiano, quarenta e seis anos, analfabeto, casado, cinco filhos, lavador de carro. Durante a infância, morou com seu avô, que o registrou como seu filho. Sua mãe morava com seu padrasto, pai dos seus outros irmãos: “Eu não passei a infância com a minha mãe porque ela não tinha condições [financeiras] de tá junto comigo, de me criar”. Considera que sua infância foi “muito boa”. Começou a trabalhar em feiras livres quando tinha doze anos, fazendo frete.

Quando seu avô faleceu, ele tinha catorze anos e foi morar com sua mãe, que era alcoolista. Ele teve então que assumir a criação dos irmãos. Neste período, teve uma vida pobre, ajudava sua mãe com as tarefas domésticas, trabalhava na feira e catava restos de alimentação para levar para casa e dar aos seus irmãos. Depois, teve diversos trabalhos informais (ajudante em uma oficina mecânica, office boy de supermercado e servente). Sua mãe foi assassinada na adolescência dele. Nega ter sofrido violências física ou sexual. Aos dezoito anos, passou a morar junto com uma adolescente de dezessete anos, que considerou sua esposa. É pai de dois filhos com ela. Teve um relacionamento extraconjugal e foi acusado pela amante de cometer violência sexual contra a filha dela, de dez anos de idade, pelo período de um ano. Não assume a violência e relata não ter cometido outros tipos de crime. Não narra uso de drogas. Está preso há dois anos e meio.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O denunciado era padrasto da criança e a obrigou a masturbá-lo por um ano. Utilizou-se de ameaças, como matar a mãe e os irmãos da vítima para obter o seu silêncio. O acusado esperava a mãe ir trabalhar ou dormir para praticar a violência. A criança contou sobre os abusos para a mãe. Ele nega as acusações.

FÁBIO

a. Dados obtidos na entrevista

Fábio, sessenta e sete anos, analfabeto, casado, três filhos, pedreiro, morou e trabalhou na roça, com seus pais. “[...] a minha vida foi só trabalhar, né? Nunca tive assim alegria de sair pra passear, né? Era só mesmo a luta de trabalho, ganhar o pão de cada dia”. Apesar disso, relata convivência harmônica com seus pais: “Pra mim, era tudo bom, né? Nunca teve encrenca, toda vida fomos muito humildes, muito bom, beleza. // Fui criado assim pobre, mas a criação tudo no respeito”. Quanto à sua adolescência, Fábio relata que “Foi a mesma coisa, quase”. Não relata ter sofrido qualquer tipo de violência na infância e adolescência. Foi condenado ter cometido violência sexual contra a filha de cinco anos, crime que nega ter praticado. Narra ter cometido um homicídio e também fazer uso de drogas: crack e maconha. Está preso há três anos.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Fábio já estava separado da mãe da vítima e morava em um barracão nos fundos do lote. No período de um ano, quando sua ex-esposa se ausentava, ele forçava a filha a ter relações sexuais com ele. A vítima contou sobre os abusos para sua irmã mais velha, que falou para a mãe. Em depoimento, a vítima e sua genitora relataram que o acusado já havia cometido violência sexual contra outras pessoas: sua ex-cunhada e as colegas de sua filha. O acusado já havia cumprido pena por homicídio. A denunciante foi sua ex-esposa, mãe da criança, que afirmou que a violência durou pelo período de um ano.

GUILHERME

a. Dados obtidos na entrevista

Guilherme, quarenta e três anos, analfabeto, casado, nove filhos, funcionário público. Não conviveu com o pai biológico e relata ter sido vítima de constantes violências físicas, juntamente com seus irmãos, tanto por parte da mãe quanto do padrasto, o que o fez ir para a rua e voltar para casa por diversas vezes. Isso ocorreu muito precocemente, quando tinha apenas seis anos de idade:

Quando ela falava assim: “Vou te bater”, eu dormia na rua, passava mais de semana dormindo na rua. Eu fiquei um bocado de tempo na rua. Eu não fugi só uma vez, eu fugi várias vezes na minha vida. // Entrava dentro do esgoto pra dormir, porque era maisquentinho. Eu só tinha a roupa do corpo, entendeu? // Eu não tive aquele pai, entendeu? Aquele pai, grudado. Eu não tive aquela mãe que eu queria ter entendeu? Era trabalhadeira, só que nós éramos nove irmãos, e ela não dava conta de tudo sozinha, entendeu? Aí, ela arrumou o padrasto, piorou mais a vida, porque o padrasto batia no meu irmão. Só batia no meu irmão, não batia em mim não, porque eu falava pra ele: “Se bater em mim, eu vou quebrar seu carro todinho”.

Sua adolescência foi vivida quase da mesma maneira que a sua infância, ou seja, oscilando entre morar na rua e em sua casa. No começo de sua adultez, casou-se e teve uma filha. Foi denunciado pela ex-esposa por ter cometido abuso sexual contra a filha de sete anos de idade, mas nega a violência. Relata ter cometido uma tentativa de homicídio e diz não fazer uso de drogas. Está preso há um ano.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Guilherme, aproveitando-se da ausência da mãe, constrangeu sua filha de oito anos a ir ao banheiro com ele e tirar a roupa. Ele estava nu e com o pênis ereto, acariciou lascivamente

sua filha e esfregou seu pênis na vagina dela. Depois, foi ao quarto e, parcialmente despido, colocou o pênis entre as pernas da filha e chupou sua vagina. Falou para a filha que, se ela contasse algo para a mãe, ele iria bater nela. A vítima relatou o fato para o irmão mais velho e ambos contaram para a mãe, que o denunciou. O autor afirma que queria ensinar à filha o que ele fazia com a mãe dela, que sua intenção era ensiná-la sobre o sexo, já que este conhecimento deveria vir do lar.

João

a. Dados obtidos na entrevista

João, trinta e três anos, analfabeto, solteiro, um filho, não trabalhava antes de ser preso. Criado pela avó, oscilava entre morar em sua casa e na rua. A primeira vez que fugiu, tinha sete anos de idade: “Não tive carinho de irmã, de mãe, de pai, de ninguém. Então, como se diz, eu era sozinho no mundo. As pessoas que eu conheci, só era pensamento maldoso. Eu aprendi o quê? Então, pra mim, é difícil tentar ser bom, tentar mudar, pra mim tá difícil.” Cometeu seu primeiro furto quando criança, aos sete anos. Então, continuou a praticar pequenos delitos para sobreviver na rua. Caracteriza esse período como:

Péssimo, mal, ruim. Eu fui menino de rua. Eu saí de casa, eu tinha sete anos de idade, como se diz, eu fui criado no mundo, fui criado na rua, na malandragem, como se diz, sem dó, sem piedade do tal de ser humano, da sociedade. Coisa que eu nunca tinha aprendido era ter dó. Matar, roubar, fazer as coisas erradas. Só que aí, que Deus me perdoe, eu não arrependo do que eu faço, do que eu fiz. Mas hoje, eu tenho orgulho da minha pessoa, porque na vida, quando eu morava na rua, eu sofri, apanhei demais dos outros, da polícia.

Na idade de aproximadamente treze anos, teve a sua primeira passagem pelo COOJ e desde então tem sido recorrentemente submetido a prisões, sejam em Centros de Internação para Adolescentes ou no Sistema Prisional Adulto. Teve também passagens por ONGs e instituições governamentais de assistência social. Começou a usar drogas quando criança (maconha, cola, esmalte e roupinol) e neste período cometeu diversos outros crimes, como tráfico de drogas, assaltos, furtos, estelionatos e assassinatos. Perdeu a conta de quantas pessoas já matou e relata não se arrepender disso, pois diz “viver na vida do crime”. Acrescenta ainda que se incomoda com o fato de que as “pessoas da sociedade” o consideram como “um lixo” e é por isso que mata suas vítimas.

No que diz respeito ao crime de violência sexual contra uma menina de treze anos pelo qual foi condenado, diz que à época também era adolescente¹¹⁰ e que conhecia a garota. Assume ter tido contato sexual com a mesma, mas não o entende como uma violência, pois diz ter se tratado de uma interação consensual. Está preso há dez anos.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

A adolescente morava em uma instituição para meninos de rua e era conhecida do autor. João marcou encontro com a vítima e, ao encontrá-la, cometeu violência física, ameaças e violência sexual (vaginal e anal). A adolescente conseguiu fugir e pedir ajuda. O autor foi pego em flagrante nas proximidades. Não se obteve o nome do denunciante.

JONAS

a. Dados obtidos na entrevista

Jonas, quarenta e dois anos, primeira fase do ensino fundamental, casado, três filhos, trabalhou com serviços gerais antes da prisão. Relata ter tido um ótimo relacionamento intrafamiliar durante toda sua infância: “Eu era o xodozinho deles. Brincava, meu pai dava de tudo. Os quinze filhos foi assim. Era uma benção”. A favorável condição socioeconômica da família era proveniente dos rendimentos da fazenda que possuíam. Aos treze anos, um conhecido levou-o para trabalhar em um garimpo e lá ficou até os vinte e quatro anos. Menciona ter sofrido violência sexual na infância por uma pessoa conhecida, mas não muito próxima. “Mexeu na minha calça. O que acontece? Veio me abusar e ali foi o fim da picada, foi crueldade, foi um desarranjo, foi coisa que eu nem pensava na minha vida. Eu era novo, tinha na base de uns dez anos”. Ao ser confrontado com o fato de que as filhas também tinham idade de aproximadamente dez anos quando ele iniciou a prática da violência, assim se manifesta: “Eu fico encabulado desse ponto aí também. Começou ali, parece que é uma sina. Se não tiver tratamento psicológico, aquela sina passa de gerações em gerações¹¹¹”. Diz-se envergonhado tanto pela violência sofrida, como também pela praticada.

¹¹⁰ Informação esta que não confere com os dados do prontuário institucional e nem com sua própria prisão (Sistema Prisional Adulto).

¹¹¹ Este nexos entre a violência sexual sofrida e a praticada também foi encontrado em trabalho anterior, como um dos motivos importantes para a prática da violência sexual, quando refleti que “[...] evidenciar a violência sofrida pelos sujeitos desta pesquisa não significa fazer reduções ou simplificações que possam sugerir que uma criança vítima futuramente cometerá violências. Entretanto, reconhecer suas histórias de vida nos possibilita entender o processo de construção de suas subjetividades como AVS” (ESBER, 2009, p. 97).

Jonas perpetró violéncia sexual contra suas duas filhas, tendo iniciado com a sua primogênita, quando ela tinha nove anos. Ele afirma que sentiu desejo sexual por ela, mas que somente começou a praticar o abuso depois de aproximadamente dois anos após tê-lo experienciado pela primeira vez. Nesse intervalo, narra não ter mais sentido essa vontade, que foi posteriormente despertada por alguns gestos cotidianos de sua filha:

Jonas: Aí começou a ficar pulando demais no sofá, tudinho assim. E ali dentro da gente, dentro da pessoa que tem um pouquinho de malícia, aquela malícia ali, ela gera ... é a mesma coisa da gente colocar uma água num pezinho de planta, que ela começa a ficar forte. O que acontece? Fica viva.

No princípio, realizou toques sexuais e sexo oral. Posteriormente, o entrevistado sentiu desejo de penetração, o que não se concretizou, segundo seu relato: “Não penetrava completamente. Isso aí é uma sujeira muito da gente, que eu fico assim tão revoltado sobre isso. Eu, um pai, fazer isso com as filhas! É impensável. Isso é uma coisa muito absurda”. Em sua fala, claramente dá a entender – mas não afirma categoricamente – que a violéncia teria ocorrido por um tempo prolongado. Qualifico tal característica de seu relato como uma forma de negação, comum em AVS, uma vez que a assuméncia é parte de um processo gradativo de revelar/esconder a violéncia praticada, conforme discutirei na seção 3.1.3:

Quando eu ia fazer isso aí [penetração], o arrependimento batia na hora. Eu me tocava, me chocava, saía de casa, queria entrar de baixo de um carro, uma coisa absurda. Parece que aquilo ali me chocava por dentro, não queria viver mais, só por conta disso. Muitas vezes saía. Aí, parece que era o momento, parece que voltava aquele sentimento: “Não”. Uns dias de novo: “Mas que negócio é esse? Não”. De novo. // Ter a vontade [de penetrar], mas: “Não, gente!”. Eu fui e me toquei. Era uma covardia era muito grande que estava dentro de mim. Minha filha sendo aliciada por um pai. Aí, eu me toquei e saía fora. Depois, sentia aquilo de novo.

Depois de um tempo em que já praticava violéncia sexual contra a filha mais velha, Jonas começou a cometer os mesmos atos contra sua outra filha, que tinha dez anos à época. Segundo seu relato, tratou-se apenas de um episódio isolado com esta última:

Jonas: Pensou de fazer, eu digo assim, fazer algo com ela.

Karen: Sexo?

Jonas: É, sexo. Pensei mesmo, pensei.

Karen: Você chegou a abusar dela?

Jonas: É. Foi no sofá.

Karen: Foi nesse dia?

Jonas: Foi nesse dia. Foi esse dia, o primeiro e o último. Tocou, mas parece que me acordou na mesma hora. Deu assim um palpite e me acordou porque eu estava dormindo. Decidi na hora: “Não vou”. Aí cai fora, depois.

Diz que após cometer violência contra a filha mais nova, contou à mais velha sobre o ocorrido, pedindo sua ajuda: “Parece que eu estava com os olhos, que não tava enxergando o erro que eu estava fazendo. Aí, eu fui e falei para minha filha mais velha. Ela disse: “Não papai, não pode, não pode”. Informou ainda ter sentido desejo sexual por seu filho¹¹², mas que nunca chegou a cometer abuso sexual contra ele. Quando questionado sobre os motivos pelos quais não transformou seu desejo em atos, justifica: “Deve ser porque é homem¹¹³. Deve ser isso. // É homem. Homem não pode. Aí, o que acontece? Deve ser isso. Segurei mais por conta disso. Deve ser isso”. Não relata ter praticado outros tipos de crimes ou fazer uso de drogas. Está preso há três anos.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Jonas é pai das crianças. Era considerado pela família como uma pessoa violenta e que se utilizava de ameaças a todos. A mãe descobriu a violência contra as filhas e, por medo, se calou¹¹⁴. Às vezes ficava acordada à noite, para protegê-las. O pai mostrava revistas pornográficas para as filhas. Preso em flagrante. A denunciante foi sua ex-esposa, mãe das meninas.

LEANDRO

a. Dados obtidos na entrevista

Leandro, quarenta e um anos, segunda fase do ensino fundamental, casado, dois filhos, mecânico. Está preso há dez anos. Relata que nunca conviveu com o pai, pois ele abandonou sua mãe ainda no período da gravidez. Diz não ter sofrido violência sexual em sua infância e que em sua adolescência, “dos quinze anos para frente, foi muito ruim”, pois vivenciou “muita brincadeira e muita droga”. Fez uso de maconha, merla e cocaína. “A pior droga que já aconteceu na minha vida foi essa tal de merla”. Leandro foi preso por ter cometido violência sexual e homicídio contra uma criança de dez anos, filha de sua amante. Nega a primeira violência, mas assume a segunda:

¹¹² Apesar de menos comum, é possível que os AVS desejem sexualmente ou cometam violência contra crianças de ambos os sexos, como evidenciado por Langfeldt (2010) e Marsden (2009).

¹¹³ Sem pretender realizar uma análise aprofundada sobre essa afirmação de Jonas, interpreto suas narrativas a partir de duas possibilidades: 1- há maior objetificação sexual de meninas e mulheres e por isso elas são as principais vítimas de violência sexual; 2- existiria uma repulsa em relação a uma possível relação homossexual com o filho, pois ela se configura como “duplo tabu” (PINTO JUNIOR, 2005).

¹¹⁴ O prontuário institucional dá a entender que a genitora era ciente da violência sexual ocorrida dentro de sua casa. Contudo, não faz referência a qualquer tipo de responsabilização penal da genitora.

Eu cheguei em casa drogado e eu namorava com a mãe dessa menina. // Aí, eu tinha brigado com a mãe dela. Aí, eu cheguei em casa bêbado, fui e enforquei a menina. Agora me fala: existe um negócio desse? Não teve nada de violentação [violência sexual], não teve nada disso não. Meu pensamento, na hora que eu usei aquela droga [merla] lá, meu pensamento era de matar a mãe dela.

Questionado sobre o porquê ter desejado matar sua amante, afirma que estava com muita raiva pois esta ameaçava revelar o caso extraconjugal à sua ex-esposa. Relata que nunca tinha planejado realizar qualquer tipo de violência com a criança e que está arrependido do homicídio que praticou: “Uma menina que não fez mal para ninguém, não fazendo nada para ninguém. Matar a menina à toa! Aquilo lá foi de repente e eu estava muito bêbado, aí aconteceu isso. // Falar daquela menina lá acaba com o meu dia”. Associa o homicídio ao uso de drogas: “Eu sei que o meu acontecimento foi o efeito da droga. Eu tenho certeza disso, sou consciente disso”. Já praticou outros homicídios, dentre os quais o de um homem que entrou em sua casa para furtar seus pertences. “Porque ele entrou lá em casa e roubou. Ele roubava todo mundo lá na rua. Eu falei pra ele que o dia que ele entrasse lá em casa, eu matava ele. Ele entrou num dia e no outro dia, eu matei ele”. Diz não se arrepender de ter praticado esse crime.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O acusado era vizinho da vítima, usuário de drogas e estava sob seu efeito quando praticou a violência. Após bater na criança, ela desmaiou e ele cometeu violência sexual. Com medo de ser descoberto, matou a vítima por estrangulamento. Negou as acusações de violência sexual. A mãe da vítima foi a denunciante.

LUIZ

a. Dados obtidos na entrevista

Luiz, quarenta e oito anos, ensino superior completo, casado, seis filhos, trabalhava como cabelereiro antes da prisão. No que diz respeito à sua biografia, relata ter tido “Uma infância normal, né? Uma infância normal, de uma família humilde. Foi normal, nada de excepcional”. Também alega “uma adolescência normal, colégio, passei a trabalhar, né? Era casa, colégio, trabalho. Isso aí”. Não narra ter sofrido qualquer tipo de violência durante este período. Não informa uso de drogas no período anterior à prisão. Entretanto, depois de preso, passou a usar crack por períodos intermitentes. Preso há quatro anos, nega a violência sexual contra a sobrinha de sua amante, de quinze anos. Não relata ter praticado outros tipos de crimes.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O denunciado era pastor de Igreja. Ele obrigou a adolescente a usar drogas, com objetivo de “purificar seus complexos”. Ele a compeliu a fazer sexo oral e chegou a ter relação sexual com penetração por três vezes, sendo que a esposa de Luiz e a tia da adolescente presenciaram o fato por duas vezes. O acusado negou ter praticado a violência, mas foi preso em flagrante. Foi denunciado pela mãe da vítima e, de acordo com ela, a violência ocorreu três vezes.

MARCELO

a. Dados obtidos na entrevista

Marcelo, trinta e um anos, primeira fase do ensino fundamental, solteiro, nenhum filho, serralheiro. Não conheceu sua mãe biológica e não teve convivência com seu pai, tendo sido criado pela tia e tio. “Eles que me apoiou, me deu o apoio, deu carinho, né? Eu mesmo que desviei do apoio que eles me deu, né? // Não sei se foi revolta. Não sei o que foi”. Não soube explicar os motivos pelos quais ele teria esse tipo de sentimento. Não relata ter sofrido violência sexual na infância, intra ou extrafamiliar. Desde criança, oscilava entre morar na rua e em casa. Começou a praticar diversos delitos no início da sua adolescência, com cerca de treze anos, dentre eles assalto à mão armada: “Entreí na bandidagem muito cedo”.

Foi privado de liberdade pela primeira vez aos dezesseis anos em uma unidade socioeducativa para adolescentes, quando cometeu um assalto para comprar drogas, dentre elas maconha e merla: “A hora que eu entrei na minha adolescência, já começou a vir a droga. Aí foi aonde que eu desandei mesmo. De lá pra cá, foi só cadeia”. Durante os assaltos que praticou, por diversas vezes, atirou nas vítimas ou trocou tiros com a polícia, mas não sabe informar se já matou alguém.

Aos dezenove anos, cometeu dois estupros, ambos com o uso de intensa violência física. Um deles ocorreu contra uma criança desconhecida de nove¹¹⁵ anos e o outro contra uma mulher adulta, não sabendo precisar sua idade. Foi condenado por ambos e assume tê-los praticado. Na primeira ocasião, relata que estava preambulando pela rua, quando se encontrou com uma criança e levou-a para algum lugar, mas que não se lembra do que fez com ela. Acha que a falta de memória se deve ao uso abusivo de bebida alcoólica, maconha e merla:

¹¹⁵ Consta em seu prontuário institucional que esta vítima teria nove anos. Em suas entrevistas, Marcelo se refere à mesma de duas maneiras: algumas vezes, diz que a mesma tinha nove anos e, em outras, fala que ela era uma adolescente de treze anos.

Mas na hora que você tá drogado, você já não sente medo mais, né? Depois que você tá com a sua vítima, acabou. Você não pensa mais nada. Depois que tem o retorno, né? Depois que você para da cachaça, da droga, aí que você vai ver o que você fez, né? Aí já é tarde, não tem como voltar atrás. Aí já é tarde. // O que eu me lembro é que eu olhei na minha roupa, né? Isso foi no outro dia, sabe? Fui pra casa e dormi. Aí, no outro dia, estava tudo cheio de sangue e não sabia nem de onde vinha esse sangue. Depois que fui relembando a maldade que eu fiz.

Questionado sobre sua reação e sentimentos nos momentos em que se recordou dos atos praticados contra a vítima criança, reflete:

Tipo assim, um aperto no coração, né? Do mal que eu cheguei a cometer, né? Sendo que, como se diz, não tinha jeito de eu voltar pra trás, daquele mal mais. Como se diz, magoado comigo mesmo, né? Não tinha jeito, eu sabia que eu fiz aquele mal. Eu não corri, jamais, né? Que eu sabia que iam chamar a polícia, mas eu não corri. Falei: “Eu vou continuar em casa. Se eu fiz, eu vou ter que pagar.

Em relação à segunda vez em que praticou a violência sexual, narra que havia adentrado na residência de sua vizinha, uma mulher adulta, com o intuito de cometer um assalto: “Eu fui pra roubar, não fui pra estuprar, mas chegou lá, não sei que deu. Não sei o que me passou pela cabeça”. Diz se lembrar de poucas coisas, sendo sua falta de memória comum às duas violências praticadas: “O mal que eu fiz pra ela [vítima], né? Que eu sei que eu fiz mal, né? Agora, o que [quais atos sexuais] eu fiz assim ... [eu não me lembro]. Só que eu sei que eu cometi o estupro, né? Agora o que eu fiz mais, eu não sei”. No que diz respeito aos sentimentos que experienciou após recordar-se dos atos praticados contra a vítima mulher, diz: “Eu vou falar pra você, a sensação foi ruim viu, foi ruim, mas ruim mesmo. Aí não tinha jeito, vinha o desespero, né? Ia chorar, mas não tem jeito. Depois, a gente cai em si também. Porque depois que fez, não tem como voltar. É só pedir perdão pra Deus, né?” Em ambas situações, Marcelo parece apresentar compreensão do mal que provocou às vítimas somente após ter a violência ocorrido e não nos momentos antes e/ou durante. Ele interpreta que o abuso de drogas teve um forte papel para que isso tivesse ocorrido.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Marcelo abordou uma criança de nove anos na rua e a forçou a acompanhá-lo até o matagal, onde a estuprou. Em outra ocasião, Marcelo adentrou na residência de uma conhecida, adulta, com o objetivo de assaltá-la e, chegando lá, cometeu violência sexual contra ela.

MATHEUS

a. Dados obtidos na entrevista

Matheus, analfabeto, trinta e dois anos, exercia atividade de serviços gerais antes de ser preso. Sua infância e adolescência foram dedicadas ao trabalho: “A minha vida toda foi trabalhar. Eu não estudei, fui na escola poucas vezes, não tive tempo de estudar, só trabalhando”. Não menciona ter sofrido violências na infância e adolescência. Aos dezoito anos, amasiou-se e não teve filhos. Foi condenado por ter cometido violência sexual pelo período de um ano contra uma criança de nove anos, sobrinha de sua amasiada. Nega ter cometido o crime, mas afirma que olhou o órgão genital da criança para verificar a existência de uma assadura:

Essa menina tinha uma assadura, um trem que não sarava nunca. Minha esposa trabalhava e ela ficava reclamando dessa assadura. Um dia, eu cheguei do serviço, cansado demais, e ela: “Tio, eu tô assada demais”. E o meu vacilo foi olhar... Ela abaixou a roupa e meu enteado, na época, não lembro quantos anos, era novinho também, chegou correndo, entrou e falou isso, que eu estava fazendo isso [abuso sexual].

Matheus nega ter cometido outros tipos de crime ou ter feito uso de drogas. Está preso há um ano.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

A vítima foi morar com a tia (amasiada do autor) aos dois anos. Os abusos começaram quando a menina tinha nove anos. Aconteciam na hora do almoço, quando a vítima ficava sozinha com o autor. Foi surpreendido pelo enteado, que comunicou o fato à mãe.

MAURO

a. Dados obtidos na entrevista

Mauro, trinta e oito anos, casado, três filhos, analfabeto, mecânico de carro. Com oito anos de idade, já trabalhava vendendo picolé e laranjinha na rua, como uma forma de contribuir com a renda familiar, cuja condição financeira era precária. Começou a estudar aos dez anos de idade. “Meus doze, treze anos, minha adolescência foi tudo junto, né? Foi a mesma coisa: só trabalhar, chegar em casa cansado, deitar, dormir e no outro dia ir pro serviço. A mesma coisa”.

Mauro foi condenado por cometer violência sexual contra sua filha de oito anos em um episódio isolado e denunciado pela avó materna da vítima. Ao negar, dá a entender que não sabe quem foi o denunciante de seu processo e coloca a responsabilidade pela denúncia na mãe da criança. Afirma que a mãe da criança inventou a estória por que: “Ela queria dinheiro e pensão e eu nunca dei, porque ela ia gastar com uma coisa desnecessária. Eu sabia o jeito que ela era”. De acordo com seu relato, ela o teria ameaçado: “Te ponho na cadeia a qualquer momento”. Não narra uso de drogas ou ter cometido outros tipos de crime. Está preso há cinco anos.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Mauro é pai da criança, que vivia com a mãe e avó materna. No dia do ocorrido, o autor buscou a criança para dormir em sua casa, passou por bares e, ao chegar em casa, insistiu que a filha dormisse com ele na mesma cama. Foi quando passou o pênis em sua vagina e em suas nádegas, chegando a ejacular. No dia seguinte, a criança relatou o ocorrido à sua avó materna, que realizou a denúncia. O autor nega a acusação.

NILTON

a. Dados obtidos na entrevista

Nilton, analfabeto, vinte e quatro anos, solteiro, nenhum filho, lavador de carros. Está preso há seis anos. Sobre sua infância, diz que seu relacionamento com sua genitora não tinha proximidade emocional: “Era desligado”. Nunca conheceu o pai, que morreu quando ele era ainda novo. Viveu com os cinco irmãos e o padrasto, que: “Batia muito na minha mãe. Então aí, virava aquela briga danada. Eu pequeno, sem poder fazer nada. Aí, eu revoltei”. Aos oito anos, foi morar na rua, fato sobre o qual sua mãe nunca se manifestou. “Morei na rua seis anos, sou ex-menino de rua. Já vi muitos consertar e muitos morrer”. Durante esse período, relata ter sofrido vários tipos de humilhação: “O povo me humilhava, zombava de mim. Aí foi aonde que eu fui revoltando”. A experiência de viver na rua não trouxe “Nada de bom. Tudo de ruim”.

Diz não saber relatar se foi vítima de violência sexual na infância, mas tem a impressão que sua família esconde alguma coisa dele e que pode ser isso. Usou diversos tipos de drogas (maconha, crack, cocaína e cola). “Eu era dependente químico daqueles pesados”.

Para manter seu vício, cometeu furtos, assaltos e outros crimes, como o “bença tia¹¹⁶”. Aos dezessete anos, praticou um roubo e foi submetido à medida socioeducativa de privação de liberdade, em um Centro de Internação de Adolescentes.

Já adulto, foi condenado por estupro em dois processos: no primeiro, constavam como vítimas uma mulher e uma adolescente e no segundo, apenas uma mulher. Nos dois casos, ele desconhecia as vítimas e as abordou para praticar assaltos na rua. Apesar de ter contado três versões para o primeiro crime, em todas afirma veementemente não ter cometido estupro. Diz que estava perambulando e precisava de dinheiro para comprar drogas: “Lá na rua mesmo, nesse dia, eu tinha dado um tiro¹¹⁷, mais ou menos assim cinco gramas”. Na primeira versão, relata não se recordar da violência sexual praticada. Em um segundo momento, ele diz ter colocado a mão no bolso da calça de uma delas à procura de dinheiro e se masturbado à ocasião. Questionado se considerava tal ato como uma violência sexual, responde que não. Em uma terceira versão da situação, afirma:

Essas aí, eu não cheguei a fazer nada com elas não. Essas aí, eu lembro agora certinho, porque na hora que eu ia fazer [violência sexual], juntou uns vizinhos que viram e aí eu sai correndo. [...] Só que aí eu não cheguei a fazer nada com essas duas meninas não. Agora eu lembrei.

No que diz respeito à segunda condenação, assume ter estuprado uma mulher, após abordá-la para uma tentativa de assalto: “Aí, bateu essa vontade aí de fazer esse trem em mim, veio na mente de uma hora pra outra”. Conta que tinha feito uso de jombrado¹¹⁸, que seu dinheiro tinha acabado e que estava: “fissurado, e foi aonde que eu saí pra roubar”. Diz não se recordar exatamente dos atos sexuais que realizou com a mulher. Somente quando o efeito da droga havia passado, ele começou a lembrar-se da situação: “Aí, depois que sarou a lombra, que eu tava na delegacia, que eu fui parar pra ver o erro que eu fiz, grande. Aí não teve como voltar atrás. Infelizmente, né?” Questionado sobre o que havia pensado nesse momento, responde: “Pensei em não fazer mais isso, né? Porque isso não me leva a nada, a lugar nenhum”. Foram realizadas cinco entrevistas com Nilton e, em momento algum, ele manifestou arrependimento, culpa ou sentimentos ruins pelos crimes de violência sexual que cometeu.

¹¹⁶ Trata-se de um golpe no qual alguém liga para a casa de qualquer pessoa, finge ser um sobrinho e passa a extorquir a vítima.

¹¹⁷ “Tiro” é uma gíria utilizada para se referir ao uso do crack pela via nasal, assim como se cheira cocaína. Nilton também fazia uso de medicamentos como Anador, Doril e Dorflex, esfarelados e cheirados.

¹¹⁸ Mistura de crack com maconha.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Na primeira situação, com duas vítimas, o autor levou-as para um matagal, onde cometeu violência sexual. O crime foi registrado na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, indicando que pelo menos uma das vítimas é menor de idade. Contudo, não consta a idade das mesmas. Na segunda situação, com uma vítima, a violência também ocorreu em um terreno baldio, um matagal. O denunciante não foi informado.

PAULO

a. Dados obtidos na entrevista

Paulo, vinte e seis anos, primeira fase do ensino fundamental, solteiro, nenhum filho, ambulante, tem diagnóstico psiquiátrico de esquizofrenia. Foi criado pela madrasta após o falecimento do pai, quando era criança, mas sempre fugia de casa para passar uns dias com a mãe. Narra abuso de drogas desde os doze anos de idade: “Nessa época que eu comecei a usar droga, eu tinha o quê? Eu tinha os meus doze, treze anos”. Questionado sobre a ocorrência da violência sexual na infância, diz não se recordar, mas não descarta a possibilidade:

Eu não me lembro, né? Porque eu era assim, muito apegado. Quando era pequeno, sentava no colo do meu pai, no colo do meu tio, sentava no colo dos meus parentes tudo. Então ali, eu não me lembro se houve esse tipo de abuso. Mas no meu modo de pensar, eu acho que eu sofri. Não tenho certeza. Eu acho que eu passei por isso, porque alguém da família me desejou, fez alguma coisa, entendeu?

Em outra entrevista, ao contrário da primeira, Paulo afirma ter sofrido violência sexual quando criança¹¹⁹:

É o seguinte: quando eu era pequeno, menino de tudo, eu já fui usado, infelizmente. Quando eu era pequeno, eu fui usado pelo meu pai. Fez sexo comigo, doutora. Ameaçava, pegava a faca, colocava aqui, falava que se eu abrisse a boca, ele ia me matar. Eu já sofri muito na vida. Eu, porque nunca quis falar esse tipo de coisa (choro). É muito triste, sabe doutora? Eu era menino, acho que eu tinha os meus doze, treze anos por aí, quando eu comecei a ser usado pelo meu próprio pai. Foi dos doze até os meus dezesseis, dezessete, por aí. Ele me abusava, me batia, me trancava no quarto, falava: “A partir de hoje, você vai ficar aí dentro desse quarto”. Jogava eu no quarto. Teve uma vez que ele chegou do serviço cansado e ficou nervoso comigo, rumou eu na parede, entendeu? Pegou eu: “Você vai morrer, seu desgraçado ruim”.

¹¹⁹ Ao invés de entender essa divergência de relatos como uma mentira, compreendo que existem dificuldades nos AVS em relatarem a um interlocutor as violências sexuais sofridas na infância, conforme já demonstrado pela literatura especializada (ESBER, 2009; JESUS, 2006).

Trabalhava como ambulante em uma escola pública. Foi acusado de ter entrado no banheiro e cometido violência sexual contra um aluno de cinco anos. Diz não se lembrar da situação e não ter certeza se foi ele o autor da violência, uma vez que tinha utilizado vários tipos de droga (cola, maconha e crack) no dia em questão: “No dia desse crime mesmo, eu estava drogado, a senhora tá entendendo? Até o dia que eu fui preso, eu estava drogado. Drogado de tudo, eu estava drogado”. Entretanto, não descarta a possibilidade de que ele tenha sido o autor da violência, uma vez que foi julgado pela justiça. Diz estar arrependido da violência que cometeu:

Vai me destruindo tudo por dentro, vai me deixando cada vez mais magoado, eu lembro da situação, igual eu falei pra senhora, arrependi demais da conta doutora, juro pra senhora. // Isso aí é uma coisa revoltante, é uma coisa nojenta, é uma coisa antipática, mas é uma coisa que eu tenho certeza que ninguém quer passar por isso.

Já havia realizado uma tentativa de homicídio anteriormente, em razão de uma divergência com outro homem em um bar, crime pelo qual nunca foi condenado. Está preso há um ano.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O acusado entrou na escola onde a vítima estudava, para beber água. Aproveitou-se do momento de reunião de professores e foi atrás da criança no banheiro, onde a violentou. Após o ato sexual, queimou o braço e o pé do garoto com um cigarro. O denunciado diz ser homossexual e usuário de drogas. Pediu perdão aos pais da vítima e assume a culpa, para depois negá-la¹²⁰. Não se obteve o nome do denunciante.

RENATO

a. Dados obtidos na entrevista

Renato, quarenta e seis anos, primeira fase do ensino fundamental, solteiro e pai de três filhos, trabalhou com serviços gerais antes da prisão. Teve uma infância e adolescência que considera “ótimas”, sem queixas. Não narra ter sofrido violência sexual neste período. Já tinha sido anteriormente preso por porte e tráfico de drogas. Não relata uso de drogas ilícitas antes da prisão, mas confirma intenso abuso de bebida alcoólica (cachaça). Depois de preso, passou a usar o crack por seis meses. Renato foi condenado por cometer violência sexual contra a filha

¹²⁰ O prontuário institucional revela contradição entre o assumir e o negar a violência, que também ocorreu em diversos momentos da entrevista de Paulo. Esta discrepância é comum nas narrativas de outros entrevistados, conforme será discutido na seção 3.1.3.

de nove anos, durante quatro anos. Nega a acusação: “Pra começar, eu era pai e mãe. Eu não tive ninguém para me ajudar a criar a menina. Eu peguei ela com quinze dias de nascida, quem tinha que dar banho era eu, quem tinha que trocar roupa era eu, e criei ela até os até os nove anos”. Está preso há quatro anos.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O acusado é pai da vítima, e abusava da filha desde os quatro anos de idade. Obrigava-a a fazer sexo oral, era agressivo, violento física e psicologicamente. A guarda da vítima era da avó, porém era o pai quem cuidava. O pai esteve em tratamento psiquiátrico. Não se obteve o nome do denunciante.

RICARDO

a. Dados obtidos na entrevista

Trinta e seis anos, não consta escolaridade, casado, nenhum filho, profissão de vigilante. Preso há quatro anos. Ao se referir sobre sua infância, não relata violência sexual. Vivenciou brincadeiras, trabalho e uso de drogas. Para comprá-las, trabalhava e furtava: “Comecei a fumar maconha com onze anos de idade”. Na adolescência, ele continuou usando drogas: “Minha adolescência foi mais mexendo com meu vício de drogas. Muita droga, muita. O dia amanhecia e eu já estava mexendo com droga. Acordava, escovava os dentes e já ia fumar logo uma maconha, já ia procurar uma droga. Sempre foi assim.”

Sobre o estupro que assume ter cometido contra a enteada de quinze anos, conta que um dia estava em um bar e alguém lhe falou que sua esposa estava traindo-o com o ex-marido, pai da adolescente. Diz que fez uso de crack e álcool por dois dias seguidos, até que decidiu matar a esposa. Questionando sobre os motivos pelos quais tomou essa decisão, conta que não admite traição, uma vez que sempre foi trabalhador e honesto com sua ex-esposa. Chegando em sua casa, tentou degolá-la com um estilete e achou que a tinha matado. Quando sua enteada o atacou, com o objetivo de defender a mãe, reagiu e começou a agredi-la fisicamente e a estuprou. Conta que não se lembrava do estupro, nos momentos imediatamente após a violência, até que o fato foi relatado pelos policiais que o prenderam: “Você vai usando droga demais, dá tipo um sumiço na sua memória, na sua cabeça”.

Diz continuar mantendo sentimentos positivos e considerando a enteada como uma filha: “Até hoje, eu estou tentando entender isso [estupro e tentativa de assassinato], mas não

consigo. E eu vou dizer para você que eu gosto dessa menina como se fosse minha filha. Gosto dela, respeito a mãe dela, respeito até ela”. Contudo, ao reconhecer seu erro e culpa pelos atos que cometeu contra a família, prefere adotar uma postura de afastamento:

Ah, não tem lógica, um trem sem base, sei lá, não dá nem pra explicar praticamente o que [silêncio] cansa! De repente, eu tô aqui com o meu pai, de repente meu pai [silêncio¹²¹]. Não tem lógica! Entendeu? Eu sei que é uma coisa que eu sou culpado. // Não merecia nem estar vivo, sei lá. // Depois do que aconteceu, eu acho que eu perdi o direito, o direito de tudo. Eu acho que é melhor deixar ela do jeito que ela tá, entendeu? Eu acho que eu não tenho o direito de pensar mais nada dela. // Se eu tivesse a oportunidade de encontrar com ela, com a mãe dela, eu pediria perdão, do jeito que ela quisesse, para ela, para as duas.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O denunciado, após separação, tentou matar a mãe da adolescente, tendo eles sido casados por quinze anos. Quando a adolescente respondeu ao pedido de socorro da mãe, foi surpreendida por Ricardo, que as amarrou e violentou sexualmente a enteada. Cometeu sexo anal e vaginal. Após gritarem por socorro, o autor fugiu, porém, foi preso em flagrante. O denunciante não foi informado.

RONALDO

a. Dados obtidos na entrevista

Ronaldo, quarenta e seis anos, primeira fase do ensino fundamental, casado, cinco filhos, trabalhava com serviços gerais. Está preso há dois anos. Na infância, viveu na roça e dedicou-se ao trabalho pesado. Por isso, considera esse período como sofrido. Não relata ter sido sexualmente violentado na infância e adolescência. Diz nunca ter feito uso de drogas ilícitas. Cometeu homicídio contra uma de suas ex-esposas, motivado por ciúme de uma traição. Cometeu violência sexual contra um de seus filhos de dez anos, o que segundo seu relato ocorreu por três vezes. Em todas elas, havia feito uso excessivo de álcool:

Na hora, não pensava nada. Mas depois que parava, eu via meu filho lá andando pra baixo e pra cima, eu via que eu tava errado. Mas por quê? Por causa da bebida. Depois que acabava tudo, que eu sarava, aí eu via que eu tava errado, a senhora entendeu? Na hora eu não pensava nada, porque tava bêbado, não via nada.

¹²¹ Observe-se que Ricardo se silencia e não nomeia explicitamente os atos de violência que cometeu, o que pode refletir sua vergonha em falar explicitamente sobre o assunto, sentimento comum em AVS, de acordo com a literatura (ESBER, 2005, 2009; HANSON, 2003; MARSHALL et al., 2005; SANTOS et al., 2009).

Questionado sobre quais atos sexuais havia realizado com seu filho, diz: “A gente ficou junto, não teve penetração. Só que o exame provou que fez. Não sei o que deu nos exames, porque nem fiquei sabendo dos exames”. No trecho abaixo, demonstra seu sentimento sobre a situação:

Eu tenho um arrependimento tão grande disso! Porque é sangue meu. Eu acho que se eu não tivesse bebido, não tinha acontecido nada disso comigo. E sempre, a mulher pedia: “Para, meu bem, de ficar bebendo. A bebida vai te estragar”. E eu fazendo as coisas com meu filho, né? Então aconteceu esse trem comigo, que vou falar pra senhora: tem hora que eu deito e fico imaginando, pensando as coisas que eu fiz erradas com meu filho. Às vezes ele tem mágoa de mim, eu não sei também, né? Porque as coisas que acontecem na vida da gente, às vezes faz aquilo através da bebida. A bebida faz você fazer aquilo, que você cria coragem, faz tudo, né?

Em momento algum, Ronaldo desvinculou a violência sexual do abuso de álcool. Frisa que o álcool foi um fator determinante para que ela acontecesse. De acordo com seu relato, ele saía de casa, fazia uso de bebida alcoólica, chegava em seu domicílio, chamava seu filho para ir para o mato e lá praticava a violência sexual.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

Após ouvir da criança sobre os abusos sexuais cometidos pelo pai, a professora comunicou o fato à mãe e ambas denunciaram o acusado. Do relato, não consta a duração da violência sexual contra a criança.

SAMUEL

a. Dados obtidos na entrevista

Samuel, quarenta anos, ensino médio incompleto, casado, lavador industrial. Durante a infância, conviveu com o alcoolismo da mãe. Na adolescência, dedicou-se ao trabalho e adquiriu certa independência financeira: “A minha adolescência foi trabalhar, sempre trabalhei, sempre. Desde a idade de doze anos, fui dono de mim mesmo, entendeu? Não precisei do meu pai nem da minha mãe pra me dar mais nada. A condição que eles tinham era precária.”

Fez uso de maconha desde criança. Posteriormente, experimentou o crack: “Aí invernei no crack, invernei no crack, mudei pra a casa da minha mãe. Lá, eu roubei minha mãe, e roubei também meus irmãos”. Não relata a ocorrência de violência sexual na infância ou adolescência. Aos catorze anos, conheceu sua primeira namorada, que posteriormente foi sua esposa, com a qual teve quatro filhos. Ela o denunciou por ter cometido violência sexual contra

o filho deles de doze anos pelo período de dois anos, o que Samuel nega. Não relata ter praticado outros tipos de crimes. Está preso há um ano.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O acusado é pai da vítima e estava separado da mãe das crianças. Nos fins de semana, ele se encontrava com os filhos, aproveitando-se dessas visitas para abusar do filho mais velho. Nestas ocasiões, ameaçava matar tanto o filho como também a mãe da criança. A genitora fez a denúncia quando, ao questionar sobre o que estava acontecendo, o filho lhe contou o que sucedia durante as visitas do pai. Segundo a criança, o pai tentou repetir os atos sexuais com o irmão mais novo.

SÉRGIO

a. Dados obtidos na entrevista

Sérgio, quarenta e dois anos, primeira fase do ensino fundamental, solteiro, quatro filhos, trabalhou como operador de máquinas. Passou sua infância com os pais e, aos treze anos, parou de estudar e começou a trabalhar. Trabalhou em lanchonetes, pit dogs, como ajudante de servente e na construção civil. Nega ter sofrido violência sexual na infância e na adolescência. Casou-se duas vezes e tem dois filhos. Assume que cometeu violência sexual contra sua filha, mas nega que tenha sido por um período prolongado e que ela teria nove anos de idade, conforme denunciado pela mãe da vítima no processo judicial. Diz que ela ocorreu somente uma vez, quando todos saíram para ir à feira e ele a teria beijado e abraçado e que nessa época, a menina tinha doze anos.

Às vezes, aconteceu isso, mas às vezes não deu o crime. O crime é até bobo e tem coisa mais pior, né? [...] a feira lá era cinco minutos no máximo, eles não gastavam mais que cinco, dez minutos, acho que sim, porque ainda tinha que fazer isso e aquilo lá, então não dava tempo [de praticar a violência] [...] depois que nós saímos da sala e fomos para o quarto, foi naquele momento ali quando eu comecei a beijar, isso e aquilo lá. Aí, loguinho em seguida comecei a me sentir mal.

Não relata ter cometido outros tipos de crimes ou ter feito uso de drogas. Está preso há dois anos e quatro meses.

b. Dados obtidos no prontuário institucional

O pai cometeu violência sexual contra a filha de nove anos de idade, durante três anos e sete meses. A filha relatou o ocorrido para a mãe, que procedeu à denúncia.

A partir da conclusão dos relatos, exponho na tabela a seguir os dados gerais da apresentação dos entrevistados, coletados tanto nos prontuários institucionais, como também nas sessenta e uma entrevistas.

Tabela 1- Dados gerais dos entrevistados obtidos por meio dos prontuários institucionais e das entrevistas

Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Filhos	Proximidade social da vítima	Sexo da vítima	Idade da vítima	Denunciante	Assume	Outros crimes	Tempo de cadeia	Profissão anterior à prisão	Drogas	Violência prolongada
Adriano	46	1ª Fase do Ensino Fundamental	União Estável	1	1: Desconhecida 2: Desconhecida 3: Desconhecida	1: F 2: F 3: F	1: 12 anos 2: 11 anos 3: 12 anos	Não consta	1: Sim 2: Sim 3: Sim	Não	15 anos	Operador de Máquinas	Álcool	1: Não 2: Não 3: Não
Amarildo	50	1ª Fase do Ensino Fundamental	Casado	3	1: Enteada 2: Filha	1: F 2: F	1: 7 anos 2: 8 anos	Não consta	1: Sim 2: Sim	Não	1 ano	Pedreiro	Não	1: 6 anos 2: Não consta
Anderson	52	1ª Fase do Ensino Fundamental	Casado	5	1: Filha 2: Filha	1: F 2: F	1: 8 anos 2: 14 anos	Própria vítima	1: Não 2: Não	Não	2,4 anos	Pedreiro	Não	1: 5 anos 2: 5 anos
Armando	46	2ª Fase do Ensino Fundamental	Casado	5	Enteada	F	7 anos	Mãe da vítima	Não	Não	3 anos	Agente de Segurança	Não	3 anos
Bruno	47	1ª Fase do Ensino Fundamental	Solteiro	6	Filha da namorada	F	12 anos	Mãe da vítima	Não	Não	4 anos	Pedreiro e Comerciante	Não	2 anos
César	58	Ensino Médio	Casado	1	Neta	F	6 anos	Pai da vítima	Não	Furto	4 anos	Gráfico	Não	Não
Cristiano	32	1ª Fase do Ensino Fundamental	Solteiro	1	Desconhecida	F	13 anos	Não consta	Sim	Roubo, homicídio, tráfico de drogas	14 anos	Ajudante de pedreiro	Diversas	Não
Danilo	50	1ª Fase do Ensino Fundamental	Casado	5	1: Desconhecida 2: Desconhecida	1: F 2: F	1: 11 anos 2: 7 anos	Não consta	1: Não 2: Não	Homicídio	3 anos	Pedreiro	Não	1: Não 2: Não
Emílio	29	Analfabeto	Solteiro	0	Filho do amigo	M	14 anos	Pai da vítima	Sim, mas culpa a criança	Tentativa de homicídio	2 anos	Auxiliar de Serviços Gerais	Álcool	Não
Fabiano	46	Analfabeto	Casado	5	Filha da amante	F	10 anos	Mãe da vítima	Não	Não	2,5 anos	Lavador de Carro	Não	1 ano

Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Filhos	Proximidade social da vítima	Sexo da vítima	Idade da vítima	Denunciante	Assume	Outros crimes	Tempo de cadeia	Profissão anterior à prisão	Drogas	Violência prolongada
Fábio	67	Analfabeto	Casado	3	Filha	F	5 anos	Mãe da vítima	Não	Homicídio	3 anos	Pedreiro	Diversas	1 ano
Guilherme	43	Analfabeto	Casado	9	Filha	F	7 anos	Mãe da vítima	Não	Tentativa de homicídio	1 ano	Funcionário Público	Não	Não
João	33	Analfabeto	Solteiro	1	Conhecida	F	13 anos	Não consta	Não	Homicídio, tráfico de drogas, furto, estelionato	10 anos	Desempregado	Diversas	Não
Jonas	42	1ª Fase do Ensino Fundamental	Casado	3	1: Filha 2: Filha	1: F 2: F	1: 9 anos 2: 10 anos	Mãe da vítima	1: Sim 2: Sim	Não	3 anos	Serviços Gerais	Não	1: 5 anos 2: 3 anos
Leandro	41	2ª Fase Ensino Fundamental	Casado	2	Filha da amante	F	10 anos	Mãe da vítima	Não	Homicídio	10 anos	Mecânico	Diversas	Não
Luiz	48	Superior completo	Casado	6	Sobrinha da amante	F	15 anos	Mãe da vítima	Não	Não	4 anos	Cabeleireiro	Crack na prisão	3 vezes
Marcelo	31	1ª Fase do Ensino Fundamental	Solteiro	0	1: Desconhecida 2: Vizinha	1: F 2: F	1: 9 anos 2: Adulta	Não consta	1: Sim 2: Sim	Roubo	10 anos	Serralheiro	Diversas	1: Não 2: Não
Matheus	32	Analfabeto	Casado	0	Sobrinha da ex-esposa	F	9 anos	Enteado	Não	Não	1 ano	Serviços gerais	Não	1 ano
Mauro	38	Analfabeto	Casado	3	Filha	F	8 anos	Avó Materna	Não	Não	5 anos	Mecânico	Não	Não

Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Filhos	Proximidade social da vítima	Sexo da vítima	Idade da vítima	Denunciante	Assume	Outros crimes	Tempo de cadeia	Profissão anterior à prisão	Drogas	Violência prolongada
Nilton	24	Analfabeto	Solteiro	0	1: Desconhecida 2: Desconhecida 3: Desconhecida	1: F 2: F 3: F	1: Adolescente 2: Adulta 3: Adulta	Não consta	1: Não 2: Não 3: Sim	Furto e outros	6 anos	Lavador de Carros	Diversas	1: Não 2: Não 3: Não
Paulo	26	1ª Fase Ensino Fundamental	Solteiro	0	Desconhecida	M	5 anos	Não consta	Sim	Tentativa de Homicídio	1 ano	Ambulante	Diversas	Não
Renato	46	1ª Fase Ensino Fundamental	Solteiro	3	Filha	F	9 anos	Não consta	Não	Porte e Tráfico de drogas	4 anos	Serviços Gerais	Álcool	4 anos
Ricardo	36	Não Consta	Casado	0	Enteada	F	15 anos	Não consta	Sim	Furto	4 anos	Vigilante	Diversas	Não
Ronaldo	46	1ª Fase do Ensino Fundamental	Casado	5	Filho	M	10 anos	Escola/mãe da vítima	Sim	Homicídio	2 anos	Serviços Gerais	Álcool	3 vezes
Samuel	40	Ensino Médio	Casado	4	Filho	M	12 anos	Mãe da vítima	Não	Não	1 ano	Lavador Industrial	Diversas	2 anos
Sérgio	42	1ª Fase do Ensino Fundamental	Solteiro	4	Filha	F	12 anos	Mãe da vítima	Sim	Não	2,4 anos	Operador de máquinas	Não	3 anos

3.1.1 UMA BREVE ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Ao apresentar as biografias dos entrevistados nesta tese, reafirmo a postura metodológica já discutida e adotada em trabalhos anteriores (ESBER, 2005, 2007, 2009) de aproximar-me cientificamente dos AVS a partir de suas próprias vozes, histórias, lógicas e realidades. Tal perspectiva possibilita: “[...] compreender os nexos constitutivos que eles empreendem nas relações violentas” (ESBER, 2009, p. 22).

São diversos os estudos da literatura especializada que consideram ser importante pesquisar as histórias de vida dos AVS, as vivências familiares e o papel das violências (sexuais ou não) sofridas em suas infâncias e adolescências – e se elas possuiriam relações com a violência sexual praticada (COSTA, 2013; ESBER, 2005, 2007, 2009; JESUS, 2006; LOH e GIDYCH, 2006; LUSSIER et al., 2005; MARSHALL e MARSHALL, 2000; SIMONS et al., 2002). Usualmente, revelam-se histórias de vida permeadas por sequências de violações de direitos, entendidas como fatores que podem provocar o que chamam de fundação de vulnerabilidade (HARTLEY, 2001; SCHMIKLER, 2006), condição existencial que os facilitaria à prática da violência sexual em sua fase adulta: “Uma criança abusada fisicamente de forma tão dramática, o ódio suscitado em momentos de suplício sem socorro, as demandas mais essenciais não atendidas podem ter facilitado o engendramento de um adulto também abusador.” (SCHMICKLER, 2006, p. 85). Sem pretender estabelecer qualquer relação de causa e efeito, em trabalho anterior (ESBER, 2009) constatei que todos os três pesquisados, dentre outras razões, vincularam a violência sexual praticada à sofrida na infância. As conclusões de Hartley (2001), contudo, nos provocam a pensar sobre este tipo de correlação. A autora pesquisou oito AVS e constatou que, apesar de vários indicarem violências e problemas em suas infâncias, poucos as associaram à violência praticada.

Ao voltar a atenção às histórias de vida apresentadas na seção 3.1, poder-se-ia afirmar que, em um contexto geral, as famílias de origem dos entrevistados apresentam diversas características que os colocaram em situações de vulnerabilidade e de violações de direitos quando crianças e adolescentes: alcoolismo, abandono, educação familiar baseada no autoritarismo dos adultos, submissão às violências físicas, psicológicas e sexuais, trabalho infantil, abandono da educação formal, exposição a situações constrangedoras, como a presença em prostíbulos e outros. Tais maus-tratos, em seu conjunto, por vezes provocaram a ida dessas crianças para a rua, muitas delas em idade bem precoce (como foram os casos de João, Cristiano, Guilherme, Marcelo e Nilton). Neste outro espaço de sociabilidade, vivenciaram

experiências como: dormir dentro de esgotos, usar ou abusar de álcool e outras drogas, praticar crimes e também ser submetidos a privação de liberdade em instituições socioeducativas.

Muitas destas crianças sequer chegaram a conhecer seus pais biológicos. Outras conviveram com eles por pouco tempo. Isto também ocorreu em relação à figura da mãe biológica, mas em menor frequência. No que diz respeito à qualidade dos vínculos emocionais estabelecidos com estas figuras, quando presentes em suas vidas, ouvi desde afirmativas como “Eu era o xodozinho do meu pai e da minha mãe” (Jonas), como também: “Era desligado” (Nilton), este último referindo-se à falta de amor, carinhos e cuidados por parte da mãe.

Ao olhar para suas infâncias e adolescências e constatar que eles próprios foram também vítimas das mais diversas formas de violências, em momento algum proponho colocá-los na posição de vítimas ou construir justificativas para as violências sexuais praticadas. Contudo, defendo que precisamos nos atentar aos significados de encontrar AVS que repetiram em sua fase adulta, dessa vez no papel de autor, o mesmo tipo de violações de direitos a que foram submetidos. Por outro lado, há de considerar que encontrei também entrevistados que consideraram suas infâncias e adolescências como boas, felizes, passadas na presença das figuras materna e paterna, em uma convivência familiar harmônica. A pesquisa realizada, portanto, não confirma a existência de uma vinculação direta entre abusos na infância e a autoria de abusos na fase adulta.

No que diz respeito ao tema das violências sexuais pelas quais foram condenados, pude constatar que existem várias convergências e divergências entre as informações coletadas nos prontuários institucionais e nas entrevistas. Ambas dizem respeito a categorias como: duração da violência sexual; uso de força física e ameaças; descrição da situação de violência sexual; idade das vítimas no início e no término da violência; grau de proximidade entre o autor e a vítima, dentre outros.

Tomando como objeto de análise a categoria duração da violência sexual, observei que existem entrevistados (Adriano, Cristiano, Emílio, Marcelo, Nilton, Paulo e Ricardo) cujos relatos convergem com as informações coletadas nos seus prontuários institucionais. Todos foram condenados por no máximo três situações de violência sexual e também assim se manifestam em suas entrevistas, usualmente sob o argumento de que se trataram de atos impensados ou impulsos do momento, por vezes potencializados por fatores situacionais como oportunidade¹²², intensa raiva e uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. Por outro lado,

¹²² Refiro-me a Nilton, que estuprou sua vítima a partir de um assalto e também a Cristiano, que entrou em uma residência para cometer um assalto, mas estuprou uma adolescente, sem que estivesse planejando previamente fazê-lo “Não estava nem pensando nisso não, entendeu? Eu fui pra assaltar mesmo. Chegando lá, nem sei o que deu em mim”.

constatei também divergências entre os relatos e os prontuários institucionais de outros entrevistados. Estes são, em sua maior parte, pais ou padrastos incestuosos: Amarildo, Jonas e Sérgio. No caso de Amarildo, consta nos prontuários que a violência teria ocorrido por seis anos com a filha e não existe tal informação em relação à enteada, que também foi sua vítima. Em suas três entrevistas, afirma que, com cada uma delas, as violências ocorreram em episódios isolados; por outro lado, dá a entender que os abusos aconteceram mais de uma vez. Já no caso de Jonas, menciona-se no prontuário que, com uma das filhas, a violência teria se prolongado por cinco anos e com a outra por três. Nas entrevistas, ele exprime que ocorreu um episódio isolado com a mais nova. Em relação à primogênita, não chega a afirmar que a violência teria acontecido por um tempo prolongado, mas em diversos momentos das cinco entrevistas dá a entender que sim. Por último, enquanto Sérgio afirma ter praticado violência contra sua filha uma vez – tendo ela se constituído “apenas” de beijos e abraços –, seu prontuário institucional indica duração de três anos e sete meses. Diversos tipos de interpretação podem emergir do fato de que os três entrevistados, apesar de assumirem a prática da violência, reduzem-na a momentos isolados, situação já identificada na literatura a respeito: “‘Momentâneo’ é talvez a escolha léxica mais potencialmente persuasiva, porque ela reduz o período de tempo da ofensa a um momento singular no tempo, depois do qual o ofensor presumidamente conteve-se e parou com a ofensa” (MACMARTIN e WOOD, 2005, p. 147, grifo do autor).

Também se apreende das entrevistas e dos prontuários que os pesquisados diferiram no grau de violência física empregado: enquanto alguns utilizaram-se de toques, masturbação e sexo oral (por exemplo Sérgio, Amarildo e Jonas), outros utilizaram-se de extrema violência física para com suas vítimas (por exemplo Cristiano, Marcelo e Ricardo), pois bateram, morderam, penetraram, ameaçaram com armas de fogo ou ainda as levaram a óbito.

Quanto aos sentimentos sobre a violência sexual praticada, na maior parte dos casos, os assumentes relatam arrependimento por seus atos e pelas consequências que produziram nas vidas de suas vítimas: Adriano, Amarildo, Cristiano, Jonas, Paulo, Ricardo e Ronaldo. Alguns (Amarildo, Leandro¹²³, Marcelo, Paulo, Ricardo, Ronaldo e Sérgio) manifestam a necessidade de pedir perdão às vítimas – premência esta também expressa nas falas ao longo de toda a análise do presente trabalho. Três relataram ainda culpa e vergonha (Ricardo, Amarildo, Marcelo). Todos estes sentimentos, potencializados pela autoimagem de monstrosidade (a ser analisada na seção 3.1.2), ajudam na produção de narrativas acompanhadas de gaguejos, choros, suspiros, silêncios e emocionalidade. Entretanto, também

¹²³ Apesar de Leandro ser um negador da violência sexual, ele manifesta desejo de pedir perdão por ter praticado homicídio contra a filha da amante.

me deparei com Nilton, um assumente que em momento algum aparentou ter se arrependido por ter praticado violência sexual contra suas vítimas ou manifestou qualquer tipo de sentimento positivo sobre elas: “Não fede, nem cheira”, como será evidenciado na seção 3.2.1.1. Nesta mesma direção, escutei também as narrativas de João, negador da violência sexual, mas que relatou já ter cometido diversos assassinatos, sem que em momento algum de sua vida tivesse se sentido arrependido por assim ter procedido (seção 3.2.2.1).

Ao voltar a análise para os dados da Tabela 1- “Dados gerais dos entrevistados obtidos por meio dos prontuários institucionais e das entrevistas”, constata-se que os vinte e seis entrevistados, em seu conjunto, foram condenados por terem cometido violência sexual contra trinta e cinco vítimas, sendo uma média de 1,34 vítimas por pessoa condenada. Foram contabilizados vinte e sete denunciante, pois em um dos casos (Ronaldo), observou-se dois deles: a escola e a mãe da vítima.

Em sua maioria, os entrevistados estão nas idades de 31 a 40 anos (n=8; 31%), seguidos da faixa etária de 41 a 50 anos (n= 13; 50%), sendo a média de idade de 41,9 anos. Eles apresentam baixa escolaridade, concentrada majoritariamente nas seguintes categorias: analfabeto (n=8; 31%) e primeira fase do ensino fundamental (n=13; 50%). Nas entrevistas observou-se uma significativa incidência de origem rural e interiorana (23%), o que pode ter contribuído para as dificuldades de acesso ao espaço educacional. Como consequência, diversos deles ocuparam, na fase adulta, postos de trabalho precarizados, como se pode constatar na tabela 1.

Assim, ao eleger os AVS encarcerados como sujeitos de pesquisas, não se pode ignorar quem são eles e de que classe social provém. Isso não implica a criminalização da miséria, mas no fato de que historicamente, as pessoas julgadas e condenadas no Brasil, em sua maior parte, pertencem às classes econômicas menos favorecidas, não dispendo de condições financeiras para custear sua defesa. São ainda quase inexistentes no cenário prisional brasileiro os AVS que possuem elevados níveis de escolarização, profissionalização, inserção no mercado de trabalho e pertencentes a classes economicamente mais favorecidas. Mas não se pode ignorar que eles existem, praticam violências e produzem vítimas. Como não estão presos, estão consequentemente circulando nas comunidades e perambulando pelas cidades. Resta a indagação dos motivos que envolvem os silêncios sobre eles. Cabe lembrar ainda que, ao tentar discutir sobre o tema, dever-se-á considerar a constante influência da mídia que, dentre outros, produz e reproduz uma distinção clara entre a violência sexual cometida por pessoas de classe baixa e outras de classe média ou alta, conforme mostra o estudo de Landini T. (2003). A autora constatou que os ricos são associados à ideia da pedofilia como uma doença mental ou um

“desvio psicológico” (LANDINI, T., 2003, p. 282, grifo do autor), enquanto que os pobres são vinculados à concepção de barbárie. Tem-se aqui um tema que considero de especial relevância para futuras pesquisas.

No tocante ao histórico criminal, encontrei tanto homens que nunca haviam praticado qualquer tipo de crime a não ser a violência sexual (n=12; 46,5%), bem como aqueles que a cometeram a partir de um contexto situacional de outros tipos de violências (n=14; 53,5%), tanto antes como também durante a violência sexual, tais como: assassinatos, assaltos à mão armada, roubos e outros. Observa-se ainda que 46,1% dos entrevistados (n=12) relata uso ou abuso de drogas, seja antes, durante ou depois da violência.

As informações revelam ainda que são homens que se casaram, constituíram famílias e tiveram filhos, como mostra o índice de casados (n=16; 61,5%), em comparação com a quase a metade de solteiros (n=9; 35%) e também a minoria que não tem filhos (n=6, 23%). Isto significa que a maioria possuía relacionamentos sexuais com parceiros adultos, seja antes ou durante a violência. Isto definitivamente coloca o debate da sexualidade de AVS em evidência, pois há pouca reflexão sobre a vida sexual dos AVS. Trata-se de um importante objeto para futuras pesquisas.

No que diz respeito às vítimas, que totalizaram trinta e cinco, encontrei preponderância de crianças (n=25; 71,5%), seguida de adolescentes (n=7; 20%) e mulheres adultas¹²⁴ (n=3; 8,5%), sendo a média de idade de 9,6 anos. A maioria desconhecia as pessoas que contra elas praticaram violências (n=11; 31,4%), seguido das filhas (n=10; 28,5%), das vítimas conhecidas¹²⁵ (n=7; 20%) e das enteadas (n=3; 8,5%). Quanto ao sexo, a maior parte é do feminino (n=31; 88,5%) e a minoria masculino (n=4; 11,5%). Elas sofreram violências sexuais prolongadas¹²⁶ em quinze casos (42,5%); em dezenove deles (54,5%), foram episódios únicos, segundo os próprios entrevistados.

As mães das crianças e das adolescentes vítimas de violência sexual, em geral afetivamente envolvidas com os AVS, são personagens que aparecem em posições contraditórias e paradoxais. Em conformidade com estudos da literatura especializada (HABIGZANG et al. 2005), elas são as mais frequentes denunciadoras e na presente pesquisa totalizou onze casos (40,7%), o que demonstra sua capacidade de desenvolver atitudes de proteção. Entretanto, são concomitantemente aquelas que podem colocar seus filhos em

¹²⁴ Casos de Marcelo e Nilton.

¹²⁵ Nesta categoria, constam somente as seguintes vítimas listadas na tabela 1: filha da amante, sobrinha da amante, sobrinha da ex-esposa, filha da namorada, filho do amigo e vizinhas.

¹²⁶ Como já explicitado na seção 2.1, para fins da presente análise, considerei violência prolongada qualquer situação que tenha ocorrido por mais de uma vez com a mesma vítima.

situação de vulnerabilidade à violência sexual, em função de sua omissão, silêncio e demora para proceder a denúncia após a descoberta da violência. Foi o caso da ex-esposa de Fábio que denunciou seu marido, mas já tinha ciência de violências sexuais cometidas por ele contra outras crianças. Mesmo assim, permitia que sua filha ficasse sozinha com o pai, que se aproveitou destes momentos para praticar a violência. Também a esposa de Jonas teria, por medo, se silenciado após descoberto a violência contra as filhas. Presenciei ainda relatos de um entrevistado (Amarildo) cuja esposa (e também mãe da vítima) o aceitou de volta a seu lar após progressão para o regime semiaberto, colocando à mostra um dos assuntos que pouco se discute enquanto sociedade: o retorno dos AVS às comunidades (e possivelmente às famílias) pós-prisão. O levantamento indicou ainda que mulheres podem atuar como coautoras da violência sexual, como foi o caso da esposa de Luiz que, juntamente com uma tia da vítima, chegaram a presenciar os atos de violência que ele praticou contra a adolescente. Similarmente, a esposa de Adriano é também citada como aquela que o ajudou a praticar a violência sexual. Não há menção sobre a responsabilização penal ou a prisão de quaisquer delas. Pontuo que a sociedade brasileira ainda se mantém silenciosa quanto a enxergar, discutir ou responsabilizar as mulheres AVS. Trata-se de assunto pouco examinado pelo senso comum, mídia, literatura especializada¹²⁷ e discurso institucional, de acordo com o que já foi discutido na seção 1.4.

Voltando aos homens AVS, sem pretender adentrar à sua investigação psicológica – até porque a metodologia e análise propostas nesta tese não contemplam esse tema –, pontuo que apenas dois entrevistados fizeram autorrelato de transtornos mentais: Paulo e João. O primeiro afirmou ter esquizofrenia e o segundo disse possuir “problemas na cabeça, de nervosismo, não sei falar o que é”. São comorbidades o uso abusivo de drogas (que ocorreu tanto antes, como durante a prisão). Três entrevistados (Paulo, Nilton e João) eram acompanhados pelo *Projeto Renascer*, uma ação institucional para atendimento terapêutico aos dependentes químicos dentro da própria penitenciária.

Ao buscar a literatura para relacionar com os dados acima, constata-se que são poucos os estudos nacionais que se prestam à realização de descrições sociodemográficas e criminais sobre os AVS. Cito a pesquisa¹²⁸ de Carvalho e Sousa (2007), também desenvolvida na POG. Os autores realizaram pesquisa documental nos processos judiciais de cento e vinte e cinco homens condenados por crimes de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes, o que totalizou 5,6% da população carcerária daquela época. O levantamento

¹²⁷ São poucos os estudos dedicados a analisar o papel das mulheres envolvidas afetivamente com AVS, dentre os quais destaco o de Sousa (2013).

¹²⁸ Também realizado a partir da experiência do Programa Repropondo, já descrito na seção 1.1.

constatou que a maior parte deles são solteiros (n=67; 54,1%), seguidos de pessoas em união estável (n=29; 23,4%). Quanto à idade, os detentos se concentraram na faixa de 19 a 49 anos, totalizando 93,6% dos casos. No que diz respeito à escolaridade, 53,2% dos entrevistados possuem a primeira fase do ensino fundamental incompleto e 28,7% a segunda fase do ensino fundamental. Os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais¹²⁹ totalizaram 45,9% dos casos no tocante à profissão anterior ao ingresso na penitenciária. Quanto à idade das vítimas, 37,8% (n=31) são crianças, 25,6% (n=21) adolescentes e 29,3% (n=24) mulheres adultas. No restante dos casos, houve uma combinação entre vítimas das três faixas etárias. A maior parte era do sexo feminino (91%, n=112), contra 8,9% (n=11) do sexo masculino. Não existia proximidade social com a vítima em 67,9% (n=74) dos casos, seguido por 19,3% (n=21) de relações de parentesco, e 6,4% (n=7) de vizinhança e outros.

Concluindo, a análise realizada na presente seção mostra, em primeiro lugar, a complexidade necessária para abordar o tema dos AVS (sejam eles homens ou mulheres, sozinhos ou em coautoria), pois evidencia inúmeras facetas, heterogeneidades e particularidades sobre aspectos como: as histórias de vida e as vivências nas famílias de origem e seu possível impacto na construção de suas subjetividades; as violências sofridas nas infâncias (incluindo a sexual), os significados que eles constroem sobre estas experiências e suas possíveis conexões com as violências praticadas; o tipo de relação, aproximação e abordagem (inclusive sexual) que estabelecem com suas vítimas e famílias; suas próprias reações, autoimagem, sentimentos e pensamentos quanto às violências que praticaram; a existência de convergências e divergências entre as informações coletadas nos prontuários institucionais e nas entrevistas, o que indicam versões diferentes sobre um mesmo fato; seu perfil socioeconômico e criminal; a ocorrência do uso de drogas e sua relação com as violências que praticaram, dentre outros. Assim, como já pontuado em trabalhos anteriores (ESBER, 2009; SANTOS et al., 2009) defendo que os AVS são personagens demasiadamente complexos para qualquer tipo de homogeneização, que considero simplista. Quando a aproximação científica, institucional e popular não os considera de tal maneira, corre-se o risco de basear a análise em uma figura imaginária, obscura, fantasiosa, animalesca ou monstruosa, o que, em última instância, acaba por constituir-se como um obstáculo para o próprio enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, retroalimentando sua manutenção em nossa sociedade.

¹²⁹ Os autores tomaram por referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), realizada pela Comissão Nacional de Classificação, o organismo responsável pela realização de classificações estatísticas do Brasil.

3.1.2 PESSOAS QUE PRATICAM VIOLÊNCIA SEXUAL NA PERSPECTIVA DOS ENTREVISTADOS

Diversos entrevistados da presente pesquisa apresentaram espontaneamente narrativas que exteriorizaram suas representações sociais sobre pessoas que praticam violência sexual (seja referindo-se a si próprios ou a outros AVS), cujos relatos apresento a seguir. Ressalto que, excetuando-se Paulo, os demais abaixo apresentados são negadores da violência sexual. Sendo assim, ele é o único a falar sobre seus sentimentos sobre si próprio:

Armando: Acho que isso aí deve ser um distúrbio, né? Eu penso que deve ser um distúrbio ou então, como eu devo falar? Ou é safadeza, ou uma sacanagem. // Ou ele é um maníaco, ou vai por um impulso de safadeza, assim naquele momento ali. // Eu acho, doutora, que o agressor, quando ele tá fazendo aquilo ali [violência sexual], ele tá sendo usado por alguma seita. Acho que ele nem pensa em nada não.

Bruno: Uma pessoa cometer uma violência dessa! Eu acho que não é certo o que ele fez, né? E se ele fez, tem que pagar pelo que ele fez. Eu penso comigo assim. Não é certo fazer um tipo de coisa dessa, né? Porque é ruim, é triste, né? Como você vai pegar uma pessoa e fazer uma violência dessa, né? // Ele não é certo da cabeça. Como que ele vai fazer uma coisa dessa com uma criança? Ele não tá no normal dele. Tem tanta mulher na rua. Pra que ele vai pegar uma criança e fazer isso? // Porque se ele cair num lugar desse que eu tô hoje, ele vai pagar caro.

César: A senhora quer que eu seja sincero com a senhora? Eu acho que tem que matar, mandar pro inferno, cortar a cabeça logo, porque isso não é uma coisa que se faça. Isso é coisa de gente doida.

Danilo: Eu diria que é um desespero, né? Porque o tanto de mulher que tem no mundo! Um cara pra fazer isso é uma pessoa fraca, né?

Fabiano: Uma pessoa dessa [AVS], tem é que acabar morrendo. Fazer isso com uma criança, um anjinho daquele! Uma pessoa dessa tem que morrer, porque uma pessoa dessa não merece estar na sociedade. Eu tenho é raiva de um sujeito desses.

Guilherme: Na minha visão, eu acho que ele sente assim, possuído. Já viu uma pessoa possuída? Uma pessoa possuída, ela não tá ali, entendeu? Os olhos dela viram, ela não tá em si mais, entendeu? // Uma pessoa que faz isso com uma criança, é o final do mundo, né? É o final do mundo! Isso é o cão, é o cão que tá rodando o mundo todo aí.

Luiz: A partir do momento que uma pessoa está possuída por um distúrbio, um espírito maligno, essa pessoa só quer visar o seu lado egoísta. Eu analiso dessa forma. Eu acho um absurdo uma pessoa adulta olhar para uma criança, um adolescente e egoistamente, satanicamente fazer o que nós estamos vendo aí todos os dias. A minoria dos casos, doutora, vem a público.

Mauro: Muitos fazem com a bebida, muitos fazem com a droga, muitos fazem em discussão de família. Na discórdia de família.

Paulo: Uma pessoa que faz um trem desse, no meu modo de pensar, não é um ser humano. É um bicho, é um monstro, não merece assim o respeito da sociedade. // A partir do momento que a criança é abusada, entendeu? Por um covarde, vou falar logo assim, eu fico nervoso. Tem hora também dessa situação, de ter caído nisso [condenação

pela violência sexual]. Nossa! Fico grilado com esse trem. Tem dia que eu fico lá na minha cela, grilado e com nojo¹³⁰ de mim. Nossa Senhora! Dá um trem ruim em mim. É uma situação complicada, doutora. Então assim, a pessoa que é usada, tanto um homem como uma mulher, uma criança, tô supondo tudo. Ela ... assim, é um nojo que não tem fim. // (choro) Eu choro assim de ódio de mim mesmo. Eu tenho ódio de mim mesmo. De saber que eu fiz essa cagada, essa bobeira. Trem que o povo fala mesmo que foi eu¹³¹. Então, eu não queria que isso tivesse passando comigo, sabe assim? No dia que eu vim preso, eu cheguei a falar para os policiais: “Me mata moço, me mata pelo amor de Deus¹³²”.

Renato: Uma pessoa sem cabeça, que não pensa. //Mexer com uma criança! Não tem lógica, é um sem vergonha // Dependendo do animal, acho que não é digno de viver na terra. // É falta de caráter. Pra mim, é falta de caráter. Eu mesmo fico indignado com um trem desse, quando eu vejo na televisão. Apesar de que tem muita gente que é inocente e está pagando por coisa que a justiça fala que é.

Ricardo: Só esse nome, tarado, dá nojo sinceramente e infelizmente. Eu nem gosto de assistir televisão¹³³, ver o [apresentador de programa policial de TV], você só vê isso. Quando eu escuto o nome estuprador por aí, sério mesmo, me dá um negócio dentro de mim, um trem mais ruim, um trem esquisito. Eu acho que sei lá, é complicado demais eu não sei nem como falar para você. Eu me sinto envergonhado, eu me sinto nojento quando ouço a palavra estupro.

Samuel: É um trem assim que é difícil até da gente conversar sobre isso, porque um cara que faz um trem desse pra mim é doido, é louco, não bate bem da cabeça. Gente! Hoje em dia, com 10 reais ou uma pedra de crack você compra quem você quiser. Você compra mulher, você compra¹³⁴ menina. Não precisa pegar a pessoa a força. Que prazer é esse?

Como se constata, os entrevistados relacionam sua própria imagem¹³⁵ ou de um AVS hipotético¹³⁶ à: monstruosidade, animalidade, inumanidade, distúrbio psíquico, doença mental, forças malignas¹³⁷, necessidade de punição pelos atos cometidos, abuso de álcool ou drogas e irracionalidade de forçar alguém ao sexo, já que existem muitas mulheres disponíveis. Assim, demonstram condenar moralmente os atos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Evidenciam também sentimentos de nojo, raiva e ódio de si mesmos por terem cometido violência sexual.

Esse tipo de representação pode ser a expressão das maneiras pelas quais os ofensores sexuais têm sido demonizados como nunca nos últimos 20 anos (TIDEFORS e

¹³⁰ O nojo de si próprios e dos atos de violência sexual cometidos também foi constatado nas falas dos AVS pesquisados em trabalho anterior (ESBER, 2009).

¹³¹ Paulo oscila entre a assunção e a negação da violência, conforme será discutido na seção 3.1.3.

¹³² Observe-se como no decorrer de todo esse trecho, Paulo evidencia a indissociabilidade entre seu sofrimento e o sofrimento da vítima, característica comum aos entrevistados, conforme será discutido na seção 3.2.1.3.

¹³³ Note-se como mídia contribui para a construção e reconstrução de representações sociais.

¹³⁴ Aqui, Samuel faz referência à exploração sexual comercial de crianças. Sua narrativa dá a entender que o pagamento e o consentimento da criança ou da adolescente para o sexo amenizariam o aspecto ilícito dos atos sexuais de adultos com crianças e adolescentes.

¹³⁵ Para o caso dos assumentes.

¹³⁶ Para o caso dos negadores.

¹³⁷ Tal característica também foi constatada por Zúquete e Noronha (2012).

KORDON, 2009). Sua figura tem sido amplamente associada ao qualificativo de monstruosidade que expressa um impacto “[...] em face do outro não-natural, quase animal e absolutamente disforme” (FÍGARI e DÍAZ BENITEZ, 2009, p. 23). Isto ocorre pois eles praticam violações das interdições do sistema de representações construídos na nossa cultura a respeito da sexualidade, que “são passíveis de uma rejeição visceral e acompanhadas de reações como nojo e repugnância” (SILVA, R., 2009, p. 172).

São diversos os discursos institucionais que produzem, reproduzem e fortalecem o horror à pessoa que pratica violência sexual. Cito como exemplo as expressões “criminosos desgraçados, compulsivos, insaciáveis e monstros”, qualificativos usados para descrever os AVS por senadores da CPI da pedofilia (LOWENKRON, 2011), o que os transforma em: “uma espécie de não-ser” (OLIVEIRA, A., 2009, p. 467). Em estudo anterior (ESBER, 2009) retratei as maneiras pelas quais os documentos oficiais produzidos por juízes, promotores de justiça e outros profissionais conceituaram o AVS: “monstro-maniaco” (ESBER, 2009, p. 72), “monstro-delinquente” (ESBER, 2009, p. 74), ou ainda: “a alma humana traz em si mistérios insondáveis e, às vezes, somos testemunhas de seu aprisionamento por forças instintivas e bestiais que nos aproximam mais de nossa origem animal” (ESBER, 2009, p. 75)

Parte da literatura especializada, desde seus primeiros estudos, tem em certa medida contribuído para um tipo de entendimento que reitera a ideia de que os AVS são diferentes daqueles que não praticam a violência. Charam (1997), por exemplo, os retrata como homens tímidos, com falta de habilidade e traquejo social, tomados pela ansiedade, vergonha, culpa e por um comportamento compulsivo. Similarmente, Caprio (1993 apud CHARAM, 1997) indica que os estupradores apresentam psicoses e distúrbios do caráter; eles podem cometer estupros impulsivos que ocorrem durante o curso de outros crimes, ocasionando remorso e culpa. Este tipo de compreensão não é novo. Gilman (1998) evidencia que no fim do século XIX, o incesto era entendido como falta de controle, doença mental ou relacionado ao vício do álcool. Como evidenciado na seção 2.2, estas concepções foram influenciadas pelo próprio discursos médico e científico na história, que vincularam “as práticas incestuosas às graves perturbações mentais ou diretamente ao campo genérico da anormalidade” (FÍGARI, 2009, p. 429).

A transformação do criminoso sexual em anormal não é um fenômeno recente, mas sofreu algumas modificações, produzindo novas modalidades de anomalia. Desde que a reflexão do direito penal passou a se dar em torno da noção de “risco”, com atenção à reincidência e à periculosidade, unida a uma psicologização dos atos criminosos, verifica-se uma crescente proliferação de classificações dos agressores sexuais para melhor analisar os comportamentos e detectar os perigos. Nesse contexto, emerge um

novo tipo não apenas de criminoso, mas de monstro humano: o “pedófilo” (LOWENKRON, 2014, p. 247, grifo do autor).

Assim, argumento que as representações sociais que os entrevistados apresentaram sobre si próprios enquanto AVS ou sobre as pessoas que praticam violência sexual compartilham daquelas apresentadas pelo senso comum, pela mídia e pela literatura. Ressalto ainda que elas vêm sendo historicamente consolidadas há, no mínimo, dois séculos, como evidenciei ao longo da seção 2.2. Isso tem grande impacto para os próprios AVS, pois: “A autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.40). Entender como isso afeta suas vidas – e conseqüentemente as vidas das futuras crianças e adolescentes com as quais eles possivelmente conviverão quando saírem das prisões – ainda é um tema inexplorado por pesquisas.

3.1.3 CONTRADIÇÕES ENTRE O NEGAR E O ASSUMIR A VIOLÊNCIA SEXUAL: DIFERENTES FACETAS

A literatura especializada evidencia ser comum aos AVS negarem completamente o cometimento das violências sexuais pelas quais foram acusados ou condenados (BARBAREE, 1991; BARBOSA et al., 2010; ZÚQUETE e NORONHA, 2012). Diversos termos têm sido utilizados para se referir a essa característica de suas narrativas: “negação categórica” (MARSHALL et al., 2001), “negação completa” (BRAKE e SHANNON, 1997) e “negação absoluta” (BARBAREE, 1991). Além dessas, discute-se também que a negação apresenta diferentes tipos e graus (FURNISS, 1993; SALTER, 1988; SARADJIAN e NOBUS, 2003; SCHMIKLER, 2006) e é um constructo complexo e multifacetado (BARBAREE, 1991; MARQUES et al., 2005; WINN, 1996), característica esta que também pôde ser constatada na presente pesquisa. Considerando que a maior parte dos entrevistados (quinze dos vinte e seis) são negadores das violências sexuais pelas quais foram condenados, julguei importante tecer algumas considerações sobre o assunto.

O primeiro ponto a ser destacado refere-se ao fato de que, apesar de estabelecer para fins analíticos a separação didática entre as polaridades assumentes e negadores (conforme já explicitado na seção 1.5.1), pode-se observar que existem diversas facetas entre elas, pois: 1- os negadores podem assumir a violência praticada ao longo do processo de realização de entrevistas; 2- os assumentes podem esconder alguns aspectos da violência sexual praticada, revelando-os gradativamente. É possível também que eles neguem aspectos como sua ativa participação e responsabilidade, chegando até mesmo à culpabilização das vítimas, característica essa que tem sido chamada de minimização (BARBAREE, 1991; MARSHALL, 1994).

Para analisar as narrativas dos pesquisados, aproprio-me da categorização¹³⁸ proposta por Schneider e Wright (2001), segundo a qual a negação em AVS possui seis naturezas distintas, mas inter-relacionadas: 1- a negação da ofensa; 2- a negação da extensão da violência; 3- a negação da intenção da violência; 4- a negação devido à percepção do desejo da vítima; 5- a negação do planejamento e 6- a negação do risco de reincidência. Na presente pesquisa empírica, encontrei três destes tipos de categorização. O primeiro foi a “negação devido à percepção do desejo da vítima”, que acontece quando o AVS entende que esta tomou iniciativa ou desejou a interação sexual. Dois entrevistados (Adriano e Emílio) defendem que foram sexualmente abordados pelas crianças e adolescentes que constam como suas vítimas nos seus processos judiciais. O primeiro, condenado por ter praticado atentado violento ao pudor contra uma criança e duas adolescentes, refere-se especialmente a uma delas e diz que ela teria lhe oferecido relações sexuais em troca de dinheiro. Utiliza-se desse argumento (e também de outros descritos na seção 3.1) para compartilhar com ela a responsabilidade pela interação sexual estabelecida, ou tentar colocá-la em um padrão de normalidade e possibilidade, chegando por vezes a culpabilizar a adolescente. Em outros momentos, oscila para o reconhecimento de que: 1- trata-se de violências sexuais; 2- na condição de adulto, cometeu um erro moralmente condenável; 3- a adolescente pode ser considerada como sua vítima (seção 3.2.1.1). Já Emílio afirma que estava em uma festa e que o adolescente se insinuou sexualmente para ele por diversas vezes. Após ter ingerido grande quantidade de álcool, recolheu-se ao quarto para dormir e acordou com o mesmo tocando em seu pênis. Assim, assume que o contato sexual aconteceu, mas nega qualquer tipo de intencionalidade em relação a tal interação, sendo que ela teria ocorrido apenas em função do desejo da vítima. Ressalto que sua versão é contestada pelas informações colhidas em seu prontuário institucional, conforme descrito na seção 3.1.

O segundo tipo de negação encontrado, que se assemelha àqueles propostos por Schneider e Wright (2001), foi a “negação da extensão da violência”. Trata-se de uma dificuldade do AVS em assumir a magnitude da gravidade da violência sexual para as vítimas. A negação apareceu nas narrativas de Sérgio e Amarildo. Segundo a aceção do primeiro, a filha não sofreu nenhum tipo de consequência após a interação sexual, uma vez que ele teria somente a beijado e abraçado: “Eu acho que é diferente da pessoa fazer [penetrar]”. De acordo com sua lógica, isto se comprovaria pelo fato de que ele ainda convive com todos os seus filhos, que são afetuosos com ele: “Todos eles, até hoje, eles estão grandões, estão rapazes, eles sempre

¹³⁸ Entretanto, contesto a explicação fornecida pelos autores, quando asseveram que a negação seria uma expressão das distorções cognitivas em AVS (ESBER, 2009).

foram agarradinhos comigo. Ali, sempre foi assim, amoroso”. Apesar disso, ele concomitantemente demonstra entender que a interação sexual estabelecida com sua filha estava errada: “Por estar fazendo aquilo ali com a pessoa que é filha, acho que veio aquele remorso, veio aquela coisa assim”. O segundo pesquisado, Amarildo, também nega a extensão da violência quando concebe o fato de não ter penetrado ou estuprado sua filha como um atenuante, apesar de entender o equívoco desse tipo de relacionamento em outras entrevistas:

Amarildo: Isso é uma coisa que nem eu sei explicar como que ocorreu. Eu sei que eu toquei com as minhas mãos. Mas não abusar, igual eu vejo as pessoas falar aí. Tem várias pessoas que assim... estupram. Isso não. Eu toquei, foi toque com a minha mão. Não vou mentir, porque não precisa. Só não entendo¹³⁹ o porquê que eu fiz aquilo.

O terceiro tipo de negação relacionada por Schneider e Wright (2001) e identificada na presente pesquisa foi “a negação da intenção”, que ocorre quando os AVS culpabilizam fatores externos para justificar a prática da violência, tais como o uso de álcool e/ou outras drogas. Dos onze assumentes, oito (72%) relatam o uso dessas substâncias nos períodos antes ou durante a violência, correlacionando-os, em uma espécie de causa e efeito. Ronaldo, Adriano e Emílio afirmam ter feito uso de álcool; Marcelo, Ricardo, Nilton, Cristiano e Paulo relatam o uso contínuo, combinado e intenso de diversas drogas:

Adriano: Igual eu falei, foi pela bebida que eu tomei. E tava meio escuro, eu pensei que ela tinha mais idade, pensei que ela era prostituta. // Hoje eu tô respondendo por uma coisa que eu penso que eu não fiz. Eu tinha tomado duas cervejas, mas na minha consciência, eu não penetrei nela não.

Marcelo: Depois que eu sarei, no outro dia que eu fui me tocar. Como se diz, eu nem tava lembrando. Deitei, dormi, nem tava lembrando. No outro dia que saiu a conversa, aí que eu fui lembrar.

Ronaldo: De vez em quando, eu deito ali na minha cama e fico pensando: “O que passava na minha cabeça?” Era só eu beber, pegava o menino e ia pro mato. O que passava na minha cabeça naquela hora da bebida?

O índice de 72% de AVS que fizeram uso ou abuso de álcool e/ou outras drogas antes ou durante a prática da violência sexual encontrado na presente pesquisa é alto, quando comparado com estudos com amostragens quantitativamente maiores. Lung e Huang (2004) aplicaram questionário em duzentos e quarenta AVS encarcerados taiwaneses e mostraram a porcentagem de 30,8% de abuso de drogas ou álcool. Pesquisadores (BALTIERI, 2005; CHARAM, 1997; FINKELHOR, 1986; MACHADO, 1998; SCHMIKLER, 2006) têm

¹³⁹ Note-se a perplexidade que os próprios entrevistados apresentam sobre os motivos pelos quais teriam praticado a violência sexual, característica comum em AVS, conforme evidenciado ao longo da presente análise e também em pesquisa anterior (ESBER, 2009).

mencionado relações entre a violência sexual e o uso ou abuso de álcool e outras drogas: “O uso do álcool é muito frequente na violência sexual. Reduz no homem o freio moral e eleva a agressividade e o desejo sexual. [...] O mesmo ocorre com a maconha, cocaína e outros” (CHARAM, 1997, p. 167). No discurso institucional, tais relações também são feitas, como evidencia a pesquisa de MacMartin e Wood (2005), que indica que juízes realizam conexões entre a violência sexual e forças e circunstâncias alheias aos AVS, como o uso de álcool. Entretanto, é essencial pontuar que estudiosos do campo das toxicomanias afirmam que não se pode fazer esse tipo de correlação, asseverando que as relações entre o crime e o abuso de substâncias psicoativas são complexas (BALTIERI e FREITAS, 2003; BETTARELLO, 1998; LEVISKY, 1997; OLIEVENSTEIN e PARADA, 2002).

Além dos três tipos de negação discutidos acima, a presente pesquisa possibilitou identificar outras duas facetas de negação da violência sexual: 1- os entrevistados oscilam entre a assumência e a negação, como parte de um processo contraditório entre revelar e esconder a violência sexual praticada. Entendo que isso se dá pois o contexto é de uma “estranha situação” (GASKELL, 2002, p.74) na qual se é convidado a falar a um entrevistador desconhecido sobre temas usualmente tratados com reprovação social e repulsa; 2- a negação pode estar relacionada a uma estratégia de sobrevivência e autoproteção dentro da prisão, pois ela é um lugar hostil para os AVS, tendo em vista que dentro do código relacional prisional, a violência sexual contra crianças é considerada um crime inadmissível: “A entrada para uma cadeia pública na condição de estuprador talvez seja a pior situação para um fora-da-lei” (SCHMICKLER, 2006, p. 157).

No que diz respeito à primeira faceta – os entrevistados oscilam entre a assumência e a negação –, resalto que ela ocorreu com Nilton, Paulo e Marcelo. O primeiro, condenado por ter estuprado duas mulheres adultas e uma adolescente, diz: “Uma delas, eu estuprorei. As outras duas, não”. Em outros momentos, volta atrás e nega que tal violência tenha acontecido, como se pode constatar no trecho a seguir:

Nilton: Dessa do matagal, a única coisa que eu lembro foi que eu tava doido demais [por abuso de drogas], arrastei ela pro mato. Na hora que eu ia fazer sexo com ela, não deu certo, eu não sei o que aconteceu, só lembro disso.

Outro pesquisado, Paulo, relata que não se lembra exatamente o que teria ocorrido entre ele e a criança vítima, em função do uso abusivo de drogas. Tende a assumir, quando afirma: “Se eu tô preso nesse lugar, é porque eu tenho alguma coisa envolvida nesse trem”. Em outros momentos, oscila para a negação:

Paulo: Quando a pessoa usa uma droga, ou quando a pessoa tá drogada, ali a pessoa não vê, né? Então assim, eu não posso falar. É igual eu falei pra senhora daquela outra vez, eu não posso falar que não foi eu. Às vezes, pode ter sido eu e eu não lembro, né?

Com Marcelo, que manifesta essa mesma oscilação entre negar e assumir, foram realizadas quatro entrevistas. Na primeira, assume apenas um dos dois estupros dos quais foi condenado:

Karen: Você chegou a estuprar essas duas?

Marcelo: Uma foi, a outra não. A outra que era drogada¹⁴⁰ também, tava na rua, era drogada. Só que, como se diz, a população viu que era de menor. Aí, já chamou a polícia, deu no que deu. // Só que jamais eu trisquei. Ela foi no Instituto Médico Legal, né? Viu que não constatou nada, ela falou também que eu não pus a mão nela, não estuproei ela, mas deu o que deu, por que eu sou reincidente.

Na segunda entrevista, todavia, Marcelo indica que teria cometido violência sexual contra a segunda vítima também, que é uma criança. Quando questionado sobre os motivos pelos quais teria anteriormente negado a violência, disse ter ficado constrangido e envergonhado, por considerar estupros de crianças mais graves¹⁴¹ do que os de mulheres. Tomando as narrativas dos três entrevistados acima, infiro que pode ser difícil manifestar-se sobre um assunto como a violência sexual praticada, pois, conforme já discutido em trabalho anterior (ESBER, 2009), o tema, por si só, provoca experiências de vergonha, silêncio, segredo, medo, culpa e nojo. Isto é reiterado pela discussão realizada na seção 3.1.2, no qual evidenciei que os próprios entrevistados classificam suas condutas ou de supostos AVS como moralmente condenáveis, monstruosas e animais. Sem dúvida, estes são qualificativos produzidos, reproduzidos e intensificados pelas maneiras com as quais a sociedade brasileira ainda lida com o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, já discutido ao longo do Capítulo 2.

No que diz respeito à segunda faceta de negação proposta na presente tese – a negação como uma estratégia de sobrevivência e autoproteção dentro da prisão –, recorro à literatura especializada quando constata que, caso alguém confesse o crime de violência sexual praticado ou seja identificado como um AVS dentro de uma prisão, pode estar sujeito a diversas formas de retaliação e humilhação, tais como: violência sexual, psicológica, física, espancamentos, queimaduras, humilhações, pois são alvos de sentimentos de ódio e desprezo por parte dos outros presos (ESBER, 2005, 2009; HEIL et al., 2003; JESUS, 2006; LOPES, 2005; SANTOS et al., 2009; SCHMIKLER, 2006; SCHWAEBE, 2005) e até mesmo

¹⁴⁰ Marcelo parece realizar um movimento de desqualificação da idoneidade da vítima, quando a classifica como drogada.

¹⁴¹ A hierarquização dos crimes de violência sexual apresentada aqui por Marcelo foi usual também nas narrativas de diversos outros entrevistados e será discutida na seção 3.2.2.3.

assassinatos¹⁴². Diversos pesquisados contaram sobre estes tipos de experiências e dois deles (Paulo e Guilherme) relataram ter sido vítimas de violência sexual. Apresento a seguir as narrativas do primeiro:

Paulo: Nossa doutora, não toca nesse assunto não, eu fico tão assim chateado, eu fico chateado, sentido ... Fui estuprado sim, aqui na CPP. Me batia, me dava choque, me deu paulada, os presos quase me matou, pulou no pátio com uma faca. Foi ruim, porque a gente sente a dor. É difícil, né? É difícil saber que a pessoa tá te usando, a pessoa tá fazendo coisas que não deve com você, quebrando pau de rodo na cabeça sua, batendo em você. Rasparam minha cabeça, deu choque. Colocaram corda no meu pescoço, tentando me enforcar. // Eu não sou aceito aqui na cadeia não, doutora, a senhora acha que eu sou aceito aqui? Tem gente aqui que é doidinha pra me matar. Um dia, eu fui ali no orelhão, o cara chegou pertinho de mim e falou: “Aí bicho, uma hora você vai vir na minha mão e neste dia, eu vou arrancar sua cabeça, entendeu? Eu vou arrancar sua cabeça, vou acabar com você. Eu tenho filho, seu desgraçado. Você não tem vergonha na cara de fazer o que você fez não?” E eu calado. Eu vou fazer o quê? Eu vou me defender de quê? Doutora, a maioria dos presos é pai, sabe? Você acha que isso é fácil pra um pai¹⁴³? Vamos supor, você é uma mãe. Você ia gostar que seu filho fosse abusado? Tenho medo de morrer nesse lugar, tenho medo, doutora. Tenho medo, eu não sei o que eu faço. Eu tenho medo de ir embora e ser uma armação, a família do menino tá lá fora, ou sei lá, mandar algum malandro me matar. Eu tenho medo. Eu tô desesperado, doutora. Eu não sei o que eu faço e minha mãe me abandonou, tá complicado. Tá complicada a situação minha, me arrependo mesmo, sabe? Difícil. Onde que eu tava com a cabeça? Oh, meu Deus!

Para auxiliar na avaliação dos motivos pelos quais as violências contra os AVS tornam-se possíveis dentro e fora das prisões, recorro à análise sociológica de Elias e Scotson (2000), quando mostram as maneiras pelas quais um grupo (*estabelecidos*), em construção de uma identidade de superioridade em relação a outro (*outsiders*), é capaz de manter privilégios, prestígio e poder, que podem ser materiais/econômicos ou de status/simbólicos:

A estigmatização, como um aspecto da relação entre os estabelecidos e os outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.35).

Concluindo, espero ter tido êxito em frisar nesta seção que, apesar de estabelecer a distinção didática entre assumentes e negadores, não se pode entendê-los em uma perspectiva dual entre essas polaridades, pois existem inúmeras possibilidades, combinações e facetas de negação. Ela pode ser parte de um processo contraditório entre revelar e esconder a violência sexual praticada e pode ocorrer como uma das estratégias de sobrevivência e autoproteção dos

¹⁴² Apesar de nunca publicado em produções científicas anteriores, enquanto coordenei o Programa Repropondo, tomei conhecimento de dois AVS atendidos que foram assassinados dentro da POG.

¹⁴³ Perceba-se que Paulo também faz referência ao sofrimento da família da vítima de violência sexual.

AVS dentro da prisão. Sendo assim, a negação constitui-se em um processo complexo e multifacetado, não podendo ser entendida de maneira simplista.

3.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL A PARTIR DAS TRÊS UNIDADES DE SIGNIFICAÇÃO PROPOSTAS

Na presente seção, pretendo empreender a análise das representações sociais sobre as crianças ou adolescentes vítimas de violência sexual para os vinte e seis entrevistados. Para tanto, tomo por base as sessenta e uma entrevistas realizadas, a partir da observância das três unidades de significação propostas para a presente tese: 1- vítimas e vítimas de violência sexual, 2- crianças e adolescentes e 3- sexualidade (das vítimas e dos AVS). Conforme poder-se-á observar mais adiante, mesmo que didaticamente separadas, as unidades se interconectam, estabelecem relações e ultrapassam fronteiras rígidas, tanto que divido as narrativas dos entrevistados em apenas duas categorizações centrais: 1- as vítimas e vítimas de violência sexual: a primeira unidade de significação (seção 3.2.1) e 2- crianças/adolescentes e sexualidades: duas unidades de significação (seção 3.2.2). É sobre elas que passo a discorrer.

3.2.1 AS VÍTIMAS E VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: A PRIMEIRA UNIDADE DE SIGNIFICAÇÃO

A partir da realização de diversas perguntas¹⁴⁴ sobre a primeira unidade de significação proposta neste trabalho – vítimas e vítimas de violência sexual –, agrupei as narrativas dos entrevistados em três grandes temas: 1- a condição de vítima: crianças e adolescentes que experimentam contato sexual com adultos na visão dos entrevistados (seção 3.2.1.1); 2- o conceito geral de vítima (seção 3.2.1.2); 3- as vítimas de violência sexual na visão dos entrevistados: consequências, pensamentos, sentimentos e indissociabilidades (seção 3.2.1.3).

3.2.1.1 A CONDIÇÃO DE VÍTIMA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE EXPERIMENTAM CONTATO SEXUAL COM ADULTOS NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS

Como ponto de partida para a análise das representações sociais dos entrevistados sobre as vítimas de violência sexual, julguei pertinente investigar se eles consideravam quaisquer crianças e adolescentes que experimentam contatos sexuais com adultos como vítimas desta situação. Quando a entrevista ocorria com um assumente, busquei entender se elas eram compreendidas como suas próprias vítimas. Já nas entrevistas com os negadores, apresentei uma situação hipotética de contatos sexuais de adultos com crianças e adolescentes

¹⁴⁴ Que constam nos roteiros da primeira e da segunda entrevistas narrativas (Apêndices C e D)

e questioneei se, nesses casos, elas poderiam ser consideradas como vítimas. As respostas que eu obtive foram as seguintes:

Adriano: Considero [como vítima], porque eu não tive o entendimento e errei¹⁴⁵, né? Igual eu te falo que eu to arrependido, porque eu sinto que eu errei, né?

Amarildo: Na verdade, eu considero ela [enteada] como minha filha. Eu não sei o porquê que isso [violência sexual] aconteceu, mas eu não vejo rancor nela hora nenhuma, de jeito nenhum. Inclusive, eu estou convivendo com ela, né? Mas ela foi sim minha vítima porque, na verdade, fazer, fazer [penetrar] eu não fiz, né? Mas tocar nela, eu toquei, né? // Porque na verdade eu abusei delas [filha e enteada]. São sim. São vítimas.

Anderson: A criança vai pensar assim: “Porque fulano fez isso comigo?” Tem tantas coisas, né? Porque ela é uma vítima, né? Na real, ela é uma vítima. De todo jeito, ela é vítima. Na hora que ela for entendendo aquilo ... Por isso que eu falo que não passa [a lembrança], porque ela fica com aquilo pro resto da vida¹⁴⁶. // Sempre, as crianças e adolescentes é vítima. // O mais culpado é o cara, a pessoa que fez isso. Tem muita criança que não sabe o que é isso. A pessoa dá uma balinha e depois dá um real pra ela. Aí, a criança se torna vítima sem querer.

Armando: É vítima porque ela não teve como se defender daquilo. Às vezes, fica até com medo de acontecer algo pior e às vezes cede, fica quieta, fica ali acuada, no canto, deixando a pessoa bolinar dela ou dele, seja uma criança, um menino ou uma menina. // [A violência sexual intrafamiliar] fica até mais fácil, porque você tá dentro de casa convivendo com uma criança. Então, você vê aquilo, que ela não vai ficar assustada com aquilo. Então aí é onde ele faz, porque ele vê que a criança não fica assustada. Aí aproveita daquela oportunidade, porque é pai, irmão ou avô.

Bruno: Ah, eu acho que sim, a adolescente pode ser considerada como vítima. Adolescente não tem a cabeça que um adulto tem, né? Eu acho que ele [o adulto] deve ter entrado na mente dela pra fazer esse tipo de coisa com ela, porque ela não tem a cabeça que uma pessoa de maior tem. Eu acho que alguma coisa teve errada, eu acho que não é certo não. Ele fez algo de errado com ela, né? Aproveitou da adolescência, dela ser uma criança¹⁴⁷, né? Ela fica sendo a vítima, não fica? Por que ela foi prejudicada, né? Por que ele é de maior, né? Como se diz, já de idade, fazer uma coisa dessa com uma criança? Não pode, né? Quem foi a vítima foi ela, não é isso?

César: Igual adolescente. Vamos supor que ela tem quinze anos. O cara vai e estupra ela, na marra. Ela é uma vítima. Estuprou ela. Aquilo vai ficar na cabeça dela toda vida¹⁴⁸. Ela é uma vítima. O resto da vida ela vai ser vítima.

Cristiano: Por tudo que ela [sua vítima] passou na minha mão, por toda a maldade que eu fiz com ela, eu entendo que ela foi sim uma vítima minha.

Danilo: Uai, eu penso que eles é vítima, né? Que eles vai ficar com aquilo na cabeça, que aquele fulano fez aquilo e aquilo com ele, né?

¹⁴⁵ Na seção 3.1, evidenciei como Adriano responsabiliza a adolescente pela iniciativa da interação sexual estabelecida com ele, uma vez que ela teria se oferecido para o relacionamento sexual com ele. Observe-se que, apesar disso, ele tanto a considera como vítima, como também reconhece o erro de tal relação.

¹⁴⁶ Neste trecho, Anderson faz menção às consequências indeléveis da violência para as vítimas.

¹⁴⁷ Bruno não faz distinção entre crianças e adolescentes, característica comum do discurso de outros pesquisados, como será evidenciado na seção 3.2.2.3.

¹⁴⁸ A violência sexual aparece como algo que provoca marcas indeléveis nas vítimas, representações sociais reiteradamente descritas pelos homens entrevistados em todo corpo dessa análise.

Emílio: Assim, se um homem chegar e pegar um adolescente à força, aí ele é vítima. Mas tem muitos adolescentes evoluídos nesse mundo. No meu caso mesmo, eu tava dormindo, bêbado demais. Tava todo mundo bebendo lá na festa. O menino é que veio querer graça comigo, né? Então, ele não foi vítima.

Fabiano: A vítima é aquela pessoa que foi atacada pela pessoa que faz aquele ato de sacanagem com aquela pessoa, né? Então, eu acho que aquela criança, ela que é vítima. Eu penso assim. E o adolescente é tudo a mesma coisa¹⁴⁹, né? São vítimas, né?

Leandro: São vítimas porque as pessoas encantam elas com as coisas, com as promessas, mil e uma promessas. Têm muitas mocinhas hoje que anda de roupinha boa, sapatinho bom, uma modinha. Tem muitos adultos que podem dar. Então, ele seduz aquela menina. Então, ela é uma vítima.

Marcelo: Acho que foi vítima sim, porque é muito nova, né? Eu é que era adulto, ela não. Criança, né?

Matheus: É. É uma vítima, porque ela não tem defesa, né? A criança não tem defesa. O adulto acaba mexendo com uma criança de nove, dez, doze de quinze, dezessete¹⁵⁰, independente do tamanho dela, é criança. Ela é grande, mas é pequena. É pequena na idade, né? Mas é grande no tamanho, mas é criança. Então, eu acho que nesse ponto aí, ela fica com trauma pela agressão que foi feita com ela.

Mauro: Por causa da idade, do jeito da pessoa, né? O menino, a menina, seja quem for, a idade dele não combate [é incompatível] com aquilo.

Nilton: Praticamente sim, né? Porque eu tô preso por causa desses trem, né? Então é vítima.

Karen: O que ela significa para você hoje?

Nilton: Uma pessoa qualquer. Não fede, nem cheira¹⁵¹.

Renato: Eles é que conversam no pé do ouvido delas, dão coisas para elas, bens materiais. Eles é que seduz. Ela fica pensando: “Ah, porque que aconteceu isso comigo, né”? Acho que isso é ser vítima.

Ricardo: Pelo que eu fiz com ela [enteada], ela não passa de uma vítima minha. Foi uma vítima minha, aliás. // Elas [ex-esposa e enteada] foram vítimas porque elas não mereciam isso. Mas eu fiz, na hora eu achei que merecia. Na hora da raiva¹⁵², eu deixei acontecer.

Ronaldo: Eu considero meu filho como vítima, porque eu fiz um trem errado com ele, né? O único que vai ser minha vítima, porque eu fiz coisa errada com ele, né? E o único que é meu sangue, né? Igual eu tô explicando para senhora. Eu tenho arrependimento do que eu fiz, tá entendendo?

Sérgio: Ela foi minha vítima, porque eu acho que, no caso a iniciativa foi ... certamente foi minha.

¹⁴⁹ Fabiano não faz distinção entre crianças e adolescentes, característica comum no discurso de outros pesquisados, como será evidenciado na seção 3.2.2.3.

¹⁵⁰ Neste trecho, Matheus não faz distinção entre crianças e adolescentes, característica comum das narrativas de outros pesquisados, como será evidenciado na seção 3.2.2.3.

¹⁵¹ Observe-se que, apesar de considerá-la como vítima, esta não possui qualquer tipo de significado emocional positivo para Nilton.

¹⁵² A raiva pode ser uma das motivações dos AVS para praticar a violência sexual, conforme explicitado em trabalho anterior (ESBER, 2009) e discutido na seção 3.2.2.5.

Samuel: A criança é sempre vítima, porque não sabe o que faz, é completamente inocente com aquilo ali. Sempre.

Karen: E as adolescentes?

Samuel: Umas são vítimas e outras não. Aquelas adolescentes que já sai, usa um shortinho, uma calcinha fio dental, topzinho, já é, nossa, mulherão. Aí o cara mexe. No outro dia, ela veste um mais curto e tá provocando. Essa não é vítima. // Agora, se ela tá andando assim na rua, de shortinho e tal, e o cara chega e estupra, aí ela é vítima. // Tem certas meninas que são mais recatadas. É da casa pro colégio, do colégio pra igreja, da igreja pra casa, né? Então, ela fica mais em contato com a mãe, quase não sai. Vai com o pai e com a mãe pra um cineminha, pro shopping. Fica mais com a mãe, mais com a família. Aí de manhãzinha, vai pro colégio. Aí um filho duma égua chega, mete o revólver, leva e estupra, a senhora entendeu? Aí é vítima.

Karen: O que diferencia estes dois tipos de adolescentes?

Samuel: A cabeça delas, na malandragem doutora, na malandragem. Não é verdade, não é verídico, né? A criança que é vítima conversa no olho da senhora, olhando olho no olho. Não mente pra senhora, e não teme, nem se cala, você entendeu?

As narrativas acima fazem emergir que a maior parte dos entrevistados apresenta representações sociais de que crianças e adolescentes, quando submetidas a contatos sexuais com adultos, podem ser nomeadas e categorizadas como vítimas. Eles elencam diversas razões para considerá-las desta maneira, a partir de classificações como: faixa etária das vítimas; laços biológicos; crianças e adolescentes como inocentes, indefesas e seduzidas; serem tais atos nomeados como violência sexual, estupro ou maldade; reconhecimento dos erros de praticar tal violência; o adulto aproveita-se sexualmente de uma criança; a violência provoca traumas, prejuízos e marcas nas vítimas para sempre.

Apesar da maioria dos entrevistados responsabilizarem e culpabilizarem os adultos que mantêm interações sexuais com crianças e/ou adolescentes, dois deles (Samuel e Emílio) acreditam que as meninas e meninos adolescentes – e não crianças – podem não ser considerados vítimas, pois são capazes de sexualmente provocar, seduzir e tomar a iniciativa para a interação sexual com adultos. Está presente a ideia de que, ao comportarem-se desta maneira, elas perderiam características importantes para serem definidas como vítimas: a assexualidade e a inocência sexual. Estão criadas as bases para a culpabilização das adolescentes pelas violências sofridas, fenômeno que também ocorre em nossa sociedade, conforme discutido nas seções 2.1, 2.2, 3.1.3, 3.2.2.3 e 3.2.2.4.

Uma última característica diz respeito ao fato de que os entrevistados usualmente referem-se aos homens no lugar daqueles que praticam a violência sexual e às meninas no lugar de vítimas, o que pode ser constatado pelo uso dos pronomes pessoais “ele” e “ela”, respectivamente. Tanto as mulheres autoras de violência sexual, como também os meninos vítimas estão ausentes em suas narrativas. Isto revela que eles cristalizam os lugares de autor e de vítima de violência a partir da categoria gênero, característica presente não somente em suas

falas, mas também na sociedade brasileira, conforme indica Sarti et al. (2006). Assim, retomo a discussão da seção 1.4 e pontuo que o reconhecimento público de que mulheres podem ser autoras de violência sexual é quase que inexistente na sociedade brasileira. Demarco ainda que, dentre os motivos que potencializam a invisibilidade dos meninos vítimas, estão: 1- os meninos que são vítimas de homens se silenciam por medo de serem ridicularizados ou nomeados como homossexuais (DORAIS, 2002) e quando se trata de uma relação incestuosa, ela se configura em um duplo tabu, que envolve tanto a homossexualidade, como também a relação consanguínea (PINTO JUNIOR, 2005); 2- os meninos vítimas de mulheres raramente as acusam por temerem incompreensão de sua condição de vítimas e podem reatar serem ridicularizados por não terem aproveitado a experiência sexual (WEST, 2000) ou ainda sentir dificuldades em identificar tal interação sexual como abusiva ou violenta, pois há minimização de seus efeitos negativos (ESBER, 2009). Apesar de usualmente negligenciado pela pesquisa científica e pelo senso comum, a literatura sobre abuso sexual de meninos indica consequências da violência sexual suas vidas, pois eles apresentam respostas emocionais como raiva, depressão, medo, autculpabilização, abuso de substâncias psicoativas, suicídio, automutilação, alcoolismo e desordens mentais (DORAIS, 2002). Para melhor aprofundamento na tomada de medidas de combate e prevenção, a sociedade precisa discutir melhor esses dois importantes e quase desconhecidos personagens da violência sexual.

3.2.1.2 CONCEITO GERAL DE VÍTIMA

Uma vez constatado que os entrevistados categorizam crianças e adolescentes que experimentam contato sexual com adultos como vítimas (seção 3.2.1.1), busquei aprofundar-me na investigação dos conceitos gerais que eles possuem sobre o que é ser vítima, em uma acepção geral. Para tanto, realizei a seguinte pergunta: “Como você define a palavra vítima?”. As respostas foram as seguintes:

Adriano: Vítima é a pessoa violada, né? Igual ela [sua própria vítima] pra mim, né? Eu não devia ficar com uma menor, mas eu fiquei, né? Ela foi minha vítima, né? // Se eu fizer um mal pra você, você vai me acusar e você vai passar a ser minha vítima.

Amarildo: Acho que vítima, que eu entendo assim, é eu chegar numa pessoa ali e bater nele, né? Ou então eu roubar dele, então aquela pessoa é a vítima. Ou não é? É ao contrário? Não sei. É isso mesmo? Então, quer dizer, eu abusei delas, elas é vítima. // Desde que a gente faz o mal para uma pessoa, a pessoa é uma vítima. // Só de falar vítima, quer dizer que a pessoa sofreu alguma coisa, né? De toda forma, é uma coisa ruim. Eu entendo assim, né?

Bruno: Vítima é uma pessoa que foi prejudicada.

João: Todas as coisas que a gente vai fazer, que faz, como se diz, uma maldade com uma pessoa, ela se torna uma vítima, não só pela acusação. Qualquer coisa que você vai fazer de maldade com uma pessoa, ela é uma vítima. // É aquela que, como se diz, a gente vai assaltar ela, a gente rouba os trem delas, ela tá sendo uma vítima. Porque aí, ela se torna uma acusação nossa. Ela vai no juiz e acusa.

Leandro: Vítima é uma pessoa que não sabe o que tá acontecendo. Vítima de um assassinato, vítima de um assalto, qualquer tipo de violência. Se ela não sabe o que tá acontecendo, ela é vítima.

Marcelo: Uai, vítima pra mim é aquela pessoa que eu fiz mal pra ela, como se diz, que eu alterei com ela, que eu feri, né? Tipo, como se fala, que a gente machuca a pessoa. Isso pra mim é vítima. // Como se diz, que não merece, né? Fazer uma coisa dessa, não merece.

Matheus: Vítima é uma pessoa que morre, que sofre uma violência, que foi prejudicado por outra: um estupro, um acidente, um assassinato. Eu, se eu tiver errado, pra mim é isso aí.

Nilton: Vítima no meu modo de pensar é uma pessoa que eu roubei e fiz algo de errado, eu fiz uma coisa que não é certo. // Passa na minha cabeça que eu roubei ela, então é uma vítima minha.

Ricardo: Vítima a gente entende quando a pessoa sofre algum ato e quando a pessoa foi espancada, foi atirada. Ela é uma vítima, não é? Ela tá ali indefesa, no caso, né? // É você ser prejudicado pela outra pessoa, né? É a pessoa ser lesada, né? // Eu não sei nem o que tem que falar sobre isso. É vítima de maus tratos meus, de repente foi isso. Eu maltratei, fiz coisa errada, foi isso. Ela foi uma vítima minha.

Ronaldo: Vítima é aquela pessoa que você abusou dela, fez uma violência sexual.

Samuel: Vítima é aquela pessoa, doutora, que tem os seus direitos violados, você entendeu? Teve a sua infância, sua dignidade roubada, foi estuprada à força, sem poder se defender. A senhora tá andando por aí, assim, aí um cara chega e mete a mão na cara da senhora, pega o carro e tal e a senhora não pode fazer nada. Isso é vítima.

Em síntese, os conceitos que os entrevistados evidenciam sobre as vítimas, em uma acepção geral, estão relacionados às seguintes nomenclaturas: alvo do mal, violência física, roubar, coisa ruim, sofrimento, algo errado, prejudicado/lesado, violência sexual, raiva, não mereciam, maus tratos, nunca vão esquecer, não é certo, espancada, indefesa, pessoa ou direitos violados, dignidade roubada, não consegue se defender. Essas representações estão em consonância com o conceito parâmetro de vítimas, já discutido na seção 1.6.

3.2.1.3 AS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS: CONSEQUÊNCIAS, PENSAMENTOS, SENTIMENTOS E INDISSOCIABILIDADES

Visando reunir elementos para o estudo das representações sociais dos entrevistados sobre as vítimas, julguei pertinente investigar se eles reconheciam consequências da violência sexual (com os assumentes, referindo-se às suas próprias vítimas e com os

negadores, sobre vítimas hipotéticas). Questionei ainda o que eles achavam que suas vítimas pensavam e sentiam sobre eles. Apesar de ter inicialmente aberto essas possibilidades para a discussão, o campo empírico fez emergir uma outra classe de consequências, que intitulei “indissociabilidade de consequências para a vítimas e para os AVS”. Suas respostas permitiram-me propor quatro categorizações, que passo a discorrer a seguir: 1– consequências psicológicas e emocionais para as vítimas; 2– consequências para a sexualidade das vítimas; 3– o que as vítimas pensam/sentem sobre seus AVS; 4 – indissociabilidade de consequências para as vítimas e para os AVS.

No que diz respeito à primeira, os pesquisados apresentaram quase que unanimidade quanto ao entendimento de que as crianças e adolescentes podem sofrer consequências psicológicas e emocionais negativas e perenes, a partir da experiência por eles nomeada como violência sexual, caso praticada por um adulto. Eis as narrativas:

Adriano: Se for esse negócio assim de estupro, ela fica traumatizada com aquilo. Assim, se for igual no caso da menina comigo, se ela tava na consciência [com a intenção] que ela queria ficar comigo, acho que não teve uma consequência. Eu penso que não, né? Se fosse porque ela quis, não teve não, né?

Amarildo: Eu acho que a pessoa não esquece, né? Aquilo ali, eu acho que fica para sempre, a lembrança daquilo. Quanto mais cresce, aí que lembra ainda muito mais, porque vai envelhecendo. A tendência é lembrar mais e não esquecer. Fica marcado para sempre, de lembrar o sentimento do que aconteceu. O porquê aquela pessoa fez aquilo, tocou nela.

Armando: Porque tanto a violência sexual quanto a agressora [física], que é aquela que você tá batendo, tá espancando, eu acho que é a mesma dor. É a mesma dor, tá tirando aquele brilho daquela criança ou daquela adolescente, tá tudo num contexto só, tenho pra mim que a violência é a mesma¹⁵³.

Karen: O que é tirar o brilho?

Armando: Tirar o brilho é ... a criança passou por uma situação, né? Ela tem medo de sair na rua, de conversar com uma pessoa em grandes grupos, né? Ela perde assim o caráter dela, né? Acho que ela se sente assim: “Nossa, eu fui abusada por um cara assim, assim, assim. Fui violentada assim, assim por uma pessoa, essa pessoa me machucou, essa pessoa me cortou”. Ela fica com aquele trauma ali. Essas feridas podem até sarar um dia, mas acho que vai demorar.

César: Vai atingir a mente dela, doutora. Vai machucar tanto aquela ideia que ela nunca mais vai ser aquilo. Ela fica perturbada. No meu modo de ver, ela fica perturbada. Aconteceu um fato desses com um adolescente ou com uma criança, que seja, ela vai ficar perturbada pro resto da vida [...] ela vai ficar com aquilo na cabeça: “Me estuprou, fez isso comigo”. Eu não tenho a inteligência assim, mas eu acho que ela vai ficar perturbadinha da cabeça. Talvez, com o tempo, sei lá, ela pode até se curar, mas eu acho meio difícil.

¹⁵³ Observe-se a não distinção entre crianças e adolescentes, característica comum a outros entrevistados que será discutida na seção 3.2.2.3.

Danilo: Ah, eu acho que eles não têm uma vida feliz não, porque sempre ele vai ficar pensando, né? Que ele foi machucado, ou que seja massacrado, não é? E às vezes, não tem força pra vingar, por que todas as pessoas pensam isso.

Emílio: Eu acho que não teve nenhuma consequência para a vida dele, porque foi ele me procurou. Quando eu acordei, ele já tava em cima de mim, já pegando onde não podia.

Fabiano: Eu penso que a pessoa pode ficar no sofrimento, né? Fica naquele sofrimento, porque ela ser abusada ali, sem esperar. Eu creio que aquela pessoa fica com trauma na cabeça por ter acontecido aquele tipo de coisa naquele momento ali. // Eu creio que pode ter [consequências para a criança], né? Pode ter, porque aconteceu um acontecimento antes do tempo daquela criança. Acho que não é aquela coisa que aquela criança imaginava na vida dela. Então, a pessoa pode ficar com o pensamento sobre aquela coisa a vida toda, né? Porque não é aquilo que aquela criança queria.

Fábio: Assim, ela pode ter trauma, né? Do que o cara fez com ela e tudo, né? Isso aí, ela vai ficar naquela situação, cismada. Uma menina sem vida, né?

Leandro: Quando ela se tornar mais em si, quando ela tiver pensando melhor, ela vai querer saber o porquê que o pai fez aquilo com ela, né?

Karen: Qual é o sentimento dela?

Leandro: Sentimento de culpa. A criança não sabia o que tava fazendo, é inocente¹⁵⁴ para poder saber dizer “não”, saber lutar para aquilo não ter acontecido.

Karen: O que mais?

Leandro: A dor, né? Dor do remorso, a dor daquilo que tá acontecendo. Porque não é normal um adulto e uma criança, não é normal. Então, deve ser uma dor grande, né?

Marcelo: Ah, eu acho que ela vai ficar assim, traumatizada, que não vai conseguir viver a vida. Até que tentar, ela vai, né? Mas não vai conseguir viver a vida normal, igual ela tinha, né? De adolescente, né? Vai sempre pensar no que ela sofreu, vai ter sequelas da violência. // Traumatizada, assim: a pessoa fica desorientada com alguma coisa, né? Se sofrer alguma agressão, já pensa que vai acontecer de novo. É trauma, né?

Paulo: No meu modo de pensar, eu acho que ele vai ficar ali com aquela marca pelo resto da vida dele. Vai ficar com medo. Tudo da cabecinha dele é que um tio ou um pai vai querer fazer alguma gracinha com ele. É isso. Marca. // É uma marca que não vai ter fim. Ali, a pessoa vai ficar pelo resto da vida. // Uma vida que, pode bem dizer que acabou, vamos falar mais ou menos assim, eu acho... difícil. // É igual esse menino que eu cá nessa bagaceira [violência sexual]. Ele nunca vai ser uma criança normal, saudável. Porque sempre, vira ou mexe, ele sempre vai lembrar dessa situação.

Ricardo: Vai ter consequência e não vai ser bom para o emocional dela [sua própria vítima]. Com certeza, ela jamais vai esquecer, ela jamais vai esquecer disso. Ela vai ficar traumatizada, praticamente por causa disso. Ela não vai esquecer jamais. Lógico, vai abalar tudo. Deve ter abalado tudo. Hoje, ela já deve estar mais ou menos [emocionalmente falando], mas não vai esquecer. Eu, o que eu posso fazer por ela hoje é pedir desculpas, se ela acreditar em mim, confiar em mim, e aceitar ... Eu agi na hora errada, eu fiz coisa erradíssima, mas eu não posso, sei lá, me virar dos avessos, sei lá....

Samuel: Ela pode se tornar uma criança agressiva, pode se tornar um adolescente, um velho ou um senhor inseguro de si, você entendeu? Não tem confiança em si mesmo.

¹⁵⁴ Nessa parte da narrativa, Leandro apresenta a ideia da criança sexualmente inocente, contrariamente à manifestação da criança como sedutora na seção 3.2.2.4.

Ter medo de tudo o que faz, ter medo de escuro, não ter amor próprio, porque isso tira o amor próprio da pessoa.

Assim, em suas perspectivas, a violência sexual provoca consequências psicológicas e marcas emocionais negativas nas vítimas. Para considerá-las desta maneira, utilizam-se das seguintes nomenclaturas: ter trauma psicológico, marcas, sem vida, tirar o brilho e o amor próprio, sofrimento, medo de homens, culpa, dor, mágoa, machucado, massacrado, perturbação mental para resto da vida, um evento inesquecível, insegurança, consequências na vida sexual futura, agressividade, insegurança, falta de confiança, perda do sentido da vida, impossibilidade de uma vida feliz. Alguns ainda apresentam a ideia de que as vidas das crianças e adolescentes nunca mais serão as mesmas, após marcadas pela experiência da violência sexual. Emílio e Adriano foram os únicos que manifestaram acreditar não existirem consequências negativas da interação sexual – que eles próprios não nomeiam como violência – para os adolescentes. Considero que assim o fizeram em função da negação da intenção em praticar a violência e da culpabilização de suas vítimas pela interação sexual, como discutido nas seções 3.1, 3.1.3, 3.2.1.1 e 3.2.2.4.

Cinco entrevistados versaram sobre os efeitos na sexualidade das vítimas, a partir da violência sexual. Nomeei essa segunda categorização de *consequências para a sexualidade das vítimas*, conforme se pode constatar abaixo:

Amarildo: Vamos supor, se ela ficar [fizer sexo] com o marido dela e lembrar de alguma coisa do passado, né? Com o próprio pai é ainda pior, né?

Armando: Acho que ela fica assim, um pouco receosa com o homem, né? Assim, viver no mesmo local. Se ela sentir que chegou um homem, a presença do homem, ela fica assustada, ela fica já procurando algum abrigo, alguma pessoa pra ficar perto. Acho que ela fica com medo, fica com medo daquela violência que ela passou e de fazer sexo quando ela for adulta.

Marcelo: Ela vai pensar nesses abusos que aconteceu com ela. Uai, pode ter muito transtorno, né? A pessoa que não vai nem querer saber de arrumar um marido mais, ou casar, não vai ter uma vida feliz mais. // Ela não vai ter a vida normal. Principalmente se ela casar. Não vai tocar a vida normal dela não. Sempre ela vai relembrar, não vai ter a vida normal no sexo com o marido.

Matheus: Às vezes, vai tomar medo de um namorado, alguma coisa assim.

Ricardo: Casar e talvez não querer deitar com o marido, sei lá. Talvez, sei lá. Pode ser isso também.

Assim, os entrevistados acreditam que a experiência de violência sexual produz danos na sexualidade das vítimas e dificuldades em sua vida sexual futura. Observe-se que a categoria gênero novamente aparece para a análise, pois os principais personagens das

narrativas são os homens na posição de autores da violência e as meninas como vítimas, assim como também analisado nas seções 3.2.1.1 e 3.2.2.4.

Considerarei ainda importante investigar o que os entrevistados achavam que as vítimas pensavam sobre eles, a partir da experiência da violência sexual. Trata-se da terceira categoria de consequências da violência sexual, conforme se explicita em suas falas:

Amarildo: Ela [enteada] tem coisas para me falar, alguma mágoa, não sei, alguma palavra para me falar. Ela poderia até perdoar, mas nunca vai esquecer. Eu acho isso ruim demais. Tenho vontade de pedir perdão pra ela e pra mãe dela, mas tenho vergonha¹⁵⁵ de conversar isso com ela. Mas a gente não fala sobre o assunto. Às vezes, eu olho pra ela assim ... Ela é tão alegre, ela é uma pessoa maravilhosa. Tanto ela, como a mãe dela.

Emílio: Deus abençoa que ele não sente nada não, e nem goste [de fazer sexo com homens]. Eu penso que ele não sente nada por mim não.

Marcelo: Eu tenho certeza que ela deve pensar as piores coisas sobre mim, deve ter muita raiva, porque ela foi muito machucada, né? De todas as formas. Então, eu tenho certeza que ela tem ódio de mim e da maldade que eu fiz. Peço perdão todos os dias.

Nilton: Ela deve pensar que eu sou um monstro, né? Mas eu não sou. Pra falar a verdade, eu nunca pensei, nunca parei pra pensar nisso não.

Ricardo: É lógico que ela [enteada] deve sentir raiva, ódio, sei lá, rancor, sei lá! Eu acho que ela tem o direito de sentir tudo o que ela quiser. // Peço perdão todo dia para Deus, porque se eu tivesse como sentar com as duas [ex-esposa¹⁵⁶ e enteada] pra conversar, eu sentaria. E conversaria. // E em nenhum momento na minha vida, eu acho que agi certo. Foi só na hora da raiva. Só na hora da raiva.

Sérgio: Ela não mudou nada comigo não. É a mesma pessoa, quer dizer, filha, né? A mesma pessoa que eu tenho amor, sinto amor. Reconheci o erro, ela sabe disso. Infelizmente, não podia ter feito isso. Só que a gente não fala mais sobre isso.

Apenas Emílio e Sérgio parecem não considerar que suas vítimas têm pensamentos ou sentimentos negativos sobre eles. O primeiro acha que isto acontece em função de que o adolescente seria homossexual e que teria iniciado a interação sexual enquanto ele dormia (descrito na seção 3.1). Interpreto que Sérgio assim o faz pois nega a extensão da violência para sua vítima (seção 3.1.3). Os demais manifestam que as vítimas podem pensar que são monstros, que violência é um evento inesquecível em suas vidas e que elas poderiam manifestar

¹⁵⁵ Este é um sentimento comum em AVS, conforme amplamente constatado pela literatura (ESBER, 2005, 2009; HANSON, 2003; MARSHALL et al., 2005; SANTOS et al., 2009) e que pode provocar também o silêncio na relação entre o AVS e a vítima ou dentro da família, comum em famílias incestuosas (FINKELHOR, 1979; FORWARD e BUCK, 1989; FURNISS, 1993). Diversos AVS incestuosos da presente pesquisa também mostram o silêncio sobre a violência sexual como característica de suas interações com os filhos que sexualmente vitimizaram: Ronaldo, Ricardo e Sérgio, conforme pode-se observar na seção 3.2.1.3).

¹⁵⁶ Ricardo tentou matar sua ex-esposa no mesmo dia em que estuprou sua enteada, sendo esta também por ele considerada como sua vítima.

sentimentos de raiva, ódio e mágoa por eles, comumente descritos pela literatura especializada (ARAÚJO, 2002; HABIGZANG et al., 2005). Aparece ainda nas narrativas a vontade de pedir perdão às suas vítimas a partir de tal reconhecimento.

Apesar de ter adentrado no campo empírico com perguntas direcionadas à investigação das consequências da violência sexual para as vítimas, uma outra classe de consequências da violência sexual emergiu espontaneamente a partir dos diálogos que foram se estabelecendo com os entrevistados. Alguns deles vincularam as consequências sofridas pelas vítimas com aquelas que eles próprios experienciaram ou ainda estão vivenciando. Trata-se da quarta categorização, que intitulei “indissociabilidade de consequências para as vítimas e para os AVS”:

Adriano: Igual ela [sua vítima], se ofereceu pra mim. Não foi estupro não. Mas pelo que eu estou sofrendo aqui cadeia como um estuprador, doutora! Eu sei que eu fiz o que eu não devia fazer pela idade dela, mas isso aqui é um inferno.

Amarildo: Aí, depois que a mãe dela descobriu, foi ruim, foi um clima muito ruim. Muito, muito mesmo. Sei que eu perdi a vontade e o ânimo pra trabalhar. Pra mim, acabou minha vida, eu pensava assim. // No meu caso mesmo, uma pessoa que na verdade é pai dela, praticamente. Igual ela fala mesmo para os outros, o pai que ela tem é eu. Eu queria ser considerado como pai dela, mas por não ter acontecido isso [violência sexual]. Não tinha que ter acontecido. Mas tá bom, se ela ainda me considera assim [como um pai], isso é bom. Bom para mim, bom para ela. Só que eu não esqueço, ela também não esquece, eu tenho certeza. Não fala, mas lembra. // Eles [a família] me perdoam¹⁵⁷ e tudo, mas isso nunca vai sair da minha cabeça. Nem minha, nem delas. Não me perdoe por isso que eu fiz.

Fabiano: A criança vai ficar magoada por causa daquela coisa que aconteceu com ela. É a mesma coisa do homem se guardar pra uma outra pessoa quando crescer e, de repente, ser atacado, né? Igualzinho muitos aí que já foi atacado aqui dentro da cadeia, muitos caras já foi atacado, e aí acontece esses tipos de coisas. Se uma criança for atacada, a pessoa fica com o trauma na cabeça a vida toda, né? Vai ficar traumatizado a vida toda. Isso aí é um absurdo. Tanto com um, como com o outro.

Fábio: É acusar a pessoa que não fez aquilo [violência sexual]. // Eu acho que aquilo é muito errado. Você acusar uma pessoa que não deve aquilo ali. Eu vou acusar aquela pessoa, sendo que ele não fez nada? Isso também é ser vítima para mim.

Guilherme: É uma mágoa, é uma mágoa assim que não acaba mais, nem a da vítima, nem a do abusador, entendeu? Nem para vítima, nem pro abusador. O abusador, ele tá no mesmo processo que a vítima, entendeu? // Olha, eu sou vítima¹⁵⁸ de um processo desse, de uma acusação, de uma coisa que eu não fiz. Você é vítima, entendeu? A pessoa te acusou, você tem a consciência limpa de que você não fez as coisas. A pessoa te

¹⁵⁷ Como já descrito na apresentação de Amarildo (seção 3.1), após ter obtido progressão para o regime semiaberto, ele passou a conviver novamente com a família. Conta que reatou seu relacionamento conjugal com a ex-esposa, mãe da enteada sexualmente violentada. Apesar de ter tido o perdão de ambas, avalia a violência sexual como um evento inesquecível para todos, inclusive para ele próprio.

¹⁵⁸ Schmickler (2006) constatou que alguns AVS podem tentar provar que foram vítimas da acusação de estupro.

acusou naquele exato momento, né? Aí depois, passou o tempo, esse processo já tem o quê? Vinte anos? Quase vinte anos que eu tô nesse processo.

Matheus: Uai, eu acredito que aquilo que ele passou, que ela passou, acho que é um trauma, que ele não esquece nunca, não é? Igual o que eu tô passando, tô preso aqui, tô sofrendo. Isso aí é uma mancha que não sai mais. Eu nunca vou esquecer disso, minha família não vai esquecer.

Paulo: Vítima é uma palavra muito forte, né doutora? No meu modo de pensar, é quando você vai atacar uma pessoa, né? É igual uma pessoa chegar em você e falar assim: “Olha o tarado lá!”. É uma palavra forte. Para mim, isso já dói muito. Eu ganhei muito, doutora, essa palavra: “Olha o Jack, olha o estuprador”. A palavra dói, doutora, eu não vou mentir para a senhora não. Quando eu cheguei, eu pensei em desistir de tudo, pensei em morrer, doutora (chora) eu pensei em morrer, doutora. Eu pensei em tirar minha vida, tentei acabar com ela.

Karen: O que te emociona?

Paulo: Ah, o que me emociona é falar, doutora, dessa criança, né? Porque como diz o ditado, a minha vida acabou, né? Minha vida acabou. Eu podia ter caído em qualquer outro B.O.¹⁵⁹, podia ter caído em um assalto a banco ... Oh, meu Deus do céu! É difícil, mas eu não queria ter caído nisso [violência sexual] não, doutora! // Criança é uma pessoa que jamais merece ser abusada pelos outros, a senhora tá entendendo? Jamais merece ser passada por essa dor. Agora eu pergunto para a senhora: como é que está essa criança [sua vítima] uma hora dessa? Eu não tiro essa criança da cabeça. Porque? Por causa do seguinte: eu choro, doutora, eu choro, a senhora tá entendendo? Eu choro, choro mas chorar assim mesmo, sabe? Choro de chorar, sabe? Igual eu falei para a senhora, de arrependimento, de tudo, sabe? De tudo. // Então, se para uma criança dessa, a vida dela acabou, a minha também acabou, a senhora entendeu? Eu sou do lado dela, eu sou do lado dela. Não foi porque eu errei que eu sou um monstro e não me arrependo do que eu fiz. Eu me arrependo, eu tenho um coração, eu tenho coração. E eu sei que eu errei, eu sei que eu fui um covarde, um monstro. Eu sou tudo de ruim, doutora, me sinto um lixo, me sinto tudo de ruim, tudo de ruim eu sinto. Tenho nojo de mim, eu tenho nojo.

Ricardo: Nossa! Tem dia que eu fico assim... A vontade minha é explodir minha cabeça para ver se tira, apaga. A vontade minha é essa. Eu acho que eu precisava de uma pessoa para trabalhar minha cabeça, porque eu vou dizer para você... Sinceramente, se tem alguém que se arrependeu do que fez, fui eu... Eu vou dizer para você. Não sou melhor que os outros, não sou mais que ninguém não. Mas eu vou falar para você, sinceramente. Eu nunca imaginei na minha vida que eu iria passar por um teste desse. Mas amém, glória a Deus. Estou aqui. Para mim, teve consequências e acho que sempre vai ter. Para mim, eu que fiz. Agora imagina para quem foi atingido¹⁶⁰? // Aí simplesmente, acabou pra mim, né? Tanto é que eu parei, parei no tempo. Pra mim, eu acho que não tem mais graça em nada. A minha própria mente me acusa. É por isso que eu falo, se Deus falasse assim pra mim: “Se você se matasse agora, eu te dava sossego”. Eu teria a maior coragem, com o maior prazer.

Ronaldo: Quando eu sarava e olhava no meu filho assim, aquele arrependimento vinha na hora, a senhora entendeu? Arrependimento vinha com uma força que ... Aí não tinha como eu voltar atrás, chegar nele e falar: “Oh, meu filho eu fiz isso, não vou fazer isso mais não”. Não tinha como. Como é que eu ia chegar no meu filho e falar isso para ele?

¹⁵⁹ Na gíria da cadeia, B.O. se refere a qualquer problema criminal com a justiça e é abreviação de Boletim de Ocorrência, procedimento policial que dá início a um processo penal.

¹⁶⁰ Note-se que Ricardo fala de seu próprio sofrimento, mas coloca o de sua enteada em um patamar de mais elevado do que o seu, pelo fato de ela ter sido vítima de violência.

Tem dia que eu fico ali na minha cela pensando nisso tudo que eu fiz, fico quase doido. Por que eu fazia isso com o meu filho¹⁶¹? Isso é uma coisa que eu nunca mais vou esquecer. Nunca mais.

Portanto, além de elencarem consequências da violência sexual para vítimas, os entrevistados revelam também aquelas que atingem suas próprias vidas. Os assumentes referem-se aos seguintes aspectos: 1- consequências psicológicas e emocionais indeléveis, manifestas por seu próprio sofrimento (que chegou a ser um desejo de morte em alguns casos), em relação às violências praticadas e às consequências negativas que produziram nas vidas de suas vítimas, às quais também reconhecem sofrer consequências indeléveis; 2- a autoimagem de monstrosidade, perplexidade, arrependimento, nojo e outros sentimentos negativos acerca de si mesmos (em conformidade com o já evidenciado na seção 3.1.2); 3- a prisão e todas as violências sofridas neste espaço enquanto um “estuprador”. Os negadores indicam, além desta última, sentimentos negativos sobre o fato de terem sido injustiçados por falsas denúncias e pela indevida punição legal. Um entrevistado, Guilherme, considera-se vítima da acusação que o levou à prisão. Pontuo que a indissociabilidade de consequências não se evidenciou apenas nas narrativas que apresentei nesta seção, mas também no decorrer de diversas outras falas ao longo de toda a análise apresentada no presente trabalho. Desconheço estudos que discutam as consequências da violência sexual para as vidas dos próprios AVS, tema que considero de grande relevância para futuras pesquisas.

Para concluir a presente seção, pode-se constatar que os entrevistados entendem que as vítimas de violência sexual sofrem consequências psicológicas e marcas emocionais, bem como elencam danos na sua sexualidade e dificuldades em sua vida sexual futura. De acordo com suas avaliações, essas marcas são negativas e podem ser vivenciadas para o resto de suas vidas. Quando questionados sobre o que acham que suas vítimas pensam e sentem sobre eles, os entrevistados reconhecem que elas poderiam manifestar sentimentos de raiva, ódio e mágoa, pois caracterizariam a violência como um evento inesquecível¹⁶². Evidenciam ainda uma peculiaridade quanto às consequências da violência sexual que praticaram: existem também consequências psicológicas e emocionais indeléveis para si próprios, como seu sofrimento, autoimagem de monstrosidade e sentimentos negativos. Some-se a isso as violências sofridas nas prisões, que além das inerentes ao sistema de confinamento, recaem duramente sobre os AVS, o que com certeza marcam a vida de qualquer indivíduo, como evidenciam os estudos sobre a prisionalização (HANEY, 2001).

¹⁶¹ A perplexidade em relação à violência praticada é característica comumente manifesta pelos AVS, de acordo com a literatura especializada (ESBER, 2009; FORWARD e BUCK, 1989; KAMPHUIS et al., 2005; SUÁREZ e BANDEIRA, 1999).

¹⁶² Essa forma de se qualificar a violência diz respeito tanto às vidas de suas vítimas, como também de suas próprias.

3.2.2 CRIANÇAS/ADOLESCENTES E SEXUALIDADES: DUAS UNIDADES DE SIGNIFICAÇÃO

Uma segunda categorização central acerca das representações sociais dos entrevistados sobre crianças e adolescentes vítimas de violência sexual foi intitulada “crianças/adolescentes e sexualidades: duas unidades de significação”, objeto da presente seção. Assim, pretende-se contemplar duas (das três) seguintes unidades de significação propostas na presente tese: 1- crianças/adolescentes e 2- sexualidade, ambas em relação com a categoria adultos. Divido suas narrativas em cinco subitens: conceito geral de crianças (seção 3.2.2.1), conceito geral de adolescentes (seção 3.2.2.2), não distinção entre crianças e adolescentes versus a hierarquização de crimes: pensando as diferenças (seção 3.2.2.3), crianças e adolescentes em interação sexual com adultos: inocentes, sedutoras, coautoras e vítimas (seção 3.2.2.4) e, por fim, adultos em interação sexual com crianças e adolescentes: problematizando a questão do desejo sexual de AVS pelas vítimas (seção 3.2.2.5). Dessa maneira, acredito que se tornará possível reunir elementos para discutir o objeto central da presente análise: as representações sociais que os entrevistados expressam sobre suas próprias vítimas ou sobre vítimas hipotéticas.

3.2.2.1 CONCEITO GERAL DE CRIANÇAS

Com o intuito de verificar quais classificações os entrevistados realizam sobre a categoria *crianças*, foi perguntado o seguinte: “Como você define a palavra criança?”. As respostas estão listadas abaixo:

Adriano: Eu tenho o meu filho, eu sei. Criança é criança¹⁶³, né? Como eu já fui criança. Pra começar, é inocente. Depois que começa a ser adulto, aí começa a entender. Daí, eu vejo o erro, por causa dessa menina [sua vítima] ser nova, né? Doze anos.

Amarildo: Ah, eu não entendo muito não, mas criança é uma coisa bem frágil. Não entende nada, não sabe de nada, é inocente de tudo, frágil, né? // Criança é uma coisa bem sensível, que não pensa nem nada, não sabe o que quer.

César: É tudo, pra mim é tudo. A coisa mais linda que Deus deu pra gente é uma criança, é uma maravilha. A senhora pode estar em um dia ruim, a senhora pega uma criança, a criança te dá um abraço, um sorriso, a senhora ganhou o dia. Eu me sinto assim. Por exemplo, eu fico aqui quatro, cinco meses sem ver minha neta¹⁶⁴. O dia que eu vejo,

¹⁶³ Meyer (2007) indica que o termo linguístico "criança" automaticamente invoca representações que se explicam em si mesmas, com status moral próprio e cujos significados já não têm de ser explicados. “A dimensão moral do discurso da inocência e do status sagrado da criança permite duas séries de acontecimentos: (1) infância torna-se uma retórica moral e (2) as questões que afetam as crianças se tornam questões morais. A infância como retórica moral significa que "a criança" pode se tornar uma explicação em si mesma, invocando o status da criança sagrada, podendo ser utilizada para legitimar uma série de práticas e opiniões” (MEYER, 2007, p. 102).

¹⁶⁴ Sua neta configura como sua vítima em seu prontuário institucional, mas ele nega ter praticado esta violência. Note-se que, mesmo preso, ele relata manter convivência com sua família, incluindo a suposta vítima. É neste sentido que retomo a

parece que eu fui embora [da prisão]. Ela chega, me abraça, me beija, deita comigo na cama, brinca comigo. Eu não vou sentir feliz? Não vou gostar de uma criança? Deus que me livre. Criança pra mim é Deus.

Emílio: Criança significa que é um fruto. Sem criança, a vida não fica movimentada, alegre.

João: Uma vez, fui assaltar uma fazenda e teve uma criança desse tamanho que fez eu abaixar o revólver. Ela sentou do meu lado e falou: “Tio, se eu te pedir uma coisa, você faz? Não mata ninguém não. Não vou sair daqui, vou ficar aqui, e eu estou pedindo pra o senhor, não mata ninguém”. Ali foi me doendo, eu pus o revólver pra cima. O bandido amolece o coração, porque naquele dia, eu senti que ia ter morte, porque eu não tenho dó não, não tenho piedade do tal do ser humano não. Eu tenho dó só das crianças. Sabe por quê? Que mal que elas fazem a alguém? A única coisa que eu sei que criança faz é poder brincar, poder aceitar o carinho de um amigo, de uma mãe, de uma avó. Acho que a criança precisa do amor. Criança é um anjo, um anjinho, uma criança não tem maldade, não tem covardia com ninguém, não pensa maldade hora nenhuma. Outra coisa, criança pra mim pensa em brincar, a criança é sempre alegre, eu acho que uma criança pra mim é isso.

Marcelo: Criança tá na flor da vida. Não tem graça estragar a vida [por meio da violência sexual] de uma pessoa que agora é que tá começando no mundo.

Matheus: Não pode uma pessoa abusar [sexualmente] da outra, de uma criança ... Criança é criança¹⁶⁵, né? Tem que proteger, cuidar.

Mauro: É com alegria, né? Criança é uma coisa boa, né? Eu tenho minha filha de onze anos, meu filho de três e sete meses. Eu gosto dos meus filhos, não tem como eu não gostar dos meus filhos. // Traz coisas boas, né? Um casal casa pra quê? Pra ter um lar, né? Pra dedicar à família, né? E filho é para unir o casal. Talvez muitas vezes, um casal tá brigando e um filho vem fortalecer aquele lar.

Nilton: (Silêncio) Não vem nada na minha cabeça. Nada, nada, nada.

Paulo: O que eu sei falar para a senhora é que um bichinho desse é inocente. Criança não tem culpa, sabe? Para mim, uma criança é um anjo de Deus, entendeu? Que Deus põe na terra, um bichinho que não tem culpa. No meu modo de pensar, uma criança é dócil. Uma criança não mexe com ninguém ... (choro). É isso, uma criança não tem maldade com ninguém. O ser humano que é muito mau, o ser humano que é muito ruim de fazer uma covardia [violência sexual] dessa. // Uma criança não tem juízo, né? Uma criança não tem noção. Não são como nós, que é adulto que pensa. Uma criança é uma criança. É um anjo de Deus, né? Por exemplo, a senhora dá um tapa nele agora, passa um minutinho, a senhora pode ver que ele chega e pede desculpa.

Ricardo: Eu acho que não tem muita imaginação em pensar o que é errado e o que é certo. Eu acho que tem que ter é um adulto por perto, porque a criança não analisa as coisas direito. // Eu defino criança como um anjo de Deus, sei lá. Não sabe nada, não conhece nada, não sabe o que é ruim. Um anjo de Deus.

Sérgio: Criança é inocência, carinho e amor. // Eu sempre gostei de criança, gostar de amor mesmo, de gostar, de cuidar. Tenho aquele imã por criança, tinha sobrinha. Então,

discussão sobre a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas de atenção aos AVS dentro e fora dos presídios, conforme já abordado na seção 2.6.

¹⁶⁵ Meyer (2007) reflete que o termo “criança” é tão poderoso que dispensa maiores explicações.

sempre eu gostei, sempre eu gostei muito de criança. Pra mim, é eu acho que é tudo. É digno de tudo, é amor, é carinho, é vida também, né?

Em síntese, quando solicitados a falar sobre os seus conceitos gerais acerca da categoria *crianças*, os entrevistados revelam que as representam como: puras, inocentes, sensíveis e anjos, frágeis, não analisam as coisas direito, um fruto, não tem culpa sobre a violência sexual, dócil, na flor da vida, carinho, amor, maravilha, sentir feliz, uma coisa boa, não tem maldade, alegre, a quem não se pode violar sexualmente, a quem se deve proteção e cuidado. Assim, mesmo que não se referiram explicitamente aos preceitos contemplados pelo conceito parâmetro de crianças (conforme já discutido na seção 1.6), observa-se similaridade em sua caracterização, indicando que eles as representam tal qual se faz na legislação, no senso comum, na mídia e na literatura especializada.

3.2.2.2 CONCEITO GERAL DE ADOLESCENTES

Com o intuito de analisar como os entrevistados representam os adolescentes, julguei pertinente investigar seu conceito geral, por meio da seguinte pergunta: “Como você define a palavra adolescente?”. As respostas são as seguintes:

Adriano: Alguém que tem que cuidar, né? E aprender. Tá na fase do ensino. O pai e a mãe têm que ensinar.

Armando: Pra mim, um adolescente é a fase de coisas boas. Acho que ali, tudo pra eles é bom. Tudo pra eles é festa. Então, adolescente pra mim, ele tá chegando na flor da idade, ele tá começando a descobrir o mundo.

César: Uma pessoa que tá criando lugar certo para vida, né? Que tá despertando para a vida. Aí que ela vai aprender o que é o bom e o que é ruim, pra ela seguir.

Luiz: Eu acho que é uma realização muito grande, um adolescente pra mim é o futuro de uma família, de uma cidade, de uma sociedade.

Mauro: Hoje, o mundo que eles vivem é diferente do mundo da gente, né? Hoje é no computador, na lan house, balada. Hoje os meninos aí com quinze, dezesseis anos, é só balada. É poucos que pega num livro e vai estudar. Hoje, briga demais, briga sem razão, sem motivo, sem nada.

Ricardo: Tem adolescente que é levado. Se deixar, ele tira você fora do sério. Já tem outros que são melhores, sabem conversar, já tem um pouco mais de noção. // Adolescente é aquelas meninas que gosta de festa. É escola, é parque de diversão, os clubes, é isso aí. Eu não sei como hoje está lá fora, né? Porque a adolescência de hoje infelizmente está rebelde¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Ricardo faz menção ao uso de drogas e à prostituição como causas desta rebeldia.

Sérgio: Eu já comecei com treze anos a trabalhar e às vezes até entrar na vida do mundo, de bebida, cigarro, às vezes, mulher. Então, a minha adolescência já foi mais essa. Os adolescentes de hoje já são mais diferentes, mais estudioso, mais voltado pro estudo, às vezes se cuidando mais.

Em síntese, os entrevistados representam adolescentes a partir de nomenclaturas como: coisas boas, festa, flor da idade, fase de cuidar, bebidas, cigarro e mulher, tira fora do sério, escola, parque de diversão, despertando para a vida, lan house, balada, futuro de uma família. Observa-se que seus conceitos são similares aos elaborados pelo senso comum, mídia e literatura especializada.

3.2.2.3 A NÃO DISTINÇÃO ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES *VERSUS* A HIERARQUIZAÇÃO DE CRIMES: PENSANDO AS DIFERENÇAS

Alguns pesquisados deixaram emergir dois padrões espontâneos e recorrentes a partir de suas narrativas: a não distinção entre os conceitos de crianças e adolescentes e a hierarquização de crimes. No, primeiro, os entrevistados mostram que estas duas categorias se confundem, se misturam e se entrelaçam, como evidenciado abaixo:

Adriano: Até ela ser adulta, ela é criança. Não entende, né? Não entende de sexo, essas coisas. Não tem vontade de ter sexo. E eu aprendi, né? Que a gente, pra fazer sexo, é só depois dos dezoito, vinte anos. E mulher é só com dezesseis anos pra cima.

Amarildo: Adolescente é a mesma coisa de criança, não? Pra mim é. Só muda de idade, acho que criança é até dez anos. Dos dez anos para frente, se torna adolescente, até os dezoito, dezenove. Para mim, é criança da mesma forma. Eles não são responsáveis pelo que fazem, pelo que falam, porque não têm a ideia de um adulto, né? Adolescente, na verdade, é a mesma coisa de criança, eles nunca sabem o que eles querem. Então, se comete um crime desse com uma adolescente, é o mesmo que for com uma criança.

Armando: Sobre adolescente assim de dezessete, dezoito anos, acho que não tem graça nenhuma [sexualmente falando]. Assim, da minha parte, não tem. Se você olhar pra menina, ela tá grande. Mas ela só tem tamanho, é uma criança.

Bruno: É por que é tudo de menor. É criança. Não é de dezessete anos pra baixo que é de menor? Eu acho que eles são tudo igual.

Emílio: Adolescente é mais pro lado de criança, né? Até os quinze anos, é inocente. Passou disso, já não é adolescente mais. Já é uma pessoa que já sabe. Tem menino de quinze anos que já sabe muitas coisas.

Fabiano: Adolescente é a criança nova, né? É a criança nova, criança de idade nova. Adolescente pra mim é a mesma coisa da criança!

Ronaldo: Uai, adolescente é ser criança, né? Menino mesmo, criança, né? É ser criança. // Criança é um adolescente, né? Adolescente que não entende nada, não sabe de nada [sexualmente falando].

Observe-se que além de não realizarem a distinção entre crianças e adolescentes, é também presente a ideia de que elas são imaturas biológica, psíquica e emocionalmente. Também consideram suas sexualidades como pueris, inocentes e não atraentes. De acordo com suas perspectivas, em uma interação sexual com adultos, elas não podem ser consideradas como responsáveis.

O segundo padrão que emergiu das narrativas dos entrevistados diz respeito ao fato de que, paradoxalmente ao primeiro, alguns deles hierarquizam crimes sexuais: os praticados contra crianças são considerados como particularmente mais sérios e piores do que contra adolescentes ou mulheres adultas. Segundo suas aceções, as primeiras são mais prejudicadas pela violência sexual, como explicito a seguir:

Anderson: Mas o pior que eu acho é [estupro contra] criança. Na verdade, nem estupro de adolescente, nem de ninguém. Isso não pode existir. // Acho que o castigo tinha que ser maior, né? Porque criança não tem defesa e adulto tem como correr. Com dezesseis anos, tem como gritar. Igual eu vejo muita gente que morre, mas não deixa [ser sexualmente violentada], porque teve força pra lutar, né? E uma criança não tem.

César: Porque criança é inocente e não sabe o que tá fazendo. [...] Ela não tem consciência do que tá fazendo. Pra ela, ela tá brincando. E para o cara, safado, sem vergonha¹⁶⁷, ele tá abusando sexualmente dela. Um cara desses tem que sofrer. Então, ela tá sendo mais vítima do que a adolescente [...] porque não sabe o que tá fazendo. Uma criança de quatro anos, cinco anos sabe o que tá fazendo, doutora? Não sabe. Pura inocência. O cara aproveitar dela, tem que cortar a cabeça mesmo¹⁶⁸. Filho de uma puta. (Risos). É, uai!

João: Vamos supor, se um pai de uma adolescente transa com ela, fica com ela. Ela não precisa falar nada para ele: sai caladinha. Não existe polícia? Não existe lei? Não existe a mãe dela? Chega e conta pra mãe dela. Vai na delegacia e fala o que acontece. Agora tem uma que eu conheço que parece que tem sete filhos do pai e nunca foi na delegacia. Adolescente já sabe se defender, criança não. Por isso, é um crime bem pior.

Marcelo: A pessoa, quando ela é adulta, ela já conhece o sexo. Conhece, mas igual a menina, já não conhece as coisas, ela sente mais dor [física]. Pode acabar com a adolescência da pessoa. E uma mulher adulta pode superar mais rápido. A criança não supera. // Por ela [sua vítima, a criança] mesmo, não tem como ela me perdoar¹⁶⁹, porque umas coisas dessas [estupro] que aconteceu com ela, não tem como ela chegar e me perdoar. É uma coisa mais grave. Se fosse só roubo, podia até me perdoar. Mas isso [violência sexual] não tem como. Como é que me perdoa? Não tem jeito. // O estupro é pior porque é carnal, foi assim tipo um machucado. De corpo, físico, é isso aí. É pior do que os outros. // E peço que Deus zele pelo coração dela e que ela me perdoe. Ela e a família dela também. // Depois, a gente vai parar e vai pensar¹⁷⁰. Eu sei que é tarde demais, mas eu acho que para o perdão, nada é tarde, né? Eu errei, eu sei que eu errei,

¹⁶⁷ Observe-se a ideia da amoralidade associada à violência sexual.

¹⁶⁸ Assim como na seção 3.1.2, o entrevistado novamente realiza defesa de que os AVS sejam assassinados.

¹⁶⁹ Ele relata que no momento em que estava cometendo a violência, em função do uso abusivo de drogas, não se preocupou com a vítima, mas que agora se importa com ela e quer o seu perdão. Conforme revelado ao longo de toda a presente análise, diversos outros entrevistados assumiram sentir a mesma necessidade.

¹⁷⁰ O reconhecimento da violência como algo que provoca danos para a vítima ocorreu somente no momento pós violência.

né? Eu peço perdão, mas como se diz, Deus uma hora vai pôr na cabeça dela e ela vai me perdoar, né?

Os entrevistados utilizam-se de duas premissas para hierarquizar os crimes de violência sexual: 1- são mais graves do que outros tipos de crimes; 2- são mais prejudiciais para as vítimas crianças, em se comparando com as adolescentes ou mulheres. Seus argumentos apoiam-se no fato de que as primeiras apresentam características de inocência sexual, assexualidade, vulnerabilidade e indefensabilidade. O tipo de representação social que hierarquiza os crimes de violência sexual é comum também nos discursos sociais, pois estudiosos (MEYER, 2007) têm mostrado que violar sexualmente as primeiras parece socialmente e moralmente condenável porque estas são concebidas como inocentes, frágeis, vulneráveis, indefesas e assexuadas. A vítima é “passível de sofrer o ato violento, por corresponder a um lugar definido de antemão como lugar de vulnerabilidade” (SARTI, 2005, p.114).

Instituições sociais também evidenciam essa mesma hierarquização de crimes, a partir da faixa etária das vítimas, como evidencia Nadai (2010), estudiosa do campo das Ciências Sociais, em pesquisa sobre a descrição dos crimes de estupro e do extinto atentado violento ao pudor nos documentos oficiais produzidos por escrivães na Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas. A autora revelou que, quando as vítimas eram crianças, existia uma descrição mais empática da situação, enfatizando sua dor a ingenuidade. Já para as adolescentes, os documentos evidenciam uma busca por analisar sua experiência sexual, avaliando elementos da honestidade de seus relatos e da acusação que estava sendo realizada. Os achados de Pimentel et al. (1998) evidenciam que, no sistema judiciário, a visão sobre crimes sexuais está vinculada à imagem que se faz da vítima e de seu comportamento. E esses achados não são somente expressão da realidade brasileira. MacMartin e Wood (2005) elencam que tanto a idade das vítimas, como também os danos psicológicos e a violação da confiança foram considerados fatores agravantes nas sentenças proferidas por juízes canadenses. Similarmente, Waterman e Foss-Goodman (1984) também encontraram que as adolescentes são mais culpabilizadas do que as crianças pelas violências sexuais sofridas. Assim, pode-se observar que a hierarquização de crimes de violência sexual realizada pelos entrevistados é expressão das representações sociais reproduzidas pela literatura acadêmica e por diversas instituições sociais, inclusive aquelas cujo objetivo é reprimir esse tipo de crime.

3.2.2.4 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM INTERAÇÃO SEXUAL COM ADULTOS: INOCENTES, SEDUTORAS, COAUTORAS E VÍTIMAS

Autores da literatura especializada (BORN, 2005; ESBER, 2009; FALEIROS e CAMPOS, 2000; HANSON, 2003; MACHADO, 1998; PINTO JUNIOR, 2005; SCHMICKLER, 2006; ZÚQUETE e NORONHA, 2012), encontraram que os AVS podem considerar suas vítimas como sexualmente sedutoras – sejam elas crianças, adolescentes ou mulheres adultas:

Os agressores sexuais de crianças traduzem-se por uma visão do mundo em que ter relações sexuais com crianças é algo visto como “normal”, e que não leva a consequências nocivas para suas vítimas. Isto faz com que minimizem seus atos, afirmando terem sido provocados e seduzidos pela criança ou que sintam que o abuso sexual não tenha sido forçado, nem traga sequelas físicas e psicológicas às vítimas. Essas afirmações fazem frequentemente o agressor trocar de papéis, passando de agressor a vítima em seus discursos. É também comum justificarem seus atos por amor à vítima (ZÚQUETE, e NORONHA, 2012, p. 1370, grifo do autor).

Em trabalho anterior (ESBER, 2009), verifiquei que um pai que, tendo praticado abuso sexual contra suas duas filhas por um período de tempo prolongado, oscilou entre responsabilizar-se pela violência sexual que cometeu e culpabilizar suas filhas vítimas, acusando-as de tê-lo sexualmente seduzido. A literatura por vezes interpreta tal fato como uma tentativa psicológica de negar a culpa, projetando na vítima a responsabilidade pelo acontecido e desresponsabilizando-se por seus atos (FORWARD e BUCK, 1989; VECINA, 2002). Considerando que este é um tema que considero ainda obscuro e de grande relevância para a produção científica em geral (conforme descrito na seção 2.3) e para a presente tese em particular (pois refletem suas representações sociais sobre as vítimas), investiguei as maneiras pelas quais os entrevistados representam crianças e adolescentes em interações sexuais com adultos, a partir de quatro eixos de questionamentos: 1- relações entre os conceitos crianças, adultos e sexualidades; 2- relações entre os conceitos adolescentes, adultos e sexualidades; 3- se os entrevistados acreditam que crianças e adolescentes gostam de interações sexuais com adultos; 4- se os entrevistados acreditam que crianças ou adolescentes poderiam sexualmente seduzir adultos. O primeiro eixo buscou analisar as relações que eles fazem entre os conceitos crianças, adultos e sexualidades:

Amarildo: Isso não pode nem existir né, não pode nem existir. Só de falar criança, já falou tudo. Sexo, não tem como, né? Não pode. Criança é uma criança, é uma coisa frágil. Imagina sexo com uma criança, né? Não dá. // Eu não sei como seria, ne? Eu mesmo eu não tive [penetração]. Eu senti o prazer em tocar, então eu não sei como que é isso de [penetração com] criança. Para mim, não tem graça. Assim, a gente não penetra na criança. No adulto, a gente já penetra.

Anderson: Criança é criança, não tem como não. Eu nem sei o porquê que o cara faz isso não. Não é porque que eu sou acusado disso que eu vou saber, né? Porque eu nunca fiz isso. Se eu fosse um estuprador ... mas isso aí, eu não dou conta de entender não. Tantas pessoas [adultas] que tem por aí e você interessar por uma criança? Eu nem dou conta de explicar isso, fica sem resposta. Eu encabulo como é que a pessoa interessa [sexualmente] por uma criança, porque mulher tem demais da conta. Pra que eu vou interessar por uma criança? Por que? Qual o motivo? Acho que é muito egoísmo. // A pessoa mexer com criança! Um absurdo, porque criança nem corpo tem. É uma criança. Chegou aqui um velho de idade falando que estuprou a sobrinha dele. Ainda falou do corpinho dela, que mexeu na perereca dela. Que corpo que uma criança tem? // Eu fico desorientado quando é criança, porque a pessoa adulta pelo menos tem defesa, não é? Se você for mexer com qualquer pessoa adulta, ao menos, ela dá conta de gritar ou sair correndo. Agora criança? Tem gente que mexe com criança de três anos, com criança de sete anos, porque não tem defesa nenhuma. É isso que eu acho pior. // A criança é inocente, dá uma balinha, dá dinheiro, um real. Eu vejo direto isso lá no meu setor. Senhor de idade desce no córrego lá com criança, dando balinha pra criança, um real, dois reais, dez reais.

Armando: A criança e o adolescente, doutora, elas são indefesas de tudo, né? Elas não têm proteção de ninguém. A única proteção que ela tem é do pai e da mãe. Se eles não tiver [estiverem por] perto, elas ficam vulneráveis a esse tipo de pessoas. São indefesas. // A criança passa a conhecer o mundo e abrir a cabecinha a partir dos quinze anos. Até uns dez anos, criança pra mim não sabe nada, né? // A partir de uns quinze, dezesseis, dezessete anos pra frente, a criança já fica mais esperta, mais sabida das coisas, já sabe se sair de algumas coisas. Uma criança de catorze, quinze anos não tem força pra combater com um homem. // Não tem graça [sexualmente falando] alguma em crianças e adolescentes. Considero que a atração sexual entre pais e filhas é um ato repudiante.

Bruno: Eu penso que não é certo não, né? Eu penso que não. Porque um adulto tendo um relacionamento com uma criança! É de menor, né? Eu acho que não é certo. Tem que ser um de maior, eu penso comigo assim.

Emílio: Isso não passa na minha cabeça nem a pau, meu Deus do céu! Tem um velhinho lá na minha cidade que foi condenado com negócio de pedófilo de criança. Criança, menino pequeno. Meu Deus do céu! Eu não dou conta desse negócio. Isso não entra na minha cabeça. É uma coisa errada, entendeu? Porque uma pessoa dessa idade, tem que dar é carinho.

Fabiano: Que pensamento de sexo que tem uma criança? Criança não tem pensamento nenhum. Criança é muito inocente. Pensa uma pessoa adulta chegar a cometer um crime com uma criança! Só pode ser um monstro¹⁷¹. Isso não é coisa de uma pessoa fazer com uma criança.

João: Igual eu vejo criança de quatro, cinco anos, três anos, que estupra elas, os próprios pais fazendo coisas erradas com elas, estuprando uma criança de quatro, cinco anos. Uma criança de quatro, cinco anos pensa alguma coisa de sexo? Claro que não!

Leandro: Nossa, eu não sei te explicar não. Acho que normal não é não, né? Porque um adulto com uma criança, isso não é normal. Tá vendo que a criança não aguenta um negócio desse [penetração] ... Ah, não sei te explicar não. A criança não tem a capacidade [física] de uma pessoa adulta.

¹⁷¹ Note-se aqui a imagem de monstruosidade do AVS, potencializada pela ideia da inocência sexual da criança, conforme já foi discutido na seção 3.2.2.4.

Luiz: Uma criança ainda não tem essa coisa do sexo. Eu sou pai, né? Então, eu posso falar de várias formas. Uma criança é um anjo para mim. Minha relação com todos os meus filhos é uma relação de muito afeto, muitos ensinamentos e de uma amizade sólida. Então, para mim, criança é um anjo, definindo a história.

Marcelo: Ah, não tem graça, né? É uma coisa sem graça, né? Como se diz, criança é uma coisa de Deus, né? Não sabe ainda o que que tá acontecendo. Não sabe o que é sexo, não sabe nada.

Mauro: Pra mim, isso é errado, né? Eu acho assim: cada pessoa, uma idade, né? Talvez não se compare. São idades incompatíveis.

Paulo: É assim, doutora, é muita inocência, né? Se chegar uma pessoa estranha perto de criança e der uma balinha, ela vai com ele.

Ricardo: Um absurdo. Pra mim, eu acho um absurdo. Eu acho! Porque não tem lógica um trem desse, não entra na cabeça de ninguém. Só de você falar criança e sexo, não tem nada a ver. Não tem cabimento. Não existe uma coisa dessa. Não bate, não tem como, porque uma criança é criança, o adulto é adulto. Tanto o homem como a mulher foi feito para isso. Então, não tem como. É inconcebível, não tem lógica.

Samuel: Eu tenho uma filha mulher. Hoje em dia, não adianta você esconder nada [sobre sexualidade] de criança. Até a televisão tá escancarando. Então, criança e sexualidade, a senhora tem que ensinar pra ela, conversar desde pequeno, o que é e o que não é, o que pode e o que não pode fazer, o que deve e o que não deve. Porque é igual droga: não adianta a senhora esconder. // A criança não sabe o que faz, é inocente de tudo.

Sérgio: Criança não tem sexualidade. Eu vejo assim que não. Ela nem sabe o que é isso. Totalmente inocente.

Quando questionados sobre as relações que estabelecem entre os conceitos crianças, adultos e sexualidades, os entrevistados revelam os seguintes aspectos: 1- as interações sexuais entre esses personagens são nomeadas como crimes de violência sexual, atos moralmente condenáveis por serem absurdos, inconcebíveis e ilógicos; 2- ao AVS, é atribuída uma caracterização de anormalidade e monstrosidade, potencializada pela representação de assexualidade, não atratividade, inocência sexual e vulnerabilidade de crianças; 3- há incompatibilidade física, sexual e emocional entre crianças e adultos. Suas representações sociais, pois, não diferem daquelas apresentadas pelo senso comum para o qual, segundo Meyer (2007), a assexualidade e a vulnerabilidade física e social de crianças são entendidas como características inatas e colocam a moralidade como questão central para sua sexualidade. São também concepções similares àquelas propostas nos marcos legais que regulam o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (seção 2.5) e ainda àquelas produzidas e reproduzidas pela mídia brasileira (seção 2.4).

O segundo eixo de questionamentos buscou entender como os entrevistados interpretavam as interações entre os seguintes três conceitos: adolescentes, adultos e sexualidades. Eles se manifestaram da seguinte maneira:

Anderson: Antigamente, os adolescentes namoravam só de pegar na mão e depois iam casar. Hoje em dia, tá morando junto, namorado dorme com a namorada na casa dos pais de ambas as partes, né? Então, eu acho que a adolescente tá muito vulnerável sobre esse tipo de coisa [violência sexual], porque ela ainda é muito inocente.

Bruno: Ah, eu acho que não é certo não. Não pode não, né? Acho que não. Acho não, tenho certeza que não. Não pode fazer isso não. Como é que ele [adulto] sai com uma adolescente? Não pode, tem que caçar [procurar] uma pessoa mais igual a ele, da idade dele. Eu acho que não é certo não.

César: Muitas vezes, uma adolescente com treze ou catorze anos sabe o que tá fazendo [sexualmente falando], mas já vai forçada. Por algum motivo, ela vai forçada.

Danilo: Uma menina de treze anos não é uma pessoa adulta na cabeça não. Ela pode entender de caneta, computador, mas a cabeça dela ainda é de criança. Então ela é fraquinha, fraquinha. Aí, se a pessoa tem um bom papo, leva ela [para o sexo], não é?

João: A pessoa adolescente já sabe o que quer, já sabe o que faz. Uma criança não. Quantas meninas de doze, treze anos aí que tá com um filho nas costas, que tá com um filho nos braços, não é verdade?

Karen: Essas adolescentes poderiam ser sexualmente coagidas por adultos?

João: Tem não, tem não, tem não. Nem pai nem mãe têm poder sobre filhos. Eles têm poder quando é criança, quando é criancinha pequenininha. Agora adolescente, não. Não têm poder não. Porque ela deixou, eu tô só supondo, porque uma mulher¹⁷², quando não quer ser abusada, como se diz, estuprada, ela esguerreia, ela grita, tem pau, tem pedra. Agora um pai que pega uma adolescente, como se diz, na moral, alisa, faz o que quer, é porque ela deixa¹⁷³.

Karen: Nestes casos, elas podem ser consideradas como vítimas?

João: Não é vítima não. Aí essa já não é vítima como uma criança¹⁷⁴, né? Criança é mais, porque é inocente.

Luiz: Igual essa menina do meu processo mesmo. Para mim, adolescentes são pessoas muito promíscuas¹⁷⁵, a gente vê elas se vendendo a troco de bananas. Eu acho isso tudo muito deprimente doutora, muito deprimente.

Mauro: Na minha forma de pensar, eu acho que adolescente e sexo tá errado, né? Ela não é compatível com a idade da outra pessoa [adulta] pra fazer isso, né?

¹⁷² Note-se que João considera adolescentes como mulheres adultas.

¹⁷³ Sem me pretender a uma análise aprofundada, pontuo que suas representações sociais sobre adolescentes parecem refletir sua própria história de vida, pois ele saiu de casa aos sete anos para morar nas ruas, onde certamente teve de aprender a se defender sozinho.

¹⁷⁴ Observe-se que João realiza uma hierarquização dos crimes de violência sexual, característica bastante presente nas narrativas dos entrevistados e foi anteriormente discutida na seção 3.2.2.3.

¹⁷⁵ Apesar de considerá-las dessa maneira, em outros momentos de sua entrevista, Luiz também demonstrou condenar moralmente as relações sexuais entre adolescentes e adultos. Ele se referiu com indignação ao caso de um senhor que foi inocentado pela Justiça, pego em flagrante com duas adolescentes em um motel: “E o juiz entendeu que, apesar delas serem menores, etc., etc., aquilo ali foi uma coisa descabível e acabou absolvendo ele, devido ao tamanho e desenvoltura delas, né? Um absurdo”. Observe-se ainda que o entrevistado associa a promiscuidade às adolescentes meninas – e não aos meninos. Isto mostra como a categoria gênero perpassa este tipo de classificação.

Paulo: O adolescente já tem um pouco mais de experiência e juízo do que uma criança, né? O adolescente sabe do certo e do errado [sexualmente falando]. Esse é o meu modo de pensar. Por exemplo, se chegar uma pessoa estranha perto dela, o que ela vai fazer? Ela não vai dar moral. // Eu fico entre as duas paredes. Ou ela ali foi usada à força, a senhora tá entendendo? Ou então, ela fez isso por si própria, ela quis. Ou a pessoa ameaçou ela com uma faca, com um revólver, canivete ou então a pessoa pagou com dinheiro, alguma coisa e ela aceitou. Esse é o meu modo de pensar.

Ricardo: Eu acho que adolescente não tem nada a ver com adulto. Então, eu acho que já é errado, penso eu, você transar com um adolescente de quinze, dezesseis anos. Está totalmente errado. Não tem lógica. Primeiro, já é crime. // Mas infelizmente, hoje tem esse negócio, né? Tem adolescente hoje que não sabe nem o que quer da vida e já tá transando. Não sabe nem o significado do sexo, mas tá transando do mesmo jeito.

Ao serem chamados a pensar os conceitos adolescentes, adultos e sexualidades, os entrevistados acima apresentados se referem aos personagens meninas adolescentes e homens adultos, assim como o fizeram nas seções 3.2.1.1 e 3.2.1.3, demonstrando cristalização dos lugares de autor e de vítima de violência a partir da categoria gênero. A interação sexual entre os dois foi considerada moralmente condenável e nomeada como um crime de violência sexual. As adolescentes aparecem em suas narrativas de diversas maneiras, por vezes até contraditórias: 1- como vítimas, dada sua vulnerabilidade expressa pelas diferenças de idade e maturidade sexual em relação aos adultos; 2- como mais amadurecidas física, sexual e intelectualmente do que crianças e, nesse sentido, com maior discernimento e possibilidade de defesa contra uma possível violência sexual; 3- como aquelas que podem ser submetidas à violência sexual à força ou ainda sexualmente seduzidas por adultos; 4- como capazes de desejar ou consentir com a interação sexual, pois podem ter vida sexualmente ativa; 5- como sexualmente inocentes; 6- como sexualmente promíscuas (como assevera Luiz), podendo consentir com o abuso sexual (como afirma João) e nesses casos não são nomeadas como vítimas.

O terceiro eixo de questionamentos buscou explorar se os entrevistados acreditam que crianças e adolescentes gostam de interações sexuais com adultos. Com os assumentes, discutiu-se sobre suas próprias vítimas e com os negadores sobre crianças e adolescentes hipotéticas. Busquei investigar estas concepções por vezes em perguntas diretas e, em outras, este foi um tema espontaneamente trazido à tona:

Adriano: Não gosta não. Pelo contrário, gera sofrimento, né? Igual ela [sua vítima, desconhecida], pediu dinheiro, disse que tava precisando de roupa. Foi só por isso que ela quis.

Amarildo: Eu sabia que se eu não procurasse, ela [enteada] não ia fazer isso [ter iniciativa para o sexo]. Ela não ia procurar eu pra isso. Ela não gostou do que aconteceu, tenho certeza. Foi iniciativa minha mesmo.

César: A criança não vai sentir prazer, porque não sabe o que tá fazendo. Adolescente já sabe, mas se sente ameaçado. Por qualquer coisa, ele se sente ameaçado. Agora a criança não tem jeito, uai. Como é que uma criança de quatro, cinco anos vai sentir prazer numa coisa que ela nem sabe o que é que é? Ela nem imagina que aquilo existe. Quem vai sentir prazer é o sem vergonha, que tem que cortar a cabeça dele. Ele que é sem vergonha. A criança não.

Cristiano: Não sei. Mais ou menos, né? Mas desse jeito aí, à força, quem é que vai sentir [prazer sexual]? Desse jeito aí, eu acho que só pode ter sido eu, né? Porque ela [sua vítima] mesmo não ia sentir, né? Desse jeito aí, na tora, quem é que gosta? Ninguém gosta, né?

Fabiano: Eu creio que não, senhora. Criança não gosta disso e adolescente também não. São inocentes de tudo.

Marcelo: Até hoje, eu penso que elas [suas vítimas] nunca gostaram daquilo.

Paulo: Não. Criança nenhuma, criança nenhuma gosta. Nem adolescente. // Ninguém gosta. Ninguém gosta. Isso é uma coisa que deixa marca.

Ricardo: Não, de maneira alguma. Jamais eu posso falar que ela [enteada] gostou. Tenho certeza que foi péssimo para ela.

Ronaldo: Ah, eu acho que não, viu doutora. // Ele [filho] não gostou, porque tava com dez anos, mas ele entende algumas coisas. Ele sabia que tava errado, né? “Ah, meu pai tá fazendo isso comigo, pegar eu aqui, levar pro mato, fazer relacionamento comigo, ter um relacionamento comigo?” Às vezes, ele ficava comigo, caladinho¹⁷⁶, não falava nada, mas eu sabia que ele sabia que tava errado. Mas às vezes, eu bebia e fazia as coisas com ele. Eu já tava com o rabo cheio de cachaça. O que me estragou mesmo foi a bebida.

Nenhum dos entrevistados acima relata acreditar que crianças ou adolescentes podem gostar ou ter prazer sexual a partir da interação sexual com adultos. Esta constatação, em certa medida, problematiza a ideia de que os AVS entenderiam que elas gostam de tais interações, pois possuiriam distorções cognitivas que, em última instância, os facilitariam à prática da violência sexual (conforme preconizado pela Psicologia cognitivo-comportamental e já discutido na seção 2.3). Sem me propor nesse momento a contrapor tal teoria (até porque seriam necessários mais elementos para tanto), reflito que este é um tema que definitivamente merece cuidadosa investigação científica futura.

Um quarto eixo de questionamentos investigou se os entrevistados acreditam que crianças ou adolescentes poderiam sexualmente seduzir adultos. Perguntei aos assumentes se eles achavam que suas próprias vítimas os haviam seduzido; aos negadores, se crianças ou adolescentes hipotéticos poderiam fazê-lo. Os entrevistados retrataram três grupos distintos: 1- crianças em situação de abuso sexual; 2- adolescentes em situação de abuso sexual; 3-

¹⁷⁶ Note-se o silêncio dos envolvidos na violência sexual intrafamiliar, característica também presente em Amarildo e Sérgio (seção 3.2.1.3).

adolescentes em situação de exploração sexual comercial. No que diz respeito às primeiras, eles assim se posicionaram:

Armando: De jeito nenhum. Se eu falar pra você, é mentira. Acho que a criança e adolescente, eu acho que ela não fica se exibindo, se mostrando pra um adulto não. São inocentes, não entendem disso.

César: Nunca. Nunca. Nunca uma criança faria isso. Não tem como uma criança fazer isso, não tem maldade nenhuma na cabeça! A cabeça dela é só felicidade, só alegria, só mostrar a alegria dela pra gente. // O cara que faz a cabeça de uma criança é doído, psicopata. Tem que cortar a cabeça dele, igual fizeram com um aqui, há uns quatro meses atrás, a senhora ficou sabendo¹⁷⁷?

Fabiano: Pode ser da pessoa também estar se sentindo seduzido pela criança também. Pode acontecer também. // Mas de todo jeito, a criança sempre é a vítima, né?

Leandro: Eu acho que se ele estiver drogado, é o efeito da droga. Se ele não tiver, alguma coisa a criança deve ter dado um motivo para ele, pode ter seduzido¹⁷⁸ ele. Quer dizer, eu penso assim, não sei.

Mauro: Não, eu acho que a criança não seduz. Não tem como ser uma criança que seduz. Muitas vezes, acontece na família. É sobre a bebida, sobre o álcool, sobre as drogas. Isso é péssimo, não é uma coisa boa pra gente ver [na televisão], eu acho isso errado.

Samuel: No caso, uma criança que foi estuprada, o cara fala que ela se insinuou. Às vezes, ela tá brincando, na inocência de criança. O cara vem e entende aquilo. Louco, porque pra mim, isso é louco. Vê e entende aquilo como se ela tivesse insinuando, vai e pega a criança.

Crianças em situação de abuso sexual foram consideradas pelos entrevistados a partir de três características: sexualmente inocentes, sexualmente sedutoras e vítimas¹⁷⁹. Baseados na primeira, reforça-se a ideia dos AVS como loucos, psicopatas ou doentes mentais e, nesta condição, merecedores das mais cruéis punições, dentre elas até mesmo assassinatos. Esta inter-relação entre as concepções de infância e adultez e de sexualidade e assexualidade é comum nas sociedades, conforme indica Kleinhans (2002).

As adolescentes em situação de abuso sexual são o segundo grupo retratado pelos entrevistados, quando se questiona se elas poderiam sexualmente seduzir adultos:

César: Adolescente, eu já mudo de ideia, porque muitas vezes ela sabe o que tá fazendo. Então, eu já penso assim: sabe, mas tá forçada a fazer alguma coisa por medo, tá sendo ameaçada e às vezes é seduzida por um homem ou pelos presentes que ela tá ganhando. // Sabe o que é que tá fazendo, doutora, apesar de ser forçada. Ela se sente ameaçada, e

¹⁷⁷ Essa história já me havia sido contada por outras pessoas dentro da penitenciária. De acordo com o que foi falado, decapitaram um AVS e jogaram sua cabeça pela janela, de maneira que ela caiu no pátio da penitenciária.

¹⁷⁸ Nessa parte da narrativa, Leandro apresenta a ideia da criança sexualmente sedutora, contrariamente à manifestação da criança como inocente na seção 3.2.1.3.

¹⁷⁹ Conforme também evidenciado na seção 3.2.1.1.

vai concordar com aquele cara tá fazendo, aquele doente¹⁸⁰, não é isso? Aí acontece as coisas. // Hoje, a senhora vê na televisão menina de dez, onze anos, já moça, cantando, se evoluindo.

Cristiano: Ela não me seduziu, mas ela não falava nada, ela me beijava também, né? Entendeu? Do jeito que eu beijava ela, ela me beijava. Daí, fiquei de boa com ela, achando que ela estava querendo aquilo ali também. Acho que ela estava com medo, pra ela estar fazendo aquilo. Só pode. Ela estava com medo de eu matar¹⁸¹ ela, alguma coisa, pra ela estar fazendo daquele jeito lá.

Emílio: Pode seduzir sim. No dia que aconteceu esse negócio mesmo, eu tomando, tomando, eu vendo aquele menino mexendo comigo. Direto ele pegava em mim e eu saindo fora. Eu estava numa festa bebendo junto com o pai dele.

Mauro: Hoje em dia, essas coisas de sexo, tá na troca de droga, tá no crack, trocar o corpo por crack. Seduzem sim. Quantas e quantas meninas que a gente vê?

Ricardo: Não sei. Provavelmente deve ter adolescentes que fazem isso [seduzir adultos]. Eu acho que [a violência sexual] deve ser a [experiência] mais horrível possível [para a adolescente], penso eu. Mas não tem como mais eu me culpar [sobre o estupro cometido contra a enteada], não tem como, eu sou culpado de tudo! Ela foi uma vítima minha, com certeza.

Samuel: A gente vê muitas adolescentes que têm o raciocínio de criança e têm muitas que não. Nem todas adolescentes são coautoras e nem todas são vítimas. // A senhora reconhece uma menina malandra quando mente pra senhora, quando faz uma coisa errada. Só de conversar com ela, a senhora sabe que aquilo não é verdadeiro.

Primeiramente, ressaltos aspectos expressos por dois entrevistados no tocante às adolescentes em situação de abuso sexual, que considero relevantes para a presente análise: 1- Cristiano, apesar de ter manifestado que sua vítima não o seduziu, interpretou sua passividade durante o estupro como uma concordância. Em momento posterior de reflexão sobre este comportamento, julga que ela poderia estar com medo de ser assassinada. Ainda assim, conforme evidenciado na seção 3.2.1.1, ela é por ele categorizada como vítima da violência sexual que praticou; 2- Emílio considera que adolescentes podem seduzir adultos, relatando que tal fato ocorreu em sua vida, quando o menino (que ele não considera como sua vítima, conforme mostrado na seção 3.2.1.1) tomou iniciativa para a interação sexual.

No que diz respeito aos demais entrevistados, em um contexto geral, observa-se unanimidade quanto ao fato de que adolescentes em situação de abuso sexual podem seduzir adultos. Entretanto, são concomitantes a estas representações o entendimento que: 1- as adolescentes são vítimas de violência sexual (excetuando-se um entrevistado que as classificou como coautoras e não vítimas); 2- a violência sexual é um evento de natureza aversiva para as

¹⁸⁰ Observe-se novamente a ideia do AVS como uma pessoa que possui algum tipo de problema psicológico.

¹⁸¹ Segundo consta no prontuário institucional, Cristiano entrou na residência da vítima e a ameaçou com um revólver enquanto praticava a violência sexual.

vítimas; 3- as adolescentes podem estar sendo forçadas ao abuso sexual ou seduzidas por adultos; 4- os homens que impõem a violência sexual a elas são classificados como doentes mentais.

Pontuo ainda que a categoria gênero novamente perpassa as narrativas dos entrevistados sobre a violência sexual, uma vez que usualmente a menina é retratada como sexualmente ativa e sedutora de homens. Não se faz menção à possibilidade de que elas (ou os meninos adolescentes) seduzam mulheres adultas. Também os adolescentes meninos esparsamente aparecem como possíveis sedutores de homens adultos e o único entrevistado que se referiu a isso foi Emílio, quando relatou sobre sua própria vida.

O terceiro e último grupo retratado pelos entrevistados foi: adolescentes em situação de exploração sexual comercial. Quando questionados se consideram que elas poderiam sexualmente seduzir adultos, explicitam:

Adriano: Ela [sua vítima, uma adolescente de doze anos] devia ter temor, né? Porque foi ela que quis, né? Não foi eu. Ela devia, né? Hoje, se ela conhecer a palavra de Deus ... Eu conheço a palavra de Deus. Eu peço pra Deus me perdoar. E se ela fez por maldade, se ela tava recebendo dinheiro do patrão, hoje ela vai ter consciência com Deus, né? // Porque não fui eu, né? Eu não considero que eu sou um estuprador. Eu não estupro ela. Ela que seduziu, né? Ela quis. Se foi pago, se foi minha ex-mulher que conversou com ela pra ela fazer isso... Eu não sei se ela era virgem, se ela tinha transado com o patrão. Não sei se o meu patrão tinha caso com a minha mulher e com ela. // Hoje, eu penso na minha cabeça que essa menina não era virgem, e quando eu queria deitar com ela, ela não devia, né? Pela hora que ela saiu, até onze horas da noite, ela transou com alguém, né¹⁸²?

Amarildo: Hoje, tem mãe com doze anos, treze anos, né? Treze, quatorze anos, se prostituindo. Então, elas acabam seduzindo... Mas eu não acho que é certo. Para mim, é crime do mesmo jeito. Tanto faz uma criança de um ano ou menos ou uma pessoa de dezesseis, dezessete anos. O crime é a mesma coisa, porque a mentalidade de um adolescente com uma criança é praticamente uma só¹⁸³. Ele pensa, mas não sabe o que quer, se aquilo é certo ou se não é. Aí, uma pessoa de trinta, quarenta anos vai lá... Ele sabe o que está fazendo, mas aquela criança, aquele adolescente, não sabe.

Anderson: De certo, é porque tá querendo um dinheirinho. Ela seduz, mas eu não culpo ela não, porque criança¹⁸⁴ é criança, né? Ela às vezes tá querendo comprar um vestidinho melhor, um tênis melhor, uma roupinha melhor, um trem melhor. // Se o cara não tiver cabeça que é criança... Só que é criança de moça [adolescente], né? Essas adolescentes não têm a criação da família e vão ao clube sozinhas para tomar banho de biquíni e se insinuar pros adultos. Mas mesmo assim, elas são vítimas, né? Elas se tornam vítimas.

¹⁸² Observe-se que Adriano elenca uma série de razões como argumentos para ter desenvolvido atos sexuais com as adolescentes. Alegações similares foram também constatadas por Cerqueira-Santos et al. (2008), quando investigaram caminhoneiros clientes ou não da ESCCA. Também estão presentes nos discursos de instituições sociais, como quando foi utilizada por Ministros do STF (LOWENKRON, 2007), conforme já explicitado na seção 2.2.

¹⁸³ A não distinção entre crianças e adolescentes foi característica comum nas falas de diversos entrevistados, como será evidenciado na seção 3.2.2.3.

¹⁸⁴ Apesar da pergunta ter se referido às adolescentes, o entrevistado utiliza-se do termo “criança”, o que pode significar que ele não realiza distinção entre estes dois grupos. Esta característica de sua narrativa é comum à de diversos entrevistados, o que será discutido na seção 3.2.2.3.

Matheus: Pela situação que elas se encontram, é vítima, porque fazem isso pra, como se diz, pra comprar uma droga, elas precisa do Estado, do governo, que eles precisam de um tratamento. Oferece o próprio corpo pra ter relação, pra ganhar um dinheiro, pra tratar de um filho, de um bebezinho, sei lá.

As adolescentes em situação de exploração sexual comercial são representadas pelos entrevistados como aquelas que podem seduzir e/ou insinuar-se sexualmente para homens. Agem assim em troca de barganhas como: dinheiro para sobreviver, comprar drogas e cuidar de filhos. Ao mesmo tempo, entretanto, eles são enfáticos em ressaltar que elas são vítimas e não podem ser culpabilizadas em uma possível interação sexual com adultos, em função das diferenças nas faixas etárias e níveis de maturidade física e emocional entre ambos, bem como da ilicitude e condenação moral deste tipo de relacionamento, por eles categorizado como um crime. Ressalto que essa oscilação entre entender as adolescentes envolvidas com a ESCCA como vítimas, diabólicas, pervertidas, desviantes, sedutoras e sexualizadas é comum na sociedade brasileira (NUNES, 2009).

Ao analisar os quatro eixos de questionamentos propostos para abordar com os entrevistados o tema das crianças e adolescentes em interação sexual com adultos, quais sejam: relações entre os conceitos crianças, adultos e sexualidades; relações entre os conceitos adolescentes, adultos e sexualidades; se crianças e adolescentes gostam de interações sexuais com adultos; se crianças ou adolescentes poderiam sexualmente seduzir adultos), apreende-se em síntese que: 1- estas relações são moralmente condenáveis e nomeadas como crimes de violência sexual; 2- há incompatibilidade física, sexual e emocional entre crianças/adolescentes e adultos; 3- crianças são consideradas sexualmente: não atrativas, inocentes e sedutoras; ao mesmo tempo, são retratadas como vulneráveis e vítimas; 4- as adolescentes são conceituadas como mais amadurecidas física, sexual e intelectualmente do que crianças, tendo assim maior possibilidade de defesa. Mas mesmo assim, ainda são vítimas e vulneráveis; 5- adolescentes são sexualmente inocentes e ao mesmo tempo capazes de sexualmente desejar um homem (chegando a ser consideradas como promíscuas) ou consentir com a interação sexual com adultos; 6- nenhum entrevistado julga que crianças ou adolescentes podem gostar ou ter prazer sexual a partir da interação sexual com adultos; 7- crianças e adolescentes em situação de abuso ou exploração sexual comercial podem seduzir e/ou insinuar-se sexualmente para homens, mas ainda assim são vítimas pois são sexualmente inocentes; 8- os homens que impõem a violência sexual a elas são classificados como doentes mentais, anormais e monstros. Suas classificações, pois, estão de acordo com concepções reproduzidas pela mídia, conforme indicam os achados

de Dorneles (2010), que encontrou que as meninas são representadas por revistas brasileiras como inocentes, puras, sensuais, sedutoras e erotizadas, concomitantemente.

3.2.2.5 ADULTOS EM INTERAÇÃO SEXUAL COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO DO DESEJO SEXUAL DE AVS PELAS VÍTIMAS

Diversas narrativas institucionais reiteram concepções de que os AVS praticariam violência sexual por motivos exclusivamente sexuais, em meu entendimento equivocadas. Esse tipo de compreensão foi evidenciado em pesquisa anterior (ESBER, 2009), a partir da análise de diferentes vozes presentes nos documentos oficiais sobre três AVS produzidos por juízes, promotores de justiça e outros profissionais. Nesses, retrata-se uma sexualidade considerada anormal, incontrolável e animalesca, uma maneira de “saciar suas sevícias” (ESBER, 2009, p. 72), “satisfazer sua lascívia”, seu “instinto doentio” ou seus “instintos bestiais” (ESBER, 2009, p. 73). Similarmente, MacMartin e Wood (2005) encontraram que em dezessete das setenta e quatro decisões judiciais pesquisadas, os AVS foram descritos pelos juízes como motivados unicamente pelo seu prazer sexual, usando a criança para a gratificação de seus desejos sexuais “depravados”. Os autores constataram que as explicações sobre a categoria “violência” eram raras, enquanto que aquelas baseadas na categoria “sexualidade” predominavam: “Variadamente invocando a gratificação egoísta dos desejos sexuais dos ofensores, impulsos sexuais, pedofilia e atração dos ofensores às vítimas” (MACMARTIN e WOOD, 2005, p. 139). Por vezes, esse tipo de concepção é reforçado por afirmações da própria literatura especializada: “A intenção no processo de vitimização sexual é sempre o PRAZER (direto ou indireto) do adulto” (AZEVEDO e GUERRA, 1988, p. 12).

Pressuponho serem incorretas as formas pelas quais as instituições, a mídia e o senso comum usualmente retratam a sexualidade de AVS, pois além de se referirem a ela como incontrolável e animalesca, também usualmente categorizam como pedófilos¹⁸⁵ quaisquer indivíduos que cometam atos de violência sexual contra crianças e adolescentes de maneira, indiscriminada e quase automática. Esse tipo de visão reforça uma concepção subjacente de que os motivos pelos quais eles praticariam violência seriam, então, o desejo sexual sentido por suas vítimas. Com o objetivo de contribuir para esse debate, busquei suscitar com os entrevistados assentes discussões acerca da existência (ou inexistência) de desejo sexual pelas vítimas. Dessa maneira, contemplo dois assuntos relevantes para a presente tese: as vítimas de violência sexual na visão dos entrevistados e a sexualidade de AVS.

¹⁸⁵ Sendo que esta concepção excede, inclusive, os limites das definições científicas contidas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV, cujos critérios para a pedofilia já foram apresentados na introdução do presente trabalho.

Adriano: Eu fiz o preço, daí eu, como se diz, ela não era feia, era formosa, formada, já tinha peito e tudo...

Karen: É isso que eu quero saber. O que mais chamou atenção nela?

Adriano: É. Não pensei pela idade, pensei pelo tamanho dela, eu pensei: “Deve ser menina da vida¹⁸⁶, né?” E ela não era feia. Fiquei com vontade [desejo sexual] e falei: “Vou ficar com ela”.

Amarildo: Não sei nem explicar pra senhora o que era a minha curiosidade de saber. Eu queria ver [a vagina da enteada].

Karen: Você queria ver o órgão genital? Ou você queria ver a reação dela quando fosse tocada?

Amarildo: Não! Isso não, porque é uma criança. Ela não ia nem saber o que eu tava fazendo, né? Agora eu sim, né? Eu sabia, porque eu sou um adulto.

Cristiano: Na hora, acho que sim, tive desejo, porque foi eu que fiz, né? // Quando eu vi ela, me senti “de fogo”. // Pode ter sido de repente que eu senti [desejo sexual] por ela.

Emílio: Nossa senhora! Nunca nem passou na minha cabeça, nem passa, entendeu?

Jonas: O que aconteceu foi que um dia minha esposa foi para a casa da mãe dela. Ali, não sei o que foi que deu na cabeça, eu fui dormir. [A filha mais velha] foi dormir na cama junto comigo. Não teve nadinha [violência sexual] não, só fiquei com aquela vontade.

Karen: Você sentiu desejo sexual por ela [filha mais velha]?

Jonas: É isso aí.

Karen: Como é que foi isso?

Jonas: Ixi, foi um arraso, um desmoronamento dentro de mim. Me senti um lixo completo.

Karen: E a filha mais nova?

Jonas: Não tinha atração nenhuma.

Karen: Nenhuma?

Jonas: Não.

Karen: Como é que você passou a abusar dela?

Jonas: Foi um dia de tarde que estava só ela dentro de casa. Eu olhei e senti que ia fazer algo. Quando eu fui [cometer o abuso], falei para mim mesmo: “Não pode não”. Foi quando eu contei para a minha menina mais velha¹⁸⁷.

Karen: Me fala da menina, você sentiu desejo sexual por ela?

Marcelo: Na hora, não tava nem passando nada na minha cabeça, tava andando na rua, bêbado, drogado, Foi isso que aconteceu.

Karen: Mas aí, você se encontrou com essa menina, olhou pra ela e sentiu o quê?

Marcelo: Uai, isso aí eu não sei explicar pra você, porque desejo não foi.

Karen: Foi o que, então?

Marcelo: Não sei nem o que aconteceu comigo. Foi aonde que aconteceu esse fato aí, foi de repente. Cruzou na minha frente¹⁸⁸, que eu me lembre.

Karen: E a mulher [outra vítima] que você estuprou, você sentiu desejo sexual?

Marcelo: Foi, foi sim, foi isso mesmo.

¹⁸⁶ Adriano não chega a explicitamente mencionar o desejo sexual como fator principal para a prática da violência. Mas quando questionado sobre o que havia lhe chamado atenção na adolescente para a aceitação da interação sexual proposta por ela, faz referência ao corpo e à presença dos seios, indicando assim que ela já tinha maturidade sexual.

¹⁸⁷ Nesta parte, ele dá a entender que não teria praticado a violência. Contudo, em outros trechos, assume que a teria cometido. Tratam-se de contradições entre o negar e o assumir a violência sexual, característica discutida na seção 3.1.3.

¹⁸⁸ Tidefors e Kordon (2009) encontraram diversos AVS que relataram ter escolhido suas vítimas aleatoriamente. Foi o caso de Marcelo, Nilton, Cristiano e Paulo.

Karen: Como é que foi esta experiência para você?

Marcelo: Não satisfez. Foi uma coisa forçada, né? Não foi por ela querer ficar [fazer sexo] comigo.

Nilton: Foi isso [desejo sexual].

Karen: Me explica.

Nilton: Não sei explicar não... Fiquei com vontade, ué! [silêncio]

Paulo: Não me chama a atenção [sexualmente falando], isso aí jamais. Isso aí, é igual eu falei para a senhora. Eu errei, foi um minuto mesmo de bobeira mesmo. (Choro)

Ricardo: Não, não, não. Chega até a arrepiar eu. Sinceramente. Porque sinceramente, não adianta eu falar para você o que eu vou falar aqui¹⁸⁹, mas só Deus que sabe. // A minha diferença com ela foi simplesmente na hora da raiva. Foi só a raiva, só isso.

Ronaldo: Eu chegava bêbado, com o rabo cheio de cachaça, chamava ele para sair: "Vamos sair pro mato". Ia pro mato, a gente saía e eu fazia [sexo] com ele. Ficava junto, mas não sentia nada, nada [desejo sexual]. É uma coisa que não sei nem explicar pra senhora o que passava na minha cabeça na hora que pegava meu filho, saía com ele lá pro mato e tinha relacionamento com ele. // Gostar [ter desejo sexual], eu não gostava. Fazia [violência sexual] por causa da bebida mesmo, a senhora entendeu? Não é dizer que tinha aquele relacionamento, tipo assim, amoroso. Fazia por fazer, por causa de bebida. Tudo que entrava na cabeça era bebida, né?

Sérgio: É normal, né? É normal, como qualquer outro pai olha.

Karen: Normal significa o que?

Sérgio: Não tem desejo. Nunca senti isso, foi sempre normal.

Seis dos onze assumentes afirmaram ter sentido desejo sexual por suas próprias vítimas: Adriano, Amarildo, Cristiano, Jonas, Marcelo (por uma delas, a mulher adulta) e Nilton. Os demais (Emílio, Marcelo¹⁹⁰ (pela criança), Paulo, Ricardo, Ronaldo e Sérgio) asseveraram que não possuíram tal desejo. Emílio, Ricardo e Sérgio negam tê-lo sentido alguma vez em suas vidas. Questionados sobre os motivos para cometer violência, já que negavam ter desejo sexual, Marcelo (sobre a vítima criança) e Paulo referem-se à violência como um ato impulsivo e repentino, um minuto de bobeira e mencionam o uso de drogas como um fator que teve importância para a prática da violência sexual. Emílio nega que tenha tido a intenção de praticar a violência e culpabiliza a vítima. Ricardo declara raiva e abuso de drogas, enquanto que Ronaldo praticamente responsabiliza quase que exclusivamente o abuso de bebida alcoólica. Questionados se sentiam desejo sexual por outras crianças ou adolescentes, que não fossem suas vítimas, responderam:

¹⁸⁹ Ricardo demonstra aqui acreditar que a entrevistadora duvida da veracidade do seu relato, fato também ocorrido com Sérgio, quando assim se manifesta: "A senhora pode até duvidar do que eu tô falando, mas só eu sei o que passa dentro do meu coração".

¹⁹⁰ Note-se que o nome de Marcelo se repete como assumente e negador quanto a ter sentido desejo sexual. Isso se deu em função de que ele assim se referiu em relação a cada uma de suas vítimas: a mulher e a criança, respectivamente. Sendo assim, estão relacionadas doze pessoas, mas de fato são apenas onze assumentes.

Adriano: Não, eu tenho temor, né? // Lá na zona, tinha muita menina de menor, só que eu nunca fiquei com de menor em zona. Nunca quis.

Amarildo: De jeito nenhum. Não sentia.

Karen: Nada, nada, nada? E curiosidade?

Amarildo: Não, isso foi uma coisa que aconteceu com elas [filha e enteada].

Cristiano: Não, não. Sangue de Jesus tem poder! Não, eu nunca tinha pensado nisso. Foi tudo muito de repente [violência sexual]. Nunca mais.

Emílio: Nem por esse menino e nem por nenhum. Eu gosto de criança, tenho meus parentes, tenho meus sobrinhos, tem sobrinha, tem um punhado de gente na minha família, só menino.

Jonas: Não, não. Nunca senti desejo por outras crianças. Só pelos filhos¹⁹¹. Nunca senti, nem sinto.

Karen: Qual é a diferença? Me explica isso.

Jonas: Não sei, eu fico pensando: porque eu fui agradecer da minha filha¹⁹²? Porque foi só ela? Porque não foi com as outras [crianças desconhecidas]? Porque eu não tinha atração pelas outras, só por ela?

Paulo: Nunca aconteceu. Nunca, nunca, nunca, nunca, jamais. Isso aí, não.

Ronaldo: Não, nunca. Para mim é normal, uma pessoa normal. Eu não sinto nada. Eu sinto a mesma coisa de ser normal. Igual tô falando para senhora, se uma criança chegar aqui, para mim é normal, né?

Karen: Você não sente vontade de se aproximar ou de tocar?

Ronaldo: Não, não, não.

Sérgio: (Risos) Nunca.

Karen: De maneira nenhuma?

Sérgio: Não, de maneira nenhuma, de maneira nenhuma. Nunca nem passou na minha cabeça, nunca. Ao contrário, né? Sempre gostava [de crianças], por exemplo, sempre adorei. Até porque eu tive meus filhos. // Às vezes, o que aconteceu com minha filha, me levou assim, a ficar mais preocupado com criança, né?

Os achados da presente seção, em seu conjunto, possibilitam interpretar que, quando existente (o que ocorreu em seis casos), o desejo sexual foi direcionado apenas às suas próprias vítimas (excetuando-se Jonas que, apesar de ter sentido desejo sexual pelo filho, não praticou violência contra ele). Dessa maneira, algumas constatações podem ser realizadas: 1- nem todos os AVS sentem desejo sexual por suas próprias vítimas; 2- nenhum relatou ter sentido desejo sexual por outras crianças e adolescentes que não fossem suas vítimas – o que não quer dizer que não existam pessoas que assim o experimentam, conforme mostrado em trabalho anterior (ESBER, 2009); 3- sentir desejo sexual não é uma pré-condição para a prática da violência sexual, pois são também relatados outros motivos, como a raiva, uso de drogas e

¹⁹¹ Jonas refere-se ao desejo sexual sentido por suas duas filhas e pelo filho, como já discutido na seção 3.1.

¹⁹² Essa fala de Jonas contrapõe-se aos achados do estudo de Phelan (1995), quando diz que “quase todos os pais afirmaram que ter contato sexual com uma criança fora da família seria um crime muito mais grave” (PHELAN, 1995, p. 14).

outros; 4- pessoas podem sentir desejo sexual por crianças e não praticar violência sexual contra elas (como foi o caso de Jonas). Suas narrativas, portanto, mostram que compreender os AVS apenas sob o prisma do desejo sexual pelas vítimas pode ser uma visão simplista e equivocada sobre a questão da violência sexual. Essas reflexões nos levam novamente à discussão sobre o uso indiscriminado dos termos pedófilo e pedofilia, confusão que inevitavelmente traz consequências:

Considero relevante discutir os efeitos de nomear, entender, regular e combater o “problema” da “violência sexual contra crianças” enquanto “pedofilia”. [...] essa cruzada moral tem menos garantido a proteção de crianças “de carne e osso” contra as várias formas de dominação e violência do que levado à disseminação do horror e do sentimento de perigo, à fabricação de figuras estereotipadas, à sobreposição de diferentes atos, ao fortalecimento de uma forma específica de regulação do “problema” (a criminal) e à ênfase na *monstruosidade* moral (LOWENKRON, 2014, p. 252, grifo do autor).

A literatura especializada documenta que existem AVS que não possuem os critérios clínicos para o diagnóstico de pedofilia (BETTARELLO, 1998; BROWN, 2005; ESBER, 2009; KINGSTON et al., 2007) e que a porcentagem de pedófilos dentre aqueles que praticam a violência sexual está longe de ser majoritária, como mostram Finkelhor (1979) e Gutiérrez-Lobos et al. (2001), que encontraram um índice de no máximo de 33%. Ao contrário, verifica-se também que existem pessoas que possuem o diagnóstico de pedofilia (ou que têm preferência sexual por crianças), mas que não chegaram a praticar atos de violência sexual contra crianças e adolescentes (MARSDEN, 2009; SANTOS et al., 2009; SERAFIM et al., 2009):

É consenso que os portadores de pedofilia podem manter seus desejos em segredo durante toda a vida sem nunca compartilhá-los ou torná-los atos reais; podem casar-se com mulheres que já tenham filhos ou atuar em profissões que os mantenham com fácil acesso a crianças, mas raramente causam algum mal (SERAFIM et al., 2009, p. 106).

Em trabalho anterior (ESBER, 2009), problematizei a relação entre o desejo sexual de AVS por crianças e adolescentes e a violência sexual praticada, quando apresentei as narrativas de Pedro, 33 anos, que relatou ter praticado violência sexual contra aproximadamente cem adolescentes, conquanto em seu processo constem apenas dois, ambos com idade de 13 anos. Ele declaradamente tinha preferência e desejo sexual por eles e se intitulava “o verdadeiro pedófilo”. Contudo, além de motivos sexuais, elencou também outros que o favoreceriam à violência sexual:

Apesar de o desejo sexual ser predominante, outras razões também são enumeradas, tais como a ligação com a violência sexual sofrida na infância, o destino, o vício, o desvio mental, a revolta, a falta de convivência com o pai e, por último, mesmo que não diretamente verbalizado, o receio em manter um relacionamento adulto (ESBER, 2009, p. 151).

Sentimentos não sexuais também têm sido mencionados pelos AVS como fatores importantes para começar ou continuar a violência sexual: a necessidade de agressão física ou dificuldade de relacionar-se com outras pessoas (TIDEFORS e KORDON, 2009), raiva e vingança pelas violências sexuais sofridas em suas próprias infâncias (ESBER, 2009), exercício de poder e força (SCHMIKLER, 2006), expressão de emoções para a falta de satisfação em suas vidas pessoais, exteriorização de raiva ou uma forma inapropriada de mostrar afeto ou amor (HARTLEY, 2001). Grotn, Brugess e Holmstrom (1977 apud CHARAM, 1997) indicam três componentes fundamentais no estupro: força, raiva e sexo. Eles consideram-no um ato pseudo-sexual, em que há muito mais desejo de posse de um corpo do que gozo sexual:

O estupro é ato de violência e humilhação realizado por meio sexual. É expressão de poderio e raiva. E a sexualidade no estupro está a serviço de necessidades não-sexuais [...] o estupro é ato de agressão hostil e não resposta à excitação sexual exagerada (CHARAM, 1997, p. 147).

Importante mencionar as contribuições da literatura feminista sobre a violência sexual, que aposta na interpretação de que os AVS possuem necessidade de exercer o poder, controle e humilhação, influenciados por desigualdades estabelecidas por categorias como classe social, raça/etnia, gênero e idade (AZEVEDO e GUERRA, 1988; LANCASTER e LUMB, 1999; MACHADO, 1998; SAFIOTTI, 1997).

Considerando toda a discussão acima, ratifico que é preciso pensar cientificamente a sexualidade de AVS, seja na perspectiva de suas histórias de pessoais, pois “Analisar retrospectivamente a configuração dessa sexualidade fornece elementos para a compreensão das formas pelas quais ela se constituiu” (ESBER, 2007, p. 146), seja do ponto de vista de como a sexualidade se manifesta nos dias atuais e na própria violência sexual. Dentre os inúmeros temas obscuros da produção científica atual sobre a violência sexual, considero que a sexualidade de AVS é definitivamente um deles. Lamentavelmente, isso tem como inevitáveis consequências, em última instância, a intensificação de ideias fantasiosas e irrealis sobre o personagem AVS na mídia, nas instituições e no senso comum.

Ao retomar as discussões realizadas no presente Capítulo, pontuo que os cenários revelados a partir do campo empírico são complexos e multifacetados. A apresentação dos entrevistados evidencia a heterogeneidade das informações sobre suas histórias de vida e sobre

como constroem significados sobre: vivências nas famílias de origem; violências sofridas nas infâncias e suas possíveis conexões com as violências praticadas; suas próprias reações, autoimagem, sentimentos e pensamentos quanto às violências que praticaram; o tipo de relação que estabelecem com suas vítimas e como as representam, dentre outros. São similarmente múltiplas e complexas as possíveis análises sobre as vozes da instituição prisional sobre os AVS e os crimes que os levaram à privação de liberdade. Assim, defendo que qualquer explicação que se proponha a uma homogeneização pode ser considerada simplista. A apresentação dos entrevistados permitiu ainda que se revelassem duas outras características: 1- eles classificam as pessoas que praticam violência sexual contra crianças e adolescentes (ou a si próprios) como monstros, animais, inumanos, doentes mentais, possuídos por forças malignas, dentre outros; demonstram condenar moralmente os atos de violência sexual contra crianças e adolescentes e evidenciam também sentimentos de nojo, raiva e ódio; 2- manifestam contradições entre o negar e o assumir a violência sexual, sendo que a negação pode ser tanto parte de um processo contraditório entre revelar e esconder a violência sexual praticada, bem uma das estratégias de sobrevivência e autoproteção dentro da prisão.

No que diz respeito às representações sociais dos entrevistados sobre crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, estudei-as a partir de três unidades de significação (1- vítimas e vítimas de violência sexual, 2- crianças e adolescentes e 3- sexualidade) e encontrei, em um contexto geral, que eles: reconhecem crianças e adolescentes que experimentam contato sexual com adultos na condição de vítimas, relação esta nomeada como uma violência e um ato moralmente condenável; elencam consequências maléficas da violência sexual para as vítimas e para si próprios, evidenciando sua indissociabilidade; apresentam contradição entre não realizar distinção entre as categorias crianças e adolescentes (representadas ambas como imaturas biológica, psíquica e emocionalmente, em relação a adultos) e entre hierarquizar crimes, entendendo que as primeiras seriam mais prejudicadas quando submetidas à violência sexual; usualmente nomeiam crianças e adolescentes em interação sexual com adultos como inocentes, sedutoras e coautoras, mas sempre vítimas; manifestam que o desejo sexual, quando existente, foi direcionado apenas às vítimas das violências que cometeram, e não a outras crianças e adolescentes. No que diz respeito aos sentimentos sobre a violência sexual praticada, dez dos onze assumentes relatam arrependimento por seus atos e pelas consequências que produziram nas vidas de suas vítimas.

Considerando que as conceituações e caracterizações produzidas pelos entrevistados sobre as três unidades de significação expostas acima se assemelham aos três conceitos parâmetros já qualificados na seção 1.6, constato que suas representações sociais

sobre crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são similares às aquelas apresentadas pelo senso comum, mídia, legislação, literatura especializada e discursos institucionais, nos moldes do que foi discutido no Capítulo 2. Sendo assim, os resultados apresentados permitem interrogar postulados previamente aceitos e estabelecidos, afastando as familiaridades já defendidas, na medida em que colocam à prova ideias – inclusive científicas – como por exemplo as de que são mentalmente doentes, monstruosos, psicologicamente anormais, que possuiriam déficits de empatia para com suas vítimas ou distorções cognitivas que os levariam à prática da violência. Não tenho aqui a pretensão de questionar qualquer uma das diversas teorias atuais sobre os AVS – até porque o presente trabalho não se propõe e também não possui elementos para isso –, mas entendo que os achados evidenciados no presente Capítulo deveriam minimamente provocar futuros pesquisadores para elucidar melhor essas questões, que ainda são obscuras e que considero de especial relevância para a discussão sobre os AVS, suas vítimas e a continuidade das violências que praticam em nossa sociedade.

CONCLUSÃO

O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons.

Martin Luther King

No início da concepção dessa pesquisa, busquei aprofundamentos teóricos sobre algumas inquietações que surgiram ao longo de minha vivência como coordenadora do “Programa Repropondo: atendimento psicoterapêutico a autores de violência sexual contra crianças e adolescentes” e também em minha trajetória como pesquisadora sobre o tema. Mais especificamente, escolhi ater-me à investigação das maneiras pelas quais os AVS conceitualizam as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A predileção por esse objeto de pesquisa deu-se em razão do meu incômodo e do que sinto como uma urgente necessidade de recolocar e reproblematicar a asserção de parte da literatura especializada internacional quanto ao fato de que os AVS apresentariam déficits de empatia para com suas vítimas. Assim, explica-se os AVS a partir do campo estritamente intrapsicológico, concepção essa previamente questionada em trabalhos anteriores (ESBER, 2009; SANTOS et al., 2009). Nesta conclusão, retomarei elementos importantes examinados ao longo do trabalho e tecerei algumas considerações mais abrangentes que possam conectar os diferentes domínios de análise realizados.

Mais uma vez percebo que, quando se estuda os AVS, ainda são suscitados mais questionamentos do que respostas. Talvez isso se dê pelo fato de que esse problema não aceita soluções simples, ou ainda em função de que a literatura brasileira especializada é bastante inicial e incipiente. Dessa maneira, o pesquisador desse campo inevitavelmente se depara com grandes lacunas explicativas e escassez de parâmetros científicos concernentes à sua própria realidade social, apesar de os ter no campo dos estudos internacionais – que não expressam a realidade brasileira. Assim, a presente pesquisa pretende colaborar para o campo de estudos brasileiros que discutem os AVS, tendo como foco de análise suas próprias perspectivas, vozes, visões e narrativas, todas elas entendidas em conexão com os contextos históricos e sociais de nossa sociedade.

A aproximação científica com os AVS não se propõe, de forma alguma, à suavização para um problema que tem cada vez mais nos assustado e chocado. Antes reclusa

ao silêncio das famílias e das instituições, agora socialmente falamos sobre a violência sexual, que tem sido escancarada pela mídia à sociedade e às intuições sociais. Diga-se de passagem, de maneira bastante problemática, sensacionalista, imprecisa e descuidada, veiculando imagens sobre os AVS que, em meu entendimento, estimulam emoções de ódio, vingança, desejo de punição e violência contra eles, bem como torna sua figura ainda mais obscura e desconhecida. Estudá-los não tenciona desculpabilizá-los pela violência que praticaram, pois não tenho dúvida que cometeram crimes que produziram consequências nocivas, dramáticas e profundas na vida de suas vítimas e de suas famílias. Entretanto, entendo que tê-los como sujeitos de pesquisa faz-se imprescindível exatamente para pensar estratégias de prevenção de violências sexuais contra crianças e adolescentes, pois não há como combater o problema sem conhecê-los minimamente.

E depois de tudo que a presente pesquisa me permitiu ouvir, ver, sentir, vivenciar, experienciar e me emocionar (tanto positiva, como negativamente), não tenho receio em afirmar que, enquanto sociedade, ainda somos ignorantes em relação ao conhecimento de quem são os AVS, uma vez que eles são indivíduos além das imagens sociais estereotipadas produzidas, reproduzidas e, sobretudo, inoculadas no imaginário popular e no senso comum. Infelizmente, temos nos contentado com discursos superficiais que se prestam a falar sobre eles, sem sequer conhecê-los, o que acaba por acarretar uma série de preconceitos e afirmações pouco ancoradas em suas próprias realidades. Desde que iniciei minha trajetória profissional e científica com os AVS, tenho insistentemente reiterado a ideia da necessidade de fortalecer o desenvolvimento de pesquisas e construir reflexões científicas que considerem suas próprias perspectivas como ponto de partida.

Para além da incompreensão em relação aos homens AVS, constatei que existem outros assuntos e personagens da violência sexual contra crianças e adolescentes sobre os quais ainda nos silenciamos, desconhecemos ou pouco reconhecemos, tais como: as mulheres AVS, as mães das vítimas, as esposas dos AVS, os clientes da ESCCA, os aliciadores da ESCCA e os adolescentes AVS. Entender apenas os homens como autores de violência e as meninas como vítimas é contribuir para a cristalização desses lugares a partir da categoria gênero. Como evidenciei, essa é uma característica presente tanto nas falas dos entrevistados, como na sociedade brasileira de uma forma geral. Entretanto, mais cedo ou mais tarde, teremos de nos deparar com esses personagens desconhecidos, pois eles existem e, portanto, não há como negá-los e muito menos ocultá-los. Espero que não demorem a nos incomodar com essa obscuridade, pois praticam violências com consequências graves para si e suas vítimas, provocando sofrimento e dor.

Assim, ressalto a atualidade da temática e o desafio de pensar criticamente a

produção científica contemporânea sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes pelo viés de um de seus personagens mais silenciados e rejeitados: os AVS. No Brasil, a ciência ainda não consegue desobscurecer o tema à população, uma vez que os estudos nacionais são ainda escassos, iniciais e precários. A literatura internacional, apesar de abundante, é alvo de diversas críticas, dentre elas o fato de que as vozes dos próprios AVS são ignoradas e eles desaparecem como sujeitos das pesquisas. Além disso, explica-os a partir de um campo estritamente intrapsicológico (ESBER, 2009) e não expressa a realidade brasileira. Talvez a escassez se deve ao fato de que, sem dúvida, ouvir o que eles têm a dizer não é uma tarefa fácil, pois eles personificam um duplo estigma: doentes e/ou criminosos sexuais. Definitivamente, este é um tema que usualmente nos inquieta e incomoda, um assunto duro, ríspido e sobre o qual muitas vezes escolhemos nos silenciar. Contudo, entendo que escutar o que eles têm a dizer deve ser o ponto de partida de qualquer análise que objetive estudá-los. E esse é um exercício necessário e essencial, pois não se pode mais ignorar os prejuízos que o profundo desconhecimento sobre os AVS provoca na manutenção da violência sexual contra crianças e adolescentes em nosso país.

Ao estudar os AVS desde a perspectiva das Ciências Sociais, assumo o desafio teórico de transcender ao indivíduo (mas não ignorá-lo) e discutir toda uma ordem de situações que suscitam falsas dicotomias e contradições, pois histórica e socialmente vivenciamos certo embaralhamento e borramento de fronteiras entre as noções de: infância, adolescência e adultez; aceitável e inaceitável; doença e crime; normal e anormal; erotismo, pornografia e obscenidade; fantasia e realidade; sexualidade e assexualidade; inocência e monstrosidade (FELIPE, 2006; LOWENKRON, 2013; MEYER, 2007; OLIVEIRA, A., 2009). Neste trabalho, proponho também a existência do entrelaçamento entre categorias como: autores e vítimas; negação e assunção; culpabilização e responsabilização; masculino e feminino; rico e pobre; social e individual; com empatia/sem empatia.

Considerar tais dicotomias ao estudar os AVS no campo científico das Ciências Sociais significa ir além das explicações que dão centralidade à patologia, aos indivíduos e aos seus supostos defeitos biológicos ou psicológicos, concepção essa que entendo ser profundamente redutora. Impõe-se ao campo de análise o desafio de reconhecer que os AVS foram constituídos por essa mesma sociedade, o que nos coloca a tarefa de contrapor à confortável lógica de que tudo o que é mau, monstruoso ou nocivo não foi criado pelos “cidadãos de bem”. Tal contraposição nos convida a refletir sobre o que existe dentro de nossa própria sociedade que permite que esses “monstros” se fabriquem, e o que é mais grave, que

sobre eles não se busque o conhecimento adequado para impedi-los, prestar-lhes atendimento ou puni-los.

A esses argumentos, interpõe-se a lógica atualmente colocada, uma vez que tendemos a afastar de nós a responsabilidade pela continuidade da produção e reprodução da violência sexual em nossos tempos, localizando-a nesse “outro” anormal. Dessa maneira, usualmente deixamos de olhar para nós mesmos e de refletir sobre as maneiras pelas quais nós também contribuimos para que a violência sexual ainda ocorra em nosso mundo, seja no papel de mãe, pai, irmão, avó, avô, vizinho, psicólogo, sociólogo, delegado, juiz, profissional de saúde, jornalista e outros. Sugiro que a reflexão inicial tenha foco nas consequências negativas do desconhecimento, silenciamento, medos, falhas, ausências, concepções equivocadas, ideias preconceituosas e manifestações passionais de opiniões e conceitos que muitas vezes sequer entendemos direito.

Ao apropriar-me da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1985, 2001, 2003) para discutir a violência sexual contra crianças e adolescentes, busco implicar tanto o indivíduo (e aproximar-me cientificamente dos AVS a partir de suas próprias vozes, histórias, lógicas e realidades), como também a sociedade, o contexto histórico, social, institucional e legal. Pretendo assim mostrar as maneiras pelas quais as sensibilidades sociais à violência sexual foram construídas, negociadas e deslocadas ao longo da nossa história. Isso implica reconhecer como o momento atual se diferencia de outros momentos históricos produzindo determinadas representações sobre a violência, expressando um campo de forças mais amplo do que o individual.

No que diz respeito aos desafios metodológicos apresentados – e, na medida do possível, superados – ao longo da execução da pesquisa empírica, alguns referiram-se às peculiaridades com as quais qualquer pesquisador se depara quando seu campo empírico é uma penitenciária, seu público-alvo são os condenados por praticar violência sexual contra crianças e adolescentes e o tema a ser discutido é a violência praticada. Nesse espaço, a dificuldade de fluidez do diálogo e a desconfiança interpessoal são presentes e devem-se ao fato de que esses sujeitos podem ser vítimas das mais diversas formas de humilhação, violências físicas, sexuais e homicídios. Nesse sentido, entendo que negar, pouco se expressar ou ainda não falar sobre os crimes sexuais que cometeram podem constituir-se em estratégias de sobrevivência e autoproteção nas prisões. Some-se a isso o fato de que tratar do assunto da violência sexual praticada, por si só, provoca um efeito embaraçoso, pois são também realizados julgamentos morais pelo senso comum, pelas instituições e até mesmo pela produção científica. Apesar de todas as dificuldades, ainda assim considero que a penitenciária acenou-me como um dos

campos mais férteis que eu poderia encontrar, pois me possibilitou observação dos modos, maneiras, gestos, comportamentos, reticências, silêncios, gaguejos e olhares dos entrevistados, que podem comunicar mais do que palavras.

Para tentar amenizar os efeitos dos desafios metodológicos supracitados, realizei escolhas como a utilização das entrevistas narrativas, que favoreceram a abertura de um espaço de discussão e diálogo com os pesquisados, formato esse que descarta a busca de respostas verdadeiras ou falsas, mas sim focaliza as perspectivas e significações que os próprios entrevistados constroem. Outra adequação necessária à peculiaridade do campo científico foi a pesquisa piloto com quatro entrevistados, que possibilitou revisão do conteúdo do roteiro de entrevistas e a realização de ajustes às entrevistas subsequentes, como por exemplo a decisão de que, para aqueles que negassem as violências sexuais pelas quais foram condenados, tratar-se-ia de crianças, adolescentes e adultos hipotéticos, em uma suposta interação sexual. Assim, a proposta metodológica da pesquisa teve de ir se construindo e reconstruindo no seu decorrer, de maneira que eu pudesse me adequar à realidade complexa e multifacetada que sempre se apresentou aos meus olhos, desde o momento em que submeti o projeto de pesquisa para a autorização de minha entrada no campo empírico até o último dia em que estive na Penitenciária.

No Capítulo 2, discuti as conceituações e características de duas modalidades de violência sexual: o abuso sexual e a ESCCA e percorri uma breve análise de alguns de seus personagens. Examinei as maneiras pelas quais a literatura especializada entende as consequências desses dois tipos de violências para as vítimas, estabelecendo os parâmetros pelos quais a sociedade brasileira atualmente entende tais interações. Depois, analisei diferentes representações sobre adultos, crianças, adolescentes e sexualidade na história. Pude observar que nem sempre as práticas sexuais entre eles foram entendidas como violências sexuais e que a atual preocupação em as preservar de tais atos é proveniente de diversas mudanças estruturais, legais e paradigmáticas, ocorridas mais intensamente no mundo e no Brasil a partir do final do século XX. Em nosso país, foi fundamental nesse processo de redefinição a promulgação do ECA (BRASIL, 1990) e de outros instrumentos legais, que determinaram que suas sexualidades deveriam ser salvaguardadas, dada sua condição de “pessoas em desenvolvimento” (BRASIL, 1990, Art. 6º).

Entretanto, apesar de todas as conquistas da sociedade brasileira para a garantia de direitos de crianças e adolescentes impulsionadas pela mudança de paradigmas, entendo que não podemos manifestar um otimismo no tempo presente, pois ainda vivemos a cultura do patriarcalismo, sexismo, machismo, racismo, obscurantismo, silenciamento e da criminalização

da pobreza, características que alimentam o que foi nomeado pela literatura feminista desde a década de 1970 como *cultura do estupro*, conforme indicam Burt e Albin, (1981). Contribuem ainda para a falta de otimismo os altos índices de violência sexual ainda constatados em nosso país, sendo alarmantes os casos denunciados e preocupantes pelo viés da subnotificação. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015¹⁹³ mostram que, em 2014, foram registrados quarenta e sete mil, seiscientos e quarenta e seis estupros no Brasil. O documento considera que, em média, apenas 35% dos crimes sexuais são notificados, o que resultaria em quase cento e trinta e sete mil casos naquele ano. Menor taxa de notificação é estimada por Cerqueira e Coelho (2014), na nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)”. Nela, defende-se que somente 10% dos casos de estupros são reportados à polícia e estima-se que, no mínimo, quinhentas e vinte e sete mil pessoas sejam estupradas por ano no país.

Além disso, faz-se urgente avançar na desconstrução de vários mitos, como o estereótipo das meninas sedutoras, que alimenta a ideia de que crianças, adolescentes e mulheres são responsáveis pelos abusos que sofreram, representação essa que tem aparecido nos discursos de instituições de grande importância para a sociedade brasileira desde que o assunto da violência sexual foi trazido à tona. Outro mito diz respeito às concepções de anormalidade e monstruosidade exteriorizadas sobre os AVS nos dias de hoje. Mostro que é possível ter o senso comum sofrido influência da ciência médica do século XIX, que classificou as perversões das sexualidades, também nomeadas como anormais, patológicas ou periféricas. Ao trilhar esse percurso histórico, observei que a desnaturalização da sexualidade deve ser ponto de partida para sua análise e que há de considerar o processo de continuamente estabelecer e reestabelecer o que é normal e anormal, o que é permitido ou proibido em cada sociedade, em um período determinado.

Em sendo meu foco entender as representações sociais dos AVS sobre suas vítimas, esbarrei em uma premissa largamente aceita (e concomitantemente criticada e rejeitada) da literatura especializada, que defende que eles possuiriam déficits de empatia para com suas vítimas. Sem se constituir em um objetivo do presente trabalho discutir se possuem ou não possuem déficits de empatia ou mesmo enfrentar os preceitos teórico-metodológicos dessa teoria (sustentada por diversos adeptos da Psicologia cognitivo-comportamental), crítico o fato de que ela se atém apenas ao indivíduo e a seus processos intrapsíquicos. Quando se traz a discussão da violência sexual para a arena das Ciências Sociais, percebe-se que a empatia não

¹⁹³ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2015.

aparece como objeto ou categoria de análise, sendo ela, pois, um conceito do campo da ciência psicológica. Para contrapor à essa visão estritamente intrapsicológica, utilizo o conceito de socialização de Berger e Berger (1978) e a discussão de Jaggar (1997) sobre as emoções, na medida em que ambos autores entendem que as biografias individuais e as maneiras pelas quais individualmente experienciamos nossas emoções estão submetidas às biografias sociais e aos valores da sociedade, em um processo ativo e de construção. Isso se comprova na constatação de que as emoções relatadas pelos entrevistados sobre sua condição de AVS não destoam daquelas que socialmente sentimos sobre eles.

Levantei ainda alguns problemas apresentados pela mídia brasileira, tais como a imprecisão conceitual, a falta de cuidado na veiculação das informações, a patologização, psicologização e psiquiatrização dos AVS, a demonização dos AVS, as descrições dos AVS a partir de sua classe social e a erotização de crianças e adolescentes. Analisei que todas essas características, em última instância, acabam por refletir nas maneiras pelas quais entendemos a violência sexual e seus protagonistas, reforçando concepções equivocadas e preconceituosas, que acabam por alimentar sentimentos negativos aos AVS, aumentando o clamor social por punição, vingança e violência, equivocadamente entendidos como soluções para a questão.

Analisei também as maneiras pelas quais os documentos legais e o aparato jurídico relacionados à proteção de crianças e adolescentes ocupam-se da violência sexual. Evidenciei algumas alterações de significados, que produziram diferenças na maneira de entender o crime de violência sexual contra crianças e adolescentes em nosso país ao longo da história. Pontuei que, amparada pelas reformulações na legislação, a sociedade brasileira passa de uma postura de silenciamento a uma visibilidade intensa da violência sexual nas últimas décadas. Considero ser esse um tema de especial relevância para a presente tese, na medida em que, ao demarcar o que é aceitável ou passível de punição criminal, influenciam-se as concepções que socialmente aceitamos sobre o assunto.

Dediquei uma parte desse trabalho para discutir as políticas públicas e ações não governamentais de atenção aos AVS no Brasil. Mostro que os principais responsáveis pela manutenção da violência sexual em nossa sociedade – os AVS – são usualmente negligenciados enquanto público-alvo de programas de atendimento psicoterapêutico e ações no campo da saúde mental, quase que inexistentes dentro ou fora das prisões. Elenco três níveis de dificuldades para a inserção dos AVS nas políticas públicas brasileiras: individual, interpessoal e institucional. Mostro ainda que, apesar de tais dificuldades, a demanda por tais serviços existe, seja antes, durante ou depois de praticarem violências sexuais. Evidenciei as experiências de alguns raros programas brasileiros e discuti algumas ações internacionais, todas elas na

perspectiva do enfrentamento da violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres e na garantia de seus direitos. Chamo a atenção para o fato de que, até os dias atuais, as instâncias governamentais têm se omitido quanto à proposição de ações que combinem prevenção, tratamento e punição, como políticas públicas de atenção a AVS, caminho esse já trilhado por governos de diversos países do mundo e recomendado por várias associações internacionais.

Observei que majoritariamente restam a eles apenas medidas estritamente punitivas, como as prisões ou os Centros de Internação de Adolescentes. É com todas as consequências e mazelas de instituições que mais prejudicam e degradam do que recuperam, que um dia os AVS retornarão à sociedade, assunto sobre o qual raramente refletimos. Esses mesmo indivíduos, antes considerados monstros, estarão de volta aos laços de sociabilidade familiar e comunitária. Agora, voltarão para o nosso meio e, ao retornar, continuarão sendo pais, avôs, tios, trabalhadores, estudantes ou outros. Conviverão com suas próprias vítimas ou com vítimas em potencial. Ele não é mais um monstro? Ou continua sendo? O que fazemos com ele agora? Isto, de antemão, nos coloca o compromisso de discutir e enfrentar este debate, apesar de nossas resistências e dificuldades para tal.

No Capítulo 3, procedo a apresentação dos vinte e seis homens entrevistados, todos condenados por praticar violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir dos dados coletados em suas entrevistas e em seus processos judiciais. A análise possibilitada a partir dessas informações evidenciou as complexidades, heterogeneidades e particularidades de assuntos como: histórias de vida, vivências familiares, violências sofridas na infância e suas possíveis conexões com as violências praticadas, motivações, reações e sentimentos quanto às violências que praticaram, duração da violência, uso de violência física e ameaças, presença ou ausência de desejo sexual, formas de representar e se relacionar com as vítimas, sexualidades, histórico criminal, dentre outras inúmeras características ainda praticamente desconhecidas e pouco discutidas.

Discuto ainda duas características que emergiram de maneira espontânea a partir das narrativas dos entrevistados. A primeira diz respeito aos modos pelos quais eles representam pessoas que praticam violência sexual ou a si próprios enquanto AVS. Eles se referem a qualificativos como monstruosidade, animalidade, inumanidade, distúrbio psíquico, doença mental, forças malignas, dentre outros. Mesmo que não seja possível no contexto do presente trabalho, considero necessário entender o impacto que isso tem em suas vidas – e como também essas emoções sentidas sobre si próprios refletirão na vida das futuras crianças e dos adolescentes com os quais eles possivelmente conviverão ao sair das prisões. A segunda é concernente ao fato de que os condenados podem negar as violências sexuais e que a negação

se apresenta em diferentes tipos e graus. Além de algumas formas propostas pela literatura especializada, encontrei ainda duas de suas facetas: a primeira manifesta-se pela oscilação entre a assumência e a negação, em um processo de revelar e esconder a violência sexual praticada. Traduzo essas respostas como reações a um contexto no qual se é convidado a falar a um entrevistador desconhecido sobre temas usualmente tratados com reprovação social e repulsa. Já a segunda diz respeito à interpretação da negação como uma estratégia de sobrevivência e autoproteção dentro da prisão, um lugar usualmente hostil para os AVS.

No que diz respeito à investigação das representações sociais sobre as vítimas para os AVS, questão central do presente trabalho, elegi três unidades de significação para a análise de suas narrativas: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes; 3- sexualidade (das vítimas e dos AVS). Comparei os elementos conceituais evidenciados em suas falas nessas unidades com os três seguintes conceitos parâmetros adotados: 1- vítimas e vítimas de violência sexual; 2- crianças e adolescentes; 3- sexualidade. No que diz respeito à primeira unidade de significação, percebi que os entrevistados nomeiam e categorizam como vítimas as crianças e adolescentes que experimentam contato sexual com adultos. Segundo suas acepções, as primeiras não podem ser responsabilizadas por esta relação, devendo os últimos ser culpabilizados. Ao examinar os conceitos gerais que eles possuem sobre vítimas, pude observar que suas representações estão em consonância com o conceito parâmetro adotado na presente tese. Um terceiro aspecto relacionado a essa unidade foi descobrir se os entrevistados reconheciam as consequências da violência sexual para as vítimas. Questionei-lhes também o que achavam que elas pensavam e sentiam sobre eles. Em suas perspectivas, a violência sexual provoca nas vítimas consequências psicológicas, marcas emocionais negativas e indelévels, bem como consequências para a vivência de sua sexualidade e dificuldades em sua vida sexual futura. Reconhecem que elas poderiam manifestar sentimentos de raiva, ódio e mágoa em relação a eles. Aparece ainda a vontade de pedir perdão às suas vítimas pelas violências que praticaram.

Apesar de ter inicialmente aberto para a discussão apenas o tema das consequências da violência sexual para as vítimas, uma outra classe de consequências emergiu espontaneamente de suas narrativas, que intitulei “indissociabilidade de consequências para a vítimas e para os AVS”. Diz respeito ao fato de que alguns deles também relatam consequências da violência sexual para si próprios, como: consequências psicológicas e emocionais indelévels, manifestas por seu sofrimento em relação às violências praticadas e às consequências negativas que produziram na vida de suas vítimas; autoimagem de monstruosidade, perplexidade, arrependimento, culpa, vergonha, nojo e outros sentimentos negativos sobre si mesmos;

decorrências da prisão e das violências sofridas neste espaço; sentimentos negativos sobre terem sido injustiçados por falsas denúncias e pela indevida punição legal.

Apresentei as duas restantes unidades de significação (crianças/adolescentes e sexualidades) em conjunto, pois esses dois temas se entrelaçaram nas narrativas dos entrevistados de maneira tal que qualquer tentativa de separá-los seria improdutiva. Constatei que, mesmo que não tenham se referido explicitamente aos preceitos contemplados pelo conceito parâmetro de crianças, observa-se grande similaridade em sua caracterização. Nota-se ainda que seus conceitos sobre adolescentes são similares aos elaborados pelo senso comum, mídia e literatura especializada. Dois padrões espontâneos, contraditórios e recorrentes foram retratados a partir de suas narrativas: a não distinção entre os conceitos de crianças e adolescentes (segundo a qual ambas são imaturas biológica, psíquica e emocionalmente, com sexualidades pueris, inocentes e não atraentes) e a hierarquização de crimes (de acordo com a qual a violência sexual é mais grave do que outros tipos de crimes e é mais prejudicial para as vítimas crianças, em se comparando com as adolescentes ou mulheres).

Investiguei ainda como os entrevistados representam crianças em interações sexuais com adultos e constatei que eles as caracterizam a partir de qualificativos como assexualidade, não atratividade, inocência sexual e vulnerabilidade. Falam ainda da incompatibilidade física, sexual e emocional entre crianças e adultos. Nomeiam tais interações como crimes de violência sexual, atos que consideram moralmente condenáveis. Assim o fazem mesmo quando minimizam os efeitos negativos para as vítimas, as culpabilizam pela interação que se estabeleceu ou não se importam com elas. Em suas acepções, as pessoas que praticam tais atos são anormais ou monstros. Isto os faz experienciar sentimentos negativos em relação à violência cometida, tais como vergonha, nojo, culpa, arrependimento e ódio.

Adolescentes em interação sexual com adultos aparecem de maneiras contraditórias: são vítimas e vulneráveis em relação a eles, que tanto podem ser submetidas à violência sexual à força, como também sexualmente seduzidas. Apesar de serem capazes de desejar ou consentir com a interação sexual, são concomitantemente sexualmente inocentes. São também retratadas como mais amadurecidas física, sexual e intelectualmente do que crianças, possuindo assim maior discernimento e possibilidade de defesa contra uma possível violência sexual. Apenas dois entrevistados as consideraram como sexualmente promíscuas ou coautoras da violência (pois não tomaram providências para que as violências acabassem) e, nesses casos, não são nomeadas como vítimas.

Nenhum entrevistado disse acreditar que crianças ou adolescentes possam gostar ou ter prazer sexual a partir da interação sexual com adultos. Quando questionados se

acreditavam que elas poderiam sexualmente seduzi-los, retrataram três situações: na primeira, crianças vítimas de abuso sexual foram caracterizadas como sexualmente inocentes, sexualmente sedutoras e vítimas em ambos os casos. Na segunda, adolescentes em situação de abuso sexual foram retratadas como aquelas que podem seduzir adultos, porém são vítimas de violência sexual, pois trata-se um evento de natureza aversiva para elas. Os homens que lhes impõem a violência sexual são classificados como doentes mentais. A terceira situação referiu-se às adolescentes em situação de exploração sexual comercial, que são representadas como aquelas que podem seduzir e/ou insinuar-se sexualmente para homens, agindo assim em troca de barganhas. Ao mesmo tempo, entretanto, elas são consideradas como vítimas, não podendo ser culpabilizadas em uma interação sexual com adultos, que eles nomeiam como violência e um crime.

Um último assunto trazido à análise foi a sexualidade de AVS em relação às vítimas, que compõe a terceira unidade de significação. Decidi investigá-la a partir do viés do desejo sexual por crianças e adolescentes e verifiquei que o sentir não é uma pré-condição para a prática da violência sexual, pois isso ocorreu apenas em alguns casos e não em outros, quando foram elencados fatores como a raiva, uso de álcool e outras drogas (oito dos onze assumentes relataram seu uso), um ato impulsivo e repentino. Excetuando-se um AVS, o desejo sexual foi direcionado apenas às suas próprias vítimas, pois nenhum deles relatou tê-lo sentido por outras crianças e adolescentes. Verifiquei assim a possibilidade de que um homem sinta desejo sexual por uma criança, mas não pratique a violência sexual.

Mesmo sabendo que os dados apresentados devem ser tomados com cautela para interpretações generalistas, esses achados nos levam à discussão sobre o uso indiscriminado e incorreto dos termos pedófilo e pedofilia, categorias que entendo serem insuficientes para a explicação dos AVS e da violência sexual, respectivamente. Problematizo assim as narrativas institucionais, da mídia, do senso comum e até mesmo da literatura especializada que usualmente reiteram esse tipo de concepção. Sugiro a necessidade de considerar cientificamente a sexualidade de AVS, campo atualmente negligenciado pelos estudos especializados, especialmente no que tange às diferentes formas de expressão da sexualidade na violência sexual. Cito como exemplos um pai que comete violência sexual contra a sua filha por seis anos, sente desejo sexual por ela (e por vezes pode até lutar contra esse tipo de emoção ou arrepende-se por tê-la sentido); um assaltante que nunca havia experienciado desejo por crianças, entra em uma casa e repentinamente sente-se sexualmente atraído por uma criança, ameaça-a com um revólver e violentamente a estupra; um padrasto que, por sentimentos de raiva e vingança, tenta matar a ex-esposa e estupra a enteada, apesar de nunca ter sentido desejo

sexual por ela. Nesse sentido, critico quaisquer tentativas de homogeneização sobre o assunto e sugiro mais estudos direcionados a ele.

Considerando os achados da presente pesquisa em seu conjunto, constatei que as representações sociais dos AVS sobre crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são similares àquelas apresentadas pelo senso comum, mídia, legislação, literatura especializada e discursos institucionais, nos parâmetros do que foi discutido no Capítulo 2. Desde uma perspectiva sociológica que entende as biografias individuais conectadas às biografias sociais, não era de esperar algo diferente. Assim, coloco à prova as ideias de que os AVS são mentalmente doentes, psiquicamente anormais ou que possuiriam déficits de empatia para com suas vítimas, concepções essas amplamente aceitas por algumas – não todas – correntes teóricas da Psiquiatria e da Psicologia, que intitulei literatura psicologizante, patologizante e classificatória (ESBER, 2005, 2009). Considero de suma importância que esse debate seja aprofundado, o que demandará amplo esforço de outros pesquisadores nacionais.

Da minha parte e por ora, contento-me em lançar dúvidas, interrogar e estremecer ideias até então pré-concordadas e largamente aceitas, no intuito de buscar novas luzes no trato e no tratamento dos AVS e da imensa periferia que os circunda. Não ofereço caminhos, embora eu me arrisque a conhece-los e até indica-los, como fiz ao longo do presente trabalho. Ofereço, sim, dar a conhecer a face oculta (e não evidenciada ao senso comum) dos AVS, ou seja, o ser humano real encoberto pelo rótulo de monstro e pela enorme carga emocional que rege o assunto.

Tenho o sonho de que essa tese provoque pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento para o tão necessário amadurecimento teórico, metodológico e conceitual sobre o tema, ainda quase inexplorado no cenário científico brasileiro. Restam inúmeros temas obscuros que nos chamam à reflexão. Aspiro ainda que ela também convide os técnicos e gestores governamentais, sejam da União, dos Estados e/ou dos Municípios, para a adoção de um posicionamento, ainda não tomado, sobre o que fazer com os AVS, seja dentro ou fora das prisões. Espero também que ela contribua para a reflexão de cidadãos comuns. A eles, uma pergunta: até quando se iludir que a prisão, punição, exclusão, segregação, violência e ódio protegem a sociedade?

Precisamos avançar, pois somos muitos e cada um de nós tem um tipo de responsabilidade para a manutenção ou eliminação da violência. Tenho certeza que todas as decisões que tomarmos, enquanto cada membro de uma sociedade – seja na sua função técnica, científica, política, religiosa, familiar ou qualquer outra – contribuirão para traçar os futuros caminhos que a violência sexual contra crianças e adolescentes percorrerá em nosso país. E ela

precisa caminhar para seu fim, pois é destruidora e dolorosa para as vítimas, AVS, famílias, comunidades, cidades e países.

REFERÊNCIAS

ABEL, Gene G.; GORE, David K.; HOLLAND, C.L.; CAMP, Nancy; BECKER, Judith V.; RATHNER, Jerry. *The measurement of the cognitive distortions of child molesters*. Annals of Sex Research, 1989. v. 2.

ADORNO, Sérgio. *A Prisão sob a Óptica de seus Protagonistas*: itinerário de uma pesquisa. São Paulo: Revista de Sociologia da USP, 1991. v. 3, n. 1-2.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 4. ed. Washington: DC, 1994.

_____. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders DSM-V*. Disponível em: <<http://www.dsm5.org/Pages/Default.aspx>> Acesso em: 17 dez. 2014

ARAÚJO, Maria de Fátima. *Violência e abuso sexual na família*. Psicologia em Estudo, Maringá, 2002. v. 7, n. 2.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1960.

ATKESON, B. M. et al. *Victims of rape: Repeated assessment of depressive symptoms*. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 1982.v. 50.

AUBURN, Timothy; LEA, Susan. *Doing cognitive distortions*: a discursive psychology analysis of sex offender treatment talk. British Journal of Social Psychology, 2003.v. 42, n. 2.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Crianças vitimizadas*: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. _____. *Pele de asno não é só história*: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

BALTIERI, Danilo Antônio. *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais*. 2005. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BALTIERI, Danilo Antônio; FREITAS, Sidnéia Peres de. Álcool e Crime. In: SERAFIM, Antônio de Pádua; BARROS, Edgard Luis de (Orgs.). *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica*. São Paulo: Vetor, 2003.

BARBAREE, Howard E. *Denial and minimization among sex offenders*: Assessment and treatment outcome. Forum on Corrections Research, 1991. v. 3, p. 30-33.

BARBOSA, Tatiane Munia; MACEDO, Rosa Maria Stefanni; MELO, Célia Maria da Silva; PIOLA, Maria Aparecida Gomes. *Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e os Perpetradores*. 6.ed. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP*, Marília, 2010. n. 6.

BARCELOS, Klindia Ramos. *Intervenções psicológicas com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes na visão de psicólogos*. 2015. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim. 2015.

BARNETT, Georgia D.; MANN, Ruth E. *Cognition, Empathy, and Sexual Offending*. Trauma, Violence, & Abuse, 2013. v. 14, n.1, p. 22-33.

_____.; _____. *Empathy and sexual offending: A model of obstacles to empathy*. *Aggression and Violent Behavior*, 2012. v. 18, p. 228-239.

BARREIROS, Edleide Xavier. *História oral de homens que praticaram violência sexual infanto-juvenil*. 2009. 87f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Bahia, 2009.

BASS, Ellen; THORNTON, Louise. *Nunca contei a ninguém*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1985.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKETT, R.; BEECH, A.; FISHER, D.; FORDHAM, A.S. *Community-based treatment for sex offenders: An evaluation of seven treatment programs* (Home Office Occasional Paper). London: Home Office, 1994.

BENDER, Laretta; BLAU, Abram. The reaction of children to sexual relations with adults. *American Journal of Orthopsychiatry*, 1937. v. 7, p. 500-518.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1978.

BEST, Joel. *Victimization and the Victim Industry*. *Society*, 1997.v. 34, n. 9.

BETTARELLO, Sérgio Vieira. *Perspectivas psicodinâmicas em psiquiatria*. São Paulo: Lemos editorial, 1998.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BLAKE, Emily; GANNON, Theresa. Social Perception Deficits, Cognitive Distortions and Empathy Deficits in Sex Offenders. *Trauma, Abuse & Neglect*, 2008. v. 9, p. 34-55.

BORN, M. *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi, 2005.

BRAKE, S. C.; SHANNON, D. Using pretreatment to increase admission in sex offenders. In: SCHWARTZ, B. K.; CELLINI, H. R. (Eds.). *The sex offender: New insights, treatment innovations and legal developments*. Kingston, NJ: Civic Research Institute, 1997.

BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 mar. 2011.

_____. Casa Civil. *Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal, 1940. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10612010/artigo-213-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Casa Civil. *Decreto n. 7.958, de 13 de março de 2013a*. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7958.htm>. Acesso em: 05 mar. 2014.

_____. Casa Civil. *Lei Federal n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 01 jan. 2014.

_____. Casa Civil. *Lei n. 7.210/84*, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 07 ago. 2011.

_____. Casa Civil. *Lei n. 10.216*, de 6 de abril de 2001a. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Casa Civil. *Lei n. 12.015*, de 07 de agosto de 2009a. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Casa Civil. *Lei n. 12.845*, de 1º de agosto de 2013b. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12845.htm>. Acesso em: 08 mar. 2014.

_____. Conselho Federal de Psicologia. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2014.

_____. Conselho Federal de Psicologia. *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia*. - Brasília: CFP, 2009c. 92 p.

_____. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 9. 2015a. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *CENSO SUAS 2009: CREAS*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/CensoSuas2009Creas.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2014

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *CENSO SUAS 2014: Análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social*. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Resolução n. 145*, de 15 de outubro de 2004a. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011b.

_____. Ministério da Justiça. *Departamento da criança e do Adolescente*. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Brasília: MJ/SEDH/DCA, 2013c.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria Interministerial MS/GM n. 01*, de 02 de janeiro de 2014a. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria Interministerial MS/SEDH/SEPM n. 1.426*, de 14 de julho de 2004b. Aprova as diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde dos adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=187595>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria MS/GM n. 104*, de 25 de janeiro de 2011c. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html>. Acesso em: 10 maio 2013.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria MS/GM n. 485*, de 1º de abril de 2014b. Redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0485_01_04_2014.html>. Acesso em: 15 maio 2014.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria MS/GM n. 528*, de 1º de abril de 2013d. Define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0528_01_04_2013.html>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria MS/GM n. 1.271*, de 6 de junho de 2014c. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html>. Acesso em: 05 set. 2015.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria MS/GM n. 1.944*, de 27 de agosto de 2009b. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 1.968, de 25 de outubro de 2001. Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, D.F., 26 out. 2001. Seção 1, p.86, n.206.

_____. Ministério da Saúde. *Portaria MS/GM n. 2.488*, de 21 de outubro de 2011d. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. *Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 2. ed. rev. 72 p. – (Série B. Textos Básicos em Saúde)

_____. Ministério da Saúde. *Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 3. ed.

_____. Ministério da Saúde. *Departamento de Análise de Situação de Saúde*. Viva: vigilância de violências e acidentes, 2006/2007. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b.

_____. *Presidência da República*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRITO, Heleni Barreira de; CATRIB, Ana Maria Fontenelle. Representação social e subjetividade do adoecer psíquico. *Estudos de Psicologia*, 2004. v. 9, n. 2, p. 285-296.

BROWN, Sarah J. *Treating Sex Offenders: An introduction to sex offender treatment programmes*. Devon, UK: Willan Publishing, 2005.

BROWN, Sarah J.; WALKER, Kate; GANNON, Theresa A.; KEOWN, Kirsten. Developing a Theory of Empathy and Cognitions in Sex Offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 2012. v.19, n. 3, p. 275-294.

BURN, May F.; BROWN, Sarah J. A Review of the Cognitive Distortions in Child Sex Offenders: An Examination of the Motivations and Mechanisms that Underlie the Justification for Abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 2006. v. 11, n. 3, p. 225-236.

BURT, Martha R.; ALBIN, Rochelle Semmel. Rape Myths, Rape Definitions, and Probability of Conviction. *Journal of Applied Social Psychology*, 1981.v. 11, n. 3, p. 212-230.

CAFÉ, Mônica Barcellos. *Família e educação para heteronomia: a violência dos silêncios*. 2004. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

CAFÉ, Mônica Barcellos; NASCIMENTO Nilton Inácio do. O Psicodrama e o Atendimento aos Autores de Violência Sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 2012. v. 20, n. 2, p. 127-139.

CAPRIO, Frank S. *Aberrações do Comportamento Sexual*. 2. ed. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1965.

CARDIA, Nancy. *Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos*. Lusotopie, 2003.p. 299-328.

CARVALHO, Luiz do Nascimento; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Perfil da população carcerária condenada por crimes contra mulheres, crianças e adolescentes em Goiás: autores, violência e vítima. In: OLIVEIRA, Maria Luiza Moura; SOUSA, Sônia Margarida Gomes de (Orgs.). (Re)Descobrimos faces da violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

CARVALHO, Vanessa Carneiro Bandeira de. O que é pedofilia e quem é o pedófilo. 2011. 138f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2011.

CASOY, Ilana; RIGONATTI, Sérgio Paulo. Estuprador em série e sua tipologia. In: SERAFIM, Antonio de Pádua; BARROS, Daniel Martins de; RIGONATTI, Sérgio Paulo. *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica II*. São Paulo: Vetor, 2006.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. Brasília: IPEA, 2014. n. 11. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; MORAIS, Normanda Araujo; MOURA, Andréina da Silva; VAZ, Marlene.; KOLLER, Silva. Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Uma Análise Comparativa entre Caminhoneiros Clientes e Não-Clientes do Comércio Sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2008. v. 21, n. 3, p. 446-454.

CHARAM, Isaac. *O estupro e o assédio sexual: como não ser a próxima vítima*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COHEN, Cláudio; GOBBETTI, Gisele Joana. Cearas: Uma reflexão sobre as funções da família. In: COHEN, Cláudio; FERRAZ, Flávio Carvalho; SEGRE, Marco (Orgs.). *Saúde Mental, Crime e Justiça*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 149-158.

COSTA, Bruno Nogueira da Silva; COSTA, Liana Fortunato. Perpetrador e vítima: o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 2013. v. 11, n. 2, p. 633-645.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira. *O Adolescente que Cometeu Abuso Sexual: Estudo da subjetividade no contexto clínico*. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2013.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; COSTA, Liana Fortunato; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. O adolescente que cometeu ofensa sexual extrafamiliar: motivação e sofrimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 2014. v. 14, p. 97-106.

COSTA, Liana Fortunato; JUNQUEIRA, Eika Lôbo; MENESES, Fernanda Figueiredo Falcomer; STROHER, Lucy Mary Cavalcanti. Construindo conhecimento sobre o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Contextos Clínicos*, 2012. v. 5, n. 2, p. 112-120.

COVELL, Christmas N.; SCALORA, Mario J. Emphatic deficits in sexual offenders: An integration of affective, social and cognitive constructs. *Agression and Violent Behavior*, 2002. v. 7, p. 251-270.

CRAWFORD, Patrícia. Conhecimento sexual na Inglaterra. In: PORTER, Roy;

TEICH, Mikulás. *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CROSS, Simon. Paedophiles in the community: Inter-agency conflict, news leaks and the local press. *Crime Media Culture*, 2005. v.1, n. 3, p. 284–300.

DEL PRIORE, Mary. *História da Criança no Brasil*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 1991.

_____. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

DORAIS, Michel. *Don't tell: The Sexual Abuse of Boys*. Quebec: McGill-Queens, 2002.

DORNELES, Leni Vieira. *Sobre Meninas no Papel: inocentes/erotizadas? As meninas hoje*. Porto Alegre: Educ. Real, 2010. v. 35, n. 3, p. 175-192.

DUARTE, Luis Fernando Dias. A sexualidade nas Ciências Sociais: leitura crítica das convenções. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DURKHEIM, Émile. *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença, 1984a.

_____. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *As regras do método sociológico*. 11a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984b.

_____. *O Suicídio Um Estudo Sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESBER, Karen Michel. *Autores de Violência Sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica*. 2008. 226f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

_____. *Autores de Violência Sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

_____. *O perfil psicológico do agressor sexual: da patologia à normalidade – estudo de casos investigados por meio do psicodiagnóstico Rorschach*. 2000. 52f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2000.

_____. *Pessoas que cometeram violência sexual: patologia individual ou questão de família?* 2005. 82f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

_____. *Tinha pavor em pensar que alguém pudesse descobrir: o sentido de infância e adolescência para autores de violência sexual*. In: OLIVEIRA, Maria Luiza Moura; SOUSA, Sônia Margarida Gomes de (Org.). *(Re)Descobrimo as faces da violência sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007; Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

FALEIROS, Eva T. Silveira. A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Mercado do Sexo. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia Margarida Gomes; (Orgs.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2004; Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FALEIROS, Eva T. Silveira; CAMPOS, Josete de Oliveira. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Assistência e a questão da exploração sexual*. Brasília/DF, 1996.

FANTON, Marcos. *Sujeito, sociedade e linguagem: Uma reflexão sobre as bases teóricas da pesquisa com narrativas biográficas*. Porto Alegre: Civitas, 2011. v. 11, n. 3, p. 529-543.

FARR, Robert M. As Representações Sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho Arcides (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 2006. v. 26, p. 201-223.

_____. Infância, gênero e sexualidade. Porto Alegre: *Revista e Educação & Realidade*, 2000. v. 1, n. 25, p. 115-131.

_____. “Vinde a mim criancinhas”: Pedofilização e construção de gênero nas mídias contemporâneas. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira. *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FELIPE Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. *Pró-Posições*, 2003. v. 14, n. 3, p. 119-130.

FERRARI, Dalka Chaves Almeida. Pedofilia: uma das faces da violência sexual contra crianças. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 2004. v. 12, n. 2, p. 59-84.

FÍGARI, Carlos Eduardo. No ventre do pai: desejos e práticas de incesto consentido. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FÍGARI, Carlos Eduardo; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FINKELHOR, David. *A sourcebook on child sexual abuse*. Beverly Hills: Sage, 1986.

_____. *Sexually victimized children*. New York: Free Press, 1979.

FIGORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia Jurídica*. São Paulo: Atlas, 2011.

FLICK, Uwe. Entrevista Episódica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FONSECA, Regina Magna. *Agressor sexual contra criança e adolescente: patologia ou fenômeno sócio-cultural?* 2012. 26p. Artigo de especialização (Especialista em Violência Sexual Infanto-Juvenil). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

FONSECA, Regina Magna; MONTEIRO, Luiza Pereira. Agressor sexual contra criança e adolescente: patologia ou fenômeno sócio-cultural? In: XXI SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2013, Goiânia. *Pedagogia e Psicologia: Formação e Identidade Social*. Goiânia: GPT/BC/UFG, 2013. v. I. p. 142-150.

FORWARD, Susan; BUCK, Craig. *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1977.

FREEMAN-LONGO, Robert E.; KNOPP, Fay Honey. State of the art sex offender treatment: outcome and issues. *Annals of sex research*, 1992. v. 5, n. 3, p. 141-160.

FREITAS, Solange Bassetto de. *E agora José? Ideologias de gênero e autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2015. 133f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca. 2015.

FREUD, Sigmund. A etiologia da histeria (1896). In: _____. *Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899)*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FURNISS, Tilman. *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, Marceline. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.

GANNON, Theresa A.; WARD, Tony; COLLIE, Rachael. Cognitive Distortions in Child Molesters: theoretical and research developments over the past two decades. *Aggression and Violent Behavior*, 2007. v. 12, n. 4, p. 402-416.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GEER, James H.; ESTUPINAN, Laura A.; MANGUNO-MIRE, Gina M. Empathy, Social Skills, And Other Relevant Cognitive Processes in Rapists and Child Molesters. *Aggression and Violent Behavior*, 2000. v. 5, n. 1, p. 99-126.

GIACOPASSI, David J.; DULL R. Thomas. Gender and Racial Differences in the Acceptance of Rape Myths Within a College Population. *Sex Roles*, 1986. v. 15, n. 1/2.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1993.

GILMAN, Sander L. Sigmund Freud e os Sexólogos: uma segunda leitura. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GOBBETTI, Gisele Joana. *A Função da Confidencialidade: bioética e incesto*. 2006. 124f. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *Incesto e Saúde Mental: uma compreensão psicanalítica sobre a dinâmica das famílias incestuosas*. 2000. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOBBETTI, Gisele Joana; COHEN, Cláudio. Caracterização do abuso sexual intrafamiliar através de dados elaborados no CEARAS. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e Violência: Ações comunitárias na prevenção*. São Paulo: *Casa do Psicólogo*, 2001. v. 1, p. 153-166.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

_____. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. São Paulo: *Revista de Antropologia*, 2008. v. 51, n. 2.

GROTH, A. N. Treatment of sexual offenders in a correctional institution. In: GREER, J. G.; STUART, I. R. (Eds.), *The sexual aggressor: current perspectives on treatment*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1983.

GRUNDLACH, R. H. Sexual molestation and rape reported by homosexual and heterosexual women. *Journal of Homosexuality*, 1977. v. 2, p. 367-384.

GUTIÉRREZ-LOBOS, Karin; EHER, Reinhard; GRÜNHUT, Christine; BANKIER, Bettina; SCHMIDL-MOHL, Brigitte; FRÜHWALD, Stefan; SEMLER, Brigitte. Violent sex offenders lack male social support. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 2001. v. 45, n. 1, p. 70-82.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2005. v. 21, n. 3, p. 341-348.

HANEY, Craig. *The Psychological Impact of Incarceration: Implications for Post-Prison Adjustment*. University of California, Santa Cruz, December, 2001. Disponível em: <<http://aspe.hhs.gov/hsp/prison2home02/haney.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

HANSON, R. Karl. Empathy deficits of sexual offenders: a conceptual model. *Journal of Sexual Aggression*, 2003. v. 9, n. 1, p. 13-23.

HARTLEY, Carolyn Capps. Incest offender's perceptions of their motives to sexually offend within their past and current life context. *Journal of Interpersonal Violence*, 2001. v. 16, n. 5, p. 459-475.

HAUGAARD, Jeffrey J.; EMERY, Robert E. Methodological issues in child sexual abuse research. *Child Abuse & Neglect*, 1989. v. 13, n.1, p. 89-100.

HAUSER, Renate. Compreensão psicológica do comportamento sexual por Krafft-Ebing. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

HAYASHINO, Diane S., WURTELE, Sandy K., & KLEBE, Kelli J. Child-molesters: An examination of cognitive factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 1995. v. 10, n. 1, p. 106-116.

HEIL, Peggy; AHLMEYER, Sean; SIMONS, Dominique. Crossover sexual offenses. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 2003. v. 15, n. 4, p. 221-236.

HOLSTEIN, James A.; MILLER, Gale. *Rethinking Victimization: An Interactional Approach to Victimology*. Symbolic Interaction, 1990. v. 13, n. 1, p. 103-122.

HORLEY, James. Cognitions supportive of child molestation. *Aggression and Violent Behavior*, 2000. v. 5, n. 6, p. 551-564.

HUDSON, S. M.; MARSHALL, W. L.; WALES, D.; MCDONALD, E.; BAKKER, L. W.; MCLEAN, A. Emotional recognition skills of sex offenders. *Annals of Sex Research*, 1993. v.6, n.3 p. 199–211.

IPPÓLITO, Rita; SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *Guia Escolar: método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Presidência da República, Secretaria do Especial dos Direitos Humanos, 2004.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157-185.

JESUS, Núbia Angélica de. O círculo vicioso da violência sexual: do ofendido ao ofensor. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2006. v. 26, n. 4, p. 672-683.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In:_____. (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JÚNIOR, Jorge Leite. A pornografia “bizarra” em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o “abuso facial”. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

KAMPHUIS, Jan H.; DE RUITER, Corine; JANSSEN, Bas; SPIERING, Mark. Preliminary evidence for an automatic link between sex and power among men who molest children. *Journal of Interpersonal Violence*, 2005. v. 20, n. 11, p. 1351-1365.

KILPATRICK, Allie. Some correlates of women's childhood sexual experiences: A retrospective study. *Journal of Sex Research*, 1986. v. 22, n.2.

KING, Hellen. Preparando o Terreno: sexologia grega e romana. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

KINGSTON, Drew A.; FIRESTONE, Philip; MOULDEN, Heather; BRADFORD, John M. The utility of the diagnosis of pedophilia: a comparison of various classification procedures. *Archives of Sexual Behavior*, 2007. v. 36, n. 3, p. 423-436.

KLEINHANS, Martha-Marie. Criminal Justice Approaches to Paedophilic Sex Offenders. *Social & Legal Studies*, 2002. v. 11, n. 2, p. 233–255.

KNAUTH, Daniela Riva. Sexualidade e Ciclo de Vida. *Proyecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina*. Boletín 13. Disponível em: <<http://www.ciudadaniasexual.org/>> Acesso em: 10 jul. 2011.

KRAFFT-EBING, Richard. *Psychopathia Sexualis, with especial reference to the antipathic sexual instinct, a medico-forensic study*. 12. ed. New York: Rebman Company, [188-]. Disponível em:

<<https://ia801408.us.archive.org/26/items/psychopathiasexu00krafuoft/psychopathiasexu00krafuoft.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2013.

LANCASTER, Elizabeth; LUMB, Jeannie. Bridging the gap: feminist theory and practice reality in work with the perpetrators of child sexual abuse. *Child and Family Social Work*, 1999. v. 4, p. 119-129.

LANDINI, José Carlos. Supervisão ou terapia do papel de terapeuta? São Paulo: *Revista Brasileira de Psicodrama*, 2005. v. 13, n. 2, p. 111-130.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia e pornografia infantil: algumas notas. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Pedófilo, quem és?* A pedofilia na mídia impressa. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2003. v. 19.

_____. Pornografia infantil na internet: proliferação e visibilidade. 2000. 294f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2000.

_____. *Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração*. Rio de Janeiro: Cadernos Pagu, 2006. n. 26, p. 225-252.

LANDINI, Tatiana Savoia; ZANATTA, Luiz Fabiano. Pesquisa, ética e notícia – algumas questões sobre o noticiário da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira. (Org.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília; Oficina Universitária, 2012. v. 1, p.71-86.

LANGEVIN, R.; WRIGHT, P.; HANDY, L. Empathy, assertiveness, and defensiveness among sex offenders. *Annals of Sex Research*, 1988. v. 1, p. 533-547.

LANGFELDT, Thore. Is “Pedophilia” a Useful or Confusing Concept? An empirical study on sexual abuse of children, sexual orientation and typology: Implications for therapy. *Sexual Offender Treatment*, 2010. v. 5, n. 1.

LEVISKY, D. L. *Adolescência e violência: aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia Margarida Gomes; (Orgs.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2004; Goiânia: Editora da UCG, 2004.

LIMA, Natã Souza. Quando os donos da mordaca falam – abuso sexual e masculinidades na perspectiva dos autores. Rio de Janeiro: *Revista Habitus*, 2013. v. 11, n. 2, p. 82-94. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 23 fev. 2014.

LODETTI, Alex Simon. *Homens encarcerados por violência sexual: um estudo sobre enunciação e performatividade*. 2010. 215f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LOH, Catherine; GIDYCH, Christine A. A prospective analysis of the relationship between childhood sexual victimization and perpetration of dating violence and sexual assault in adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 2006. v. 21, n. 6, p. 673-688.

LOOMAN, Jan; ABRACEN, Jeffrey; NICHOLAICHUK, Terry P. Recidivism among treated sexual offenders and matched controls: Data from the Regional Treatment Centre (Ontario). *Journal of Interpersonal Violence*, 2000. v. 15, n. 3, p. 279-290.

LOPES, Selma da Silva. *Masculinidades encarceradas: representações sobre o estupro e o estuprador na prisão*. 2005. 127f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LORENZI, Mário. *Prostituição infantil no Brasil e outras infâmias*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2010. n. 5, p. 9-29.

_____. A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2013. n. 15, p. 33-61.

_____. A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da “violência sexual” e seus atores. *Contemporânea*, 2014. v. 4, n. 1, p. 231-255.

_____. (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. *Revista de Antropologia/USP*, 2007.v. 50, p. 713-745.

_____. *O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. 2012. 395f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. “Todos Contra a Pedofilia”: Notas sobre a construção da pornografia infantil como “causa política” e “caso de polícia”. IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. *GT27 - Desejos que Confrontam - Antropologia e sexualidades dissidentes*, 2011.

LUNG, For-Wey; HUANG, Shu-Fen. Psychosocial characteristics of criminals committing incest and other sex offenses: a survey in a Taiwanese prison. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 2004. v. 48. n. 5, p. 554-560.

LUSSIER, Patrick; BEAUREGARD, Eric; PROULX, Jean; NICOLE, Alexandre. Developmental factors related to deviant sexual preferences in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 2005. v. 20, n. 9, p. 999-1017.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, 1998. v. 11, p. 231-273.

MACMARTIN, Clare; WOOD, Linda A. Sexual Motives and Sentencing: Judicial Discourse in Cases of Child Sexual Abused. *Journal of Language and Social Psychology*, 2005.v. 14, n. 2, p. 139-159.

MAIA, Luiz Alberto Coelho Rebelo; POMBO, Pedro Jorge Nunes; CARROLA, Filipa Soraia Rebelo; FERNANDEZ, Miguel Pérez. Estudo Neuroanátomo-Psicológico de Abusadores Masculinos, Reclusos, Devido a Crimes de Pedofilia em Portugal. *Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias*, 2012. n. 1.

MARAFIGA, Caroline Velasquez. *A alta progressiva e o retorno de pedófilos para suas famílias*. 2009. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

MARQUES, Heloisa Maria de Vivo. *A voz do abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto*. 2005. 229f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

MARQUES, Janice K.; WIEDERANDERS, Mark; DAY, David M., NELSON, Craig, VAN OMMEREN, Alice. Effects of a Relapse Prevention Program on Sexual Recidivism: final results from California's sex offender treatment and evaluation project (SOTEP). *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2005. v. 17, n. 1, p. 79-100.

MARQUES, Margarete dos Santos. *A escuta ao abuso sexual: o psicólogo e o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente sob a visão da psicanálise*. 2006. 199f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARQUES JUNIOR, Gessé. *“Quem entra com estupro é estuproado”*: avaliações e representações de juízes e promotores frente à violência no cárcere. 2007. 188f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

MARSDEN, Vanessa Fabiane Machado Gomes. Pedofilia, transtorno bipolar e dependência se álcool e opióides. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 2009. v. 58, n. 2, p. 119-121.

MARSHALL, William L. Treatment effects on denial and minimization in incarcerated sex offenders. *Behavior Research and Therapy*, 1994. v. 32, n.5, p. 559-564.

MARSHALL, William L.; BARBAREE, Howard E. The long-term evaluation of a behavioral treatment program for child molesters. *Behavior Research and Therapy*, 1988. v. 26, n. 6, 499-511.

MARSHALL, William L.; ECCLES, Alan. *The value of community treatment programs for released sex offenders*. Forum, 1998. v. 3, n. 4, p. 1-8.

MARSHALL, William L.; HAMILTON, Kate; FERNANDEZ, Yolanda M. Empathy deficits and cognitive distortions in child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2001. v.13, n.2, p. 123-130.

MARSHALL, William L.; HUDSON, S. M.; JONES, R.; FERNANDEZ, Y. M. Empathy in sex offenders. *Clinical Psychology Review*, 1995. n. 15, p. 99-113.

MARSHALL, William L.; MARSHALL, Liam E. The origins of sexual offending. *Trauma Violence & Abuse*, 2000. v. 1, n. 3, p. 250-263.

MARSHALL, William L.; SERRAN, Geris A.; MARSHALL, Liam E.; FERNANDEZ, Yolanda M. Recovering memories of the offense in “amnesic” sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2005. v. 17, n. 1, p. 31-38.

MARSHALL, William L.; THORNTON, David; MARSHALL, Liam E.; FERNANDEZ, Yolanda M.; MANN, Ruth. Treatment of sexual offenders who are in categorical denial: a pilot project. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2001. v. 13, n. 3.

MATHEWS, R.; MATTHEWS, J. K.; SPELTZ, K. *Female sexual offenders: An exploratory study*. Orwell, VT: Safer Society Press, 1989.

MCGRATH, Robert J.; CUMMING, Georgia; LIVINGSTON, Joy A.; HOKE, Stephen E. Outcome of a Treatment Program for Adult Sex Offenders: From Prison to Community. *Journal of Interpersonal Violence*, 2003. v. 18, n. 1, p. 3-17.

MELLO, Leonardo Cavalcante de Araújo. *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: o estado da arte nas produções acadêmicas em psicologia*. 2010. 230f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

MELO, Gleice Arruda de. *O Adolescente Autor de Violência Sexual: Estudo Psicossocial*. 2008. 134f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

MEYER, Anneke. *The Moral Rhetoric of Childhood*. *Childhood*, 2007. v. 14, p. 85-104.

MIHAILIDES, Stephen; DEVILLY, Grant J.; WARD, Tony. Implicit cognitive distortions and sexual offending. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2004. v. 16, n. 4, p. 333-350.

MILLER, Dusty. Incesto: O Centro da Escuridão. In: IMBER-BLACK, Evan. *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 1999. v.4, n.1, p. 7-32.

MIYAHARA, Rosemary Peres. *Trabalhando com violência sexual contra a criança e o adolescente: a perspectiva do Psicodrama na formação dos profissionais da rede de proteção*. 2011. 250f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORAIS, Normanda Araujo; CERQUEIRA-SANTOS, Elder; MOURA, Andreína da Silva; VAZ, Marlene; KOLLER Sílvia. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2007. v. 23, n. 3, p. 263-272.

MOSCOVICI, Serge. “A era das Representações Sociais”. Trad. de Maria Helena Fávero do original “L’ere des representations sociales” In: DOISE & PALMONARI, A. (eps) *L’etudes des representations sociales*. Neuchatel, Paris: Delachaux et Nietlé, 1985. p. 334-80.

_____. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. Das representações coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise. (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSSE, George L. Masculinidade e Decadência. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MOTT, Luiz. Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo. In: DEL PRIORE, Mary et al. (Org.). *História da criança no Brasil*. Coleção Caminhos da História. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Ana Cristina Amaral Marcondes de; SCODELARIO, Arlete Salgueiro; CAMARGO, Cecília Noemi Morelli Ferreira de; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; MATTOS, Gisela de Oliveira; MIYAHARA, Rosemary Peres. *Reconstrução de vidas: como*

prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. São Paulo: SMADS. SEDES Sapientae, 2008.

MOURA, Andreína da Silva. *Transtorno de personalidade antissocial e indicadores de desvios sexuais: Análise do histórico criminal de agressores sexuais*. 2012. 152f. Tese (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

MOURA, Andreína da Silva.; KOLLER, Sílvia Helena. A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. São Paulo: *Psico-USF*, 2008. v. 13, n. 1, p. 85-94.

NADAI, Larissa. *Descrêndo crimes, inscrevendo convenções: como a fala da vítima em casos de estupro é construída pela polícia*. In: ANAIS DA 27ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Belém, 2010.

NARVAZ, Martha Giudice. *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. 2005. 196f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

NATHAN, Pamela; WARD, Tony. Females who sexually abuse children: assessment and treatment issues. *Psychiatry, Psychology and Law*, 2001. v. 8, p. 44-45.

NJAINÉ, Kathie. Sentidos da violência ou a violência sem sentido: o olhar dos adolescentes sobre a mídia. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, 2006. v. 10, n. 20.

NUNES, Maria do Rosário. *Pedofilização e mercado: o corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil*. 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OKAMI, Paul. Self-Reports of "Positive" Childhood and Adolescent Sexual Contacts With Older Persons: An Exploratory Study. *Archives of Sexual Behavior*, 1991. v. 20, n. 5, p. 437-457.

OLIEVENSTEIN, Claude; PARADA, Carlos. *Droga, adolescentes e sociedade: como um anjo canibal*. Trad. José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

OLIVEIRA, Alessandro José de. De “Pedófilo” à “Boylover”: ilusão ou uma nova categoria sexual que se anuncia? In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. *Pedofilias: Doenças e Delitos*. 2015. 194f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

_____. *Uma reflexão sobre a construção da pedofilia*. In: VII RAM - REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. Porto Alegre, 2007. v. 7.

OLIVEIRA, Maria Luiza Moura. *Aldeia Juvenil: duas décadas de contraposição a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes pobres em Goiás*. 2005. 135f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Goiás, 2005.

OLIVEIRA, Maria Luiza Moura.; SOUSA, Sônia M. Gomes. *(Re)Descobrimos faces da violência sexual contra crianças e adolescentes* (Org.). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE. *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde: CID-10*. São Paulo: EDUSP, 1994.

OXLEY, Julinna C. *The moral dimensions of empathy: Limits and applications in ethical theory and practice*. London, UK: Palgrave Macmillan, 2011.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PASINI, Elisiane. Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PASQUALINI-CASADO, Lilian; VAGOSTELLO Lucilena; VILLEMOR-AMARAL, Anna Elisa de; NASCIMENTO, Regina Gattas do. Características da Personalidade de Pais Incestuosos por Meio do Rorschach, conforme o Sistema Compreensivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2008. v. 21, n. 2, p. 293-301.

PENSO, Maria Aparecida; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; COSTA, Liana Fortunato; CARRETEIRO, Teresa Cristina Othenio Cordeiro. *Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu a ofensa sexual*. Brasília: Liber Livro, 2012.

PERONE, Reynaldo; NANNINI, Martine. *Violencia y abusos sexuales em la infancia: um abordaje sistêmico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

PHELAN, Patricia. Incest and its meaning: the perspectives of fathers and daughters. *Child Abuse & Neglect*, 1995. v. 19, n. 1, p. 7-24.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. *Estupro: crime ou "cortesia"?* Abordagem sócio-jurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

PINCOLINI, Ana Maria Franchi; HUTZ, Cláudio Simon. Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. Ribeirão Preto: *Temas em Psicologia*, 2014. v. 22, n. 2, p. 301-312.

PINTO JUNIOR, Antônio Augusto. *Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico*. São Paulo: Vetor, 2005.

PINTO JUNIOR, Antônio Augusto; CASSEPP-BORGES, Vicente; SANTOS, Janielly Gonçalves dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Rio de Janeiro: *Caderno de Saúde Coletiva*, 2015. v. 23, n. 2, p. 124-131.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PITHERS, William D. Empathy: Definition, enhancement, and relevance to the treatment of sex abusers. *Journal of Interpersonal Violence*, 1999. v. 14, n. 3, p. 257-284.

PORTER, Roy; TEICH, Mikulás. *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Crenças, valores e representações sociais da violência*. Porto Alegre: Sociologias, 2006. n. 16, p. 250-273.

_____. *Sociologia da violência: do conceito às representações sociais*. São Paulo: Editora Francis, 2010.

PRATT, John. From Abusive Families to Internet Predators? The Rise, Retraction and Reconfiguration of Sexual Abuse as a Social Problem in Canada. *Current Sociology*, 2009. v. 57, n. 69.

RICE, Marnie E.; HARRIS, Grant T. Men who molest their sexually immature daughters: is a special explanation required? *Journal of Abnormal Psychology*, 2002. v. 111, n. 2, p. 329-339.

RIMKE, Heidi; HUNT, Alan. From sinners to degenerates: the medicalization of morality in the 19th century. *History of the Human Sciences*, 2002. v. 15, n. 59.

RIZZO, Gilda. *Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

RODRIGUES, Herbert. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. 2014. 322f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROSE, Nikolas. The Biology of Culpability: Pathological Identity and Crime Control in a Biological Culture. *Theoretical Criminology*, 2000. v.4, n. 5, p. 5-34.

ROTHBAUM, Barbara Olasov; FOA, Edna B.; RIGGS, David S.; MURDOCK, Tamera; WALSH, William. A Prospective Examination of Post-Traumatic Stress Disorder in Rape Victims. *Journal of Traumatic Stress*, 1992. v. 5, n. 3, p. 455-475.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, Carol (ed.). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. New York: Routledge, 1984.

RUSSO, Jane Araújo. Do Desvio ao Transtorno: A Medicalização da Sexualidade na Nosografia Psiquiátrica Contemporânea. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena e CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. São Paulo: *Revista Lutas Sociais*, 1997. n. 2.

SALTER, Anna C. *Treating child sex offenders and victims*. London: Sage, 1988.

SANFELICE, Mirela Massia. A percepção do abusador sexual sobre a (sua) sexualidade. *Interamerican Journal of Psychology*, 2010. v. 44, n. 1, p. 1-9.

_____. *Violência de gênero: um estudo das relações de gênero de homens autores de abuso sexual contra crianças em Santa Maria*. 2011. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SOUSA, Sônia Margarida Gomes; (Orgs.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia: Editora da UCG, 2004.

_____. *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise da situação*. Editado por Rogério Araújo. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ARAÚJO, Rogério. *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: metodologia de trabalho e intervenção*. Goiânia: Cãnone, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ESBER, Karen Michel; SANTOS, Izabela Barbosa de C. Santos. *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterapêutico*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPÓLITO, Rita. *Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. 3. ed. Serópedica, RJ: EDUR, 2011. 242p.

SANTOS, Joselino Vieira dos; SOUSA, Sônia M. Gomes. *Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisas com documentos de domínio público*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2008.

SARADJIAN, Adam; NOBUS, Dany. Cognitive distortions of religious professionals who sexually abuse children. *Journal of Interpersonal Violence*, 2003. v. 18, n. 8, p. 905-923.

SARREL, Philip M.; MASTERS, William H. Sexual molestation of men by women. *Archives of Sexual Behavior*, 1982. v. 11, p. 117-131.

SARTI, Cynthia Andersen. O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos. Rio de Janeiro: *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, 2005. v. 15, n. 1, p. 107-126.

SARTI, Cynthia Andersen; BARBOSA, Rosana Machin; SUAREZ, Marcelo Mendes. Violência e Gênero: Vítimas Demarcadas. Rio de Janeiro: *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, 2006. v. 16, n. 2, p. 167-183.

SCHMICKLER, Catarina Maria. *O protagonista da violência sexual: sua lógica e estratégias*. Chapecó: Argos, 2006.

SCHNEIDER, Sandra L.; WRIGHT, Robert C. The FoSOD: A Measurement Tool for Reconceptualizing the Role of Denial in Child Molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 2001. v. 16, n. 6, p. 545-564.

_____.; _____. Understanding Denial in Sexual Offenders: A Review of Cognitive and Motivational Processes to Avoid Responsibility. *Trauma, Violence & Abuse*, 2004. v. 5, n. 1, p. 3-20.

SCHWAEBE, Charles. Learning to pass: sex offenders' strategies for establishing a viable identity in the prison general population. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 2005. v. 49, n. 6, p. 614-625.

SCORTEGAGNA, Silvana Alba; AMPARO, Deise Matos do. Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o método de Rorschach. *Avaliação Psicológica*, 2013. v.12, n.3, p. 411-419.

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana; RIGONATTI, Sérgio Paulo; CASOY, Ilana; BARROS, Daniel Martins de. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. São Paulo: *Revista de Psiquiatria Clínica*, 2009. v. 36, n. 3, p. 105-111.

SILVA, Enéleo Alcides da. Violência sexual na cadeia: Honra e Masculinidade. *Revista de Ciências Humanas*, 1997. v. 15, n. 21, p.123-138.

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Souza da. *Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil: conceitos, dados e proposições*. São Paulo: Global; Brasília: UNICEF, 2005.

SILVA, Regina Coeli Machado e. Relações Impuras: sexualidade, corpos e sujeitos na literatura brasileira contemporânea. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SIMONS, Dominique; WURTELE, Sandy K.; HEIL, Peggy. Childhood victimization and lack of empathy as predictors of sexual offending against women and children. *Journal of Interpersonal Violence*, 2002. v. 17, n. 12, p. 1291-1307.

SMALLBONE, Stephen W.; WORTLEY, Richard K. Onset, persistence, and versatility of offending among adult males convicted of sexual offenses against children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2004. v. 16, n. 4, p. 285-298.

SOUSA, Melissa Pereira David. *Os sentidos de violência para mulheres afetivamente envolvidas com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2013. 97f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

SPENCER, Alec. *Working with Sex Offenders in Prisons and through Release to the Community: a handbook*. Forensic Focus 15. London: Jessica Kingsley Publishers Ltd, 1999.

SPENCER, Dale. *Sex offender as homo sacer*. Punishment & Society, 2009. v. 11, n. 219.

STALANS, Loretta J. Adult Sex Offenders on Community Supervision: A Review of Recent Assessment Strategies and Treatment. *Criminal Justice and Behavior*, 2004. v. 31, n. 5, p. 564-608.

STERMAC, Lana E.; SEGAL, Zindel V. Adult sexual contact with children: An examination of cognitive factors. *Behavior Therapy*, 1989. v. 20, n.4, p. 573-584.

STEVENS, Dennis J. *Inside the mind of sexual offenders: predatory rapists, pedophiles, and criminal profiles*. New York: Author's Choice, 2001.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora UnB, 1999.

SUÁREZ, Mireya; SILVA, Ana Paula M. da S.; FRANÇA, Danielli J.; WEBER, Renata. *Reflexões sobre a noção de crime sexual*. Brasília: Série Antropologia, 1995. v. 178, p. 1-24.

TIDEFORS, Inga; KORDON, Suzanne. Rape and Murder - Acts of Desire or Disgust? Narratives by Rapists and Sexual Murderers During Group-Psychotherapy. *Sexual Offender Treatment*, 2009. v. 4.

TIERNEY, David. W.; MCCABE, Marita. P. The assessment of denial, cognitive distortions and victim empathy among pedophilic sex offenders: An evaluation of the utility of self-report measures. *Trauma, Violence & Abuse*, 2001. v. 2, p. 259-270.

VALENTE, Sharon M. Sexual Abuse of Boys. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 2005. v.18, n.1, p.10-16.

VANDIVER, D. M. Female sex offenders: A comparison of solo offenders and co-offenders. *Violence and Victims*, 2006. v. 21, p. 339-354.

VECINA, Tereza Cristina Cruz. Do tabu à possibilidade de tratamento psicossocial: um estudo reflexivo da condição de pessoas que vitimizam crianças e adolescentes. In: VECINA, Tereza Cristina Cruz; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida (Orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

VECINA, Tereza Cristina Cruz; FERRARI, Dalka Chaves de Almeida (Orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

VIGARELLO, Georges. *História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VIVARTA, Veet (Org.). *O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2003.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WARD, Tony. Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 2000. v. 5, n. 5, p. 491-507.

_____. The explanation, assessment and treatment of child sexual abuse. *International Journal of Forensic Psychology*, 2003. v. 1, n. 1, p. 10-25.

WARD, Tony; BEECH, Anthony. An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 2006. v. 11, p. 44-63.

WARD, Tony; DURRANT, Russil. Altruism, Empathy, and Sex Offender Treatment. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 2013. v. 8, n. 3-4, p. 66-71.

WARD, Tony; KEENAN, Thomas. Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 1999. v. 14, n. 8, p. 821-838.

WARD, Tony; KEENAN, Thomas; HUDSON, Stephen M. Understanding cognitive, affective, and intimacy deficits in sexual offenders: a developmental perspective. *Aggression and Violent Behavior*, 2000. v. 5, n. 1, p. 41-62.

WATERMAN, Caroline K.; FOSS-GOODMAN, Deborah. Child molesting: Variables relating to attribution of fault to victims, offenders, and nonparticipating parents. *The Journal of Sex Research*, 1984. v.20, n. 4, p. 329-349.

WEBSTER, Stephen D. Assessing Victim Empathy in Sexual Offenders Using the Victim Letter Task. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2002. n. 14, p. 281-300.

WEBSTER, Stephen D.; BOWERS, Louise E.; MANN, Ruth E.; MARSHALL, William, L. Developing Empathy in Sexual Offenders: The Value of Offence Re-enactments. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 2005. v. 17, n. 1, p. 63-77.

WEST, D. J. The sex crime situation: deterioration more aparent than real? *European Journal on Criminal Policy and Research*, 2000. v. 8, n. 4, p. 399-422.

WINN, Mack E. The strategic and systemic management of denial in the cognitive/behavioral treatment of sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 1996. v. 8, p. 25-36.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia & Sociedade*, 2002. v. 14 n. 2, p. 18-47.

ZÚQUETE, José Gonçalo Pais Estrela da Silveira; NORONHA, Ceci Vilar. “Foi normal, não foi forçado!” versus “Fui abusada sexualmente”: uma interpretação dos discursos de agressores sexuais, das suas vítimas e de testemunhas. Rio de Janeiro: *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, 2012.v. 22, n. 4, p. 1357-1376.

APÊNDICE A - Formulário de Levantamento de Informações via Prontuário

Número do questionário: _____ quest. |__|__|__|
 Número do prontuário: _____ pront |__|__|__|
 Data do levantamento das informações: ____/____/2011. datlev |__|__|__|

1.0 Identificação do sujeito

1.1 Nome: _____
 1.2 Sexo: (1) Masculino (2) Feminino sexo |__|__|
 1.3 Data de nascimento: ____/____/____. 2.3 Idade: ____ idade |__|__|
 1.4 Estado civil quando foi preso: estciv |__|__|
 (1) Solteiro (3) União estável (5) Divorciado (7) Outro: Qual? _____
 (2) Casado (4) Viúvo (6) Desquitado
 1.5 Escolaridade (caso seja alfabetizado e tenha frequentado o ensino formal): escol |__|__|
 (1) Sem escolaridade
 (2) Primeira fase do ensino fundamental (1° ao 5° ano incompleto)
 (3) Segunda fase do ensino fundamental (6° ao 9° ano incompleto)
 (4) Ensino médio incompleto (1° ao 3° ano do ensino médio).
 (5) Ensino médio completo (concluiu o terceiro ano do ensino médio)
 (6) Graduação incompleta (universitário)
 (7) Graduação completa.
 (8) Pós-graduação. Nível: _____
 1.6. Profissão anterior ao ingresso na penitenciária profant |__|__|
 1.7. Tem filhos? (1) Sim (2) Não (3) Não consta temfi |__|__|
 1.7.1 Caso sim, quantos? _____ numfil |__|__|
 1.8. Identificação étnica (cor): _____ idenet |__|__|

2.0 Informações sobre a vida prisional

2.1 Número de processos contra a pessoa: _____ nuproc |__|__|
 2.2 Número de processos envolvendo violência sexual : _____ nupvs |__|__|
 2.3 Data primeira denúncia de violência sexual: ____/____/____ denun |__|__|
 2.4 Data de entrada na POG: ____/____/____. entpri |__|__|
 2.5 Fuga? (1) Sim (2) Não (3) Não consta fuga |__|__|
 2.6 Rebeliões (1) Sim (2) Não (3) Não consta rebeli |__|__|
 2.7 Reincidência (1) Sim (2) Não (3) Não consta reinci |__|__|
 Se sim, em qual crime (artigo penal)?

 2.8 Tempo total da pena: _____ ttpena |__|__|
 2.9 Atividade laboral que exerce na prisão: _____ atipri |__|__|

3.0 Perfil da(s) violência(s) praticadas: (detalhar todos os casos, quando houver pelo menos um deles envolvendo crianças e/ou adolescentes).

3.1 Situação 1:

3.1.1 Data do fato: ____/____/____

3.1.2 Local em que ocorreu o fato em questão

lcsit1 |__|__|

- | | |
|--------------------------------------|---|
| (1) Residência da vítima | (8) Bar |
| (2) Residência do autor de violência | (9) Transporte coletivo |
| (3) Centro da cidade | (10) Estabelecimento comercial |
| (4) Escola da vítima | (11) Terreno baldio/matagal |
| (5) Trabalho da vítima | (12) Instituição oficial de atendimento |
| (6) Rodovias | (13) Outro local: Qual? _____. |
| (7) Delegacia/prisão | (14) Não informa. |

3.1.3 Caracterização da(s) vítima(s) da Situação 1:

3.1.3.1 Número de vítimas na situação: _____.

nvsit1 |__|__|

3.1.3.2 A(s) vítima(s) é(são):

visit1 |__|__|

- (1) Criança
 (2) Adolescente
 (3) Adulto
 (4) Crianças e adolescente
 (5) Criança e adulto
 (6) Adolescente e adulto
 (7) Criança, adolescente e adulto
 (8) Outras definições. Qual(is)?: _____.

Vítima 1 da Situação 1

3.1.4 Qual a idade da vítima 1? _____

ids1v1 |__|__|

3.1.5 Sexo da vítima 1: (1) Masculino (2) Feminino (3) Não consta

sxs1v1 |__|__|

3.1.6 A violência causou morte à vítima 1: (1) Sim (2) Não (3) Não consta

ms1v1 |__|__|

3.1.7 Proximidade social do agressor com a vítima 1:

pss1v1 |__|__|

- | | |
|-----------------|------------------------------------|
| (1) Parentesco | (5) Amizade |
| (2) Vizinhança | (6) Nenhuma proximidade |
| (3) Ocupacional | (7) Não consta |
| (4) Escolar | (8) Outra modalidade: Qual? _____. |

3.1.7.1 Caso a proximidade social do agressor com a vítima seja de parentesco: prs1v1 |__|__|

- | | | | |
|--------------|---------|-----------|-------------------------|
| (1) Pai | (3) Avô | (5) Irmão | (7) Outro: Qual? _____. |
| (2) Padrasto | (4) Tio | (6) Primo | |

3.1.8 O abuso da vítima 1 foi prolongado? (1) Sim (2) Não

aps1v1 |__|__|

3.1.9 Caso sim, quanto tempo? _____.

tas1v1 |__|__|

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Karen Michel Esber e sou responsável pela pesquisa “As representações sociais das vítimas para autores de violência sexual contra crianças e adolescentes” Minhas áreas de atuação são a Psicologia e a Sociologia. Esse estudo tem o objetivo de avaliar como os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes representam suas vítimas. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao fim deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato comigo no telefone 3521-14-67. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- O título da pesquisa é “As representações sociais sobre as vítimas para autores de violência sexual contra crianças e adolescentes”.
- A justificativa da pesquisa é a importância de se estudar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes nos dias atuais.
- O objetivo principal é compreender como você percebe as vítimas de violência sexual.
- Os procedimentos utilizados da pesquisa são: pesquisa documental (nos prontuários técnicos no Cartório da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães) e entrevista. Você participará apenas das entrevistas.
- A realização da(s) entrevista(s) não implicará em riscos à sua saúde física ou mental;
- Você será esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa antes e durante seu curso;
- Você pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízo algum. Pode também recusar-se a responder as perguntas que julgue lhes causar constrangimento;
- Todas as informações oferecidas a esse estudo serão tratadas de forma confidencial, garantindo o sigilo e a privacidade dos participantes;
- As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, sendo trocados os nomes reais por fictícios e retirando-se quaisquer informações que possam identificá-lo;
- Não haverá nenhum tipo de benefício quanto à remissão de pena ou similares e nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação;
- O tempo previsto para a entrevista é de aproximadamente uma hora e elas serão realizadas nas dependências da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____,
 RG _____ CPF _____, abaixo assinado,
 concordo em participar do estudo “As representações sociais sobre as vítimas para autores de violência sexual contra crianças e adolescentes”, como sujeito. Fui devidamente informado(a)

e esclarecido(a) pela pesquisadora Karen Michel Esber sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Ao assinar esse termo de consentimento, estou também autorizando que os resultados da pesquisa sejam publicados em forma de livro.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito:

APÊNDICE C - Roteiro da Primeira Entrevista Narrativa

Vamos falar de sua história de vida, desde a infância até os dias de hoje.

Conte sobre a violência sexual a qual você foi condenado.

Como você vê as crianças e adolescentes que experimentam contato sexual com adultos? Elas podem ser consideradas como vítimas?

Como você define a palavra vítima?

Existem consequências da violência sexual para as vítimas? Quais? A curto prazo? A médio prazo? A longo prazo? O que você acha que as vítimas pensam ou sentem por você?

Como você define a palavra criança?

Como você define a palavra adolescente?

Vamos falar dos conceitos crianças, adultos e sexualidades?

Vamos falar dos conceitos adolescentes, adultos e sexualidades?

Crianças e adolescentes gostam de interações sexuais com adultos?

Crianças e adolescentes podem sexualmente seduzir adultos? Alguma vítima se insinuou sexualmente para você?

APÊNDICE D - Roteiro da Segunda Entrevista Narrativa

Vamos falar de sua história da sexualidade, desde a infância até a fase adulta.

Sofreu violência sexual quando criança/adolescente?

Teve educação sexual na infância?

Possui relacionamentos heterossexuais, homossexuais e/ou outros?

Sente/sentiu desejo sexual por crianças/adolescentes? Ele ocorreu antes, durante e/ou depois da violência? Se não, por quais motivos praticou a violência? Acontecia também em relação a outras crianças, que não foram suas vítimas?

Como era a sexualidade com as crianças e adolescentes?

Como é sua sexualidade conjugal adulta?

Sofreu ou sofre violência sexual na cadeia?

ANEXO A – Aprovação da Pesquisa pela Coordenadoria Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos de Execução Penal, da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal

AGSEP
Agência Goiana do Sistema
de Execução Penal



GERÊNCIA DE ENSINO
COORDENADORIA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E ESTUDOS DE EXECUÇÃO PENAL

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro, para os devidos fins, que a acadêmica **KAREN MICHEL ESBER**, doutoranda em sociologia pela Universidade Federal de Goiás, inscrita no CPF sob o número 811.459.001-78, residente e domiciliada na Rua S-04, nº. 48, apt. 901, Ed. Via Oleandre, Setor Bela Vista, Goiânia/GO, apresentou proposta de pesquisa acadêmica a ser desenvolvida no complexo penitenciário de Aparecida de Goiânia, da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, e obteve a aprovação da realização da pesquisa por esta Coordenadoria Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos de Execução Penal - CIPEPE, conforme dispõe o Regimento Interno da CIPEPE.

Declaramos também que a pesquisadora estará acompanhada de servidores designados de cada unidade prisional, e que a segurança será realizada pelo Grupo Tático de Operações Penitenciárias – GOPE, com o intuito de conservar a segurança e a integridade física da referida pesquisadora.

Em relação aos termos de consentimento livre e esclarecidos a serem assinados pelos reeducandos, serão armazenados na Coordenadoria da Central de Avaliação e Perícias da Gerência de Educação, Módulos de Respeito e Patronato da AGSEP

Goiânia, 19 de setembro de 2011.

Atenciosamente,


Joselino Borges Sales – ASP
Coordenador Geral da CIPEPE
Portaria nº. 048/2010 - SUSEPE

Joselino Borges Sales
Coordenador Geral
CIPEPE/SUSEPE/SSP

GERÊNCIA DE ENSINO
Rua 94 – A, nº. 12, Setor Sul, Goiânia / Goiás, CEP: 74.083-070
Telefone: (0**62) 3201-8198 Fax: (0**62) 3201-8199 – E-mail: gerenciadeensino@agsep.go.gov.br

**ANEXO B – Aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Federal de Goiás**



PROTOCOLO N.
260/11

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO

I – Identificação:

- **Título do projeto:** As representações sociais sobre as vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes
- **Pesquisador Responsável:** Karen Michel Esber

VI – Parecer do CEP:

- Após análise dos documentos anexados pelos pesquisadores, folhas 44-75, em atenção aos itens pendentes, constata-se o atendimento aos requisitos solicitados e por sua vez à resolução CNS 196/96, portanto o parecer, S.M.J deste comitê, é pela **APROVAÇÃO**.

P.S. Observações: Favor encaminhar os relatórios parcial e final.

VII – Data da reunião: 26 /09/2011

Assinatura do(a) relator(a):

Assinatura do(a) Coordenador(a)/ CEP:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'K. Esber', written over a horizontal line.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Batista de Souza', written over a horizontal line.

Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFG